



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOSÉ DANILO SANTOS CAVALCANTI DE ARAUJO

**A MOBILIDADE DO CAPITAL COMO MARCA DA ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA NA MINERAÇÃO**

SÃO CRISTOVÃO, 2018

JOSÉ DANILO SANTOS CAVALCANTI DE ARAUJO

**A MOBILIDADE DO CAPITAL COMO MARCA DA ACUMULAÇÃO
CAPITALISTA NA MINERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – área de concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandrina Luz
Conceição

SÃO CRISTOVÃO, 2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A663m Araujo, José Danilo Santos Cavalcanti de
A mobilidade do capital como marca da acumulação capitalista
na mineração / José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo ;
orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, SE,
2018.
270 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2018.

1. Geografia econômica. 2. Minas e recursos minerais –
Sergipe. 3. Política industrial. 4. Capital (Economia). 5. Solo –
Uso. 6. Trabalho. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.7)

JOSÉ DANILO SANTOS CAVALCANTI DE ARAUJO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – área de concentração Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Orientadora: Prof^a. Dra. Alexandrina Luz Conceição

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Alexandrina Luz Conceição – UFS (Orientadora)

Prof^a. Dra. Fabricia de Oliveira Santos (UFS)

Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior (UNEB)

SÃO CRISTOVÃO, 2018

AGRADECIMENTOS

O ato de pesquisar envolve uma complexidade de experiências que se desdobram entre as leituras individuais, a pesquisa com os sujeitos da realidade em compreensão, os debates coletivos durante as disciplinas e no grupo de pesquisa e, sobretudo, a parceira na orientação. Por um lado, a pesquisa revela-se como possibilidade de ampliação do horizonte intelectual, de amadurecimento das ideias, de aprofundamento da experiência enquanto pesquisador. Em outros momentos, configura-se como uma tarefa árdua entre a busca de compreender uma realidade em movimento que subsumi o humano e a imprescindível solidão com os livros e o computador. Em suma, conforma-se em vivência que possibilita transformar a nossa forma de ser/existir.

Ao findar da pesquisa agradecer torna-se, indubitavelmente, necessário, visto que a concretude dos objetivos inspirados torna-se possível devido às pessoas que se fazem/fizeram presente de diversas formas nessa jornada, acompanhando, orientando, ensinando, sugerindo, ouvindo, aconselhando, incentivado, compreendendo. Meu muito obrigado a todos vocês:

Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe e a minha Tia Gil por todo amor, carinho, compreensão e incentivo. Duas mulheres que sempre estiveram presente durante toda a minha vida. Vocês tornaram as dificuldades menores diante das suas reais proporções. Agradeço ao meu pai por todo apoio incondicional na vida. Agradeço aos meus irmãos Jadielle, Jade, Johnnatan, Eduarda por todo carinho e apoio na vida. Agradeço ao meu irmão Diego, minha cunhada Thayanne e meu sobrinho Matheus pelo apoio, preocupação e acolhimento em Aracaju. Agradeço aos meus primos José Alberto, Moisés, Douglas, Vinicius, Gabriele, Iraíldes pela amizade, carinho e proporcionar momentos de descontração. Agradeço aos meus avós Maria Celina (*In memoriam*) e Silva (*In memoriam*) por terem sido indispensáveis para minha formação. Amo vocês!!!

Agradeço a professora doutora Alexandrina Luz Conceição, minha orientadora e amiga. Obrigado por ter me acolhido de forma incomensurável desde a época da seleção do mestrado, quando o projeto não se firmava além de rascunhos e ideias imprecisas. Agradeço pela amizade, parceria, carinho e a riqueza do seu

conhecimento compartilhado comigo através da orientação, dos conselhos, da indicação de leituras e das dúvidas nos momentos necessários, diante das minhas certezas. Obrigado por tornar as orientações em momentos prazerosos, verdadeiras aulas que sempre me encantavam e instigavam. Agradeço pela atenção, pelo compromisso, pelo seu lado humano, prestativo e compreensivo. Obrigado pela contribuição no transformar do meu pensar, você é fonte de inspiração pela sua seriedade, pela sua força diante das adversidades da vida e pela práxis marxista!!!

Aos meus amigos do GPECT por estarem comigo durante o período do mestrado, compartilhando conhecimentos, experiências, material de leitura e pesquisa e expandindo os laços de amizade para além da universidade. Agradeço à Michelle, Morgana, Lucas Lira, Márcio Reis, Vanessa Paloma, Eliany Dionízio, Shauane Itainhara, Danilo Santana, Maria José, Ricardo Menezes, Marcelo Gomes, Manoel Pedro, Karla Christiane, André Luís, Jordana Vasconcelos. Vocês são mais que um grupo de pesquisa, são companheiros de luta que inspiram a minha luta na transformação do real.

Agradeço à professora doutora Fabrícia de Oliveira Santos e ao professor doutor Wagnervalter Dutra Junior por participarem da minha Banca de Qualificação e aceitarem o convite para a defesa, por dedicarem tempo a leitura da minha pesquisa, pelas contribuições indispensáveis.

Agradeço especialmente a Lucas Lira, meu grande amigo desde a época da graduação. Obrigado por ser prestativo, compartilhar material de leitura, por me auxiliar no campo, pelas caronas e dar aquela força necessária. Agradeço também a Vanessa Costa por sua amizade e apoio.

À Maria José, pessoa maravilhosa que conheci no GPECT e mostrou-se uma verdadeira amiga. Obrigado Maria pelo carinho, pelas conversas sobre os sindicatos da mineração em Sergipe e por me auxiliar no trabalho de campo. Você é uma guerreira que inspira, obrigado Maria!

A Márcio Reis por todo apoio na elaboração do material cartográfico. Obrigado por reservar uma parte do seu corrido tempo, para me ajudar. Seu apoio foi imprescindível companheiro!

Aos meus amigos Maísa Carvalho e Israel Ivison que estiveram comigo de forma mais próxima no mestrado, debatendo ideias sobre economia e diminuindo o fardo acadêmico com a companhia de vocês.

À Isabela Melo e Izabela Carvalho por estarem comigo desde a graduação fornecendo apoio, carinho, amizade e momentos de descontração.

A Victor Cardoso e Flávio Matos pela amizade, pelos debates geográficos, pelas conversas, por me emprestarem seus ouvidos e pelo companheirismo durante o tempo em que vivi em Aracaju.

Aos companheiros da UFS Daniela Feitoza, Cecília Laís, Quésia Maria, Gênisson Lima, Adriana Lisboa, Lehone, João Carlos, Ronald Pereira, cada um de vocês teve sua contribuição nessa pesquisa.

Ao meu amigo Felipe de Oliveira por me auxiliar durante a pesquisa de campo no Baixo Cotinguiba.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia, em especial Alexandrina Luz, Sônia Mendonça, Genésio José, Ana Rocha, Josefa Lisboa, Acácia Souza, Antônio Carlos, Neise Alves. Vocês foram fundamentais para minha formação!

Aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Geografia por todo apoio.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ pelo apoio financeiro.

Aos funcionários do DER-Sergipe por terem me recepcionado da melhor forma e serem prestativos na disponibilização de material para a realização dessa pesquisa.

Aos sindicatos dos trabalhadores da mineração: Sindipetro, Sindicage e Sindimina por todo apoio fundamental mediante a concessão de informações para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos trabalhadores da mineração que resistem mesmo diante da força hegemônica do capital em transformá-los em carcaças do tempo. Uni-vos!

RESUMO

Desde o processo de ocupação/invasão do/no território sergipano, a exploração dos recursos minerais esteve respaldada no desenvolvimento das relações de produção capitalista, materializadas nas incursões exploratórias para localização de reservas minerais que legitimassem e viabilizassem a ocupação do território. As expedições mineralógicas consubstanciavam-se para a acumulação primitiva, a qual garantiu as condições objetivas da consolidação do capitalismo europeu. Partindo desse pressuposto a presente pesquisa teve como objetivo analisar as articulações Estado-Capital-Trabalho na viabilização da exploração mineral no Baixo Cotinguiba. A referente pesquisa está ancorada no método do materialismo histórico dialético e busca refletir o real concreto de forma processual a partir das contradições estabelecidas historicamente na relação capital/trabalho em sua totalidade. Nossos estudos permitem afirmar que a mineração passou a ser elencada como atividade motriz para o desenvolvimento socioeconômico em Sergipe, a partir da segunda metade do século XX, através da ideologia desenvolvimentista, nesse processo o Estado assume o papel de indutor do desenvolvimento, atuando na realização de estudos mineralógicos que resultaram na descoberta de reservas de petróleo, gás natural, sais potássicos, calcário e sal-gema, além da garantia de infraestrutura necessária à circulação-mobilidade do capital, na construção de portos marítimos, implementação de rodovias e de um sistema dutoviário. Com a emergência da crise estrutural, o modelo do Estado interventor tornou-se insuficiente para atender as demandas do capital e o Estado Neoliberal assumiu a tônica do desenvolvimento capitalista, reorganizando a base de reprodução social e difundindo a privatização e a terceirização. No bojo dessa conjuntura a mobilidade do capital reificada na privatização e terceirização revela-se como espectro da ativação dos limites últimos absolutos do capital, substancia esse processo, a privatização da Vale e sua posterior captura pela Mosaic Company, transnacional com sede nos EUA e pertencente ao grupo Cargill, além da privatização da Petrobrás de forma paulatina mediante a concessão dos campos de exploração de petróleo e gás natural, privatização de empresas subsidiárias como a FAFEN-Sergipe, como também a terceirização das atividades operacionais da empresa ao capital privado nacional e internacional. De forma complementar a esse processo o Estado atua legitimando a intensificação da exploração e precarização do trabalho, submetendo a classe trabalhadora a padrões de acumulação flexível, como a terceirização das atividades e a retirada de direitos trabalhistas. A mobilidade do capital é a marca da lógica capitalista de acumulação na exploração mineral que subjuga as necessidades humanas ao imperativo do capital e transforma o trabalho em carcaças do tempo.

Palavras-Chave: Exploração mineral, Estado, Mobilidade do capital, Trabalho.

ABSTRACT

Since the occupation/invasion process that took place in the territory of Sergipe, the exploration of mineral resources has been endorsed by the development of capitalist production relations, materialized in exploratory incursions to find mineral reserves that could legitimate and guarantee the occupation of the territory. The expeditions for minerals aided the primitive accumulation process that guaranteed the objective conditions of consolidating capitalism in Europe. Based on this assumption, this research aimed to analyze the State-Capital-Work articulations to enable mineral exploration in Baixo Cotinguiba. The referent research is based in the method of historical dialectical materialism and seeks to reflect the concrete reality of a procedural way from the historically established contradictions in the relation capital/work in its totality. Our studies enable us to affirm that mining started to be listed as a driving activity for the socioeconomic development in Sergipe, from the second half of the twentieth century, through the developmentalist ideology. In this process, the State assumes the role of development-inducer, acting for the realization of mineralogical studies that resulted in the discovery of oil, natural gas, potassium salts, limestone and rock salt reserves, as well as the necessary infrastructure for the circulation and mobility of capital, the construction of seaports, the implementation of highways and a system of ducts. With the emergence of the structural crisis, the model of a intervening State became insufficient to meet the demands of capital, and the Neoliberal State assumed the shape of a capitalist development, reorganizing the basis of social reproduction and spreading privatization and outsourcing. In the midst of this conjuncture, the mobility of capital embodied in privatization and outsourcing reveals itself as a spectrum of the activation of the last absolute limits of capital, substantiating this process, the privatization of Vale and its subsequent capture by the US-based transnational Mosaic Company to the Cargill group, in addition to the privatization of Petrobrás in a gradual manner through the concession of oil and natural gas exploration fields, privatization of subsidiary companies such as FAFEN-Sergipe, as well as the outsourcing of the operational activities of the company to national and international private capital. In addition to this process, the State acts as a legitimizing agent, intensifying exploitation and precarious labor conditions, subjecting the working class to flexible accumulation patterns, such as the outsourcing of activities and withdrawal of labor rights. The mobility of capital is the landmark of the capitalist logic of accumulation in mineral exploitation that subjugates human needs to the imperative of capital and transforms labor into carcasses of time.

Keywords: Mineral exploration, State, Capital mobility, Labor.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CARTA PRAEFECTURA DE CIRIJI VEL SEREGIPE DEL REY.....	70
FIGURA 2 - DESTAQUE DE ITAPVÁMA A PARTIR DA CARTA PRAEFECTURA DE CIRIJI VEL SEREGIPE DEL REY.....	72
FIGURA 3 - SERGIPE, RODOVIAS, 1974.....	137
FIGURA 4 - SERGIPE/BAIXO COTINGUIBA: RODOVIAS, 2018.....	141
FIGURA 5 - SERGIPE: DUTOVIAS, 2018.....	148
FIGURA 6 - SERGIPE/ALAGOAS: PROJETO DO GASODUTO CARMÓPOLIS-PILAR.....	151
FIGURA 7 - SERGIPE/BAHIA: PROJETO DO GASODUTO CATU-CARMÓPOLIS.....	152
FIGURA 8 - SERGIPE: TERMINAIS PORTUÁRIOS, 2018.	163
FIGURA 9 – ROSÁRIO DO CATETE: MOBILIDADE DO TRABALHO THE MOSAIC COMPANY, 2018	220
FIGURA 10 – CARMÓPOLIS: MOBILIDADE DO TRABALHO PETROBRÁS, 2018.....	222
FIGURA 11 – LARANJEIRAS: MOBILIDADE DO TRABALHO VOTORANTIM,	221

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: NORDESTE: PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CIMENTO, 2017.....	102
GRÁFICO 2 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE CIMENTO, 2005-2017.	103
GRÁFICO 3 - BRASIL: ESTADOS COM MAIOR PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL, 2017.....	104
GRÁFICO 4 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL, 2008-2017.....	108
GRÁFICO 5 – SERGIPE: PRODUÇÃO DE POTÁSSIO, 2006-2015.....	113
GRÁFICO 6 - BRASIL: PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE PETRÓLEO, 2007-2016.....	122
GRÁFICO 7 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, MAR E TERRA, 2007-2017.....	123
GRÁFICO 8 - TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: PRINCIPAIS PRODUTOS-MERCADORIAS MOVIMENTADOS, 2010-2018.....	158
GRÁFICO 9: TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU: PROPORÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE PETRÓLEO E DERIVADOS (T) EMBARCADOS E DESEMBARCADOS, 2010-2018.....	169
GRÁFICO 10: TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: PROPORÇÃO ENTRE OS DESEMBARQUES DE PETRÓLEO E DERIVADOS, ADUBOS/FERTILIZANTES E DEMAIS MERCADORIAS, 2010-2017.....	176
GRÁFICO 11 - BRASIL: BLOCOS OFERTADOS E ARREMATADOS POR REGIME DE CONCESSÃO, 1999-2018.	189
GRÁFICO 12 – SERGIPE: BLOCOS ARREMATADOS SOB O REGIME DE CONCESSÃO, 1999-2018.	191
GRÁFICO 13 - SERGIPE: VARIAÇÃO DO QUANTITATIVO DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA EXTRATIVA-MINERAL, 1985-2016.....	229
GRÁFICO 14 - TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO, PETROBRÁS, 2018	237
GRÁFICO 15 -TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO, THE MOSAIC COMPANY, 2018	238
GRÁFICO 16 - TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO, VOTORANTIM, 2018	239

GRÁFICO 17 -TRABALHADORES: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E POR EMPRESA, 2018.	241
GRÁFICO 18 - TRABALHADORES: DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEMANAL, POR EMPRESA, 2018.	242
GRÁFICO 19 - TRABALHADORES: TEMPO DE TRABALHO (EM ANOS), POR EMPRESA, 2018.	245
GRÁFICO 20 - TRABALHADORES: PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DO TRABALHO, PETROBRÁS, 2018	247
GRÁFICO 21 -TRABALHADORES: PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DO TRABALHO, THE MOSAIC COMPANY, 2018	248
GRÁFICO 22 - TRABALHADORES: PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DO TRABALHO, VOTORANTIM, 2018	249

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - QUADRO 1 - SERGIPE COLONIAL: EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS PORTUGUESAS E DO GOVERNO-GERAL DO BRASIL	64
QUADRO 2 – EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS HOLANDESESAS EM SERGIPE.....	75
QUADRO 3 – EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS EM SERGIPE DURANTE O PERÍODO IMPERIAL	79
QUADRO 4 - SUB-BACIA SERGIPE: POÇOS PERFURADOS, 1959-1961.....	116
QUADRO 5 – SERGIPE: CAMPOS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, 2017.....	120
QUADRO 6 - BAIXO COTINGUIBA: EMPREENDIMENTOS MINERAIS E CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL	164
QUADRO 7 - EMPRESAS QUE ARREMATARAM BLOCOS NA SUB-BACIA SERGIPE, 1999-2018, PAÍS DE ORIGEM.	199
QUADRO 8 - EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS ÀS EMPRESAS PESQUISADAS, 2018.	214
QUADRO 9 - FUNÇÃO DESEMPENHADA PELOS TRABALHADORES DA MINERAÇÃO ENTREVISTADOS, POR EMPRESA, 2018.....	227
QUADRO 10 - RELATOS DE ÓBITOS NAS OPERAÇÕES PETROBRÁS EM SERGIPE.....	253
QUADRO 11 - RELATOS DE ÓBITOS NA INDÚSTRIA DO CIMENTO EM SERGIPE.....	254

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU: MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA, 2010-2018.	168
TABELA 2 - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU: SÉRIE HISTÓRICA DAS NAVEGAÇÕES DE CABOTAGEM DE PETRÓLEO E DERIVADOS, 2010-2018.....	171
TABELA 3 - TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA, 2010-2018	174
TABELA 4 - TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: SÉRIE HISTÓRICA DOS DESEMBARQUES DE PETRÓLEO E DERIVADOS, 2010-2018	178
TABELA 5 - TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: SÉRIE HISTÓRICA DOS DESEMBARQUES DE ADUBOS/FERTILIZANTES, 2010-2018	180
TABELA 6 - SUB-BACIA SERGIPE: EMPRESAS QUE ATUAM NA E&P DE BLOCOS DE CONCESSÃO, 2018	204
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESTAÇÕES DE ACORDO COM OS CAMPOS TERRESTRES, 2018.....	216

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e B combustíveis

ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

BICEN/UFS – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

CODISE - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe

CONDESE – Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe

COOPERTALSE - Cooperativa de Transporte Alternativo de Passageiros do Estado de Sergipe

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DER-SE - Departamento de Estradas de Rodagem

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EUA – Estados Unidos da América

FAFEN/SE - Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados/Sergipe

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNP - Federação Nacional dos Petroleiros

GPECT – Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territoriais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PETROMISA - Petrobrás Mineração SA

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNG – Plano de Negócios e Gestão

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDETC/SE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe

SEMARH/SE - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe

SINDICAGESE - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento, Cal e Gesso do Estado de Sergipe

SINDIMINA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento de Minérios dos Estados de Sergipe

SINDIPETRO AL/SE - Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe

SNIC - Sindicato Nacional da Indústria do Cimento SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAA – Terminal Aquaviário de Aracaju

TMIB --- Terminal Marítimo Inácio Barbosa

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT.....	IX
LISTA DE FIGURAS	X
LISTA DE GRÁFICOS	XI
LISTA DE QUADROS	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	XV
1.INTRODUÇÃO.....	21
1.1 OBJETIVOS	25
1.1.1 Objetivo Geral:	25
1.1.2 Objetivos específicos:	25
2. O DESVELAR DA EXPLORAÇÃO MINERAL NA CONFLUÊNCIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL	37
2.1 OS PRESSUPOSTOS DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO CAPITAL	37
2.2 AS EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS EM SERGIPE COMO MATERIALIDADE DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL	52
2.2.1 As expedições mineralógicas em Sergipe durante o período colonial	54
2.2.1.1 As expedições de Belchior Dias de Moréia pelos sertões de Sergipe	56
2.2.1.2 As expedições mineralógicas da Coroa Portuguesa e do Governo do Brasil.....	63
2.2.1.3 As expedições mineralógicas dos holandeses em Sergipe	67
2.3 AS EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS EM SERGIPE DURANTE O PERÍODO IMPERIAL	76
3. OS FIOS (IN)VISÍVEIS DA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NA MINERAÇÃO EM SERGIPE	81

3.1 A CEPAL E A FORMULAÇÃO DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO.....	81
3.2 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: OS REVERBERAMENTOS DA MOBILIDADE DO CAPITAL NA MINERAÇÃO EM SERGIPE	89
3.3 A INTEGRAÇÃO DE SERGIPE AO CIRCUITO DA ECONOMIA VIA MINERAÇÃO	95
3.3.1 A exploração de calcário e a produção de cimento.....	99
3.3.2 A exploração de gás natural e a produção de fertilizantes nitrogenados	104
3.3.3 A exploração de sais potássicos em Rosário do Catete	108
3.3.4 A Exploração de Petróleo em Sergipe	114
4. A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DA MINERAÇÃO	125
4.1 A DIALÉTICA CIRCULAÇÃO- MOBILIDADE DO CAPITAL.....	125
4.2 AS RODOVIAS COMO FORMA ESPACIAL DO PROCESSO DE CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL	131
4.3 A INVISIBILIDADE VISÍVEL DO SISTEMA DUTOVIÁRIO NA CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL	145
4.4 A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU E DO TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA NO CONTEXTO DA CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL	156
4.4.1 O sistema portuário em Sergipe e a circulação dos produtos-mercadorias minerais em tempos de crise	167
5. A DIALÉTICA DA MOBILIDADE DO CAPITAL - MOBILIDADE DO TRABALHO NA MINERAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE	182
5.1 MOBILIDADE DO CAPITAL NA MINERAÇÃO: A PRIVATIZAÇÃO E TECEIRIZAÇÃO COMO ESPECTRO DOS LIMITES ÚLTIMOS ABSOLUTOS DO CAPITAL	187
5. 1. 1 A mobilidade espacial/setorial do capital no setor de fertilizantes: privatização e redefinição da forma-capital	206
5.1.2 A mobilidade do capital nas fissuras da gestão: a terceirização como estratégia para contornar os limites absolutos do capital.....	212

5.2 A MOBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA MINERAÇÃO EM SERGIPE	217
5.2.1 A Face Precarizada da Mobilidade do Trabalho em Tempos de Acumulação Flexível	228
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: o nosso país é bué?	255
REFERÊNCIAS	262
ANEXOS	274

INTRODUÇÃO

[...] a terra principiou uma bola de pedra feita duma mistura de minerais. Quer dizer que por aqui só havia minerais — nada de animal ou vegetal. Mas a Água, o Ar e o Calor se ligaram para criar as primeiras vidas, todas vegetais. Fizeram surgir no mar umas coisinhas mínimas, fabricadas de minerais, mas que já não eram minerais — eram vegetais. Logo, o vegetal é filho do mineral; é o próprio mineral sob forma diferente. E o que caracteriza esse vegetal é aparecer sob forma organizada, ou com órgãos. Organizado é uma coisa que tem órgãos. (MONTEIRO LOBATO, 1972, p. 2)

Os processos orogenéticos, bem como os processos morfogenéticos resultantes da interação entre a atmosfera e a crosta terrestre, são a materialidade das leis da dialética na natureza, impulsionam a matéria a acumular-se em reservas minerais, tais como sais potássicos, sal-gema, calcário, gás natural e petróleo. Da generalidade condicionada pelas leis da natureza à particularidade originária, considera-se o grupo de minerais formados a partir da (in)existência da vida, como o petróleo, o gás natural e o calcário. A matéria antes vivificada torna-se substrato mineral e tem sua utilidade ressignificada pelas sociedades de acordo com o seu grau de desenvolvimento histórico/político. A dialética na natureza e o sociometabolismo passam a coexistir integrando a unidade material, mas com suas particularidades e singularidades.

Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser conhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio da produção (MARX, 2011, p. 542).

Na sociedade do capital, o substrato mineral originado pela dialética na natureza é totalmente ressignificado, torna-se diametralmente oposto às mediações que determinavam o uso para a condição de existência humana.

Conforme Mészáros (2005) o capital, enquanto força mais totalizadora da história humana, possui a excepcionalidade de subverter tudo e a todos à sua determinação crucial, a extração e acumulação do sobretrabalho. O lucro torna-se parâmetro para aferir o valor e a importância das relações que se estabelecem entre os sujeitos, bem como entre sujeitos e objetos (MESZÁROS, 2005). A intransigência

é a regra da sociedade que se tornou refém do lucro em detrimento ao suprimento das necessidades humanas.

O movimento de controle metabólico do capital transforma toda a realidade que o precede, potencializando-a para a acumulação de capitais (SMITH, 1988). Desse modo, a mineração não é singularidade no sociometabolismo do capital, insere-se na generalidade desse processo, tal como o trabalho, torna-se mais uma mercadoria, coisifica-se, transmuta-se em valor de troca que possibilita a acumulação do mais-valor.

Considerando o espaço como uma superfície de lucro, o capital mobiliza-se espacialmente de forma cadenciada pela taxa de lucro diferencial (SMITH, 1988). As reservas minerais, enquanto fontes de riqueza concreta/abstrata funcionam como polo magnético de atração do capital, tornam-se possibilidade e realidade de acumulação do mais valor na medida em que engendram as condições para o capital apropriar-se dos minerais e explorar o trabalho de forma sincrônica. A base desse processo, a força motriz e condição substancial é o trabalho, sem o trabalho não há capital, não há exploração mineral.

Capturada pelo movimento de circulação-valorização do capital, o substrato mineral torna-se mercadoria cujo valor é quantificado pelo quantum de horas de trabalho socialmente necessário. Na particularidade do petróleo e do calcário, formados incondicionalmente pelo acúmulo de microrganismos e/ou algas marinhas, a matéria que antes era a condição de existência/vida torna-se mercadoria, objeto de consumo, descartada, evaporável. Conforme Marx & Engels (2005, p. 43) “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar”.

As múltiplas determinações do capital atuam para além da forma de uso dos recursos minerais, englobam, ainda, a sua apropriação/expropriação. Circunscritos pela dialética da valorização-desvalorização do capital, os recursos minerais disponibilizados de forma gratuita pela natureza tornam-se propriedade particular, são redefinidos como fontes de reserva da riqueza concreta/abstrata.

Conforme Conceição (2011, p. 4) “a tendência expansionista do sistema produtivo é a garantia de maiores lucros”. A avidez do lucro, a fim de consolidar a acumulação do capital, torna os homens estranhos a si mesmos e entre si. A busca

por riquezas minerais constituiu-se como condição *sine qua non* para estímulo do processo de invasão/dominação/colonização europeia.

Em Sergipe, em conformidade com o movimento do capital na exploração das colônias latino-americanas, a atividade de extração mineral respaldava-se no processo de acumulação de capitais. Durante esse período, como manifestação da política metalista, o território sergipano foi esquadrinhado, tornando-se objeto de partilha entre o capital comercial europeu de diferentes nações – principalmente Portugal, Espanha e Holanda.

A partir do século XVI, como fundamento da política metalista que representava condição indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, foram efetivadas expedições mineralógicas no território brasileiro, assim como na especificidade do território sergipano. Esse processo materializava-se como garantia à acumulação originária do capital que estava em vias de concretização na Europa, funcionando como canal para a drenagem da riqueza explorada na colônia. No contexto socioespacial da realidade analisada da/na nossa pesquisa/dissertação, escavar no tempo histórico, as nuances do movimento das expedições mineralógicas, no território sergipano, possibilitou ir à raiz da compreensão do próprio movimento da produção do capital.

Historicamente prevaleceram dois tipos de abordagem na leitura das expedições mineralógicas em Sergipe. A primeira considera o deslindar das expedições mediante o desejo individual em acumular riquezas, centrando-se na figura do indivíduo, ou elencando as prerrogativas da monarquia como determinante para a busca e exploração dos metais preciosos. A segunda abordagem considera a busca por metais preciosos, a partir do lendário como fator preponderante para a determinação do real. Nessa direção, as incursões mineralógicas em Sergipe teriam ocorrido a partir do lendário da existência de ouro na Serra de Itabaiana, que foi propagado com a expedição de Belchior Dias de Móreia na transição do século XVI para o século XVII.

Ao assumirmos a análise do materialismo histórico dialético privilegiamos a totalidade, como categoria central, entendendo que não pode haver conhecimento de um todo ou de suas partes deslocado da totalidade, ou seja, é a partir da visão do

conjunto que se pode compreender a dimensão das partes, sendo que o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade.

Nesse movimento dialético em suas determinações e mediações, nossa análise parte do pressuposto de que a expedição mineralógica realizada por Belchior Dias de Moréia, assim como as posteriores, insere-se no contexto das relações de produção capitalista, em escala mundial/local, para o processo de acumulação primitiva do capital. Essa análise contribuiu para ir além do movimento do capital daquele contexto, subsidiando a compreensão do movimento histórico/geográfico da relação capital/trabalho na exploração mineral em Sergipe, possibilitando entender que no desenvolvimento das relações de produção em consonância com o desenvolvimento das forças produtivas, a exploração mineral passa a ter suas ressignificações.

A partir da década de 1960, mediante a inserção do capital internacional, forjou-se um discurso que elencava os recursos minerais como necessidade imprescindível ao desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, o Estado, através da PETROBRAS, empenhou-se na efetivação de estudos capazes de localizar reservas minerais em Sergipe, resultando na descoberta do petróleo, potássio, sal-gema, gás natural, calcário. Tais acontecimentos garantiram as condições para inserção e reprodução ampliada do capital, pois a mineração foi inserida nesse processo respaldando-se em um discurso ideológico que focalizava esta atividade como propulsora de desenvolvimento industrial, econômico e social.

Atualmente a mineração configura-se como um campo estratégico para a (re)produção do capital. À medida que as investidas do capital transferem a posse dos recursos minerais do Estado para as personificações individuais do capital, a captura dos recursos minerais corrobora-se como estratégia essencial para a mobilidade do capital sobreacumulado, permitindo atenuar de forma temporária os efeitos da crise. Na medida em que “o capital não pode encontrar fixo espacial na produção de um ambiente imóvel para a produção, ele recorre à completa mobilidade como um fixo espacial” (SMITH, 1988, p.213).

A mobilidade do capital é a marca da acumulação capitalista na exploração mineral. Quando inseridos em determinados espaços, os projetos minerais utilizam

como invólucro o desenvolvimento econômico local balizado na geração de empregos e aumento da arrecadação pública. No entanto, o que se observa é a intensificação da exploração da natureza acarretando em sérios problemas ambientais, a precarização das formas de trabalho e o pouco valor agregado ao produto (PALHETA *et al*, 2014). Desta forma, torna-se necessário o escamoteamento das relações sociais de produção para que estes projetos sob a lógica do capital possa se inserir nos espaços e usurpar de forma individual a riqueza natural. Os projetos minerais se utilizam de um discurso falacioso engajado em atribuir a necessidade da exploração ao valor de uso dos minerais para a sociedade, enquanto escamoteia o valor de troca.

Em Sergipe, a exploração mineral ocupa posição de destaque econômico devido à existência de grandes reservas minerais. A exploração de petróleo, potássio, gás natural, calcário geram riquezas que são apropriadas pelo capital personificado pelas Empresas que realizam esta atividade - PETROBRÁS, The Mosaic Company, Votorantim – todavia, a pobreza tem sido marca da condição social e econômica local e o constante deslocamento de trabalhadores tem sido foco de algumas inquietações. Nesse viés, a presente pesquisa busca compreender esta problemática a partir das seguintes questões:

- Como o tripé Estado/Capital/Trabalho se articula para viabilizar a exploração mineral em Sergipe?
- Quais as estratégias que o capital engendra para a exploração mineral na área?
- De que forma o Estado contribui para a exploração mineral em Sergipe?
- Como o Estado atua na (re)produção do espaço?
- Há uma mobilidade do trabalho e do capital relacionada com a atividade de extração mineral em Sergipe?
- Quais as consequências, sócio espaciais que se configuram na dimensão da escala local e regional?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral:

- Analisar as articulações entre Estado/Capital/Trabalho para viabilização da exploração mineral em Sergipe e sua reconfiguração geográfica.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Identificar as estratégias do capital para exploração mineral na área estudada;
- Distinguir os tipos de ações das Empresas mineradoras nos seus Projetos de viabilização e de implantação da exploração mineral;
- Investigar a existência da mobilidade do trabalho em Sergipe e estabelecer o perfil dos trabalhadores.
- Analisar a funcionalidade do Estado na (re)produção do espaço para implementação dos projetos minerais;

O planejamento é fundamental para a operacionalização de uma pesquisa. A preocupação instrumental é a expressão do rigor necessário para a pesquisa científica, conduz para que o pesquisador trabalhe de forma organizada, possibilitando que sejam atingidos os objetivos propostos, além de contribuir para evitar equívocos no desenvolvimento de um estudo.

No desenvolvimento da pesquisa a discussão sobre o método científico é de suma importância, sendo elencada como essencial para o caráter de cientificidade. A busca por princípios filosóficos, que orientam a pesquisa científica, deve constituir-se em preocupação inicial de todo pesquisador comprometido em elucidar os

fenômenos de uma determinada realidade, com objetivo de compreendê-los.

Toda ciência, ao ser produzida por homens que estão organizados socialmente de forma desigual carrega consigo uma carga ideológica. Na dicção de Mészáros (2004, p. 285) é um equívoco considerar a ciência como “agente soberano material e politicamente autossuficiente”, pois esta se encontra subordinada aos ditames da classe que controla os meios de produção, bem como a produção material da sociedade.

Moraes (1999) aponta para a existência de dois tipos de método: **o método de interpretação e o método de pesquisa**. O primeiro refere-se aos princípios filosóficos que interpelam a visão do pesquisador, ou seja, sua concepção de mundo e sua postura diante da realidade. Tal método está imbuído de uma carga ideológica e representa, também, o posicionamento político do pesquisador. O método de pesquisa, por sua vez, relaciona-se diretamente com as questões operacionais e instrumentais de desenvolvimento da pesquisa, considera as técnicas que auxiliam o pesquisador para elucidar, compreender e/ou explicar os fatos propostos (MORAES, 1999).

Como **método de interpretação**, temos a intenção de realizar a abordagem do materialismo histórico dialético, cujas matrizes encontram-se no pensamento de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Esse método propõe realizar uma leitura a partir da realidade objetiva, considerando as contradições do movimento real concreto, produzido historicamente, mediante as relações humanas de produção e socialização em sua totalidade.

A teoria marxiana foi desenvolvida com base em três influências constitutivas: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LÊNIN, 2009). Marx utilizou a produção intelectual, até então produzida, analisando-a criticamente para formular as bases do seu pensamento na análise das contradições da realidade, considerando a totalidade das relações de produção humana e suas múltiplas determinações.

Na leitura marxiana entende-se a dialética como um método de apreensão do real e como um movimento próprio da realidade (GOMES, 1991; PAULO NETTO, 2009). Diferentemente da dialética hegeliana, que está circunscrita, sobretudo, ao

campo das ideias e considera as ideias como fator transformador do real, a dialética marxiana é concebida como um movimento da realidade concreta, um movimento do real que transforma as ideias.

O movimento do real traz em sua essência as contradições que são responsáveis pelo desenvolvimento contínuo da história. Na concepção do materialismo histórico dialético, a história é compreendida através do desenvolvimento das ações humanas, contrapondo-se a ideia hegeliana do espírito universal que rege o curso da história (PAULO NETTO, 2011). O devir histórico encontra-se nas ações humanas, não de forma linear, mas em movimento espiral, pois considera-se que o movimento dialético no desenvolvimento das relações humanas produzem mudanças quantitativas que, por sua vez, proporcionam um salto qualitativo, a história desenvolve-se através de avanços e recuos.

No livro **A Ideologia Alemã**, Marx e Engels (1998), consideram que as pressuposições idealistas e os pressupostos mitológicos, enquanto formas sociais dominantes do pensar comprometeram a capacidade humana de enxergar o real concreto. Não apenas os homens desprovido da ação de investigação científica estavam desprovidos do entendimento do real, os pensadores da época também não conseguiam chegar a compreensão do movimento do real. Desse modo, infere-se que há nas elucubrações dos autores um instigamento para o homem reconhecer-se enquanto ser social, produtor da sua realidade material e das suas representações, reconhecer-se enquanto sujeito histórico.

Até agora, os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Esses produtos de seus cérebros cresceram a ponto de dominá-los completamente. Criadores inclinaram-se diante das suas próprias criações. Livremo-nos, pois, das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o julgo dos quais eles se estiolam. Revoltemo-nos contra o domínio dessas ideias. Ensinemos os homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém; a ter para com elas um atitude crítica, diz outro; a tirá-la da cabeça, diz o terceiro e - a realidade atual desmoronará (MARX; ENGELS, 1998, p. 3).

Marx e Engels (1998), embasados na interpretação do materialismo histórico dialético, consideram que os homens reais, concretos, são os responsáveis pela produção de suas ideias e representações. Ao colocar o homem na posição de

sujeito histórico, os autores reconhecem que são os homens reais que produzem a história. Sem o ser humano não há história, há história geológica, histórica da natureza, mas não história humana. Não é um espírito regido por uma razão universal quem produz a história, mas os homens, enquanto condição e produto da história por eles produzida em conjunto. É condição na medida em que só há história humana se houver homem para produzi-la e, produto porque o homem de forma individual não produz a totalidade da história humana, parte dessa história já se encontra elaborada ao seu nascimento.

O pensamento dialético, sobre a determinação histórica no desenvolvimento da história, foi retomado por Marx no livro **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Conforme evidencia o autor:

Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2012, p. 25).

Rompe-se, desse modo, com as concepções evolucionista, culturalista romântica e neokantiana da história. Proclamada pelo positivismo lógico, a concepção evolucionista, indica um movimento linear e progressivo da história humana desde o estado da barbárie até o estado civilizatório. O culturalismo romântico, por sua vez, respalda-se em construções imemoriais para estabelecer raízes culturais que justifiquem os agrupamentos atuais. O relativismo histórico neokantiano ignora a existência de qualquer regularidade no movimento da história, sendo a história determinada pelo acaso, pela indeterminação do real sempre construído pela razão (MORAES, 2002).

O método materialista histórico dialético representa uma ruptura com os pressupostos idealistas, ao considerar o real como referência inicial da investigação científica, contrapondo-se à lógica da pré-elaboração de conceitos para enquadramento do real. Na explicativa do pensar dialético, José Paulo Netto (2011) considera que a análise marxista parte do concreto, para posteriormente realizar ampla investigação que subsidiará as elucubrações no campo da abstração. No ato progressivo da abstração ocorre a formulação de conceitos.

Leandro Konder (2008) considera que o pensar materialista histórico dialético funda-se na necessidade de compreender os fatos para além da sua aparência, buscando o entendimento da essência, visto que, na essência encontra-se a estrutura responsável pelo dinamismo que produz o movimento dialético (KONDER, 2008). Ademais, a compreensão dos fatos embasada apenas no aparente suprime a necessidade de investigação científica.

o método de pesquisa propicia o conhecimento teórico partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é, capturando a sua essência dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investiga (PAULO NETTO, 2009, p. 5).

O movimento do pensar, para além da aparência e com finalidade de compreender a essência, firma-se com distinção fundamental entre a lógica dialética e a lógica formal. Enquanto a lógica dialética busca compreender os fenômenos a partir da sua essência, considerando a contradição como força impulsora das transformações da forma e de conteúdo dos fenômenos; a lógica formal não exige aprofundamento para além do nível da aparência das formas, expressando-os através de símbolos, sinais e desconsiderando a contradição, o movimento, pois aborda as mudanças a partir de transformações gradativas, de processos de causa e efeito. Em suma, enquanto a lógica dialética concebe a transformação como resultante da própria natureza interna dos fenômenos, a lógica formal concebe a transformação como resultante de uma causa exterior, não há dinâmica interna, movimento interno, contradição (GOMES, 1991).

Na concepção marxiana a realidade existe em si mesma, independentemente da consciência humana. Logo, como não é a consciência que cria o real, a teoria representa um conhecimento do objeto real em sua essência, independente das representações e desejos do pesquisador (PAULO NETTO, 2009).

Nessa direção, cabe destacar que o desenvolvimento do pensar (e da pesquisa) relaciona-se dialeticamente com o desenvolvimento das forças produtivas, resultantes do trabalho humano que influem em determinações para os homens reais. Superando uma leitura unidirecional, Marx & Engels (1998) consideram que os

homens produzem as forças produtivas e são produzidos pelas mesmas (MARX; ENGELS, 1998).

No desenvolvimento da investigação científica, o **método de pesquisa** contemplou os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e a coleta de dados (pesquisa de campo, observações sistemáticas, entrevistas por pautas, questionários, pesquisa documental e o levantamento de informações estatísticas)

O levantamento bibliográfico foi realizado de forma paulatina e esteve presente em todas as etapas da pesquisa. Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 54), a pesquisa bibliográfica "procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, *sites*, CDs, anais de congressos", entre outros.

Nesta etapa da pesquisa foi importante construir um acervo teórico-metodológico, capaz de fornecer os subsídios necessários à operacionalização e compreensão da temática em tela. Foi imprescindível a efetivação da pesquisa bibliográfica de forma interdisciplinar e estabelecida em quatro etapas: **identificação, localização, compilação e fichamento**. (MARKONI, LAKATOS, 2010, **grifo nosso**).

O levantamento bibliográfico teve por foco de realização a Bicen - Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, a Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a Biblioteca Pública Epifânio Dórea e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Somando-se às orientações individuais com a professora Dr^a Alexandrina Luz Conceição e as discussões realizadas no Grupo de Pesquisa Estado, Capital Trabalho e as Políticas de (Re)Ordenamento Territoriais, como pilares essenciais para a construção do aporte teórico da dissertação.

Com o objetivo de compreender os sentidos da mineração em Sergipe, no tempo da longa duração, fundamentamos nosso estudo em Braudel (2009); Marx (2003), Marx (2009), Marx (2013), Marx & Engels (1979), Luxemburgo (1970) foram consultados para compreender o processo de acumulação originária do capital; Antonil (1950), Sodré (1967), Holanda (1976), Handelsmann (1982), Prado Junior (1985), Linhares (1996), Furtado (2007) foram consultados para compreensão do

processo de exploração e ocupação da América Portuguesa; Moraes (1996), Moraes (2000a), Moraes (2000b), Moraes (2002), Moraes (2003) e Santos (2014) foram fundamentais para compreender o processo de formação territorial. Buscando respaldo para entender o processo de acumulação primitiva do capital em Sergipe a partir da realização de expedições mineralógicas foram consultadas as seguintes obras: Carvalho (1906), Lima Junior (1914), Cascudo (1915), Silva (1920), Wynne (1970), Casal (1976), Saint-Adolphe (2001), Nunes (2006), Monteiro Filho (2007), Delvaux (2009), Freire (2013), Bispo (2013), Santos & Andrade (1992), Monteiro Filho (2007) e Ribeiro (2017).

À guisa de compreender o projeto de desenvolvimento brasileiro e seus reverberamentos na mineração em Sergipe foram consultados: Furtado (1961), Furtado (1968), Presbish (1989), Becker e Egler (1994), Marini (2000), Oliveira (1987), Pereira (2010), Oliveira (2003), Oliveira (2008), Araujo (2015), Conceição (2013), Tavares (1972), Rebouças (1994), França (1997), Nascimento (1997), Santos (2007), Rocha (2007), Sampaio (2015).

A compreensão das categorias Estado, Capital, Trabalho foi indispensável para a concretização da pesquisa nos marcos teóricos do materialismo histórico dialético. Nessa circunstância, o levantamento bibliográfico objetivou atender a particularidade da pesquisa, mediante o entendimento substancial dessas categorias. A análise do processo de circulação-mobilidade do capital em suas diferentes dimensões foi fundamentada nos estudos dos seguintes autores: Smith (1988), Marx (1985), Marx (2005), Marx (2011), Marx (2013), Marx & Engels (2005), Mészáros (2005), Harvey (2005), Harvey (2013), Perpetua (2013), Dutra Junior (2010), Constantino (2014), Almeida & Alves (2016). Na especificidades do entendimento da mobilidade do trabalho tivemos como aporte as seguintes obras: Gaudemar (1977), Marx (2013), Alves (2009), Alves (2010), Antunes (2005), Antunes (2006), Antunes (2009), Conceição (2007), Druck & Franco (2009), Engels (2010), Harvey (2013) Harvey (2008), Heidemann (2004), Paganoto (2008), Thomaz Junior (2007). Enquanto que, a apreensão sobre a funcionalidade do Estado no processo de (re)produção do capital abrangeu os seguintes autores: Conceição (2015), Conceição (2016), Hobbes (2014), Marx (1995), Marx & Engels (1998), Marx & Engels (2007), Mészáros (2005), Mészáros (2011), Mészáros (2015), Montañó & Duriguetto (2011), Rodrigues (2015).

A coleta de dados configurou-se como essencial no desenvolvimento da pesquisa, contribuindo para a compreensão da realidade concreta que se buscou estudar e permitindo, assim, fugir de especulações idealistas e sem base material. A **pesquisa de campo** foi utilizada como recurso para compreender a realidade da exploração mineral em Sergipe. Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 69) este procedimento metodológico "consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los". A pesquisa de campo representa a vivência da pesquisa, possibilita ao pesquisador a possibilidade de confrontar as informações levantadas *a priori* no material bibliográfico com a realidade objetiva.

De forma contrária à visão positivista - que considera o objeto, neste caso a realidade objetiva, como externo ao sujeito -, a pesquisa de campo estará balizada em uma análise dialética, pois compreende-se que a pesquisa resulta de uma interação dialética entre sujeito e objeto. Assim, "o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito" (SUERTEGARAY, 2002, p. 2).

Lacoste (2006) destaca o aspecto político da pesquisa de campo. Conforme o referido autor, o pesquisador deve estar imbuído de uma consciência político-ideológica para com a população e a realidade estudada, visto que, os resultados obtidos com a finalização da pesquisa podem ser apropriados pelo Estado e grupos empresariais para a elaboração e execução de interesses de uma classe que são diametralmente opostos aos interesses daquela população pesquisada.

A pesquisa de campo no materialismo histórico dialético fundamenta-se no conceito de práxis, ou seja, como a realidade material é produzida historicamente, a partir das relações humanas, desta forma, o ser social não deve apenas pensar a realidade, mas buscar transformá-la. A pesquisa de campo é considerada como importante instrumento para compreensão da realidade, e assim, pode possibilitar mecanismos para sua transformação.

A visita aos órgãos públicos constituiu parte fundamental da pesquisa de campo. Foram visitados o Departamento Estadual de Estradas e Rodagens -

DER/SE - onde foi possível realizar o levantamento cartográfico sobre a estrutura rodoviária e dutoviária de Sergipe -, a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/SE, O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM/SE, a Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe - CODISE e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH.

Na área de estudo foram realizadas **observações sistemáticas**, pois nesta modalidade “o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 256). Foi elaborado um roteiro de observação, com o intuito de orientação durante a fase de observação na pesquisa de campo, concomitantemente foi realizado o registro fotográfico. A observação buscou não apenas a descrição dos fatos pertinentes aos objetivos da pesquisa, como também identificar suas causas para que assim fosse possível tecer considerações.

Para a coleta de dados primários foi realizada como técnica de pesquisa a **entrevista por pautas**, pois

apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo. (GIL, 1999, p. 120).

Com a intencionalidade de captar o panorama geral da mineração em Sergipe, foram realizadas entrevistas com representantes dos sindicatos do setor mineral em Sergipe: Sindipetro-Aracaju, Sindipetro-Carmópolis, SINDICAGESE, SINDIMINA. Ademais, foram efetuadas entrevistas com moradores do município de Carmópolis com o propósito de compreender as transformações socioespaciais advindas da inserção da atividade de exploração mineral. A opção pela entrevista por pauta garante maior liberdade ao entrevistado, o que permite a liberação e coleta de informações que não estavam previstas pelo pesquisador, enriquecendo ainda mais o universo da pesquisa.

Como procedimento metodológico para obter informações sobre a classe

trabalhadora na mineração foram aplicados **60 questionários** com perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistados trabalhadores próprios e terceirizados nas empresas PETROBRÁS, *The Mosaic Company* e Votorantim, o que permitiu correlacionar as informações dos sindicatos e dos relatórios oficiais, destarte, identificar as contradições.

Durante a uso dos questionários, como recurso de pesquisa, a **amostra por saturação** foi elencada como requisito para delimitação da pesquisa. A amostra por saturação consiste no encerramento do grupo de entrevistas, a partir do momento em que o pesquisador constata que as novas entrevistas apresentam conteúdo repetido pelas entrevistas realizadas anteriormente (TURATO, 2003).

As entrevistas com os trabalhadores permitiram identificar a existência da mobilidade do trabalho na área em estudo, além de possibilitar a elaboração de um arcabouço que subsidiasse a compreensão da classe trabalhadora no contexto atual do padrão da acumulação flexível. Desse modo, compreender questões referentes às condições objetivas e subjetivas do trabalho permitiram comparar as condições de trabalho, os níveis de exploração nas diferentes empresas pesquisadas: PETROBRAS, The Mosaic Company e Votorantim.

A coleta de dados também foi contemplada pela realização da **pesquisa documental**, que consistiu no “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21). Neste âmbito, foram analisados os seguintes documentos oficiais: Planos de Negócios e Gestão PETROBRAS-PNG 2018-2022, PNG 2017-2021, PNG 2015-2019, PNG 2014-2018, PNG 2013-2017, PNG 2012-2016, PNG 2011-2015, PNG 2006-2010, Relatórios das Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios (1ª até a 14ª rodada), Relatórios das Rodadas de Concessão de Campos com acumulação marginais (1ª até a 4ª rodada), Boletim Informativo da federação Nacional dos Petroleiros-FNP edição de abril de 2018.

A coleta e **levantamento de informações estatísticas** foi realizada através do banco de dados da Agência Nacional de Transporte Aquaviário-ANTAQ para obter informações referentes à circulação-mobilidade dos produtos mercadorias minerais

nos portos sergipanos, na base da dados do RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego - MTE para reunir informações sobre a relação contrato-demissão na indústria extrativo-mineral em Sergipe e a coleta dos dados de produção mineral nos Anuários Estatísticos Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2010-2018, nos Anuários Minerais Brasileiro 2010-2017, nos Sumários Minerais Brasileiro 2010-2017 e nos Relatórios Anuais da Indústria do Cimento 2010-2015.

A nossa Dissertação está estruturada em seis partes. A referente Introdução, quatro Capítulos e as Considerações Finais. O primeiro capítulo, intitulado **O Desvelar da Exploração Mineral em Sergipe nos Pressupostos da Acumulação Primitiva do Capital** objetiva apreender os sentidos da exploração mineral em Sergipe no tempo da longa duração, para tanto buscamos escavar tais sentidos no tempo histórico, analisando como as expedições mineralógicas realizadas em Sergipe do século XVII ao princípio do Século XX estavam diretamente relacionadas com o processo da acumulação originária, constituindo-se em pressuposto para consolidação do capitalismo europeu. A mobilidade do capital foi nesse recorte temporal acumulação de riqueza para consubstanciar a acumulação originária.

No segundo capítulo **Os Fios (In)Visíveis da Ideologia Desenvolvimentista na Mineração em Sergipe**, centralizamos nossa análise para demonstrar como as políticas desenvolvimentistas, determinadas pelo Estado brasileiro, estavam substanciadas na política econômica da CEPAL e do Banco Mundial, revelando que apesar de distintas ambas confluíam para a (re)produção do capital. Nessa direção, a mineração foi elencada como condição chave para o desenvolvimento industrial sergipano, sendo realizados diversos estudos mineralógicos que resultaram na descoberta de sais de potássio, petróleo, gás natural, calcário. A mobilidade espacial do capital foi o chamariz desse processo, com a instalação dos empreendimentos da PETROBRÁS (PETROMISA e Fafen-SE), além das indústrias do cimento.

O terceiro capítulo possui como título **A configuração Espacial da Circulação-Mobilidade do Capital nos Espaços da Mineração**, o foco dessa seção foi analisar os processos de circulação e mobilidade do capital mostrando que há uma interação dialética entre ambos. Destaca-se o papel do Estado na produção de toda a configuração espacial que possibilitou a circulação-mobilidade do capital na mineração como a construção de portos, do sistema dutoviário e a

implementação das rodovias.

O quarto capítulo, **A Dialética da Mobilidade do Trabalho-Mobilidade do Capital na mineração em tempos de crise**, apresenta como a mobilidade do capital nas suas dimensões espacial, setorial e da forma-capital é concomitantemente mobilidade do trabalho, na medida em que não há capital sem trabalho. Destaca-se as investidas do capital na privatização e terceirização para liberalização da mobilidade dos ativos acumulados, além do esgarçamento do trabalho como processo para possibilitar fôlego acumulativo na emergência da ativação dos limites últimos absolutos do capital.

Nas considerações finais avaliamos como a exploração mineral fundamentou-se no discurso ideológico de acúmulo do riquezas e do desenvolvimento como transformação do real. Afirma-se que a transformação das desigualdades sociais focalizadas na exploração mineral como ente autônomo é inviável, uma vez que, apenas com as transformações das relações sociais de produção e o fim da propriedade privada é possível um projeto de sociedade igualitária. Ademais, considera-se os contornos da geopolítica do capital que firma-se com a crescente e contínua apropriação dos recursos minerais.

2. O DESVELAR DA EXPLORAÇÃO MINERAL NA CONFLUÊNCIA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL

Marx (2013) considera que o processo de invasão/ocupação do território americano, a partir do século XVI, assenta-se no processo da acumulação primitiva do capital. Os processos de escravização, expropriação das terras e apropriação das riquezas corroboram-se enquanto materialidades da acumulação primitiva. Nessa direção, o presente capítulo busca desvelar os sentidos das expedições mineralógicas realizadas em Sergipe no tempo da longa duração (BRAUDEL, 2009).

2.1 OS PRESSUPOSTOS DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E DA PRODUÇÃO DO CAPITAL

A efetivação do processo de (re)produção e acumulação capitalista tem por pressuposto a concentração de capitais e de força de trabalho. Não obstante, há uma excepcionalidade na pressuposição do trabalho, trata-se de trabalho livre, em condições de assujeitamento ao assalariamento, pois o trabalhador encontra-se despossuído dos meios de produção (MARX, 2013). São esses os pressupostos que garantem a concretização da circulação-valorização do capital.

Marx (2009), afirma que a concentração de capitais e de trabalho assalariado, embora se configurem como pressupostos da acumulação capitalista, não explicitam a gênese e origem do processo. Expressam os constituintes da organicidade do capital, contudo, não expõe seu processo originário.

A partir do ponto de vista que adotamos até agora, é provável, portanto, que o capitalista, alguma vez, se tornou possuidor de dinheiro em virtude de uma acumulação primitiva, independente de trabalho alheio não-pago, e por isso teve acesso ao mercado como comprador de força de trabalho. A mera continuação do processo de produção capitalista, ou a reprodução simples, efetua, contudo, outras estranhas mudanças que não só atingem a parte variável do capital, mas também o capital total (MARX & ENGELS, 2003, p. 379).

A Economia Clássica compreendeu a origem do capital como resultado do esforço individual pelo trabalho, expressando o processo originário em tom lírico, poético e atribuindo o êxito da acumulação de capitais com base na abnegação de um grupo social que entesourava parte da sua riqueza, ante o grupo que vivia de forma negligente, consumindo para além das suas capacidades econômicas. Marx (2009) se contrapôs a essa concepção, considerou que a acumulação primitiva não resultava do acúmulo de capitais provenientes do processo da produção capitalista, mas é o seu ponto de partida. Para o referido autor, a gênese da acumulação primitiva não estava no trabalho individual abnegado de uma classe, que pela meritocracia tornou-se abastada, mas na expropriação, no saque, na rapina, na pilhagem, na escravidão e uma série de crimes.

Conforme Mello (1998), essa série de acontecimentos violentos que materializaram a acumulação originária, tornou-se olvidada com a consolidação das novas relações de produção estabelecidas, de tal modo, que no século XIX já havia se perdido o elo recordatório entre o trabalhador agrícola e a propriedade comunal das terras. Resulta, assim, a crítica de Marx (2013) aos economistas clássicos, denominando-os de sicofantas¹, responsáveis por proclamar pela classe burguesa ao invés de possibilitar o desvencilhamento das amarras que escondem o real.

A acumulação primitiva representa para Marx (2009, p. 14) “a idade pré-histórica do mundo burguês”. Esse processo configura-se como gênese que estabelece as condições para instauração e consolidação do sistema capitalista. Como ponto básico desse movimento, consolida-se a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, tornando-os vendedores da sua força de trabalho. A disjunção entre o trabalhador e os meios de produção passa a estabelecer não apenas uma relação de senhorio e servo, na qual o trabalhador vende a sua força de trabalho, como também funda a renúncia da propriedade do produto do seu trabalho (MARX, 2009).

¹ Michel Lowy (2010), no livro **Ideologias e Ciências Sociais** afirma que na Grécia Antiga, os donos de pomares, com receio de terem seus frutos usurpados, contratavam um serviçal para gritar toda vez que encontrassem alguém tentando roubar os frutos. Os sicofantas eram esses indivíduos que tinham por atribuição gritar em defesa da propriedade, da sociedade, das classes dominantes.

Para fundar a relação de assalariamento, como pilar fundamental das relações de produção na sociedade, o capital atua por meio de um conjunto de relações e mediações, submetendo o trabalhador à venda de sua força de trabalho como única alternativa para a garantia da sua existência.

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertos só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 787).

Na Europa, um dos desdobramentos da acumulação originária do capital foi a expropriação da população primitiva. Marx (2009) demonstra que o imbricamento de interesses, entre os proprietários capitalistas e o Estado monárquico, foi primordial para a expropriação dos camponeses e a usurpação das terras comunais. A ação do Estado corroborou para legitimação do processo de privatização das terras, resultando na mobilidade da população camponesa em direção às cidades. Desprovidos de qualquer possibilidade de continuarem a sua sobrevivência no campo, os camponeses expropriados foram coagidos a buscarem outras formas para garantia da sua reprodução na cidade.

Os despojos dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a pilhagem dos terrenos comunais, a transformação usurpadora e terrorista da propriedade feudal e mesmo a patriarcal, em propriedade privada moderna, a guerra às cabanas, forma os processos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram a terra para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e entregaram à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar nem pão (MARX, 2009, p. 46).

O caráter perverso da acumulação primitiva não se restringiu à expropriação dos camponeses. Para a consolidação das bases do capitalismo, era necessário disciplinar os trabalhadores, expropriados do campo, enquanto classe proletária; sendo o Estado funcional à consolidação desse objetivo. Desprovidos de qualquer possibilidade de continuarem enquanto camponeses, esses trabalhadores também foram privados pelo Estado da condição de “vagabundagem” nas cidades, sendo imputadas severas penas. A coação do Estado resultou em submissão às condições

insalubres da indústria moderna, às longas jornadas de trabalho e aos baixos salários (Ibidem). “Foi assim que a população do campo, violentamente expropriada e reduzida à vagabundagem, ficou submetida à disciplina que exige sistema de assalariado, por leis de um terrorismo grotesco: pelo açoite, a marca com ferro em brasa, a tortura e a escravidão” (Ibidem, p. 52).

Entretanto, o constrangimento ao qual estava submetida a classe trabalhadora não se restringiu as leis sobre a “vagabundagem”. De forma concomitante e perversa, as leis sobre os salários estipulavam um limite máximo para o valor do salário e condenavam mais perversamente o trabalhador que concordasse em receber um salário superior, do que o burguês que infringisse a lei (Ibidem). As situações vivenciadas pela classe proletária, durante a acumulação primitiva foram necessárias para a criação e manutenção das condições ideais de acumulação do capital, que representavam assim, o caráter perverso da ordem social que estava se estabelecendo, a partir daquele momento histórico (Ibidem).

[...] para transformar dinheiro em capital, não bastava a existência de produção e circulação de mercadorias. Antes, tinham de defrontar-se, de um lado, possuidor de valor ou dinheiro, do outro, possuidor de substância criadora de valor; de um lado, possuidor de meios de produção e meios de subsistência, do outro, possuidor apenas de força de trabalho, nos papéis de comprador e vendedor. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista (MARX & ENGELS, 2003, p. 380).

A essência do Estado para a acumulação do capital desvelava-se nitidamente naquele momento, ao atuar diretamente na expropriação e no disciplinamento da classe trabalhadora. Como as condições de trabalho eram desumanas, a movimentação em torno da organização da luta tornou-se inevitável, no entanto, o Estado impossibilitou a criação de organizações trabalhistas que representassem e defendessem os interesses da classe trabalhadora. O Estado atuou para a manutenção dos interesses burgueses deslegitimando qualquer pretensão de organização sindical (MARX, 2009).

Na Europa Ocidental, o processo da acumulação primitiva já estava quase totalmente consumado, o capital controlava quase toda a esfera produtiva da

economia nacional. Quando não conseguia o controle direto, coexistia com modos de produção díspares controlando-os de forma indireta. Por sua vez, nas colônias a situação era adversa, o capital chocava-se com sistemas econômicos diametralmente opostos, o capital então buscava eliminar as formas metabólicas de controle vigentes para instaurar sua lógica operacional (MARX, 2013).

Com base na dupla realidade de produção do capital, *Metrópole versus Colônia*, Mello (1998) considera que para Marx a acumulação que ocorre posterior ao século XVI já integra o próprio desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, o autor conclui que apenas a acumulação originária em termos europeia é pré-condição para a formação capitalista (MELLO, 1998, p. 30).

A acumulação primitiva não é concebida por Marx como um fato histórico, um episódio, mas como processo. Segundo Mello (1998), não é um processo que se esgotou no século XVI e estava circunscrito ao continente europeu, configura-se como processo espacial e temporal que “percorre várias, fases, sequências diversas, épocas distintas, métodos e formas variadas, diferentes países e continente” (MELLO, 1998, p. 30).

El descubrimiento de las comarcas auríferas y argentíferas en América, el exterminio, esclavización y soterramiento en las minas de la población aborigen, la conquista y saqueo de las Indias Orientales, la transformación de África en un coto reservado para la caza comercial de pieles-negras, caracterizan los albores de la era de producción capitalista (MARX; ENGELS, 1979, p. 236).

Marx considera os acontecimentos que se desenrolaram com as navegações ultramarinas, como imprescindíveis ao desenvolvimento do capitalismo na Europa. Em diversas passagens de suas obras, o autor pontua a colonização como ensejo da acumulação originária do capital e a expansão do mercado mundial. Não corrobora, portanto, com a leitura fragmentada dos que afirmam ter Marx considerado a acumulação primitiva como uma etapa já concluída ao desenvolvimento do capital. Acumulação primitiva para Marx, conforme Mello (1998), constitui-se como fundamento histórico.

No Manifesto Comunista, Marx & Engels (2005) destacam como a acumulação originária consistiu em fundamento histórico elementar para dissolução

das relações de produção feudais, consolidação das relações mercantis e instauração do modo de produção capitalista:

A descoberta da América, a circunavegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição (MARX & ENGELS, 2005, p. 41).

Esse pensamento é retomado por Marx & Engels no livro **A Ideologia Alemã**. Os autores consideram que o comércio com as Índias e principalmente a abundância de metais preciosos inseridos na circulação do capital contribuíram para a consolidação da ordem capitalista e ampliação do mercado a nível mundial (MARX & ENGELS, 2007).

A colonização da América serviu de impulso a acumulação originária do capital. No decurso do desenvolvimento das relações de produção, a colonização foi o processo assumido para inserção das relações capitalistas na América, assumindo o saque, a rapina e a pilhagem de especiarias e metais preciosos, bem como a escravização indígena e dos negros africanos como forma de travestimento da acumulação primitiva na América.

No século XVI, o acúmulo de metais preciosos coloca-se como indispensável para a economia europeia. O sistema agrícola europeu apresentava nível de produtividade insuficiente para atender a demanda da população, sendo o comércio com as Índias Orientais o principal mecanismo para suprir essa necessidade, contudo resultando em déficit na balança comercial (MELLO, 1998; BETHELL, 1990; COGGIOLA, 2011).

O afã, de explorar e acumular riqueza, foi o fator que impulsionou a expansão do capital europeu ao continente americano. Sob a incessante necessidade acumulativa, o europeu aqui se aportou no século XVI, deparando-se com uma realidade distinta do curso das relações em desenvolvimento na Europa. Homens de pele vermelha, vivendo ainda em estágio primitivo, mata exuberante, rios caudalosos, a nova terra revelava-se como realidade e possibilidade de acumulação, conquanto, era imprescindível desbravá-la e dominá-la. Cogitava-se sobre as feras

que poderiam habitar a nova terra, como também a possibilidade da existência de riquezas, jazidas de minerais preciosos.

Conquistar, por lo tanto, puede significar colonizar, pero también puede significar invadir, saquear y avanzar. Conquistar en el primer sentido de la primicia a la ocupación y explotación de la tierra. En el segundo sentido, se concibe como poder y riqueza en una forma mucho menos estática, en términos de posesión de objetos portables, como el oro, los botines y el ganado, y de señorios sobre vasallos más que propiedad de la tierra (BETHELL, 1990, p. 128).

O domínio da exploração de metais preciosos já era de conhecimento das populações autóctones da América Espanhola. Povos como os Incas, Maias, Astecas possuíam uma relação de uso com estes metais (BETHELL, 1990), a relação de exploração dos recursos naturais fundamentava-se nas mediações de primeira ordem. Reféns da lógica das mediações de segunda ordem, os europeus vislumbravam o valor de troca nas riquezas materiais. Desse modo, seguiu-se a dominação, e quando necessário o extermínio dessas populações para viabilização da exploração do ouro e da prata.

Na América Espanhola, a abundância de metais preciosos constituiu-se em pressuposto de imediato para a colonização. Segundo Bethell (1990), o saque das riquezas minerais foi marca da exploração espanhola em diversos espaços do continente americano, desde as Antilhas no Caribe, princípio da colonização, incluindo as minas de Potosí e Zaratecas, verdadeiros mananciais de metais preciosos.

A base da exploração das riquezas minerais, assim como das plantações do sistema de *encomiendas*, era a força de trabalho escrava do indígena (BETHELL, 1990). De possuidores das riquezas, os nativos passaram a condição de escravos, submetidos à perversidade da acumulação primitiva foram obrigados a cumprir longas jornadas de trabalho em condições desumanas e renunciar forçadamente a sua liberdade.

El trato dado a los aborígenes alcanzaba los niveles más versánicos, desde luego, em las plantaciones destinadas exclusivamente al comercio de exportación, como las Indias Occidentales, y em los países ricos y desamente poblados, entregados al saqueo y el chuchillo, como México y las Indias Orientales (MARX & ENGELS, 1979, p. 238).

O historiador francês, Piere Chaunu, destaca no livro **História de America Latina**, que havia muita resistência dos indígenas ao aceitar o trabalho com base nos princípios europeus, sendo a escravização utilizada como estratégia para esse impasse. Quando a força de trabalho indígena passou a diminuir vertiginosamente, sobretudo, devido às condições extenuantes de exploração, à insalubridade, a força de trabalho escrava dos negros africanos passou a ser introduzida como saída (CHANU, 1994).

La busca de minas fue el motor de la conquista: la técnica de la exploración minera - hasta el agotamiento - sigue la línea de la economía de la América Latina. Siuadas por la natureza en la entraña de la cordilera de los Andes, a 3.400 metros de altura y a veces más, en Perú, en la zona de Potossí, o sobre las áridas mesetas de México, en Guanajuato, en Zacatecas, en Oaxaca...., las minas americanas fueron devoradoras de indios suministrados por la mita (se rezaba po ellos el oficio de difuntos antes de ter que partieran a hacerse cargo de sus tarefas). La aristocracia minera equivalia a la de los fazendeiros y a la de los estancieros, pero fue infinitamente más rica: cubrió a Mexico y a Lima de palacios (CHUANU, 1994, p. 58).

A exploração da América representava uma exploração de capitais, em alguns casos em parceria com Estados Monárquicos europeus (MORAES, 2002). Como base do financiamento da exploração da América estava capitais de diversas nacionalidades - portugueses, espanhóis, franceses, genoveses, holandeses - cuja origem advinha das relações mercantis, do capital comercial que desenvolvia comércio com as Índias Orientais há longo tempo, como também das expropriações em curso na Europa (MORAES, 2002).

No livro **A História da América Latina**, o historiador Leslie Bethell (1990), demonstra que a Igreja atuou de forma conivente com o processo de exploração da América, legitimando as desigualdades entre os homens, ao elencar os indígenas como homens pagãos, sendo assim, era necessário catequizá-los conforme os princípios cristãos. Eduardo Galeano (2010) afirma que a imposição religiosa, resultou, também, em extermínio de nações indígenas por não aceitarem a doutrina cristã, sendo em diversas situações tratados como animais, visto que, eram considerados sem almas pela Igreja. Os imperativos da acumulação primitiva estavam resguardados por uma doutrina socializante mercantilista e religiosa.

A exploração do ouro e da Prata, na América Espanhola, constituiu-se como pilar da consolidação do capitalismo na Europa (MARX & ENGELS, 2005; MARX & ENGELS, 1998). O afluxo de metais preciosos consistiu como base da dominação das comunidades autóctones na América Espanhola, figurando como a principal forma assumida pelo processo de acumulação originária. Segundo Chanu (1994), apenas no século XVIII, a quantidade de prata enviada para a Europa foi de 3 milhões e 500.000 marcos.

Em conexão com as relações de produção, que estavam em vias de desenvolvimento no século XVI, a colonização da América Portuguesa, enquanto processo de acumulação primitiva, estabeleceu-se a partir do saque, da pilhagem, da rapina, da dominação e extermínio das populações primitivas, bem como no comércio de especiarias e metais preciosos, além do uso de força de trabalho escrava dos indígenas e dos negros africanos.

A busca por metais preciosos consistiu em objetivo inicial dos portugueses ao desembarcarem nas terras tropicais do Brasil, não obstante, as terras tupiniquins não ofereceram de imediato as mesmas vantagens exploratórias que as colônias espanholas na América. Não havia sociedades organizadas em níveis comparáveis as sociedades andinas e africanas, com as quais os europeus estavam habituados a estabelecer relações comerciais e que já possuíam o domínio da técnica de exploração mineral (MORAES, 2000; ANTONIL, 1950).

Os metais preciosos tinham preocupado os portugueses desde o início da colonização. As prematuras descobertas castelhanas no México e no Peru incendiaram as imaginações, e tornara-se crença arraigada que qualquer território da América encerrava necessariamente os preciosos metais. Com a esperança de encontrá-los, não foram poucos os aventureiros que desde o primeiro momento da ocupação do litoral brasileiro se tinham internado pelo território desconhecido. Deles ficariam notícias vagas, pois quase todos se perderam: quando escapavam dos obstáculos de uma natureza agreste, iam acabar às mãos dos indígenas (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 56).

Apesar da desvantagem da colonização portuguesa referente às reservas de metais valiosos, em comparação aos espanhóis que encontraram uma miríade de ouro e prata em estoque pelas comunidades autóctones, esse fato não pode significar a inexistência de incursões exploratórias para localização de reservas auríferas e argentíferas. Conforme Holanda (1976), desde o primeiro século de

invasão portuguesa na América do Sul foram realizadas diversas expedições com o objetivo de localizar riquezas minerais. A realização dessas expedições não se restringiu apenas a uma porção do território brasileiro em formação, mas perfizeram desde as capitanias do sul - como São Vicente², onde foi encontrado ouro -, até as capitanias do norte, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Ceará.

Durante a primeira metade do século XVI, enquanto a colonização da América Espanhola avançava com voracidade histórica, o processo de ocupação do Brasil configurou-se apático, restringindo-se essencialmente à faixa litorânea mediante o estabelecimento de feitorias³ que permitiam trocas comerciais, sobretudo, na exploração do pau-brasil. Constatase que naquele período, a ausência da descoberta de minerais metálicos, assim como de especiarias de maior valor agregado, encerraram-se como fatores para inviabilização da ocupação imediata das terras brasileiras pelos portugueses, uma vez que, não era lucrativo em curto tempo para o capital mercantil (SODRÉ, 1967).

Nas primeiras décadas do século XVI, algumas expedições exploratórias e visitas ocasionais para a realização do escambo com os indígenas basicamente para a obtenção do pau-brasil. As primeiras são organizadas diretamente pela Coroa com objetivo claro de conhecer as novas terras como forma primeva de reivindicar sua soberania, objetivo que se realiza pois já em 1519 o contorno da costa brasileira aparece bem desenhado no conhecido mapa de Lopo Homem. As segundas viagens são obras de companhias privadas, para as quais o Estado português arrenda atividade de escambo do pau-brasil, tornando assim o capital mercantil sócio de mais este empreendimento (MORAES, 2000, p. 292).

Integrando o processo de acumulação primitiva do capital que começava a deslindar-se na Europa, a exploração do pau-brasil constituiu-se como a primeira atividade econômica a oferecer os êxitos que justificasse a ocupação do Brasil. Essa atividade ocorreu inicialmente, através do escambo com os indígenas, sendo posteriormente utilizada como estratégia o apresamento e escravização das populações autóctones.

² Holanda (1978) destaca a expedição realizada por Afonso Sardinha, que descobriu ouro de aluvião na Serra da Mantiqueira, sendo posteriormente local de atração de outras expedições como a realizada por D. Francisco de Souza.

³ Segundo Bethell (1994,) desde o estabelecimento das feitorias na África, a colonização portuguesa possuía como marca a ocupação principalmente no litoral, estabelecendo pontos de trocas que permitiam o controle de uma vasta área sem necessidade de adentrar grandes porções do interior.

A ação da Coroa portuguesa foi substancial para o processo de ocupação e dominação do Brasil, atuando de forma intrínseca ao capital mercantil privado para o processo de viabilização da acumulação primitiva e contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo. A atuação da monarquia era contraditória, pois ao corroborar com a concentração de capitais pela classe mercantil, contribuía para sua própria dissolução.

Assim que, a exploração da América Portuguesa viabilizou o acúmulo de capitais suficientes para o desenvolvimento de outra atividade econômica, foi favorecido o adensamento do povoamento português no Brasil a fim de consolidar a dominação portuguesa na área. Nesse sentido, foi estimulado o desenvolvimento da agricultura açucareira, embora, o escambo do pau-brasil ainda continuasse como atividade da colonização portuguesa (PRADO JUNIOR, 1985).

A incipiente ocupação portuguesa na América do Sul, apenas com o estabelecimento de feitorias em pontos esparsos da costa brasileira, representava risco à posse territorial, na medida em que embarcações de diferentes nacionalidades - franceses, ingleses, holandeses - também estabeleciam trocas comerciais de pau-brasil com os indígenas alojados no litoral (HOLANDA, 1978). Na retaguarda, a Coroa portuguesa direcionou a produção da cana-de-açúcar como solução⁴ para estancar a sangria da riqueza e efetivar o adensamento humano europeu na Colônia.

Com base no trabalho escravo, inicialmente força de trabalho indígena e posteriormente africana⁵, a atividade canavieira permitiu maior adensamento português no Brasil, corroborando o aprofundamento das trocas comerciais com a Europa, favorecendo o desenvolvimento do capital comercial, bem como fornecendo

⁴ Nelson Werneck Sodré (1967) demonstra que a escolha para a cana de açúcar, enquanto cultivo propulsor da colonização do Brasil, baseou-se na experiência portuguesa, que já cultivava a planta nos Açores, além da histórica aceitação do açúcar no mercado europeu e a fraca presença de concorrentes que pudessem comprimir a taxa de lucro da especiaria. O açúcar, no século XVI, consistia em artigo de luxo, não obstante, garantia de elevada taxa de lucro para os portugueses.

⁵ Segundo Sodré (1967), a inserção da força de trabalho escrava nos canaviais brasileiros resultou da experiência secular portuguesa com o tráfico de escravo, como o indígena apresentava maior resistência ao apresamento, pois não concebia o trabalho mediante relações mercantis como os europeus, a solução foi a substituição pelo negro. Além disso, o tráfico de escravos representava uma forma de baratear os fretes do açúcar à Europa, na medida em que os navios aportavam carregados de escravos africanos e retornavam com cargas de açúcar.

subsídios para a origem do capital. Todavia, é preciso enfatizar que este processo não ocorreu de forma idílica e sustentando no trabalho e no direito, como apregoam os economistas clássicos, mas sustentou-se no apresamento, na exploração e no extermínio das populações autóctones, processo este que se intensificou ainda mais com o estabelecimento e consolidação da monocultura açucareira no Brasil. Esse foi o padrão da acumulação primitiva que perdurou por séculos na América Portuguesa.

A inserção da cana de açúcar não cessou as expedições mineralógicas. A expectativa em localizar reservas de metais preciosos no Brasil permanecia ativa, segundo Furtado (2007, p. 36) “não há dúvida de que por trás de tudo [a inserção da monocultura de cana de açúcar] estavam o desejo e o empenho do governo português de conservar a parte que lhe cabia das terras da América, das quais um dia sairia o ouro em grande escala”.

Com o objetivo da exploração, acreditava-se que se existia prata no Peru, possivelmente existiria no Brasil, visto que, as duas colônias estavam localizadas no mesmo continente. Predominava o pensamento que o oriente era sempre mais rico que o ocidente - a experiência do comércio com as Índias Orientais era a base indutora dessa concepção - , destarte o Brasil ao estar localizado no oriente da América do Sul certamente possuiria jazidas minerais ainda mais exuberantes que as do Peru (SETUBAL, 1960).

Na lógica do interesse do lucro, à medida que se consolidava a ocupação do território, aumentava a área de expansão e a interiorização da colonização movida, sobretudo, pela esperança de encontrar riquezas de valor comercial nos sertões, tais como o ouro e a prata. A expansão da fronteira agrícola, a interiorização da pecuária⁶, as expedições dos bandeirantes para o apresamento indígena desenvolveram-se, contudo, sem suprimir a busca por riquezas minerais. Como atesta Moraes (2000, p. 303):

A par da atividade agrícola, e ao escambo que prosseguia, a maior fixação ativava o imaginário dos colonos e das autoridades coloniais

⁶ Caio Prado Junior (1985) demonstra que a pecuária foi a atividade principiante para a interiorização da hinterlândia no Brasil, principalmente no Nordeste, onde o conflito do gado com a lavoura de cana de açúcar implicou na atribuição da Coroa para proibição do criatório de gado no litoral. A atividade pecuarista foi obrigada a recuar em direção aos agrestes e sertões, contribuindo para o povoamento do interior do Brasil.

quanto às riquezas escondidas na hinterlândia. O contato com os índios, e com remanescentes de expedições ou naufragos espanhóis vai alimentando uma “geografia fantástica” que animava o desvendamento dos sertões. Tal móvel estimulou precocemente a organização de enteadas, processo que conhece aceleração com as notícias referentes à descoberta do ouro de Potossí, que a consciência de então considerava mais próximo da costa brasileira. Entrando na segunda metade do século XVI, observa-se a proliferação de expedições que demandam o interior em busca de minérios, num movimento irradiador que parte de diferentes núcleos costeiros. Além das riquezas minerais, o apresamento do gentio também começa a emergir como móvel dessas incursões, pelo fato de que se expandi a demanda de braços com a consolidação das plantações (MORAES, 2000, p. 303).

À medida que o apresamento indígena entrava em decadência, os bandeirantes passaram a redirecionar as incursões nos rincões do país, focalizando-as para a localização de reservas auríferas, ou outros metais e pedras preciosas. As expedições mineralógicas do século XVIII resultaram na descoberta de ouro nas Minas Gerais, confirmando as especulações que marcaram o início da invasão portuguesa nas terras tupiniquins (HOLANDA, 1976). Enquanto as jazidas da América Hispânica apresentavam esgotamento, o prelúdio da exploração do ouro no Brasil contribuía para a manutenção de abastecimento do mercado europeu, da acumulação primitiva de capitais.

Na historiografia brasileira, a exploração do ouro nas Minas Gerais figura como atividade econômica que contribuiu de forma substancial para o adensamento populacional na Colônia, sobretudo, ao constituir-se como fundamento para a mobilidade de portugueses sem o incentivo da Coroa. Conjuntamente, essa situação convergiu para o desenvolvimento de áreas urbanas no interior do Brasil, com destaque para Ouro Preto (PRADO JUNIOR, 1985).

A exploração do ouro permitiu a coexistência de trabalho livre e trabalho escravo na Colônia. Contudo, a base da exploração do ouro estava na intensificação da exploração da força de trabalho dos negros africanos, os quais sequestrados, foram trazidos como animais para o Brasil, comercializados como mercadoria, submetidos à perversidade da lógica do capital (SODRÉ, 1967; FURTADO, 2007). A tragédia que acontecera na América Espanhola, agora se repetira como farsa na América Portuguesa.

O ouro explorado no Brasil era canalizado para a Europa de diversas formas. O pagamento dos impostos à Coroa Portuguesa, como o quinto real, configurava-se como escoadouro oficial do ouro. A condição de luxo da monarquia portuguesa era efetuada através de empréstimos com os banqueiros europeus, sendo o ouro do Brasil a principal forma de pagamento. Integra o afluxo de ouro para a acumulação de capitais na Europa, a compra dos produtos manufaturados da Inglaterra, a compra de escravos aos comerciantes ingleses e holandeses e o contrabando (SODRÉ, 1967; PRADO JÚNIOR, 1985). O ouro brasileiro contribui diretamente para o desenvolvimento do capitalismo europeu, sendo alicerce do processo de acumulação de capitais e consolidação das relações capitalistas.

O ouro do Brasil, conforme apontado por Marx e Engels (1979), assim como a prata da América Espanhola, as especiarias das Índias Orientais e o comércio de escravos da África foram os responsáveis por promover o desenvolvimento do capitalismo na Europa. Eis aqui a origem do capital: a acumulação primitiva consubstanciada no extermínio das populações autóctones, a pilhagem, o saque, a rapina, o apresamento e escravização dos indígenas e africanos, a expropriação dos camponeses, as leis sanguinárias (MARX, 2009). Creditar ao trabalho individual e ao direito este papel significa corroborar com todos estes processos de dominação e exploração do homem sobre o homem. É perpetuar a desigualdade e as mazelas da sociedade estruturada em classes.

Pensar a mineração no Brasil apenas através do “Ciclo do Ouro” nas Minas Gerais configura-se como um equívoco, visto que, não corresponde a realidade dos fatos. Este pensamento traz consigo toda a construção social do “Ciclo do Ouro”, o qual passou a ser considerado como o único período da história em que houve exploração mineral no Brasil, a qual tornou-se instantaneamente a única atividade econômica do país. Nessa versão não há possibilidade de aceitar que havia outras atividades econômicas, como a lavoura da cana de açúcar e as culturas de subsistência que abasteciam as populações das áreas mineradoras, como também, não há espaço para discorrer sobre as expedições realizadas no território brasileiro, desde o princípio da ocupação portuguesa.

A exploração mineral possui bases anteriores ao processo de exploração do ouro em Minas Gerais no século XVIII. Conforme demonstrado por Buarque (1976),

Furtado (2007), Sodré (1967), Prado Junior (1985), Linhares (1996), Chanu (1994), Bethell (1990), Moraes (2000a), Coggiola (2011), a busca por metais preciosos constituiu-se em fator principiante a colonização do Brasil, sendo percorrida durante a longa duração dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando finalmente descobre-se ouro e diamantes principalmente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e na Bahia. A busca por metais preciosos esteve presente desde o início da colonização em diversas áreas do país, incluindo o atual território do estado de Sergipe.

O desejo imanente de encontrar metais preciosos contribuiu para o surgimento de diversas notícias, que sob o invólucro da crença popular transformaram-se em diversas lendas como a da Serra das Esmeraldas, das Minas de Prata e do Sabarabuçu. Sérgio Buarque de Holanda (1976, p. 289), aponta também para as lendas da Serra da Prata e do “‘Rei Branco’ rodeado de fabulosas riquezas”.

A partir do lendário, Paulo Setúbal realizou importante levantamento em fontes históricas. Em seu livro, **“O Romance da Prata”**, expõe sobre o ideário que permeava as expedições mineralógicas que objetivaram localizar a Serra da Prata.

Contudo, mais do que o ouro, bem mais do que as esmeraldas, esbraseava-lhe rudemente a ambição aquela acutilante notícia de que lá, ao longe, muito longe, encravada na escuridão daqueles matos, havia uma serra branca, muito resplandecente, que parecia à distância uma torre de prata a fuzilar ao sol. Ah, era a Serra da Prata... Era de certo aquela mesma serra, tão provocadora, de que falara com ardência Walter Raleigh na sua célebre viagem ao El Dourado: “nós nos contentamos de vê-la á distância; e nos pareceu uma torre branca, muito alterosa. Não creio que haja no mundo coisa semelhante. Barrêo contou-me maravilhas dessa montanha, onde há muita prata que resplende de longe ao sol”. E essa ofuscadora serra branca, que se tornou durante duzentos anos o sonho obsidente de todos os violadores do sertão - “se compõe (diziam os sertanistas brasileiros), se compõe de huma terra tão branca e tão fina como a cal; e, segundo os signaes da terra onde se acha a prata, por este signal mostra que esta Serra o tem” (SETUBAL, 1960, p. 4).

O afã de encontrar riquezas minerais também está presente nos relatos de diversos viajantes, cronistas, escritores. Nesse bojo, destaca-se Gabriel Soares de Souza que após realizar longas expedições pelo território do Brasil Colônia escreveu, em 1587, o **“Tratado Descritivo do Brasil”**, com o objetivo de informar a metrópole sobre a situação da colônia, descrevendo a fauna, a flora, a hidrografia e informando sobre as riquezas minerais.

Sobre a província do Brasil o autor descreve:

É esta província mui abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os de Espanha. Dão-se nela muitas carnes, assim naturais dela, como das de Portugal, e maravilhosos pescados; onde se dão melhores algodões que em outra parte sabida, e muitos açúcares tão bons como na ilha da Madeira. Tem muito pau de que se fazem as tintas. Em algumas partes dela se dá trigo, cevada e vinho muito bom, e em todas todos os frutos e sementes de Espanha, do que haverá muita qualidade, se Sua Majestade mandar prover nisso com muita instância e **no descobrimento dos metais que nesta terra há, porque lhe não falta ferro, aço, cobre, ouro, esmeralda, cristal e muito salitre**; e em cuja costa sai do mar todos os anos muito bom âmbar; e de todas estas e outras podiam vir todos (SOUZA, 2001, p. 40, **grifo nosso**).

Era necessário informar a Metrópole sobre as riquezas, aqui encontradas, para destacar a importância da Colônia e legitimar o processo de ocupação e colonização. Neste intuito, o território de Sergipe também foi explorado mediante a busca por riquezas minerais, na especificidade do Agreste e do Sertão. Surgiram notícias sobre a existência de minas na Serra de Itabaiana, da Miaba e nas proximidades do Rio São Francisco. Nesse sentido, foram realizadas diversas missões mineralógicas, durante séculos, envolvendo principalmente portugueses, holandeses e brasileiros, concomitantemente desenvolvendo a formação territorial.

2.2 AS EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS EM SERGIPE COMO MATERIALIDADE DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL

Itabaiana! Era pois aí a serra encantada? Sim, era, aí, em Itabaiana, a famosa serra da prata! (SETUBAL, 1960, p.16).

No bojo do processo de acumulação originária ocorreram diversas expedições mineralógicas em Sergipe. Foram produzidos diversos relatos por viajantes e estudiosos, nos quais é possível constatar que as riquezas minerais são abordadas como fatores que atribuem valor ao espaço (MORAES, 2000; MORAES, 2002), contribuindo, assim, para a legitimação do processo de ocupação. Há nestes relatos

uma intenção implícita de informar para ocupar, contribuindo, assim, para o processo de acumulação de capitais.

O foco das expedições mineralógicas em Sergipe foi a Serra de Itabaiana. Durante séculos acreditou-se na existência de minas de prata e ouro na área, sendo assim relatado por Manoel Aires de Casal no século XIX: "Desta montanha, **onde se sabe que há ouro**, descem vários regatos de água cristalina, parte dos quais se unem e formam uma ribeira abundante, e vistosa" (CASAL, 1976, p. 247, **grifo nosso**).

Confirmando a tendência de valorização das riquezas minerais no processo de acumulação capitalista, no século XIX, J. C. R. Millet de Saint Adolphe descreveu a província de Sergipe destacando o seguinte sobre a Serra de Itabaiana: "Há nesta serra um lago que conserva quase sempre a mesma quantidade d'água, e várias **minas d'ouro** que nunca foram lavradas" (SAINT - ADOLPHE, 2001, p. 53, **grifo nosso**). A importância mineral também foi destacada pelo autor ao escrever sobre a Serra da Miaba: "Serra da província de Sergipe, no districto da vila d'Itabayana, a 12 léguas do mar. Em 1840 achou-se que tinha abundante **minas de ferro e de salitre**" (Ibidem, p. 60, **grifo nosso**).

Os discursos desses pensadores configuram-se como discursos que atribuem valorização ao espaço, mediante as riquezas minerais (RIBEIRO; SOBRAL; SANTOS, 2015). Esses discursos, embora não formulados por geógrafos e com elaboração em período anterior à sistematização acadêmica, segundo Moraes (1996,) configuram-se como ideologias geográficas.

Os assuntos se interpenetram, tendo seu foco centrado nos fenômenos do espaço. Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva, deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais "orgânicos" (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de ideologias geográficas (MORAES, 1996, p. 35).

Em Sergipe, o período da acumulação primitiva esteve marcado primordialmente pela atividade açucareira e da pecuária, seguindo a tendência de ocupação portuguesa no Brasil. No entanto, como foi observado nos relatos anteriores, desde os primeiros anos da colonização há evidências da realização de

expedições mineralógicas pelos sertões sergipanos. Assim, a busca por metais preciosos na área também foi parte integrante do processo de acumulação primitiva do capital. Com base nessa afirmação serão apresentadas as expedições mineralógicas que ocorreram durante a fase de acumulação originária do capital. Começaremos por Belchior Dias de Moréia, por ter sido pioneiro neste processo e instigado as expedições seguintes. Posteriormente, serão relatadas as expedições mineralógicas realizadas em Sergipe na fase de acumulação primitiva do capital.

2.2.1 As expedições mineralógicas em Sergipe durante o Período Colonial

E rumo à Itabaiana, assim como rumo à Jacobina (que também se dizia ser a serra da prata) na esperança de desvendar o famoso segredo que a tumba engolira, botara-se a partir de novo, esbraseados e ávidos, bandos de sertanistas entontecidos (SETUBAL, 1960, p.19)

A formação territorial do atual estado de Sergipe possui como marco da conquista e colonização do território a guerra entre o Governo Luso-espanhol e os grupos autóctones que a priori ocupavam o território. Esse conflito estava fundamentado em uma miríade de interesses que se desdobram entre, o objetivo metropolitano de integrar essas terras às áreas de domínio consolidado, o Governo da Bahia que deseja anexar esse território à Capital da Bahia, bem como os criadores de gado que buscam ampliar seu horizonte econômico (FREIRE, 2006; NUNES, 2013).

Na guerra entre os índios que habitam o território sergipano e o Governo Luso-espanhol, considera-se Belchior Dias de Moreia como figura importante para o nosso estudo. Segundo Freire (2006) e Nunes (2013), Belchior recebeu sesmaria de terra pela participação na guerra que resultou na derrota indígena, após o acontecimento dedicou parte da sua vida a realizar incursões pelos sertões sergipanos e baianos na busca de encontrar riquezas minerais.

No período compreendido entre a vitória da tropa de Christovão de Barros no final do século XVI, até a primeira metade do século XVIII, a criação de gado constituiu-se como atividade propulsora da colonização do atual território sergipano, sendo desenvolvida, principalmente, às margens dos cursos fluviais. Distinguindo-se das capitanias vizinhas, Bahia e Pernambuco que possuíam a monocultura da cana de açúcar como pilar econômico, a capitania de Sergipe d'El Rey fundava-se na atividade pastoral (FREIRE, 2006; NUNES, 2013).

Durante o período colonial, a criação de gado, a agricultura de subsistência e configuravam-se como as principais atividades da formação territorial de Sergipe nesse momento. Essas atividades econômicas, enquanto processo de apropriação dos recursos naturais, transformação dos meios naturais, reapropriação dos recursos naturais e apropriação do espaço produzido expressavam, naquele contexto, a valorização do espaço (MORAES, 2000b; MORAES, 2002), sob os pressupostos de uma sociabilidade que se destinava a acumulação primitiva do capital.

Durante o período colonial e o período imperial, o território sergipano foi vasculhado por exploradores brasileiros, portugueses e holandeses no ritmo do processo de acumulação primitiva. Fundamentando-se na crença da existência de ouro e prata, partiram em expedições pelos agrestes e sertões sergipanos. Estas expedições encontravam apoio nas monarquias europeias e na classe mercantil do velho continente, que financiavam as despesas e premiavam os desbravadores que trouxessem evidências concretas da localização de minas no subsolo tropical.

Durante a fase colonial foram realizadas diversas incursões mineralógicas portuguesas em Sergipe que contribuíram para a sua formação territorial. Freire (2006), Nunes (2013), Lima Junior (1914), relatam que essas expedições possuíam financiamento e outorga da Coroa Portuguesa, situação que corrobora para o entendimento dessas expedições mineralógicas como resultantes do processo da acumulação primitiva, ao invés de resultante de interesses isolados.

Oficialmente, considera-se que a busca por metais preciosos no território sergipano funda-se com as expedições de Belchior Dias Moréia. Este acontecimento adquiriu notoriedade na sociedade da época e foi propagado durante os séculos

como uma lenda, resultando no impulsionamento de uma busca real por prata e ouro no subsolo sergipano. Tais buscas não eram pautadas apenas no desejo de exploradores que almejam o enriquecimento, substanciava-se, ainda, no apoio da Coroa, cuja diretriz baseava-se no acúmulo de metais preciosos e, assim corroborava com a acumulação primitiva.

2.2.1.1 As expedições de Belchior Dias de Moréia pelos sertões de Sergipe

Tecer considerações sobre a história de Belchior Dias de Moreia e suas expedições é algo complicado. O primeiro entrave que nos deparamos é a ausência de fontes históricas do período em que ocorreram os acontecimentos. Segundo Silva (1920), as fontes que relatam este fato histórico são do século XVII e já não apresentavam mais autenticidade, pois estavam permeadas por mitos e lendas que a sociedade produziu no devir histórico. Outro fato curioso é a forma como o nome deste “sujeito histórico” foi transcrito, no tempo histórico, em algumas versões contadas por historiadores e nos documentos encontra-se referência a Belchior ou Melchior, com também Moréia, Moreia, Moreya, ou até mesmo Moreira. Não bastasse este desencontro de informações deparamo-nos também com a histórica inversão que delegou a Rubélio Dias, então filho de Belchior, a proeza em realizar as expedições em buscas de metais preciosos no século XVI, ao invés do reconhecimento a Belchior Dias de Moreia. Felisbello Freire (2006), em seu pioneiro livro sobre a história de Sergipe trata de esclarecer esta questão:

Os preciosos documentos dados à publicidade pelo meu honrado amigo e ilustrado professor Dr. Capistrano de Abreu, esclarecem as questões de minas, salvando a verdade que até então, pela influência de Rocha Pitta, era uma legenda em torno do nome de Rubélio Dias, a quem os historiadores sempre ligaram as questões de minas, no Brasil.

O nome de Belchior desapareceu, para ser substituído pelo de seu filho, que na opinião de seus contemporâneos não teve tino nem actividade para seguir os passos de seu pai. A legenda foi substituída pela verdade da história.

Foi Belchior e não Rubélio quem dedicou-se à explorações de minas (FREIRE, 2006, p. 127).

Na historiografia sergipana encontramos duas explicativas sobre as expedições de Belchior Dias de Moreia no século XVI. A primeira e a mais reproduzida tanto em âmbito estadual, quanto em âmbito nacional, baseia-se essencialmente na Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Visconde de Sabugoza em 1725. Esta versão foi historiada no final do século XIX por Felisbelo Freire no seu livro **História de Sergipe**, como também por Clodomir Silva no famoso **Álbum de Sergipe** já no século XX, além de J. Pires Wynne no livro **História de Sergipe** na década de 1970. A segunda explicação foi elaborada por Maria Tethis Nunes, já no final do século XX, encontra-se disponível no seu livro **Sergipe Colonial I**. Diante disso, pretende-se apresentar a história do expedicionário Belchior Dias apresentando as duas versões em seus pontos de convergência, como também nas possíveis divergências entre os historiadores.

Não há divergências, entre os historiadores, quanto ao papel desempenhado por Belchior Dias de Moreia, na ocupação do território sergipano a partir da expedição de Christovão de Barros, que em 1590, derrotou os indígenas Caetés que viviam nesse território e efetuou o processo de colonização de forma mais efetiva. A partir desse acontecimento, Belchior recebeu sesmarias de terras e se estabeleceu nas margens do Rio Real, onde atualmente localiza-se a cidade de Tobias Barreto (SILVA, 1920; FREIRE, 2006; NUNES, 2013).

No final do século XVI, Belchior iniciou suas expedições em busca de metais preciosos pelos sertões sergipano e baiano. Para descrever o roteiro traçado pelo sertanista, os historiadores baseiam-se na carta do coronel Pedro Barboza Leal ao Visconde de Sabugoza, redigida em 1725, e que detalha o seguinte roteiro:

Preparado Belchior com a sua tropa no rio Real se encaminhou para as serras de Jacobina, fazendo seu caminho pelo rio Itapicurú acima, buscando o sertão de Massacará, passando pela serra a que os naturaes chamam - Bendutayu -, que quer dizer na lingua portugueza - serra de Prata -; desta passou á serra do "Puarassia" e que se acha no meio da catanga do "Tocano", onde fez exames e d'ahi passou para a serra da "Teiuba", onde também fez exames, passou dellas ás serras de "Jacobina" e continuando sua marcha por ellas para a parte do sul foi á 'Pedra Furada', d'ahi passou ao rio do Salitre e por elle acima foi buscar o lugar, onde se presume que morreu Gabriel Soares, passou a serra 'Branca', da serra 'Branca' passou ás serras de 'Osoroá' que se avisinham ao rio S. Francisco e dellas passou ao rio Verde e do rio Verde ao Parnamerim e por elle acima procurou a aldeia dos Tubaijaras que existiu á beira do Paramerim, junto ao sitio

que hoje chamam do Periperi, donde voltou não sei por onde, mas sei que tornou a buscar o rio Salitre, seguiu por elle abaixo descobrindo as minas do “Salitre”, tornou a sahir ao rio S. Francisco, seguiu por elle abaixo, foi ao “Corariá” e onde descobriu as amethistas e novas minas de salitre na serra do “Oroquery”, continuou a marchar pelo rio abaixo, passou á outra parte de Pernambuco e se recolheu para “Itabayana” a sua casa (FREIRE, 2006, p.129).

As expedições mineralógicas de Belchior associam-se com o processo de formação territorial de Sergipe no século XVII. O desbravamento dos sertões revela-se como processo de transformação e valorização espacial, mediante a busca de minerais metálicos. Ademais, as expedições realizadas nesse período permitiu ampliar o horizonte de ocupação portuguesa em um período que a ocupação ainda localizava-se essencialmente no litoral (SODRÉ, 1967, PRADO JÚNIOR, 1985).

Segundo Moraes (2003), a concepção de sertão trata-se de uma ideologia geográfica, que foi construída historicamente no processo de ocupação do território brasileiro para legitimação dos processos de dominação das áreas que ainda não estavam circunscritas no bojo dessas relações.

Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente - mas não necessariamente negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar (MORAES, 2003, p. 13).

Os sertões, enquanto fundos territoriais representam espaço para futura apropriação de riquezas (MORAES, 2002). Com base na busca de riqueza e na ideologia dos sertões, enquanto terras desocupadas - embora a realidade demonstrasse a ocupação pelas populações autóctones -, as expedições mineralógicas de Belchior atuaram para a ampliação da esfera de colonização e dominação portuguesa em Sergipe. Os sertões foram inseridos na lógica de valorização da acumulação primitiva de capitais, sob a mercantilização das possíveis jazidas de riquezas minerais e o fenecimento das comunidades indígenas.

As expedições de Belchior pelos sertões, em busca de metais e pedras preciosas, duraram por volta de oito anos. A ausência do sertanista, assim como de notícias a seu respeito, por um período tão longo, ocasionou para que a sua família o considerasse como morto. No entanto, Belchior retornou para sua casa e trouxe notícias de que havia encontrado ricas minas de ouro e prata na serra de Itabaiana⁷. Ao retornar das expedições, Belchior iniciou os preparativos para viajar à Europa, informar a corte sobre suas descobertas e em troca receber mercês - títulos de nobreza e riqueza (SILVA, 1920; FREIRE, 2006; NUNES, 2013).

A viagem de Belchior à Europa e suas tentativas de conseguir mercês são retratadas de formas diferenciadas na historiografia Sergipana. Silva (1920) e Freire (2006) baseiam-se na carta do coronel Pedro Leal e fornecem uma explicação mais detalhada desses episódios. As andanças de Belchior para a Europa, com o objetivo de obter apoio para as explorações das minas e obtenção dos títulos desejados, teriam ocorrido em três viagens. A primeira viagem foi à Espanha, onde Belchior foi tratado através de requerimentos, por quatro anos, não obtendo êxito. Segundo Silva (1920) e Freire (2006), podem ter sido dois, os motivos para tal decisão da corte espanhola. O primeiro é que podem ter julgado como altas as mercês pretendidas por Belchior; o segundo está relacionado com a sua origem brasileira. A segunda viagem de Belchior foi a Portugal, onde por dois anos tentou alcançar as mercês pretendidas, mas não obteve êxito. Na terceira viagem, já cansado e com idade avançada, Belchior preparou o seu sobrinho Domingos de Araujo para as negociações na Europa, mas não obteve o respaldo que pretendia (FREIRE, 2006; SILVA, 1920). Ambos os autores não fazem menção sobre a obtenção dos títulos desejados por Belchior.

Nunes (2013), por sua vez, afirma que as tentativas de Belchior em conseguir apoio nas explorações das minas, ocorreram na Espanha e em Portugal e durou cerca de quatro anos. Baseando-se em documento diferente, a carta de D. Luís de Souza aos reis de Portugal e da Espanha que data de 1619, a autora supracitada afirma que o sertanista retornou ao Brasil em 1609 “com a promessa real de torná-lo fidalgo e lhe dar administração das minas” (NUNES, 2013, p. 48).

⁷ Há um consenso entre os historiadores consultados, Freire (2006), Silva (1920) e Nunes (2013), que as expedições mineralógicas de Belchior durante o final do século XVI e começo do século XVII pelos sertões sergipanos e baianos tenham resultado na descoberta de metais preciosos.

Os historiados consultados, Freire (2006), Silva (1920) e Nunes (2013), convergem no destaque da importância de D. Luís de Souza na negociação para viabilização da exploração das minas encontradas por Belchior. No entanto, há versões divergentes quanto a forma como tais negociações aconteceram e até mesmo sobre o cargo por este ocupado. Enquanto Freire (2006) e Silva (1920) o denominam como Governador de Pernambuco, Nunes (2013) afirma que D. Luís de Souza era Governador-Geral do Brasil.

Na versão apresentada na carta do coronel Pedro de Barboza Leal, utilizada por Freire (2006) e Silva (1920), D. Luíz de Souza, na época governador de Pernambuco, ao ter conhecimento das tentativas de Belchior em adquirir mercês pelas minas descobertas se disponibilizou para auxiliá-lo nas negociações, o que foi aceito por Belchior. Após as negociações com o rei, D. Luíz de Souza teria alcançado “em primeiro lugar a promessa do título de Marquês de Minas para si, tendo a sua confirmação depois da aclamação do Senhor Rei D. João VI e para Belchior Dias algumas mercês que se destinaram” (SILVA, 1920, p. 22). Posteriormente D. Luíz de Souza entrou em contato com Belchior Dias de Moreia informando ter garantido as pretensões de Belchior e para realizarem uma expedição às minas. O rio São Francisco foi colocado como ponto de encontro para a partida da expedição. Nesta versão, o governador de Pernambuco decidiu incorporar o seu primo na expedição às minas de prata, então governador da Bahia, D. Francisco de Souza (FREIRE, 2006; SILVA 1920).

Por sua vez, Nunes (2013) apresenta outros elementos em suas análises. Segundo a autora, as constantes guerras na Europa pressionavam a demanda por metais pela Corte Ibérica, sendo nesse contexto que as notícias das minas de Belchior foram colocadas na corte. Ciente das descobertas de Belchior, o rei da Espanha procurou o governador-geral do Brasil para solucionar o caso de Belchior. Durante este período Belchior foi procurado por diversas autoridades da época e por pessoas de destaque na sociedade sergipana como “Christovão de Barros o capitão-mor de Sergipe João Mendes e o ouvidor Gaspar de Oliveira, para o entendimento necessário à expedição em busca das minas” (NUNES, 2013, p. 52).

Nunes (2013) possui uma particularidade frente aos outros autores por apontar que as descobertas de Belchior o permitiram adquirir privilégios na sociedade da

época. A autora baseou-se em ampla pesquisa documental e expõe o seguinte trecho da carta de D. Luís de Souza à Câmara da Bahia, que concedia a Belchior exclusividade no fornecimento de carnes aos açougues da capital baiana:

[...] ocupado e o faz à custa de sua fazenda pelo qual respeito convém dares-lhe toda ajuda e favor para que possa tirar dinheiro e cabedal de que fazer a tal despesa, para que manda a essa dita cidade vender algum gado seu, e cortar por açougues dela. Hei pó bem e serviço de V. Majestade que querendo o dito Belchior Dias cortar o tal gado pelo preço comum assentado na câmara, nenhum outro os corte no tal tempo enquanto assim durar para com o dinheiro acudirão benefício e despesa das ditas minas (NUNES, 2013, p. 51).

Em 1619, D. Luís de Souza, depois de ter afirmado o recebimento da correspondência real que ratificava a concessão do “foro de fidalgo e administrador das minas e nas terras que pretende todo o favor entrou em contato com Belchior Dias Moréia para a ida à Serra de Itabaiana” (NUNES, 2013, p. 52). Apesar dos benefícios conseguidos na oferta de carnes na capital baiana e as promessas dos benefícios, como a carta que designava as concessões ainda encontrava-se nas mãos do governador, Belchior mostrou-se insatisfeito, e considerou que suas façanhas constituíam-se de grande favor a corte, por isso buscou fazer mais exigências (Ibidem).

O período de negociações e os preparativos para a expedição a Serra de Itabaiana duraram cerca de dois anos. A versão apresentada por Nunes (2013), destaca que a comitiva que partiu rumo às minas era de grande importância e continha autoridades locais e de outros estados, como o governador do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, diferentemente da versão apresentada por Freire (2006) e Silva (1920), que destacam apenas os governadores de Pernambuco e da Bahia.

Na tradição historiográfica sergipana ficou conhecida a versão apresentada pela carta do Coronel Pedro Leal para o desfecho desta história. Freire (2006) e Silva (1920) nos conta que Belchior tornou-se conhecedor das negociações políticas a partir das suas expedições à corte europeia. Desta forma, Belchior pressionou o pajem de um dos governadores, o qual informou que os governadores tramavam contra ele, pois tinha ouvido o seguinte; “mostre elle as minas, que o caboclo para que quer as mercês” (SILVA, 1920, p. 22). Ciente desta situação, Belchior então recusou-se a mostrar as minas enquanto não obtivesse as mercês em seu poder. A

altivez de Belchior teria sido considerada insulto pelos governadores e como o mameluco não revelou o local das minas foi levado preso a Bahia. O pagamento das despesas com a expedição foi atribuído como moeda de troca para a concessão da sua liberdade (Ibidem).

No final do século XX, Nunes (2013), após longa investigação apresentou uma versão diferente para o desfecho desta história. Segundo a historiadora citada, Belchior teria partido em comitiva com as autoridades da época e teria mostrado duas minas na Serra de Itabaiana, mas após as investigações dos técnicos foi comprovada que não havia a presença de qualquer material precioso. Tal comportamento de Belchior teria sido considerado uma sandice pelas autoridades, as quais levaram-no preso à Bahia. A conquista da liberdade seria mediante o pagamento das despesas com a viagem, em torno de nove mil cruzados.

Todavia, Nunes (2013), utiliza-se de documentação que traz evidências da descoberta de minas por Belchior no sertão da Bahia. A carta do Rei de Portugal, D. João V ao governador da Bahia Vasco Fernando César de Menezes traz o relato do sertanista Antônio Carlos Pinta, que baseado no roteiro de Belchior teria encontrado ouro no rio das Contas. Neste sentido, o comportamento de Belchior resultara de sua desconfiança por parte da corte, a qual teria sido colocada a prova na Serra de Itabaiana, como a desconfiança foi comprovada o sertanista foi preso e optou por não colocar seus segredos das minas sob a tutela da corte.

A busca por metais preciosos em Sergipe, na passagem do século XVI para o XVII, foi escrita em tom idílico, atribuindo caráter heroico a Belchior Dias de Moréia por ter sido pioneiro nesse processo. Historicamente prevaleceu uma leitura descolada das relações de produção em sua totalidade, atribuindo-se à ambição individual a centralidade no processo de exploração mineral no período histórico, em detrimento da sua relação intrínseca com a acumulação primitiva do capital.

A expedição mineralógica realizada por Belchior Dias de Moréia não foi resultado de um desejo individual, mas esteve inserida no bojo das relações sociais de produção que começavam a se desenvolver naquele momento na Europa. A busca por metais preciosos foi amplamente estimulada pelo Estado Monárquico Português, assim como por outros Estados europeus, em consonância com os

interesses de uma burguesia que começava a se estabelecer. O acúmulo de metais preciosos era substancial para gestar as condições de desenvolvimento do capitalismo, conseqüentemente do progresso europeu. O ouro aqui descoberto não seria explorado e administrado por Belchior, mas pela aristocracia que detinha o controle do Estado Monárquico português, e que mediante suas relações com banqueiros e comerciantes europeus, drenaria toda riqueza para a burguesia em ascensão.

2.2.1.2 As expedições mineralógicas da Coroa Portuguesa e do Governo do Brasil

As expedições mineralógicas portuguesas, durante a fase colonial, estiveram orientadas para a localização de minerais, metais de valor econômico, dentre eles o salitre, o ouro e a prata (NUNES, 2013; FREIRE, 2006; LIMA JUNIOR, 1914; BISPO, 2013). A busca por tais minérios/metais coaduna-se, desse modo, com as determinações metabólicas de acumulação de metais preciosos para garantia da (re)produção do capital.

As expedições de salitre encontravam-se correlacionadas com o desenvolvimento das relações que se deslindavam na Europa. Segundo Nunes (2013), no final do século XVI a Coroa Ibérica se envolveu em constantes guerras que demandavam grande quantidade de salitre, matéria-prima para a produção da pólvora. Como a existência das reservas de salitre está preferencialmente atrelada às áreas semiáridas, a efetivação dessas expedições em Sergipe esteve focalizada nas proximidades do Rio São Francisco.

No processo de colonização, que estava em vias de consolidação, o noroeste sergipano configurava-se como fundo territorial (MORAES, 2002). Desse modo, as expedições mineralógicas para exploração de salitre atuavam de forma a contribuir para a acumulação capitalista na Europa, como também para a formação territorial de Sergipe. Destacaram-se as expedições realizadas por Belchior Dias Moréia, a expedição comandada por Jerônimo de Almeida e as duas expedições sob comando de Christovão da Rocha. Contudo, devido às dificuldades em arregimentar força de

trabalho em quantidade para a exploração da mina, as expedições não obtiveram resultados satisfatórios (NUNES, 2013).

QUADRO 1 - SERGIPE COLONIAL: EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS PORTUGUESAS E DO GOVERNO-GERAL DO BRASIL

MARCO TEMPORAL	LOCAL	MINÉRIO	FONTE
1595	Rio São Francisco	Salitre	Nunes (2013)
1624	Expedição comandada por Francisco D'Ávila pelos sertões.	Metais preciosos	Nunes(2013)
1628 e 1629	Expedições comandadas por Domingos Fernandes Callabar pelos sertões.	Metais preciosos	Nunes (2013)
1670	Expedição comandada por Belchior Fonseca Dias pelos sertões.	Prata	Freire (2006); Nunes (2013)
1672	Expedição em três serras, incluindo a dos Mocós.	Prata	Lima (1914)
1674	Expedição comandada por Rodrigo Castelo Branco pelos sertões.	Prata	Freire (2006)
1675	Expedição comandada por Pedro Barbosa Leal e Jorge Leal pelos sertões.	Prata	Freire (2006); Nunes (2013)
1695	Riacho próximo à Serra Comprida	Ouro	Bispo (2013)

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

O ouro e a prata constituíam-se como os principais metais almejados pelas expedições mineralógicas na fase colonial. A interligação entre a capitania de Sergipe d'El Rey e a capitania vizinha, a Bahia de Todos os Santos - sede do Governo-geral do Brasil -, favorecia para que as expedições que tinham como ponto de partida a Bahia adentrassem ao território sergipano. Nunes (2013) confirma essa situação ao destacar que há fortes indícios de duas incursões, realizadas em 1628 e 1629, as quais possivelmente adentraram as terras sergipanas.

A busca pelas minas de prata de Belchior Dias de Moréia esteve no principal foco das expedições mineralógicas realizadas na fase colonial, apesar dos impasses que o sertanista teve com a Coroa Portuguesa e o Governo-Geral do Brasil. Freire (2006) e Nunes (2013) demandaram grandes esforços, com base em fontes documentais, para relatar essas incursões pelos sertões sergipanos. Com exceção das expedições que buscavam salitre, todas as expedições catalogadas nesse levantamento buscavam encontrar as minas de prata de Belchior.

Na busca de consolidar os intentos da acumulação de metais, o contato com a família de Belchior tornou-se essencial. A Coroa Portuguesa e o Governo-Geral da Bahia passaram a conceder alvarás a familiares de Belchior para localizar as reservas minerais. Freire (2006) e Nunes (2013) destacam as expedições de Francisco Dias d'Ávila em 1624, então primo de Belchior, bem como a de Belchior da Fonseca Dias Saraiva em 1670, o bisneto do Caramuru.

Nunes (2013) destaca que o alvará concedido a Francisco Dias d'Ávila o delegava plenos poderes para desbravar os sertões, colocando-o inclusive acima das autoridades coloniais. Essa informação deixa transparecer o caráter autoritário das expedições mineralógicas, situação que indica a violência como marca desse processo. Conforme os relatos da historiografia brasileira, as expedições mineralógicas em outras regiões do país traziam como marca a violência e o apresamento dos indígenas (HOLANDA, 1976).

Em 1675 foi realizada uma expedição sob orientação da Coroa Portuguesa e comandada pelo Coronel Pedro Barbosa Leal em companhia de Jorge Leal, o qual havia sido destinado pela metrópole para verificar as minas aqui existentes (NUNES, 2013). Esta expedição resultou em uma importante fonte histórica para o

entendimento das expedições minerais em Sergipe realizadas por Belchior, como também de primordial relevância para a comprovação da expedição realizada pelo coronel durante o século XVII.

Durante três anos, a expedição de Pedro Barbosa Leal andou pelos sertões de Sergipe e da Bahia em busca das minas encontrados por Belchior Dias de Moréia. Esta expedição foi ordenada pelo Governador-Geral D. João de Alencastro e designou que o coronel contatasse Belchior da Fonseca Dias Saraiva e seus parentes, em buscar de coletar informações necessárias para refazer o roteiro do seu bisavô (FREIRE, 2006).

A Carta do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugoza escrita em 1725, traz mais detalhes sobre este acontecimento que ocorreu no século XVII:

passei d'ahi a casa do coronel Moribeca que receoso de alguma execução se ocultou tres duas, até que certificado da diligencia em que eu ia me veio fallar, communicando-me verbalmente algumas noticias e tradições que tinha sem certeza e me entregou um copiador de cartas de seu bisavô Belchior Dias, tão maltratado e comido de cupim que em poucas folhas se deixa ler algumas partes, e porque delle se acham seis ou sete folhas cortadas com o assento do mesmo Belchior Dias em que se assignou que aquellas folhas que alli faltavam as romperia, e se acharia no seu livro de razão a fls. 60, o qual o livro nunca appareceu e me certificou o dito coronel que fôra comido e destruido do cupim, assim como estava o copiador que conservo em meu poder (FREIRE, 2006, p. 135-136).

Após ter entrado em contato com a família de Belchior Moreia, o coronel partiu sua expedição do Rio Real em direção aos sertões de Sergipe e da Bahia, conforme as recomendações fornecidas por Belchior Fonseca e os registros elaborados por seu bisavô. Após longa expedição, o coronel não obteve êxito na localização das supostas minas de Belchior, mas conforme informações da carta de sua autoria verifica-se que o mesmo continuou acreditando que havia ouro no Rio das Pedras em Itabaiana, assim como ouro e cristais nos sertões do mesmo distrito (FREIRE, 2006; NUNES, 2013).

Na busca por metais preciosos na capitania de Sergipe d'El Rey, considera-se a existência de expedições realizadas por desbravadores enviados diretamente pelas autoridades metropolitanas. Nessa particularidade, Freire (2006, p. 132) registrou as incursões de Rodrigo Castelo Branco, o qual após rápida expedição

pelo interior da capitania não encontrou nada importante, apenas “achou que havia alguns criadeiros que indicavam prata, mas de pouca esperança e nenhuma consideração para romper aquella mina” (FREIRE, 2006, p. 132). Com efeito, a realidade constatada em Sergipe d’El Rey não mostrava-se favorável e as notícias sobre riquezas minerais nas capitanias do Centro-Sul resultou em atrativo para o expedicionista.

As feições morfológicas do Agreste Central Sergipano confirmaram-se como um dos principais alvos das expedições mineralógicas, sobretudo, devido às notícias de Belchior Dias de Moréia. Lima Junior (1914) registrou a efetivação de uma expedição em busca das minas de prata, no ano de 1672, para explorar três serras, entre elas a dos Mocós. Sob atribuições do Governo da Bahia, as investigações duraram trinta e dois dias, contudo não lograram resultado satisfatório.

Diverge dos relatos expedicionários durante o Período Colonial, a expedição realizada por um padre em 1695 com o objetivo de localizar as minas de prata de Belchior e que resultou na descoberta de ouro em um riacho próximo à Serra Comprida. Bispo (2013) confirma essa descoberta e defende o argumento que a descoberta permaneceu em segredo por longo período, pois Itabaiana era muito próxima ao oceano e naquela época as invasões estrangeiras ainda eram comuns (BISPO, 2013). Entretanto, ficam os questionamentos: Essa mina foi explorada em período posterior? A quantidade de ouro era substancial para garantia de exploração comercial?

2.2.1.3 As expedições mineralógicas holandesas em Sergipe

No século XVII, devido às alianças aristocratas, Portugal e Espanha se unificaram, tornando-se um único reino. Como historicamente as frações dos capitais comerciais espanhóis e neerlandês estavam em conflitos, as colônias portuguesas também foram incluídas no movimento dessa disputa.

Conforme demonstra Luxemburgo (1970), o militarismo acompanha todo o processo de acumulação do capital. Através do militarismo, o capital europeu conquistou o domínio do comércio nas Índias Orientais e a conquista territorial das colônias americanas, como também se apropriou das riquezas e dos meios de produção das organizações sociais primitivas.

O interesse do capital comercial neerlandês pelas riquezas brasileiras não se restringiu apenas ao período de unificação entre as coroas portuguesa e espanhola. Entre Portugal e Holanda havia uma classe mercantil que desempenhavam intensas trocas comerciais nas Colônias e nas Metrópoles. Historiadores como Holanda (1976), Sodré (1967), Prado Júnior (1985) afirmam que o capital mercantil holandês possuía controle sobre o açúcar brasileiro, sendo o principal responsável pelo transporte, pelo financiamento dos engenhos brasileiros, bem como pelo refino e distribuição da especiaria na Europa. Tais autores demonstram que o interesse do capital mercantil pelo açúcar brasileiro é, portanto, remoto à unificação ibérica.

Sob os prejuízos dos embargos dos Felipes, os povos batavos buscaram ampliar sua dominação sob o território brasileiro, visando não apenas irromper o embargo, mas manter o controle e domínio territorial. Na primeira metade do século XVII os holandeses conquistaram o domínio do Brasil Oriental. Handelsmann (1982) formulou importante relato sobre esse processo, demonstrando como a disputa entre o capital mercantil holandês e o capital mercantil ibérico repercutiu em disputas territoriais também na costa da África.

Instaurado o domínio do Brasil Oriental, cujo centro do poder estava em Recife, os holandeses buscaram ampliar ainda mais seu domínio. O território de Sergipe, localizado entre a Bahia sob o domínio português e Pernambuco sob o domínio holandês (NUNES, 2013), tornou-se área de interesse entre as duas frações do capital comercial que buscavam ampliar sua esfera de circulação.

Com a posse do território, os povos batavos realizaram diversas expedições, em busca de riquezas minerais, pelo território do Brasil Oriental, atual Nordeste, a Capitania de Sergipe d'El Rey não foi exceção. Baseando-se nas expedições já realizadas: "os holandeses interessaram-se pelas minas de ouro de Itabaiana, e

andaram fazendo pesquisas nas serras e muitos falavam de Belchior Moreya, mameluco, na opinião deles” (WYNNE, 1970, p.100).

Carvalho (1906) destaca que a esperança dos holandeses em encontrar jazidas minerais no Brasil Oriental, antecedeu as suspeitas de pedras preciosas nas Minas Gerais, sendo considerada pauta primordial durante todo o período da invasão holandesa. Com os holandeses a busca por pedras preciosas no Nordeste ganhou mais atenção. Os invasores oriundos dos Países Baixos pagavam por qualquer informação sobre a possível existência de minas, sendo enganados por diversas vezes e, realizando explorações em áreas que não havia qualquer presença dos minerais requeridos (CARVALHO, 1906).

Em 4 de novembro de 1635 o coronel Christovão de Artichofsky afirmou ter recebido importantes informações por parte de um religioso sobre a existência de minas em terras sergipanas. Conta-nos Carvalho (1906, p. 13-14), que o monge relatou existirem “duas minas de prata tão opulentas quanto à de Potosí, as quais se localizavam no monte Itabayana que distava oito léguas do local daquela povoação, tudo levar a crer que ele se referia a Peripuera em Alagoas”. O religioso afirmava, ainda, que a exploração das minas foi proibida pelo rei da Espanha, que para evitar ações da população na mina, buscou difundir a falsa notícia de que os minérios ali presentes não possuíam valor. O monge, por sua vez, realizou uma expedição por conta própria e após examinar as rochas da área comprovou a existência de prata. No entanto, Carvalho (1906) afirma que não há documentação que comprove a existência de alguma expedição que buscou confirmar a veracidade destes fatos.

Os holandeses realizaram expedições e pesquisas pela capitania de Sergipe d’El Rey na tentativa de encontrar as minas de prata. Destas explorações resultaram a coleta de informações pela Companhia das Índias Ocidentais e “o registro cartográfico intacto mais antigo que retrata o território da Capitania de Sergipe del Rey” (RIBEIRO, 2017, p. 93) “A carta Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey” - **Figura 1**. Esta carta, em conjunto com as cartas de outras capitanias, forma um mapa do território do Brasil Oriental de autoria de Georg Marcgraf, que foi utilizado por Barléus e incluídas as iconografias.

FIGURA 1 - CARTA PRAEFECTURA DE CIRIJI VEL SEREPIE DEL REY



Fonte: Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da Universidade de São Paulo.

O mapa da Capitania de Sergipe d'el Rey demonstra o conhecimento que os holandeses possuíam do território sergipano. Destaca-se a representação da flora com a cactácea e da fauna com a representação da onça pintada, da anta e da capivara. O mapa destaca, também, os rios que cortam as terras sergipenses, como o Cotigiba, o Çiriji e o São Francisco, importantes vias para a navegação e escoamento das riquezas que aqui poderiam ser encontradas. O rio São Francisco, por sua vez, seria alvo de explorações holandesas em meados do século XVII.

Delvaux (2009) realizou importante estudo sobre a representação do mundo geográfico na América Portuguesa do século XVI ao XIX. Segundo o autor referenciado, o ideário holandês sobre as riquezas minerais em Sergipe está na representação de uma lagoa, na carta "Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Reyo", denominada "Upabuçu Lagoa Grande". Essa lagoa estaria localizada em uma das margens do Rio São Francisco e próxima da Serra "Itaberaba", o que demonstra uma associação entre estes locais, considerados como míticos e de possíveis reservas de prata e esmeraldas.

Outras versões do mapa trazem referência a toponímia indígena - Çiriji, Cotinguiba, Taperayba – além da presença da toponímia neerlandesa - Milhaberg, Sagerheys, Velbord, Bralehoy - principalmente no curso do São Francisco (MONTEIRO FILHO, 2007). Outro aspecto do mapa é o destaque dado as formações de relevo, principalmente na região de Itabaiana, descrito como Itapváma, que pode ser observados com mais detalhes na figura seguinte:

FIGURA 2 - DESTAQUE DE ITAPVÁMA A PARTIR DA CARTA PRAEFECTURA DE CIRIJI VEL SEREPIE DEL REY



Fonte: Câmara Municipal de Itabaiana

No mapa encontram-se, ainda, importantes informações sobre a importância mineralógica de “Itapváma” para os holandeses. A palavra “Mina” pode ser percebida nas margens do “Rio das Pedras”, o que destaca a crença dos holandeses na presença de minérios preciosos na área. Destaca-se, também, o boqueirão e a Serra da Migueba (Miaba) como possíveis locais para a existência de minas.

Em pesquisa sobre a formação territorial de Sergipe, Ribeiro (2017), identificou “A carta Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey”, como uma importante fonte histórica de registro da capitania do século XVI. Baseando-se na historiografia sergipana - Felisbelo Freire, Maria Thetis Nunes e Jean Pires Whyne, o autor demonstra que a palavra “Mina”, citada anteriormente, possivelmente refere-se às minas de prata de Belchior Dias de Moréia, sendo de conhecimento dos holandeses.

Este recorte da carta de Sergipe d’El Rey traz mais detalhes sobre o conhecimento de Itabaiana pelos holandeses. Segundo Monteiro Filho (2007) os três círculos vermelhos destacam a hidrografia da área, sendo respectivamente da direita para a esquerda Rio das Pedras, o Riacho Tapuias e o Rio Iacaraacica (atualmente denominado Jacarecica), provavelmente cursos fluviais onde foram procuradas pedras preciosas (MONTEIRO FILHO, 2007).

Ribeiro (2017, p. 98), destaca em sua análise os seguintes cursos fluviais: R. Salobre, R. de Pinheiro, Ipoxiguaçu, R. de Iataboca. O autor supracitado observa que os rios são representados de forma que tendenciona a interpretá-los como rios volumosos e possivelmente navegáveis, no entanto, na atualidade os rios do Agreste sergipano não apresentam essas características, o que leva o autor a considerar como hipóteses a possibilidade de navegação desses rios no passado, ou a distorção proposital do autor da carta para atrair os colonizadores.

O conhecimento do território da Capitania de Sergipe d’El Rey por holandeses foi alvo de estudo por Cascudo (1915), no artigo **A Geografia de Sergipe no Domínio Holandês**, o autor destaca os conhecimentos da hidrografia, do relevo e da economia sergipana pelos flamengos. Sobre a busca por minérios, o autor destaca o seguinte:

o Rio das Pedras, afluente único para a geografia holandêsa, inflete-se para lêste, transpondo um boqueiaró (boqueirão) dividindo-se após em dois ramos. O que sobe, atravessa o verjão onde, os holandeses acreditam existir minerais preciosos e onde dizem fazer ouro e salitre. Barléu anota, cuidado: Mina, Mina (CASCUDO, 1915, p. 4).

Em 1640, Bento Henrique informou as autoridades holandesas que havia encontrado preciosas jazidas ao sul do Rio São Francisco, capitania de Sergipe d'El Rey. O próprio Bento Henrique foi à mina e trouxe os minérios que após análises pelo Conselho Bas constatou não haver presença de minerais preciosos (CARVALHO, 1906). Esse acontecimento foi estudado por Delvaux (2009), que através de vasta documentação, o descreveu como semelhante ao de Belchior Dias de Moréia, pois o descobrir das minas também teria exigido condições para revelar o local da mina, mas as análises dos minerais não lograram êxito.

Três anos, após relatos dos expedicionários encorajavam a desbravar os sertões e agrestes sergipanos em busca de riquezas, as autoridades holandesas decidiram enviar uma expedição oficial à Itabaiana para localizar as supostas minas de prata. Esta expedição foi comandada pelo capitão Niemeyer, o qual trouxe amostras de minérios que foram enviadas para a Europa para serem analisadas (CARVALHO, 1906). No entanto, tais amostras revelaram não possuir valor suficiente para efetuar exploração na área.

Os holandeses aqui se estabeleceram com o interesse de encontrar riquezas, dessa forma, ocorreram diversas tentativas para encontrar minerais preciosos no território sergipano. Segundo Nunes (2013), durante o domínio holandês no Nordeste o príncipe Maurício de Nassau enviou três expedições à Serra de Itabaiana que constataram não haver minerais preciosos na área.

QUADRO 2 – EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS HOLANDESAS EM SERGIPE

MARCO TEMPORAL	LOCAL	MINÉRIO	FONTE
1635	Itabaiana	Prata	Carvalho (1906)
1640	Rio São Francisco	Prata	Carvalho (1906); Delvaux(2009)
1643	Itabaiana	Prata	Carvalho (1906)
Século XVII	Serra de Itabaiana	Prata	Nunes (2006)

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

No período da ocupação holandesa, a formação territorial de Sergipe esteve firmada na conflitualidade entre as frações do capital mercantil que buscavam ampliar sua esfera da acumulação primitiva. As expedições mineralógicas destacam-se, como uma das principais investidas holandesa na formação territorial sergipana, uma vez que possibilitou “a exploração e conhecimento do interior sergipano” (SANTOS & ANDRADE, 1992, p. 23).

Buscando desvelar os rastros da formação territorial de Itabaiana do século XVII ao século XIX, Santos (2014), afirma que a produção agrícola voltada à pecuária e a agricultura de subsistência tornaram-se as atividades econômicas centrais no processo de formação territorial daquele município, uma vez que a busca pelas minas de prata não resultaram em descobertas.

As expedições mineralógicas realizadas em Sergipe pelos holandeses coadunam-se com as estratégias de acumulação primitiva do capital. Apesar da aparência pueril como tais expedições são abordadas, revestindo-as de certo caráter heroico, sua essência baseou-se na pilhagem. A escravização e extermínio dos indígenas também foram realizados pelos holandeses para a efetivação dos feitos acumulativos de capitais. Ademais, as disputas com a Coroa Ibérica revelam a lógica competitiva que é inerente ao capital e não deve ser compreendida como disputa entre nações, mas trata-se da disputa entre parcelas do capital concentradas

em espaços distintos. O conhecimento do território sergipano pelos holandeses foi necessário para fins de dominação e exploração.

2.3 AS EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS EM SERGIPE DURANTE O PERÍODO IMPERIAL

Na segunda metade do século XIX, a economia sergipana seguia a tendência das demais capitanias do Nordeste, orientava-se para o modelo agroexportador baseado no latifúndio da cana de açúcar, enquanto força motriz da economia (FREIRE, 2006). Essa transformação relacionava-se diretamente com o deslocamento de portugueses para o Brasil durante o século XIX, os quais inicialmente desembarcaram na Bahia, mas sob motivação do acúmulo da acumulação primitiva de capitais, através da produção de açúcar, com força de trabalho escrava, adentraram ao interior sergipano (NUNES, 2006).

Como afirmam Marx & Engels:

El sistema colonial arrojó de un solo golpe todos los viejos ídolos por la borda. Proclamo la producción de plusvalor como el fin último y único de la humanidad. Aquel sistema fue la cuna de los sistemas modernos de la deuda pública y del crédito (MARX & ENGELS, 1979, p. 239)

No processo de formação territorial de Sergipe, o latifúndio da cana de açúcar tinha sua localização principalmente nos vales dos rios Vaza Barris e Cotinguiba, enquanto a pecuária, que também desempenhava papel importante nesse processo, localizava-se no interior (NUNES, 2006), em virtude da proibição de criar gado no litoral (FURTADO, 2007). As expedições mineralógicas, realizadas no Agreste e no Sertão, durante o período imperial, também desempenharam papel fundamental no processo de formação territorial de Sergipe.

O geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes considera que o processo de formação territorial brasileiro, fundou-se com o estabelecimento de discursos ideológicos. Nessa direção, a formação territorial brasileira no período imperial orienta-se no conceito de civilização, enquanto legitimação do domínio das

populações autóctones e a apropriação das riquezas naturais sob um ideal de progresso.

O padrão discursivo básico do século XIX que conforma com essa concepção estrutura-se em torno do conceito de civilização, atribuindo, portanto, à monarquia brasileira uma missão civilizadora. Construir o país é levar a civilização aos sertões, ocupar o solo é subtrair os lugares da barbárie, o que cabe a uma elite que se autodefine como “representante das ideias da Ilustração”. Nesse entendimento, a submissão das populações locais aparece como decorrência natural do processo, um resultado tido como de alta positividade. “Integrar o índio”- ao se apropriar de sua terra - era parte do projeto civilizatório imperial. Povoar as áreas pioneiras com colonos brancos também contribuía para os objetivos almejados, num quadro que se acelera conforme avança a consciência acerca da extinção do tráfico negreiro (MORAES, 2002, 118-119).

No processo de formação territorial de Sergipe, a acumulação primitiva configurou-se como impulso das expedições mineralógicas do século XIX. Focalizadas na busca de ouro, prata, ferro e salitre as expedições mineralógicas realizadas em Sergipe, naquele período, estiveram focalizadas no desbravamento dos territórios do Agreste e do Sertão para incutir civilidade.

Tendo em vista o pensamento hegemônico do período Imperial, a exploração mineral seria uma das atividades que garantiriam às condições para a civilização dos Agrestes e Sertão sergipanos. O Governo Imperial buscou consolidar os interesses do capital mediante o incentivo das buscas minerais, promovendo expedições na serra de Itabaiana, na serra da Miaba e no atual município de Canindé. Lima Junior (1985) e Monteiro Filho (2007), destacaram o papel do capitão-mor, Manoel Ignácio de Mesquita Pimentel, que dedicou a sua administração para o desenvolvimento da mineração na Capitania de Sergipe D’el Rey.

A forma de governo imperial coadunava-se com os interesses do capital na consolidação da acumulação primitiva. O Governador-Geral da Bahia foi importante financiador das expedições mineralógicas que buscaram desbravar as Serras de Itabaiana e da Miaba. Segundo Monteiro Filho (2007), essa proeza era garantida porque o Governo Imperial possuía grande interesse na descoberta de ouro na Capitania de Sergipe D’el Rey.

No século XIX, os esforços do capital, orquestrados pelo Governo Imperial pareciam começar a surtir efeitos. As expedições realizadas nas Serras de Itabaiana

e da Miaba tinham apresentado resultados satisfatórios, pois "em menos de meio dia de trabalho apuraram uma oitava menos de três grãos de ouro" (LIMA JÚNIOR, 1985, p. 79). Todavia, o otimismo acabou não confirmando os rendimentos esperados, devido às condições de saúde do capitão-mor, às condições ambientais da mina e à necessidade crescente de recursos, encerrando a incursão.

O pensamento civilizatório, enquanto expressão ideal da busca real de metais para a acumulação primitiva, conduziu ao desbravamento do território de Canindé de São Francisco. Foram realizadas duas expedições com o objetivo de localizar ouro, ferro e salitre na área, visto que, expedições anteriormente realizadas por Belchior Dias Moreia e pelos holandeses apontavam para a existência de metais preciosos, próximo às margens do Rio São Francisco (LIMA JÚNIOR, 1985).

As duas expedições resultaram na descoberta de ouro, com amostras de "oitava e cinco vinténs" de ouro e "oitava e meia de ouro", respectivamente (LIMA JÚNIOR, 1985, p. 80). Lima Júnior (1985) destacou o uso da força de trabalho escrava como base para efetuar a lavra nas minas, desse modo, é possível afirmar que a escravização configurou-se como pressuposto da acumulação primitiva nas expedições mineralógicas em Sergipe.

No livro **História de Sergipe**, J. Pires Whyne (1970) destaca a existência de explorações minerais, no século XIX, em áreas que não tinham sido registradas anteriormente. Com o aferrecimento da busca das minas de prata e ouro, outros minerais passaram a ser alvo de expedições, como o ferro. Nessa direção, o referido autor destaca a exploração de ferro em Nossa Senhora das Dores, a descoberta de uma mina de ferro na área que atualmente corresponde ao município de Simão Dias, e de pedras como malacacheta em Porto da Folha.

O ferro caracterizava-se como imprescindível para a construção de ferrovias, meio de transporte indispensável para a integração das províncias, durante o período imperial. Nessa direção, as elites locais se esforçaram em conseguir financiamento do Governo Imperial para garantir a exploração de ferro em Simão Dias (WYNNE, 1970).

QUADRO 3 – EXPEDIÇÕES MINERALÓGICAS EM SERGIPE DURANTE O PERÍODO IMPERIAL

MARCO TEMPORAL	LOCAL	MINÉRIO	FONTE
Século XIX	Serra da Miaba e Serra de Itabaiana	Ouro	Lima Junior (1985) Monteiro Filho (2007)
Século XIX	Canindé de São Francisco	Ouro	Lima Júnior (1985) Monteiro Filho (2007)
Século XIX	Nossa Senhora das Dores	Ferro	Whyne (1970)
Século XIX	Porto da Folha	Malacacheta, Pedras preciosas	Whyne (1970)
Século XIX	Simão Dias	Ferro	Whyne (1970)

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

As expedições mineralógicas, realizadas durante o período imperial, cumpriram a sua função social de localizar para explorar as riquezas necessárias ao processo de acumulação originária do capital. A força de trabalho escrava, as expedições findadas no pressuposto da civilidade reafirmam o saque e a pilhagem das riquezas como padrão da acumulação primitiva na América. O tom idílico e pueril como tais expedições pelos sertões e agrestes sergipanos foram transcritas na história devem ser questionados, pois estão registrados com o sangue das populações autóctones que foram aprisionadas, escravizadas e/ou exterminadas para cumprir os desígnios acumulativos da ordem societal do capital.

Os sertões e agrestes são abordados nesses relatos como “terras de ninguém”, “sem civilização”, sem fazer menção à população nativa, embora sua ocupação já

estivesse consolidada antes da invasão portuguesa (MORAES, 2003). Considerar estes espaços como vazios significa corroborar a ideologia dominante, que sustenta a lógica de exploração, dominação e destruição das comunidades nativas, a fim de legitimar o extravio das riquezas minerais destas localidades.

Assim, as expedições mineralógicas realizadas no território sergipano devem ser compreendidas em consonância com a totalidade das relações sociais de produção daquele período histórico. Entendendo que o caráter de tais expedições integra os mecanismos de origem do capital na Europa, subsidiando os recursos essenciais a implementação da ordem social que estava se estabelecendo naquele período. Embora não houvesse grandes descobertas minerais no território sergipano, estes fatos não podem ser entendidos como resultados do desejo individual, uma vez que foram gestados e condicionados pelas determinações históricas das relações de produção da acumulação originária.

No século XX, a confirmação da inexistência de reservas auríferas e argentíferas na Serra de Itabaiana (NUNES, 2013) implicou no aferrecimento das expedições mineralógicas, redefinição no grupo dos minerais de interesse econômico e das estratégias de apropriação dos recursos minerais. A mineração continuou a ser considerada de vital importância para o desenvolvimento socioeconômico, todavia, tornou-se preciso suplantando a concepção mercantilista de acúmulo de metais e atribuir destaque aos minerais energéticos, considerando-os estratégicos no processo de industrialização no país, assim como em Sergipe. Sob a ideologia desenvolvimentista, o Estado realizou estudos mineralógicos que identificassem a localização de reservas minerais, atuando de forma funcional ao processo de aprofundamento das relações de produção capitalistas.

3. OS FIOS (IN)VISÍVEIS DA IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NA MINERAÇÃO EM SERGIPE

3.1 A CEPAL E A FORMULAÇÃO DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Com o pós-guerra, a ideologia desenvolvimentista tornou-se o pilar dos debates econômicos. A gritante desigualdade socioeconômica entre os países – Norte e Sul - frente ao avanço do “comunismo”, resultou em implicações para que fossem realizadas ações em torno da promoção do desenvolvimento, sustentando-se nos parâmetros determinados pelo capital em escala mundial.

No plano teórico predominavam duas teorias para a explicação do desenvolvimento econômico. A teoria das vantagens comparativas apregoava que os países subdesenvolvidos poderiam usufruir dos benefícios do avanço econômico-tecnológico, mediante a especialização de suas economias, ainda que permanecessem de base agroexportadora. A segunda perspectiva teórica considerava o subdesenvolvimento como estágio necessário ao desenvolvimento (LIMA, 2015).

No plano teórico, destacavam-se, ainda, as formulações desenvolvimentistas da academia anglo-americana, cuja influência foi determinante na formulação da política econômica do Banco Mundial, principal agência responsável por gerir e coordenar o desenvolvimento capitalista mundial a partir daquele momento histórico. Segundo Pereira (2010), essa diretriz teórica concebia o desenvolvimento como resultado do investimento em infraestrutura e equivalente do crescimento do produto interno bruto. Tal formulação teórica encontrava respaldo na teoria do “efeito derrame” – distribuição de renda gradativa e automática como resultado do desenvolvimento – assim, como a automatização das trocas entre eficiência e distribuição, o que resultava em crítica à conveniência das políticas distributivas (PEREIRA, 2010).

No plano prático, ocorreram conferências e acordos como mecanismos de intervenção e planejamento da reprodução do capital a nível mundial. Destacaram-se: o Acordo de Bretton Woods - 1944, que tinha por objetivo a remodelação da

economia global sob a supremacia dos EUA mediante a criação de agências supranacionais de regulação econômica como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional; além da Conferência de Chapultepec – 1945, que teve por objetivo o rearranjo das relações interamericanas diante da nova realidade emergida do pós-guerra. Segundo Araujo (2015), naquele período os Estados Unidos assumiram a posição de principal responsável pela difusão da ideologia desenvolvimentista mediante políticas liberais que permitisse a livre circulação de capitais.

Diante desse cenário de reconfiguração das estratégias de desenvolvimento do capital, sustentado nas formulações teóricas e em ações estabelecidas no plano dos Estados Nacionais, surgiu um movimento que buscou compreender a condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina engendrada pelo modo de produção capitalista. Intelectuais e representantes dos Estados Nacionais Latino-Americanos passaram a buscar estratégias, que atenuassem as mazelas do subdesenvolvimento e conduzissem os países da região em direção a condição de desenvolvimento alcançado pelos países de capitalismo avançado. Esse movimento foi considerado importante por gestar as condições necessárias para a criação da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL em fevereiro de 1948, a qual, estaria à frente na formulação de um “projeto de desenvolvimento diferenciado dos que até então eram elaborados pelos organismos” (ARAUJO, 2015, p. 23).

Os intelectuais da CEPAL, com o objetivo de elaborar uma formulação teórica sobre o subdesenvolvimento e suas causas, questionaram a eficiência do modelo das vantagens comparativas demonstrando sua ineficiência para os países latino-americanos, por não ser capaz de reverter o quadro das desigualdades socioeconômicas na área (PRESBISH, 1989).

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PRESBISH, 1989, p. 72).

Raul Presbish realizou um estudo histórico das trocas comerciais entre os países periféricos e os países de capitalismo avançado. O autor observou que

devido ao progresso técnico ser maior na indústria – base da economia de capitalismo avançado – do que na agricultura – base da economia dos países de capitalismo tardio – ocorria uma deterioração nas trocas entre os países beneficiando a acumulação de capitais nos países do centro. O referido autor demonstrou, assim, a ineficiência das vantagens comparativas para engendrar o desenvolvimento nos países latino-americanos.

Ao constatar as vantagens do progresso tecnológico industrial europeu, mediante as trocas comerciais com os países latino-americanos, Presbish (1989) elencou a industrialização como força motriz para transformação da realidade social da América Latina.

Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas (PRESBISH, 1989, p. 72).

Na visão cepalina, a chave do desenvolvimento estava na industrialização das economias latino-americanas. Dessa forma, a intensificação do processo de industrialização da economia acarretaria em transferência da força de trabalho do setor agrícola para o industrial, que em face do progresso técnico propiciaria o aumento da remuneração dos trabalhadores e conseqüentemente elevaria o padrão de consumo, realimentando, dessa forma, o ciclo da produção e engendrando as condições premissas para o desenvolvimento (PRESBISH, 1989; FURTADO 1968).

A perspectiva teórica da CEPAL também atribuiu relevância ao comércio exterior, para subsidiar o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas. Considerava-se, que o comércio exterior era a única via capaz de permitir a aquisição do capital necessário aos países latino-americanos, para importação dos bens de capital indispensáveis para realizar as primeiras etapas da industrialização. Em consonância com o modelo de substituição de importação, o setor industrial produziria os bens de consumos essenciais à população local e alcançaria cada vez mais patamares elevados de desenvolvimento (FURTADO 1968; PRESBISH, 1989).

Celso Furtado foi um dos principais difusores das ideias desenvolvimentistas da CEPAL, além de ser um considerado dos responsáveis por introduzir a discussão teórica em torno do conceito de subdesenvolvimento no Brasil. Contrapondo-se a

uma concepção etapista do desenvolvimento, a qual conceituava o subdesenvolvimento como estágio antecessor ao desenvolvimento, Furtado (1968, p. 154) compreendia o subdesenvolvimento como “um processo histórico autônomo”. Dessa forma, o subdesenvolvimento foi compreendido em consonância com o devir histórico de irradiação das relações capitalistas, sobre áreas em que predominavam sistemas econômicos pré-capitalistas, tendo por centro irradiador o desenvolvimento europeu decorrente da industrialização.

Na concepção de Furtado (1968), o desenvolvimento europeu impulsionou a expansão do capitalismo sobre áreas densamente ocupadas e que já dispunham de uma organização econômica própria - sistemas pré-capitalistas. No entanto, a atuação do capitalismo nessas áreas não conseguiu absorver totalmente tais sistemas. Nessa leitura o subdesenvolvimento foi compreendido na perspectiva de uma economia dualista, substanciada na coexistência de dois sistemas econômicos.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas. Uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1968, p. 154).

O subdesenvolvimento foi concebido como a coexistência de técnicas arcaicas e modernas para a elaboração de um mesmo produto. Enquanto nos países desenvolvidos as funções produtivas encontram-se homogeneizadas, nos países subdesenvolvidos a elaboração de um mesmo produto poderia ocorrer por processos produtivos diferenciados, ou seja, mediante o uso de técnicas modernas de produção, ou com base em técnicas arcaicas (FURTADO, 1961). Processos industriais e artesanais / agronegócio e agricultura camponesa, por exemplo.

Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1968, p. 161).

O subdesenvolvimento foi concebido sobre o prisma da insuficiente capacidade de dissolução dos sistemas pré-capitalistas, os quais emperravam o aprofundamento das diretrizes capitalista na economia. Assim, desenvolvimento

seria sinônimo de mais capitalismo, assertiva que explica a razão do subdesenvolvimento como a ausência de capitais. Constata-se em Furtado (1968) uma defesa ao capitalismo, enquanto modelo econômico capaz de assegurar o desenvolvimento, ao categorizar o subdesenvolvimento como uma situação histórica em que “não se dava o passo fundamental exigido para criação de uma economia tipicamente capitalista” (p.157).

O desenvolvimento estava pautado no aumento da produtividade, mediante a organização dos fatores de produção e sua máxima utilização correlacionada com o avanço tecnológico. Nesse viés, os países poderiam ser classificados em desenvolvidos e subdesenvolvidos de acordo com o nível tecnológico utilizado. Os primeiros em uma situação de máxima utilização dos fatores de produção para alavancar a produtividade dependeriam de inovar-se tecnologicamente, enquanto que os segundos poderiam obter tal efeito, mediante a assimilação das técnicas de produções já utilizadas.

A ideia cepalina de subdesenvolvimento, considerado uma formação histórica singular e marcado por uma dualidade entre sistemas econômicos arcaicos e modernos sofreu duras críticas. Francisco de Oliveira (2008) afirmou que tal assertiva não encontrava sustentação no plano teórico, pois tal dualidade é perceptível em outros modos de produção. Além disso, o autor irrompeu com a ideia de dualidade, visto que, na realidade, ao invés de, uma oposição verifica-se uma inter-relação, sendo o crescimento e desenvolvimento do setor moderno diretamente imbricado ao setor arcaico.

Segundo Oliveira (2008) é um equívoco generalizar o subdesenvolvimento como resultado da penetração do desenvolvimento de sistemas capitalistas em sistemas pré-capitalistas, pois tal realidade pode ser constatada apenas em casos específicos. Para o referido autor, o que ocorreu foi a expansão do capitalismo sobre outras áreas, consideradas reservas de acumulação capitalista. “O subdesenvolvimento é assim, uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (Ibidem, 2008, p. 33).

Francisco de Oliveira criticou, ainda, a teoria do subdesenvolvimento no que se refere ao seu caráter apologético à manutenção do *status quo*. Segundo Oliveira (2003), ao focalizar o debate teórico nos parâmetros de desenvolvimento, ocorria a

obnubilação das contradições históricas gestadas naquele contexto, sobretudo, o acirramento da luta de classes resultante do aprofundamento da exploração do trabalho mediante o processo de expropriação dos trabalhadores no campo e o processo de exploração na indústria – a qual alcançava o status de centro dinâmico da economia naquele período. “A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara” (Ibidem, 2003, p. 34).

A discussão sobre as causas do subdesenvolvimento constituiu-se em objeto dos estudos de outros pensadores que não integravam a CEPAL, ou que não direcionavam suas concepções de forma direta ao encontro das elucubrações cepalinas. Dentre esses autores, destacou-se Ruy Mauro Marini e a sua obra **Dialética da Dependência**, cuja análise sobre a inserção da América Latina no circuito da economia mundial esteve focalizada no conceito de exploração do trabalho.

Segundo Marini (1973) a América Latina tem a sua particularidade na reprodução do modo de produção capitalista, marcada por uma insuficiência das relações capitalistas. No entanto, não se pode falar em um pré-capitalismo, mas em capitalismo “*sui generis*”, marcado pela sua particularidade e que deve ser compreendido no contexto global das relações de produção capitalista. Nessa direção, a inserção da América Latina no circuito global da economia capitalista se fez mediante o fornecimento de alimentos e matérias primas para consubstanciar o nascente capitalismo europeu (Ibidem).

Tal inserção ocorreu em um momento transitório do foco da exploração capitalista. A acumulação capitalista nos países centrais passou a ter como cerne a extração da mais valia relativa, devido ao aumento da produtividade do trabalho possibilitada pelo desenvolvimento técnico. Enquanto que nos países periféricos o pilar permanecia sustentado na acumulação via mais valia absoluta garantida pela superexploração do trabalho (Ibidem). Contudo, cabe esclarecer que, não se trata do desaparecimento da exploração mediante a mais valia absoluta, e o surgimento da mais valia relativa nos países industriais, tratava-se de uma mudança no padrão da exploração da acumulação capitalista, onde ambas as formas de exploração coexistiam, mas com o foco agora voltado para a acumulação via mais valia relativa.

Nos países centrais, a exploração da mais valia relativa é favorecida pela depreciação dos preços das matérias primas e alimentos, exportados pela periferia do capitalismo, esse fato, juntamente com o aumento da capacidade produtiva do trabalho, acarreta em uma redução do preço dos bens salários e ambos contribuem para reduzir o valor da força de trabalho, ao mesmo tempo em que garante um elevado padrão de consumo para a classe trabalhadora desses países. Já nos países periféricos a estratégia para contornar essa situação, ocorre mediante o aumento da sua participação no mercado de matérias primas e alimentos, o que se dá através da superexploração da classe trabalhadora (Ibidem).

Marini (1972) elenca diversos fatores que contribuem para a ocorrência e manutenção desse esquema de exploração. Destaca-se o fato dos países centrais deterem um avanço tecnológico que assegura capacidade produtiva do trabalho e consequentemente contornar as leis do valor, mediante a oferta dos produtos-mercadorias de acordo com as leis do mercado, mesmo após obterem o rebaixamento do preço de produção. Além disso, o monopólio na elaboração de determinados produtos permite aos países de capitalismo avançado transpor as leis do valor, dessa forma, mesmo com um preço de produção baixo esses países conseguem elevar o preço de mercado, possibilitando, assim, dupla transferência de valor.

Por outro lado, as raízes do subdesenvolvimento foram assim tratadas na visão cepalina como ausência de capitais capazes de assegurar o desenvolvimento industrial dos países periféricos, o que resultaria em dependência econômica do centro capitalista. O conceito de mais valia, assim como a apropriação desigual da riqueza, expropriação dos trabalhadores dos meios de produção são extrínsecos ao debate cepalino. As elucubrações teóricas da Cepal trazem em sua carga um modelo de desenvolvimento intrínseco a própria lógica de (re)produção do capital, rompem com a teoria das vantagens comparativas e do subdesenvolvimento enquanto estágio predecessor do desenvolvimento, todavia não conseguem romper com as premissas político-financeiras do Banco Mundial ao sustentar um modelo de desenvolvimento balizado no crescimento do PIB alavancado pela atividade industrial e na promoção da infraestrutura mediante a ação do Estado.

Gestou-se, dessa forma, um modelo de desenvolvimento que buscava compreender o subdesenvolvimento da América Latina, apontando as diferenças nas trocas comerciais e do progresso técnico dos países como causa das suas diferenças e não elencando a expropriação do trabalhador dos meios de produção e a divisão das sociedades em classes como causas para as diferenças sociais. Buscava-se uma alternativa dentro da própria lógica da reprodução sociometabólica do capital, alegando ser o subdesenvolvimento resultado de um processo histórico na organização do capital, ao invés de uma condição direta do desenvolvimento, ou seja, negava-se que a acumulação de riqueza está diretamente relacionada com a produção da pobreza.

A contabilidade é estabelecida como uma relação entre produção e consumo. Nesta esfera sempre foram direcionadas políticas de planejamento e concretizados os modelos de desenvolvimento como justificativa de crescimento econômico, de produção (formal) de riqueza (CONCEIÇÃO, 2013, p. 82).

O Estado foi central para esse processo, pois foi responsável em viabilizar as bases para a mobilidade do capital e a consolidação da sua (re)produção ampliada, subsidiando o caráter legal necessário para a adoção e aceitação da ideologia desenvolvimentista. A ação do Estado é mais que complementar a ordem societal do capital, torna-se necessária.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (MÉSZÁROS, 2005, p.106).

Nesse sentido, o surgimento de instituições supranacionais pós-segunda guerra, como o FMI - Fundo Monetário Internacional e BIRD - Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento, além do Banco Mundial, consideradas expressões dos Estados Centrais, atuam no sentido de facilitar e permitir a máxima expansão do capital a nível mundial, facilitando sua mobilidade, como também atuando nas correções dos defeitos estruturais do sistema sociometabólico do capital sem comprometer a sua força motriz (ARAUJO, 2015).

A CEPAL apesar de apresentar-se como proposta de desenvolvimento alternativo, atua de forma conivente com a dinâmica reprodutiva do capital ao não se

contrapor a este modelo societal. A busca de uma alternativa que em tese se propôs a redução das desigualdades via desenvolvimento acabou corroborando com as bases estruturais do capital, permanecendo assim inalterada a sua essência.

3.2 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO: OS REVERBERAMENTOS DA MOBILIDADE DO CAPITAL NA MINERAÇÃO EM SERGIPE

A partir da segunda metade do século XX observou-se no Brasil um intenso processo de transformação na estrutura produtiva, sob a influência das ideias cepalinas, bem como das instituições supranacionais –BIRD e FMI - que buscavam o controle hegemônico da economia a nível mundial. Até meados da década de 1950, o país permanecia essencialmente agrícola e com forte concentração de população rural. Para Oliveira (2008, p. 293), o Brasil apresentava-se como um país “semivirgem em relação ao progresso capitalista recente, e, sobretudo, onde quase tudo estava por fazer”.

Nesse contexto, as ações da CEPAL e do BIRD tiveram reverberamentos no Projeto de Desenvolvimento Brasileiro adotado na segunda metade do século XX, sustentando-se na ideologia do desenvolvimento por meio da industrialização. As ideias desenvolvimentistas atuavam, também, na redução e eliminação dos desníveis regionais, como forma de balancear o desenvolvimento interno. Assim, buscou-se romper a oposição entre o Centro-Sul, área de excelência do capital no país, e o Nordeste, região considerada de economia atrasada e esqualida. O Estado, naquele período, assumiu a posição enquanto propulsor do desenvolvimento e atuou também na criação de diversas instituições públicas que visavam coordenar e planejar o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Em sua aparência, o discurso hegemônico caracterizava o Brasil como um país atrasado, subdesenvolvido, sendo necessário industrializá-lo e integrar as regiões para modernizá-lo. Entretanto, em sua essência a ideologia desenvolvimentista atendia a necessidade orgânica de autoexpansão do capital, intrínseca a sua condição de incontrollabilidade. O Projeto Desenvolvimentista do Brasil representava,

em sua essência, a inserção do capital monopolista no país. Segundo Oliveira (2003, p. 310) a efetivação do processo de industrialização brasileira esteve sustentada na atuação do tripé econômico-social “capital privado, capital estrangeiro e o Estado”.

Foi mediante a aparência do discurso de progresso e desenvolvimento que o Estado brasileiro passou a atuar na direção de um projeto de industrialização nacional. O projeto desenvolvimentista brasileiro, via industrialização, começou a ser gestado no governo de Getúlio Vargas, com a criação das indústrias estatais de base - PETROBRÁS e CVRD - Companhia Vale do Rio Doce, além das leis trabalhistas.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a ideologia desenvolvimentista foi reificada através do Plano de Metas e a criação da SUDENE - Superintendência Para o Desenvolvimento do Nordeste - em 1959, essa visava reduzir os desníveis regionais e integrar o Nordeste no circuito nacional da economia. Segundo Araujo, (2015, p. 38) “a SUDENE como parte da materialização das propostas e modelos de desenvolvimento defendidos pela CEPAL ajuda a consolidar a parte que cabe a Região Nordeste dentro da divisão internacional do trabalho no capitalismo monopolista”.

A SUDENE representa assim, uma mudança nas ações estratégicas do Estado na Região Nordeste, pois anterior a sua criação as principais políticas voltadas à região caracterizavam-se por seu caráter emergencial e de combate à seca (OLIVEIRA, 1987). Ademais, a SUDENE representou o planejamento estatal para a entrada do capital no Nordeste, inserindo este espaço, ainda mais, no ciclo das relações de produção capitalistas.

A captura do Estado no Nordeste pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária, sob a forma de intervenção do DNOCS: parafraseando Lênin, dirige o “ataque frontal” contra o “elo mais fraco da cadeia”, exatamente aquele que permitia a *confluência* de todas as forças sociais, classes populares, burguesia industrial regional, burguesia internacional-associada do Centro-Sul e classes populares do próprio Centro-Sul. Todas essas forças sociais estavam interessadas em descapturar o Estado no Nordeste, mas por razões completamente diferentes. As proposições da SUDENE para “descapturar” esse Estado levam, porém, necessariamente à sua captura pela burguesia internacional-associada do Centro-Sul, através das formas que

propõe para a reinversão do excedente captado pelo Estado em capital (OLIVEIRA, 1987).

A modernização da economia do Nordeste com a criação da SUDENE estava respaldada nas ações do Estado para apaziguar os conflitos de classe no Nordeste e no país. No momento de criação da SUDENE, as classes sociais dominadas encontravam-se em um crescente movimento de organização, a exemplo das Ligas Camponesas, logo, existia uma pressão social que em conjunto com a classe do proletariado no centro-sul poderia colocar em risco a (re)produção do capital no país. Diante dessa situação, o Estado sob o direcionamento da burguesia do Centro-Sul, que estava associada com a burguesia internacional atuou na dissolução das oligarquias do Nordeste e difundiu relações de trabalho nitidamente capitalistas na região, utilizando-se do discurso desenvolvimentista e de uma suposta neutralidade técnica do aparelho estatal (Ibidem).

Conforme expõe Mandel (1973):

o Estado é uma entidade criada pela sociedade para fiscalização do funcionamento diário da vida social; está ao serviço da classe dominante, com o fim de manter o seu domínio. Existe uma necessidade objectiva para esta organização-cão-de-guarda, uma necessidade muito intimamente ligada ao grau de pobreza, ao grau de conflito social que existe na sociedade (MANDEL, 1973, p.13).

Sob o discurso de planejamento, modernização e redução das desigualdades, o Estado mascarava as reais intencionalidades das relações de criação da SUDENE e sua funcionalidade para a mobilidade e (re)produção ampliada do capital. A criação da SUDENE representa, assim, os interesses de uma classe, a burguesia do Centro-Sul que se encontrava mais especializada e diretamente relacionada com a burguesia internacional, em busca de capturar novos espaços para a progressiva exploração do trabalho e extração do mais valor (OLIVEIRA, 1987).

Utilizando-se do discurso da integração nacional, em que o Nordeste precisava ser integrado ao circuito da economia nacional, o Estado elaborou políticas públicas como o FINOR⁸, que em conjunto com a SUDENE permitiram o aprofundamento das

⁸ Os incentivos 34/18, posteriormente denominados FINOR foi criado pelo em 1974 e tinha como objetivo ampliar a base industrial na área de atuação da SUDENE mediante incentivos fiscais concedidos ao capital nacional.

relações capitalistas na Região Nordeste. Nessa direção, as políticas de integração nacional possibilitaram a “remoção dos obstáculos materiais e ideológicos à expansão capitalista moderna” (BECKER; EGLER, 1994, p. 144).

Com a instauração do golpe militar em 1964 no Brasil, as ações do projeto desenvolvimentista estiveram orientadas na elaboração do I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), o qual favoreceu a rápida industrialização mediante a entrada do capital estrangeiro e o aumento da dívida externa do país; e o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que determinava o projeto desenvolvimentista mediante o incentivo à indústria de base e de bens de capital; além do Plano Nacional de Fertilizantes Calcário através da produção de energia e a modernização da agricultura. Em conjuntos esses planos permitiram ao Estado consolidar a inserção do capital monopolista no país. O desenvolvimento da indústria de base e bens de capital era essencial para complementar a pirâmide produtiva no Brasil, pois as indústrias de capital estrangeiro instaladas no país eram em sua maioria de bens de consumo.

Somando-se a estas ações, o Estado atuou ainda no incentivo à produção de energia e na modernização do campo via difusão do pacote tecnológico. Reiterando a subserviência do Estado aos ditames do capital, no campo, o Plano Nacional de Fertilizantes estava imbricado com o processo de modernização da agricultura. Imbuído de uma ideologia desenvolvimentista. O Estado legitimou a lógica de (re)produção do capital no campo, difundindo a ampla utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, bem como a mecanização das atividades agropecuárias.

Contemporânea daquele período histórico, a crise do petróleo resultou no aumento dos preços dos combustíveis fósseis e dificultava, dessa forma, o desenvolvimento da indústria automobilística estrangeira implantada no país. Para reverter esse quadro, o Estado difundiu o discurso ideológico de segurança nacional, assumindo as operações de incentivo e localização das reservas de petróleo. Todavia, em sua essência, o discurso da segurança energética buscava consolidar os interesses do capital internacional no país via fornecimento de combustíveis líquidos para concretização dos objetivos da indústria automobilística recém instalada no país.

É para garantir o funcionamento da sociedade de classes que surge historicamente o Estado, como um instrumento de controle político da sociedade. Esse organismo se torna então uma necessidade da classe dominante, um meio institucional de legitimar e de garantir que a sociedade de classes e todos os seus mecanismos de exploração e de produção de riqueza funcionem e permaneçam intactos. O Estado, desde seu surgimento no decorrer da história, independente do período em que esse organismo possui maior ou menor poder e intervenção na sociedade, sempre serviu como um instrumento de perpetuação da desigualdade, em qualquer que fosse o modo de produção existente (RODRIGUES, 2015, p. 176).

O Estado atuou facilitando a mobilidade do capital no território nacional, ao fomentar o capital acumulado no Centro-Sul em busca de que ajustes espaciais se instalassem no Nordeste, confirmando a tendência a igualização capitalista, através do assalariamento, e aproveitando-se da diferenciação geográfica do valor da força de trabalho.

Em Sergipe, os incentivos da SUDENE atuaram de forma mais efetiva beneficiando a ampliação da estrutura industrial já consolidada no estado. Nessa direção, os benefícios concedidos a exploração mineral a partir da instalação das fábricas de cimentos, provenientes do capital privado nacional, firmaram-se como uma das exceções. O II PND possibilitou o recrudescimento da indústria extrativa-mineral no estado, alterando o centro dinamizador da economia local, que até então se focalizava na agricultura. A descoberta de importantes reservas minerais foi fundamental para as ações do II PND em Sergipe, pois estes minerais foram apresentados como essenciais para a consolidação da indústria de base nacional, consequentemente suplantando os pontos de estrangulamentos da indústria no país.

As descobertas minerais de petróleo, gás natural, sal gema, potássio, magnésio e calcário na transição da década de 1960/1970 constituíram-se como importantes fomentos para a implantação da indústria mineral em Sergipe.

O fato que sustentou esse crescimento da indústria extrativa mineral e química foi que o Estado de Sergipe recebeu, sob a égide do II PND, duas grandes empresas estatais: a PETROMISA (PETROBRÁS Mineração S. A) e a NITROFÉRTIL (uma das empresas da holding PETROFÉRTIL). A primeira instalada no município de Rosário do Catete, explorando uma grande jazida de potássio e produzindo, basicamente cloreto de potássio; a segunda, utilizando gás natural produzido pela RPNE na fábrica de amônia e ureia, instalou sua planta industrial no município de Laranjeiras (REBOUÇAS, 1994, p. 25).

O autor ainda pontua que:

essas duas estatais somadas à PETROBRÁS; formam o tripé dinamizador da economia sergipana que vem operando a partir de fins da década de 1970 (REBOUÇAS, 1994, p. 26).

As descobertas minerais foram consideradas como oportunas para a transformação da economia sergipana. O governo local buscou utilizar as potencialidades minerais para garantir a ampliação das relações capitalistas no estado. Para tanto, foi criado o CONDESE - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe - 1964, que atuou na direção de levantamento e exploração das potencialidades minerais do estado, garantindo, assim, a viabilidade econômica e legitimando a exploração predatória dos recursos naturais e humanos. O Estado atuou, ainda, na capacitação profissional mediante a contratação de especialistas de outros estados e treinamento técnicos (FRANÇA, 1997).

Com o desenrolar das ações de exploração mineral no estado de Sergipe e o II PND, desenvolveu-se o projeto de implantação de um Polo Cloroquímico em Sergipe. Esta ação, também, integrava o plano de ações do Estado para garantir a (re)produção ampliada do capital. Segundo França (1997), o projeto apresentou diversos entraves para sua consolidação, sendo inicialmente escolhida uma área na zona rural de Santo Amaro, mas para atender as exigências de viabilidade econômica do capital o projeto foi transferido para o município da Barra dos Coqueiros, próximo ao Porto em construção. Este polo compunha um rol de ações do Estado na região Nordeste desde os estados da Bahia até o Rio Grande do Norte, formando assim o Eixo Químico do Nordeste.

O estado de Sergipe foi inserido no circuito da economia nacional através da exploração das suas riquezas minerais, o que implicou na ação estatal para implantação de um complexo situado no0 Baixo Cotinguiba (FRANÇA, 1997). O complexo de base possuiria função complementar a (re)produção do capital em escala nacional, forneceria os insumos básicos para a indústria de bens de consumo situada no Centro Sul, bem como para a agricultura que se encontrava em vias de modernização.

A descoberta e exploração mineral em Sergipe, a partir da segunda metade do século XX, estava relacionada com o processo de (re)produção ampliada do capital.

Nesse sentido, a ideologia desenvolvimentista, que permeava as ações da CEPAL e influenciaram o Projeto de Desenvolvimento Brasileiro, emergiu para atender as necessidades do capital monopolista que se encontrava sobreacumulado nos países do centro capitalista. O capital, enquanto força mais totalizante da história humana e movido por uma contínua necessidade de autoexpansão (MÉSZÁROS, 2005), criou as condições legais que garantiram a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, utilizando-se da falácia do desenvolvimento via industrialização. Assim, a SUDENE, o CONDESE e a PETROBRÁS configuram-se como mecanismos para a (re)produção ampliada do capital através do levantamento de informações mineralógicas no estado de Sergipe, garantindo, assim, a consolidação do capital monopolista no país.

Destacamos que não se trata de uma relação entre países, mas de classe. Foi a classe dominante dos países de capitalismo avançado que expandiu sua área de atuação, através de alianças com a classe dominante brasileira. Como a lógica da competitividade capitalista se trata de um jogo de forças, certamente as formas e intensidades da apropriação das riquezas pelos setores da classe dominante ocorre de forma diferenciada.

3.3 A INTEGRAÇÃO DE SERGIPE AO CIRCUITO DA ECONOMIA VIA MINERAÇÃO

Na segunda metade do século XX houve uma busca minuciosa por riquezas minerais no subsolo sergipano. A PETROBRÁS e o CONDESE - Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe desenvolveram importantes estudos mineralógicos em busca de confirmar a presença de minerais que garantissem a integração de Sergipe ao circuito nacional da economia. Tais estudos culminaram na descoberta de importantes reservas minerais e resultaram no aparelhamento do Estado local para aproveitar as potencialidades minerais. Destacou-se a série de reportagens do Jornalista João Paulo Tavares no Jornal Folha de São Paulo, publicadas no livro **Mineração: saída para Sergipe** (1972). Sob orientação das elites locais e do governo do Estado de Sergipe, a série de reportagens buscava dar

visibilidade ao estado no cenário nacional, destacando sua importância para o desenvolvimento da economia nacional, como também cooptar recursos e projetos do Governo Federal.

Segundo João Pedro Tavares:

Sergipe possui grandes e importantes riquezas minerais, representadas pelas jazidas de sais potássicos (silvinita e carnalita), de sais magnesianos (taquidrita), de sais sódicos (salgema), petróleo, gás natural, calcário, bromo, mármore e areias quartzosas e águas minerais. Ainda não devidamente pesquisadas, mas com ocorrências já localizadas, faltando apenas determinar a otimização para sua exploração econômica, encontram-se, também, no solo sergipano, outros recursos minerais, como amianto, antimônio, areias ilmeníticas, argilas, cálcio, césio, rubídio, cristal de rocha, enxofre, galena, manganês, mica, ouro, óxido de ferro, pirita, schelita e turfa. Importante destacar que algumas dessas matérias primas ainda consideradas carentes no país e representam gasto de divisas, pela sua importação (TAVARES, 1972, p. 1-2).

Inserido na lógica da (re)produção ampliada do capital que buscava a igualização das relações de produção por via do assalariamento, o Estado de Sergipe passou por profundas mudanças em sua base econômica. A descoberta de importantes jazidas minerais despontou como chave para a materialização da ideologia desenvolvimentista, através da relação direta mineração-industrialização.

Os estudos minerais realizados em Sergipe, na década de 1960, resultaram na descoberta de sal-gema e calcário, matérias-primas indispensáveis para a produção de barrilha pela indústria química. A barrilha é utilizada por diversas indústrias de transformação na fabricação de vidros, sabões, detergentes, fertilizantes entre outros produtos. Logo, tais minérios significavam um importante vetor para a captação e a instalação de indústrias deste setor no estado, como também a formação de um complexo de base.

As reservas de sal-gema conhecidas na época se estendiam do Baixo Cotinguiba até Aracaju, sendo em torno de 525 milhões de toneladas. Além disso, estudos realizados naquele período estipulavam reservas em torno de 20 bilhões de toneladas, em vista da facilidade de encontrar sal-gema em toda bacia sedimentar de Sergipe. Já o calcário, não havia dados precisos sobre o quantitativo das reservas estaduais, mas especulava-se a facilidade deste mineral ser encontrado

em todo o estado, com destaque para sua concentração no Baixo Cotinguiba (TAVARES, 1972).

A produção de barrilha surgiu na década de 1970 como essencial para a política desenvolvimentista do Estado brasileiro, pois a demanda interna do produto não era suprida pela produção nacional gerenciada pela Companhia Nacional de Álcalis, localizada em Cabo Frio - Rio de Janeiro. A barrilha é utilizada principalmente na produção de vidros, sendo assim imprescindível para o desenvolvimento da indústria de bens de produção que estava em vias de consolidação no país. Desse modo, preconizou-se que a atuação do Estado propiciasse a redução das importações do produto, pois estas reduziam o potencial competitivo das indústrias do país. O Estado atuou ao incentivar o aumento da produção interna da barrilha mediante a ampliação da Cia de Álcalis, a fim de evitar que a indústria no país entrasse em colapso juntamente com o projeto de desenvolvimento em andamento.

Mesmo com os esforços do Estado em suprir a demanda de barrilha, a ampliação da Cia de Álcalis em Cabo Frio revelou-se como insuficiente. Diante desse cenário as reservas de sal-gema e calcário de Sergipe despontaram como primordiais, resultando em diversos esforços do governo do Estado para a implantação de uma filial da Cia de Álcalis no município de Nossa Senhora do Socorro-SE, devido à proximidade com as reservas minerais e o mercado consumidor.

Ao que tudo indica, o Estado de Sergipe e a Companhia Nacional de Álcalis têm um encontro marcado na história. Esse encontro está ocorrendo agora. São palavras do general Edmundo Orlandini, Presidente da CNA, manifestando, recentemente, cujo apoio do Ministério da Indústria e do Comércio e Sólido. O Ministro Pratini de Moraes, após receber o último relatório do CONDESE sobre as possibilidades de implantação da indústria química no Estado, feito por sua Coordenadoria de Recursos Naturais, determinou que o projeto da Álcalis-Nordeste fosse de pronto duplicado, ou seja, estabelecido para 400 mil toneladas/ano (TAVARES, 1972).

O projeto Álcalis-Nordeste não foi consolidado, apesar de comprovada a viabilidade econômica da produção de barrilha em Sergipe e sua importância para o processo de acumulação capitalista, em vias de aprofundamento no país.

Possivelmente, as relações de conflitos entre as classes dominantes local e do Centro-sul, reificadas nos embates políticos, foi fator decisório para o insucesso deste projeto. Atualmente o projeto de uma fábrica de produção de barrilha permanece como uma oportunidade passível de estudos e análises pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento, da Ciência e da Tecnologia - SEDETC/SE.

Em 1965, a PETOBRÁS realizou diversos estudos e pesquisas mineralógicas no Baixo Cotinguiba-SE, incluindo Carmópolis e municípios próximos. Como ensejo foram detectadas reservas de ótima qualidade de taquidrita e carnalita, minerais ricos em magnésio (TAVARES, 1972). O magnésio possui ampla utilização na indústria de meios de transporte. Sua descoberta coincidiu com o período de instalação das montadoras automobilísticas no país, logo, sua exploração era considerada estratégica para a reprodução do capital naquele período.

Face as condições excepcionais do magnésio encontrado em Sergipe, bem como as vantagens produtivas oferecidas pelo Estado, a exploração de magnésio também foi incentivada pelo governo local, o qual buscou incentivos nacionais para a implantação de uma fábrica.

Pelo edital de concorrência da CPRM, deverá ser instalada em Sergipe uma indústria de magnésio metálico com capacidade mínima para 20 mil toneladas anuais, iniciando a produção em 19 de janeiro de 1977. Essa produção, embora significativa em termos mundiais, que em 1968 foi de 187mil toneladas e para este ano a previsão é de 224 mil, não atenderá ao crescimento da demanda nacional previsto para 1977, em torno de 50 mil toneladas, e que tenderá a crescer mais rapidamente depois que a indústria de Sergipe entrar em funcionamento, com possibilidades de grandes reduções de custos. Os órgãos técnicos do Governo Federal admitem ainda, para a unidade sergipana, uma produção inicial da ordem de 36 mil a 40 mil toneladas/anos de magnésio (TAVARES, 1972, p. 17-18).

Apesar de todo o otimismo apregoado por Tavares (1972), em sua série de reportagens, a instalação da fábrica de magnésio em Sergipe ficou apenas na promessa. O alto preço se comparado ao alumínio, matéria prima de utilidade similar para a indústria, pode ter sido um fator decisivo para o insucesso do projeto. Reitera-se que a mobilidade do capital ocorre de acordo com as suas determinações de extração e acumulação do mais valor, logo, mesmo que uma região possua abundantes riquezas minerais, se houver outra região que ofereça melhores condições para a sobreacumulação, esta será preferível pelo capital.

Destacam-se ainda os conflitos das classes dominantes intrarregiões. Como Sergipe apresenta pouca expressividade no cenário nacional a captura de grandes projetos acabou tornando-se mais difícil. Atualmente, a SEDETEC/SE⁹ considera que a instalação de uma fábrica de produção de magnésio em Sergipe constitui-se como uma oportunidade passível de ser pesquisada.

3.3.1 A exploração de calcário e a produção de cimento

O levantamento geológico em território sergipano para diagnosticar sua potencialidade mineral, na década de 1960, culminou ainda com a descoberta de calcário. A exploração do calcário em Sergipe está associada, principalmente, a consolidação e ampliação da área de atuação de grupos industriais do Centro-Sul e do Nordeste do país, através de incentivos fiscais concedidos pela SUDENE na década de 1970. A incontornabilidade sociometabólica do capital, que demanda contínua acumulação via autoexpansão, determinou que a exploração do calcário para fabricação de cimento surgisse como oportunidade fundamental para a continuidade da exploração do trabalho e acumulação de mais valor pelo capital industrial em Sergipe. Nesse sentido, a mobilidade do capital estava reificada na instalação de duas fábricas de cimentos: a Votorantim em Laranjeiras e uma unidade da Nassau, pertencente ao grupo João Santos, em Nossa Senhora do Socorro.

Beneficiando-se das reservas de calcário, disponíveis no município de Laranjeiras/SE, em 1967 aconteceu a abertura da Cimento Sergipe S/A – CIMESA, pertencente ao grupo Votorantim. Na época, essa indústria representava o maior empreendimento do grupo no Nordeste (SAMPAIO, 2015). Com uma produção

⁹ Conforme informação do Portal da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e da Tecnologia, o estado de Sergipe possui potencial para exploração de magnésio e barrilha, dessa forma o governo do estado tem atuado para atrair capitais para implantação de empreendimentos. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1328896708.pdf>>. Acesso em: 10/07/2017.

diária de aproximadamente 200 toneladas, o objetivo principal era o de atender a demanda do mercado nordestino, em especial Sergipe, Alagoas e Bahia.

Em 1974, após muita dificuldade em conseguir a licença para pesquisa e lavra, o grupo João Santos também abriu uma filial no estado (ANDRADE, 1987). Incorporando o discurso desenvolvimentista, bem como a disponibilidade de calcário em quantidade suficiente para garantia de uma indústria moderna de cimento, o grupo atuou na incorporação de um empreendimento com o objetivo de ampliar a sua área de atuação e a sua competitividade no mercado regional.

A ação do Estado em apoio a (re)produção ampliada do capital em Sergipe ocorreu, sobretudo, através do financiamento dos projetos das indústrias do cimento, através dos incentivos 34/18, o FINOR. Estes foram um dos poucos projetos que não integravam a industrial tradicional do estado e que foram beneficiados com recursos da SUDENE. Segundo Rebouças (1994, p. 16) “Sergipe teve cerca de 56% dos recursos provenientes do programa de incentivos fiscais carreados para a indústria tradicional”.

A ação da SUDENE foi primordial para a homogeneização das relações capitalistas em Sergipe utilizando-se da mineração como vetor para este feito. Segundo Andrade (1987, p. 54) “ao lado do crescimento da demanda, se podia obter créditos fácil, subsidiado através dos mecanismos implantados pela SUDENE, que facilitavam aos empresários desenvolverem a exploração mineral e a indústria de beneficiamento, com poucos investimentos próprios”.

Em 2003 ocorreu a instalação de mais uma fábrica de cimento em Sergipe, a MIZU, grupo empresarial do Centro-Sul que ao expandir sua área de atuação optou por um empreendimento no município de Pacatuba. Há nessa ação uma busca em ampliar a escala de (re)produção do capital diante do mercado oligopolizado do ramo de cimento. O capital mobiliza-se na busca de espaços, ainda, não homogeneizados, inserindo-os no circuito da produção capitalista e transformando as relações sociais de produção e trabalho em uma área em que o setor industrial é inexpressivo.

Na década 2016, confirmando as potencialidades do estado de Sergipe nas reservas de calcário – matéria prima elementar a produção de cimento – o grupo

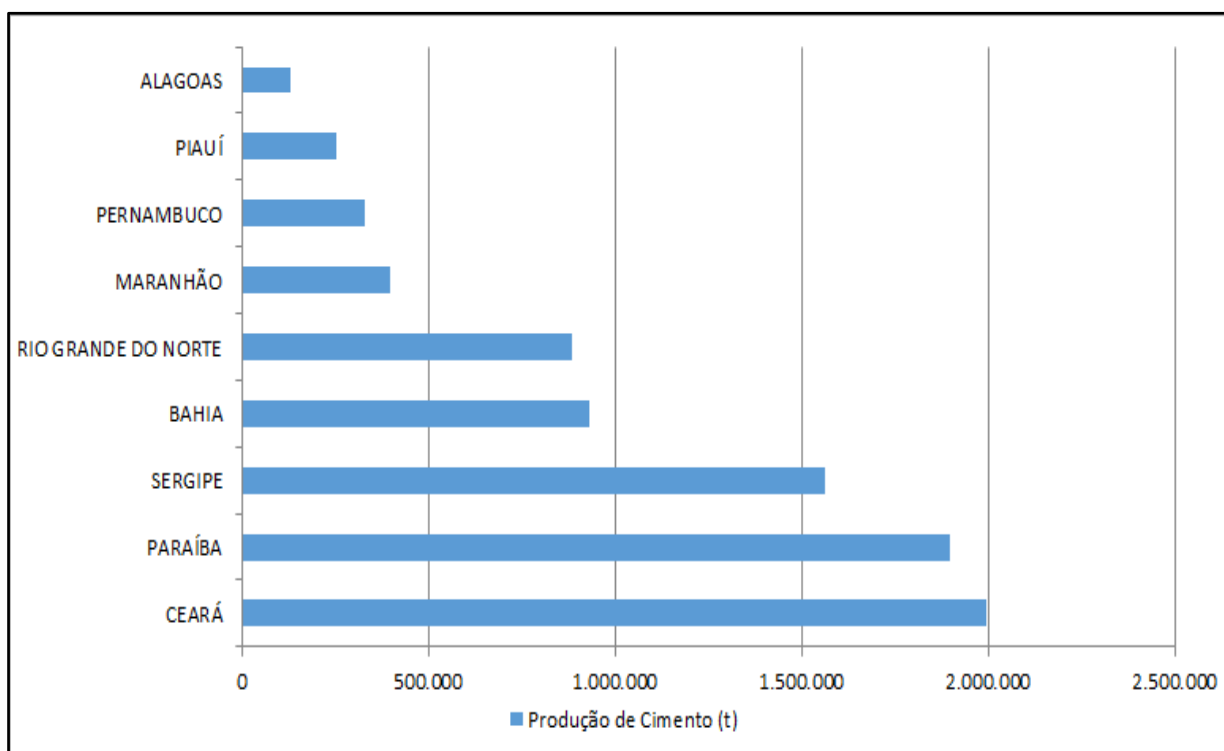
Manoel Dias Branco por meio da subsidiária Apodi ratifica o interesse na instalação de uma nova unidade, que já está em processo de implementação, no município de Santo Amaro das Brotas.

A aliança Capital-Estado foi fundamental nesse processo, pois o Estado prontamente coloca-se como propulsor do desenvolvimento através das *benesses* fiscais concedidas ao capital e da legitimação do processo de exploração do trabalho. O capital, por sua vez, atua na tentativa de um consenso social na localidade inculcando na consciência dos sujeitos a melhoria das condições de vida proporcionada pelo assalariamento. Assim, as relações de trabalhos são transformadas reafirmando e intensificando o assalariamento como opção para a classe trabalhadora.

As obras do grupo Manoel Dias têm enfrentado um conflito com a PETROBRÁS, pois a área em que será realizada a exploração de calcário possui um poço de perfuração de petróleo. O grupo empresarial do cimento, por sua vez, pressiona a PETROBRAS para ceder a área utilizando-se do discurso desenvolvimentista para pressionar o Estado e adquirir o apoio da classe trabalhadora, a qual alienada pelo fetiche da carteira de trabalho acredita que será beneficiada com a exploração do calcário na área.

As determinações imperativas do capital demandam contínua autoexpansão. É nessa direção que o grupo Manoel Dias Branco busca expandir sua produção com a instalação de uma nova unidade com capacidade produtiva de 4 mil toneladas diária e investimentos em torno de R\$ 1 bilhão. O aumento da capacidade produtiva possibilitará ampliar o poder de competitividade do grupo, frente ao grupo Votorantim, que controla parte significativa do mercado regional. Trata-se, nesse caso, de uma disputa entre parcelas distintas do capital dentro do mercado oligopolizado do ramo de cimento. Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (2017) 64,1% do mercado nacional de produção de cimento é controlado por apenas três grupos empresariais: Votorantim com 35,4%, Interceiment com 18,3% e o João Santos com 10,4%. A figura a seguir destaca os principais estados produtores de cimento:

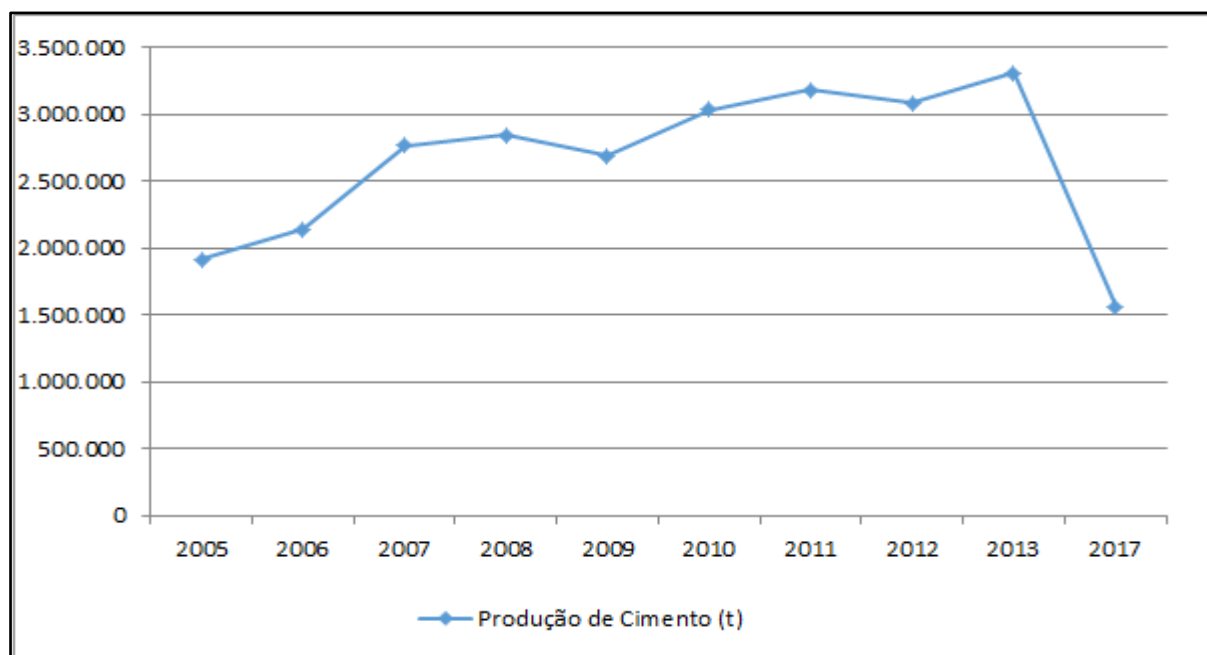
GRÁFICO 1 - NORDESTE: PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CIMENTO, 2017.



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, 2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2017.

Com base nos dados observa-se que o estado de Sergipe correspondia, no ano de 2017, a terceira maior produção de cimento do Nordeste, ficando atrás apenas do Ceará e da Bahia. O Estado que já foi o maior produtor de cimento na região, tem apresentado redução na sua participação regional e nacional devido a queda da sua produção como pode ser observado no gráfico seguinte.

GRÁFICO 2 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE **CIMENTO**, 2005-2017.

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, 2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2017.

A situação atual da produção do cimento em Sergipe é de redução se comparado ao ano de 2013, o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento e o Banco de dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção não possuem dados para o período 2014-2016. Segundo o SINDICAGESE- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento Cal e Gesso do Estado de Sergipe, o setor apresenta-se em crise desde a crise econômica de 2008, durante o período 2009-2013 as obras de infraestruturas do Estado e a construção civil foram fundamentais para garantia da produção.

As indústrias de cimento são a expressão da mobilidade do capital. A instalação da Votorantim e da Nassau na década de 1970, além de representar o embate competitivo entre o capital do Centro-Sul e do Nordeste, evidencia a alta mobilidade do capital para novos espaços que oferecem as condições especiais para a sobreacumulação, a exploração do trabalho mediante o assalariamento, a exploração da natureza devido à abundância de matérias primas e o beneficiamento fiscal concedidos pelo Estado, real legitimador e facilitador deste processo.

A sociedade baseada no modo de produção do capital aprofundou intensamente a exploração e a miserabilidade do trabalhador, portanto, as contradições da produção social apropriada

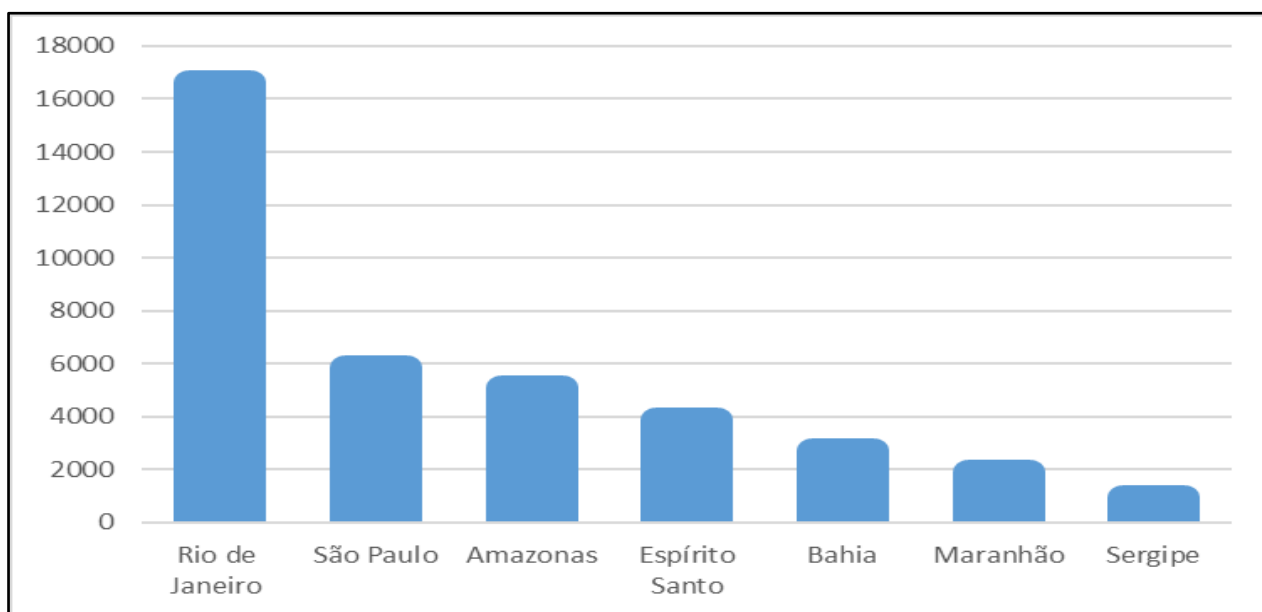
individualmente requerem que seja evitado qualquer tipo de ameaça à propriedade privada e aos lucros do capital, o Estado é uma força no sentido de manutenção do status quo. A generalidade é que o Estado é sempre um instrumento de classe, logo a sua existência só tem sentido enquanto for necessária a exploração (e a supremacia/hegemonia de uma classe dominante) no contexto da luta de classes (MARX e ENGELS, 2008, p. 21).

O Estado foi o grande responsável para a materialização da mobilidade do capital, pois mediante seus planos desenvolvimentistas e a criação de uma superintendência para o desenvolvimento regional forneceu subsídios que criaram as condições necessárias à reprodução do capital em Sergipe, a partir da mobilidade de grupos empresariais do ramo de cimento consolidados no Centro-Sul e até mesmo no Nordeste.

3.3.2 A exploração de gás natural e a produção de fertilizantes nitrogenados

A descoberta e exploração de gás natural em Sergipe estão associadas aos estudos que resultaram na descoberta e exploração de petróleo. Atualmente, o estado figura-se entre os maiores produtores de gás natural como pode ser observado na figura seguinte:

GRÁFICO 3 – BRASIL: ESTADOS COM MAIOR PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL, 2017.



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, 2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2017.

Conforme os dados, explicitados no gráfico acima, o estado do Rio de Janeiro desponta com a maior produção de gás natural com 16613,1 milhões de m³, seguido por São Paulo com 5832,3 milhões/m³, Amazonas 5106,2 milhões/m³, Espírito Santo 3894,7 milhões/m³, Bahia 2724,3 milhões/m³, Maranhão 1926,3 milhões/m³ e Sergipe 949,2 milhões/m³.

Confirmando sua potencialidade mineralógica, o estado de Sergipe está na sétima colocação no ranking nacional de produção de gás natural. Diferentemente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo que possuem reservas localizadas apenas no mar; e dos estados do Amazonas e Maranhão que possuem apenas reservas terrestres; Sergipe possui reservas em exploração no mar e em terra.

Esses dados, quando analisados sem correlação com as relações de produção de forma processual, em sua aparência, representam apenas índices de produção. Mas quando inserido no processo histórico decorrente da produção humana, esses dados trazem a realidade de uma ideologia desenvolvimentista defendida e propagada pelo Estado de forma incisiva a partir da década de 1970, em consonância com as determinações do capital. O estado de Sergipe não se tornou um dos maiores produtores de gás natural apenas devido a sua potencialidade natural, mas por ter sido inserido no bojo das relações de produção capitalistas que buscavam facilitar a mobilidade do capital promovendo a homogeneização e igualização dos espaços mediante a defensiva da integração nacional.

A necessidade autoexpansiva, mediante a ação totalizadora do capital, inseriu o estado de Sergipe no circuito da produção nacional, usando-se de um invólucro desenvolvimentista e tendo o Estado como propulsor desse processo. Assim, com a descoberta do petróleo e gás, de forma associada, essas estratégias foram direcionadas para a rentabilidade desses minerais.

O petróleo já tinha destino adequado, pois era colocado como uma questão de segurança nacional. Embora o gás natural também fosse essencial para o projeto desenvolvimentista em curso, sua finalidade no estado ainda não estava definida. Quantitativamente as reservas daqui não eram capazes de viabilizar a instalação de uma central petroquímica; de imediato surgiram duas possibilidades para deslindar este impasse. A primeira foi a queima do gás, o que era considerado um desperdício

diante das necessidades energéticas que o país tinha, além de resultar em grave problema ambiental. A outra opção era enviar o gás por meio de gasoduto até a Bahia, o que seria considerável não lucrativo devido aos altos custos (TAVARES, 1972). Durante muitos anos a queima foi a opção.

Visando solucionar o “entrave ao desenvolvimento”, o Estado decidiu realizar a implantação de uma unidade processadora de gás natural, o qual passaria a ser utilizado na produção de fertilizantes (ROCHA, 2007). Assim, a mineração conseguiu atender aos principais objetivos da ideologia desenvolvimentista que dominavam na década de 1980: incentivar a industrialização e a produção de insumos químicos agrícolas que através do processo de modernização do campo elevaria a produtividade e culminaria com o desenvolvimento.

A unidade de produção de fertilizantes foi implementada em Laranjeiras e passou a produzir amônia e ureia, a partir do gás natural explorado na plataforma sergipana, buscando atender às necessidades agrícolas de Sergipe e do Brasil. Em 1977 foram iniciadas as obras de construção da NITROFÉRTIL – Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste - atual FAFEN.

Segundo Rocha (2007) e Santos (2007) o projeto para construção da obra foi elaborado na época através de uma parceria do Estado com o capital privado dos Estados Unidos - pela *Kellog* (amônia) – e o capital privado do Japão - com a participação da *Toyo* (ureia).

Em 1980, iniciaram-se as atividades de planejamento, pré-operação e formação da equipe da NITROFÉRTIL em Laranjeiras-SE. Em janeiro de 1981, a FAFEN-SE, que era propriedade da Petrofertil, foi transferida para o acervo da NITROFÉRTIL. Em setembro de 1982, a fábrica entrava em operação e, em seis de outubro, era inaugurada oficialmente pelo presidente da República, João Baptista Figueiredo. Com a sua inauguração, em 1982, o Brasil tornou-se autossuficiente em ureia, passando à condição de exportador potencial do excedente produzido (SANTOS, 2007, p. 48).

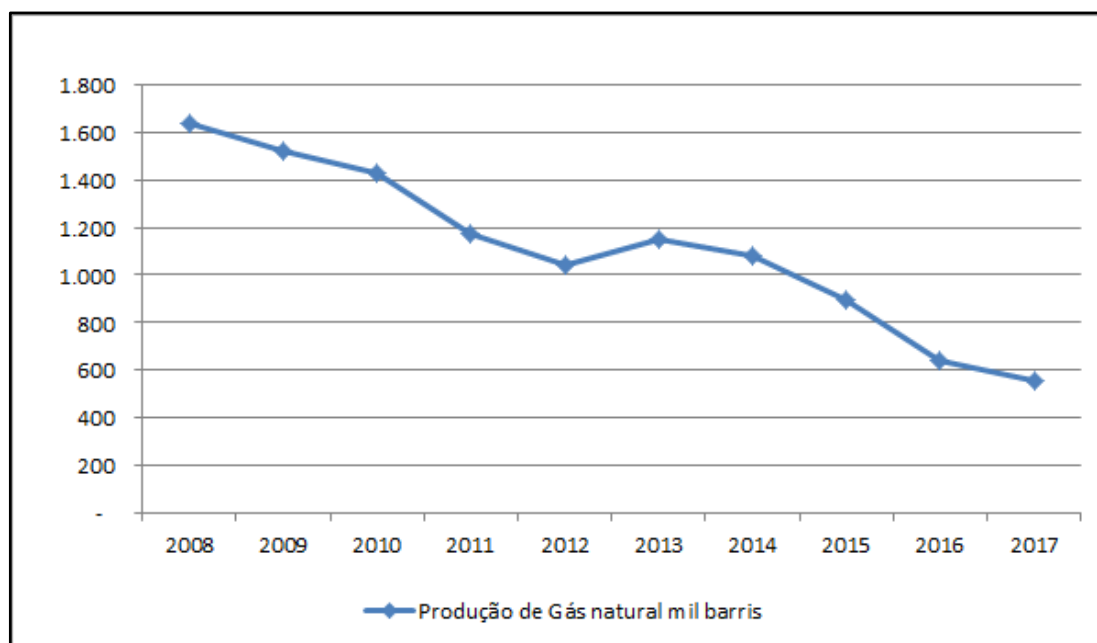
A instalação da FAFEN/SERGIPE em Laranjeiras liga-se diretamente com a produção de fertilizantes potássicos em Rosário do Catete e representou, naquele período, uma dupla estratégia do Estado. A primeira era atender a necessidade de fertilizantes no campo sergipano e brasileiro, que embasados nos ideais da Revolução Verde clamava pela modernização do campo. A segunda estratégia era

formar um complexo de base no Baixo Cotinguiba aproveitando-se das riquezas minerais da área e do efeito catalisador dessas indústrias para dinamizar a economia local. A PETROBRÁS, ao assumir a responsabilidade produtiva, desempenhou papel fundamental, permitindo ao país tornar-se autossuficiente na produção de ureia (SANTOS, 2007).

O Estado foi o grande propulsor na instalação de um empreendimento industrial complexo em um dos estados menos industrializados do país, com o objetivo de garantir a expansão e consolidação capitalista em âmbito nacional. Nessa direção, o Estado atuou também na criação da adutora do São Francisco para garantir o fornecimento da água necessária à produção, além da revitalização da linha férrea e a construção do porto marítimo para escoamento da produção (SAMPAIO, 2015).

No passado, as ações do Estado na produção de fertilizantes coadunaram-se com os imperativos acumulativos do capital. Como se tratava de projetos que demandavam grandes investimentos, o Estado assumiu a tarefa criando a infraestrutura e todo sistema operacional que atendessem às necessidades totalizadoras do capital. Atualmente, seguindo a tendência de buscar meios que prolonguem os efeitos provenientes da crise estrutural do capital, a privatização da FAFEN/SERGIPE é apresentada como medida provável, resultando na atual situação de hibernação da estatal. O gráfico seguinte demonstra a produção de gás natural em Sergipe.

GRÁFICO 4 – SERGIPE: PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL, 2008-2017.



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Os dados do gráfico 4 evidenciam que durante o período avaliado, de forma geral, houve redução na produção de gás. Sob o espectro da privatização da PETROBRÁS e da FAFEN/SE, o desinvestimento na exploração de gás é utilizado como estratégia para forjar a condição de prejuízo. Nessa direção, a redução da produção de gás natural está firmada nas investidas neoliberais, ao invés do esgotamento das reservas. No capítulo 4 serão apresentados mais resultados sobre essa situação.

3.3.3 A exploração de sais de potássio em Rosário do Catete

Atualmente, o estado de Sergipe figura-se como a maior reserva de potássio do hemisfério sul, além de, ser o único estado do país em que é realizada a exploração desse mineral – o complexo mina-usina Taquari Vassouras, localizado no município de Rosário do Catete-SE (DNPM, 2018). Esse dado não é resultado de

uma simplória vocação natural do estado, mas das relações humanas que historicamente se desenvolveram nessa localidade no movimento dialético da totalidade das relações econômicas.

As primeiras referências sobre a identificação de potássio em Sergipe datam da fase colonial (Século XVI), quando os colonizadores localizaram, no atual território do Alto Sertão Sergipano, reservas de salitre (NUNES, 2013), cientificamente conhecido como nitrato de potássio. Naquele período a intencionalidade de sua utilização estava imbricada com a belicosidade do imperialismo europeu, pois era matéria prima elementar para a fabricação da pólvora.

Na década de 1930, o potássio tornou-se alvo a partir das explorações da IBASA- Indústria Brasileira de Sal-Gema S.A – no atual município de Nossa Senhora do Socorro. À época, a empresa entrou em uma disputa com a Companhia ITATIG Asfalto e Mineração S.A, pela outorga da licença de exploração mineral do sal gema. No entanto, os estudos da IBASA resultaram na descoberta de potássio (ARAUJO, 2008).

Quando o IBASA conseguiu concessão que lhe permitia fazer alguns furos em Socorro, tentou locar seu primeiro poço nas bordas da concessão da ITATIG. Esse furo, infelizmente, não tocou na jazida de sal-gema desvendada nos furos da outra companhia, porém o IBASA-I, locado dois mil metros distantes do ITATIG-4 revelou importantes indícios de **saís de potássio**.

O potássio não era novidade para a ITATIG; porém o furo do IBASA revelou em boa quantidade esse mineral que, analisado pelo Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe, foi reconhecido como a carnalita, de cor avermelhada etc (ARAUJO, 2008, p. 158).

A história da exploração de potássio, em Sergipe, a partir da segunda metade do século XX, assim como a de outros minerais, encontra-se entrelaçada com o desenvolvimento dos estudos e pesquisas exploratórias que visavam encontrar petróleo no subsolo do estado. Assim, embora os minerais potássicos também fossem considerados como substâncias essenciais, para a efetivação do projeto desenvolvimentista que estava em curso no país, a sua busca não se constituiu em elemento focal dos estudos mineralógicos aqui desenvolvidos, mas uma consequência das inúmeras perfurações que almejam a localização de hidrocarbonetos.

A descoberta de sais potássicos, em quantidade comerciável, em Sergipe aconteceu no período 1963-1966. Naquela época, a PETROBRÁS S.A realizou estudos pelo território sergipano em busca de petróleo, mas acabou encontrando potássio. Como o foco da PETROBRÁS S.A era o petróleo, em 1977 findou-se criando a estatal PETROMISA –PETROBRÁS Mineração S. A – com a incumbência legal de exploração e lavra do potássio (ROCHA, 2007).

A descoberta de sais de potássio, em Sergipe, gerou muita movimentação na época, resultando em uma série de reportagens do Jornalista José Paulo Roberto Tavares em um dos principais jornais da época: o Estado de São Paulo. Na coletânea, o jornalista defendia de forma incisiva a mineração, enquanto deliberação a superação da estagnação econômica de Sergipe, devendo ser considerada o setor motriz para a condução do estado em direção ao desenvolvimento.

Segundo Tavares (1972), o Estado estava atuando de forma significativa para a efetivação desse processo. Na época, o governo do estado na tentativa de atrair investimentos para a concretização da lavra do potássio, realizou uma viagem ao Oriente Médio para conhecer a exploração de potássio, pois era uma área que possuía técnicas avançadas nesse ramo. Além disso, já havia o interesse do capital privado de origem nacional e internacional em explorar as minas de potássio de Sergipe (TAVARES, 1972). Todavia, como o projeto desenvolvimentista era resguardado sob a tutela do Estado, enquanto condutor desse processo, a atividade acabou sendo subjugada aos ditames da esfera estatal.

Seguindo as diretrizes do BIRD, o Estado brasileiro foi responsável por alimentar e difundir, em âmbito social, uma ideologia desenvolvimentista que em sua prática efetivava-se mediante o crescimento econômico. A elaboração de políticas de desenvolvimento regional passou a ser a tônica da ofensiva estatal, para viabilizar e permitir a entrada do capital de forma massiva nas áreas economicamente esqueléticas, usando-se como argumento a correção dos desníveis regionais e a integração do território nacional ao circuito da economia capitalista.

Em Sergipe, essa ação materializou-se com a elaboração e implantação de projetos de exploração mineral, considerando a sua potencialidade mineralógica. O Estado, enquanto simulacro da resolução das desigualdades socioeconômicas,

determinou que a instalação de um complexo mina-usina para exploração do potássio, em Rosário do Catete, seria a ponte para a modernização e integração do estado de Sergipe ao circuito da economia global, destarte, a condição de desenvolvimento. Em termos econômicos “a meta era a garantia da inserção da região no circuito capitalista da economia mundial” (CONCEIÇÃO, 2005, p. 166). Criar mecanismos de desenvolvimento no Nordeste, seria uma forma de dirimir as assimetrias regionais, bem como reduzir a intensa mobilidade do trabalho em direção ao Centro-Sul do país.

O discurso econômico defendia então, que a atividade exploratória do potássio garantiria a transferência da riqueza do subsolo para a população local. Creditava-se a ideia de que o município que há décadas se apresentava estagnado economicamente, poderia ter um futuro promissor com o aumento da arrecadação tributária, a compensação financeira advinda dos *royalties* minerais, além da dinamização do setor de serviços. Essas atividades em conjunto assegurariam a transformação econômica e social de uma das áreas mais pobres do país. Na prática, a ideologia sob o invólucro do discurso desenvolvimentista tinha como força motriz criar o aparato necessário para facilitar e legitimar a mobilidade do capital.

O incentivo a exploração do potássio, em Sergipe, estava respaldado na necessidade do país em reduzir as importações deste mineral, considerado de extrema utilidade para a agricultura. Naquele período, a necessidade em reduzir os gastos com insumos agrícolas e permitir a contínua extração do mais valor na agricultura, foi colocada como necessidade de diminuir as importações de insumos e tornar o país autônomo. A necessidade de uma classe, os latifundiários, foi colocada como necessidade de todos e ao Estado coube a função de difundir essa “necessidade”, atuando inclusive na elaboração de políticas para exploração do potássio alegando o desenvolvimento regional.

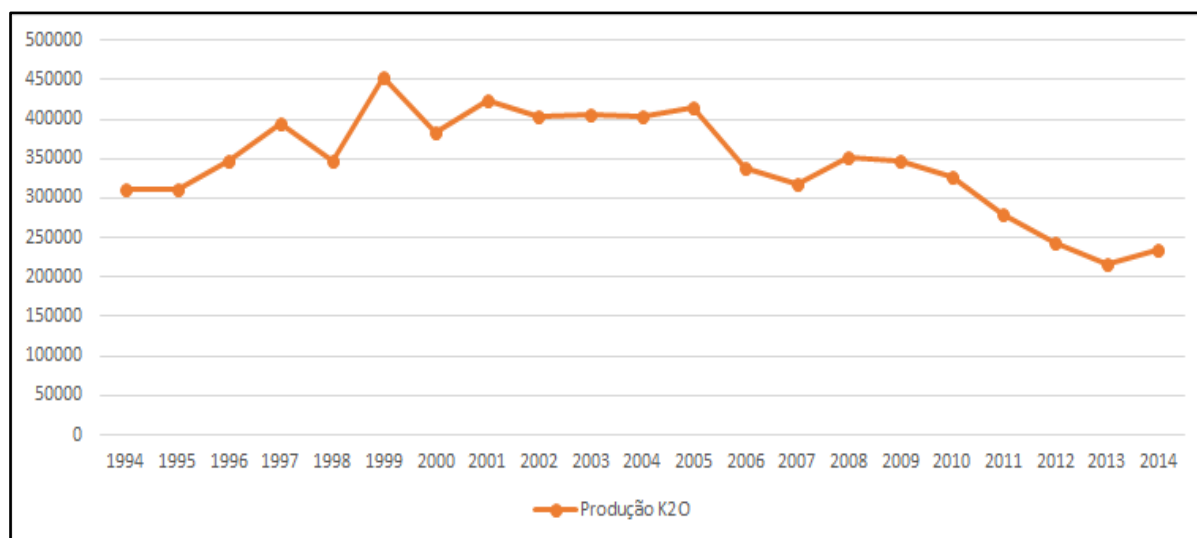
O que se observa na verdade é um interesse de intervir nesse setor, não somente para crescer a oferta de fertilizantes e tão pouco atender a demanda da agricultura nacional e populacional, como era frisado nos discursos da época, mas dar prioridade aos grandes latifundiários que utilizavam esses insumos em suas produções e tentavam criar polos industriais a fim de que o capital se reproduzisse em território brasileiro (ROCHA, 2007, p.74).

Em Sergipe, o Estado atuou de forma primordial para a reprodução ampliada do capital mediante sua inserção na exploração do potássio. Ocorreu, naquela época, a criação da infraestrutura necessária para a integração do território e a garantia do ciclo de realização do capital, através da abertura de rodovias e do porto de Sergipe, que eram pautados como necessidades para o escoamento da produção mineral no Baixo Cotinguiba.

Com o início do processo de exploração do potássio em Sergipe, ocorreu um intenso processo de mobilidade do trabalho. Trabalhadores de diversas regiões do país e de outros municípios do estado de Sergipe direcionaram-se para Rosário do Catete em busca de vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução material.

Na década de 1990, como resultado da reestruturação do aparelho estatal que começou a adotar princípios neoliberais em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BIRD – Banco Mundial, a PETROMISA S. A foi extinta e passou o direito de lavra e exploração do potássio para a PETROBRÁS. Por sua vez, a PETROBRÁS arrendou as minas exploratórias de sais potássicos à empresa estatal de mineração CVRD Companhia Vale do Rio Doce, por um período de 24 anos. Sendo assim, mesmo após a privatização da CVRD em 1997, que passou a adotar a nomenclatura Vale S. A, a exploração de sais potássicos permaneceu sob a tutela dessa empresa.

Atualmente, o complexo mina-usina Taquari-Vassouras permanece como única área de produção e exploração de potássio no país, embora outras reservas já tenham sido descobertas no Amazonas e também em Sergipe. A figura seguinte mostra uma estimativa da produção de potássio desde a extinção da PETROMISA S.A até o ano de 2014, último dado disponível até o momento.

GRÁFICO 5 – SERGIPE: PRODUÇÃO DE POTÁSSIO, 2006-2015¹⁰.

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2016.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2017.

Segundo dados do DNPM- Departamento Nacional de Produção Mineral, a produção de potássio estava em ascensão até o ano de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, em 1997. Ocorreu uma redução da produção em 1998, seguindo de uma recuperação no ano seguinte e uma nova queda no ano 2000, tendendo a uma estabilização na produção até o ano de 2005 e 2006, quando são observadas novas reduções na produção de K₂O. A partir de 2008 a produção apresenta declínio, tendendo a uma recuperação em 2014.

A queda produtiva observada relaciona-se com a exaustão produtiva da mina, que segundo relatórios oficiais do DNPM deveria ter encerrado suas atividades “na década” 2010, mas devido ao aperfeiçoamento tecnológico, ocorrido nesse período, foi possibilitado ampliar o período de atividade da única mina produtora de potássio no Brasil. Atualmente, a mina-usina Taquari-Vassouras encontra-se sob o controle da The Mosaic Company, transnacional estadunidense pertencente ao grupo Cargill.

Como cerne dessa questão, constata-se que a aliança Estado-Capital tem se mostrado insolúvel na viabilização da atividade mineral do potássio. O Estado na

¹⁰ O Sumário Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral contempla dados revisados apenas até o ano de 2014.

década de 1960 assumiu toda a responsabilidade para criar a infraestrutura tanto para a realização de pesquisas, como a exploração, produção e escoamento da atividade mineral, justificando assim, o seu direcionamento na condução desse projeto. Logo, o Estado que se coloca como apaziguador das mazelas sociais mostra a sua intransigência ao atuar na criação das condições necessária à reprodução do capital. Com o processo de privatização observa-se que a ausência do Estado é estratégica na condução de adiamento dos defeitos estruturais do capital, torna-se, assim, presente para atenuar os efeitos de crise e bonificar o capital com incentivos fiscais.

3.3.4 A Exploração de Petróleo em Sergipe

A exploração de Petróleo em Sergipe encontra-se em consonância com as deliberações do Estado nacional brasileiro na busca do aprofundamento das relações capitalistas, sob a guisa da ideologia desenvolvimentista. Com o objetivo de reafirmar tais desígnios, o Estado deliberou a realização de estudos em todo o território nacional, a fim de encontrar óleo em proporção suficiente para a comercialização. Sergipe a princípio, era apenas uma sub-bacia dentre as demais e até aquele momento não havia sido realizada descoberta alguma que pudesse modificar essa realidade.

Naquela época, não havia uma unidade no controle do aparelho estatal quanto a exploração do petróleo, as frações da burguesia se dividiam entre dois grupos. De um lado estavam os que defendiam o Projeto Nacional de Desenvolvimento, assegurado no fortalecimento estatal para a realização de pesquisas, exploração e comercialização do petróleo mediante uma empresa estatal, a PETROBRÁS. Do outro lado colocavam-se os defensores da abertura ao capital estrangeiro para a efetivação dessa atividade, afirmando, amiúde, a inexistência de petróleo nas bacias nacionais como subterfúgio para minguar o desenvolvimento via ação estatal. Naquela época, a estratégia desenvolvimentista obteve êxito por ser considerada a mais adequada ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Assim, o Estado deliberou a realização de vários estudos em território nacional, buscando consolidar o desenvolvimento nacional, assim como suprir a demanda de óleo, que naquele momento colocava-se como indispensável ao desenvolvimento. Em meados de 1957, a PETROBRÁS iniciou suas pesquisas na sub-bacia Sergipe objetivando localizar reservas de hidrocarbonetos. No primeiro ano, o relatório da estatal destacou a presença de anomalias, que seriam futuramente verificadas com maior incisão em busca de ratificar a existência de óleo (PETROBRÁS, 2009).

O relatório de atividades do Depex de 1957 aponta, como feições estruturais mais importantes confirmadas na bacia sergipana, o “mínimo” de Aracaju, a Plataforma de Sergipe, o Alto de Pacatuba e a Falha de Itaporanga. Na borda norte da Plataforma de Sergipe é que se localiza Carmópolis. A Nordeste foi identificado o grande baixo regional de Japaratuba (PETROBRÁS, 2009, p. 71).

Embora a positividade do relatório de 1957 atestassem tais descobertas, os seis primeiros anos de estudos da Petrobrás em Sergipe foram marcados por muita insegurança e descrença, ocorrendo no relatório de 1960 o rebaixamento¹¹ da sub-bacia Sergipe da categoria B+ para C (PETROBRÁS, 2009). É fato que, diante desse cenário o Estado deveria assumir os riscos caso fosse comprovada a inexistência de óleo na Sub-bacia Sergipana, pois teria como estratégia a socialização dos prejuízos, diferentemente do capital privado que arcaria com o prejuízo de forma individualizada.

Mesmo com um cenário não satisfatório, as investidas da PETROBRÁS na sub-bacia Sergipe continuaram. Foram realizados diversos estudos e perfurações durante o final da década de 1950 e o começo da década de 1960. Tais informações podem ser verificadas no quadro seguinte:

¹¹ Sobre esse fato, Araujo (2008) realizou um estudo relevante, no qual atesta que o rebaixamento da sub-bacia Sergipe ocorreu de forma concomitante com o estado de pessimismo que permeou os estudos sobre a busca de petróleo no Brasil naquele período. Segundo o autor citado, a PETROBRÁS encontrava-se nesse período sob a direção do geólogo americano Link, que dotado de prestígio devido ao reconhecimento dos seus estudos mineralógicos, foi utilizado como peça chave no jogo das corporações internacionais do petróleo, as quais tinham como objetivo minar a possibilidade de autonomia energética do Brasil e reestabelecer a continuidade na dependência do país pelos combustíveis internacionais.

QUADRO 4 - SUB-BACIA SERGIPE: POÇOS PERFURADOS, 1959-1961

ANO	LOCAL	POÇOS PERFURADOS	RESULTADO
1959	Próximo a cidade de Pacatuba	Pacatuba 1, Pacatuba 2, Pacatuba 3, Pacatuba 4.	Um poço evidenciou óleo em quantidade subcomercial
1960	Vale do Japarutuba	São José 1	Indícios de óleo
1960	Próximo à Aracaju	Mosqueiro 1	Óleo em quantidade subcomercial
1960	Próximo a Aracaju	Aracaju1	Espessura insuficiente de sedimentos
1960	Plataforma Sergipe	Pirambu-1	Quantidade insuficiente
1961	Rosário do Catete	Rosário do Catete-1	Indícios de óleo
1961	Mosqueiro	Mosqueiro-2	Óleo em quantidade subcomercial
1961	Atalaia Velha	Aracaju-2	Insatisfatório

Fonte: PETROBRÁS, 2009.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo.

Na década de 1960, o capital estatal assumiu o monopólio nacional na pesquisa, exploração e produção de petróleo, o que corroborou a realização de estudos em Sergipe através da PETROBRÁS culminando nas mais importantes descobertas daquele período. Segundo Nascimento (1997) em 1961 foi descoberto o campo de Riachuelo e dois anos mais tarde a descoberta do campo de Carmópolis, considerado até hoje o maior campo de exploração *onshore* do país, com reserva estimada em torno de 250 milhões de metros cúbicos (NASCIMENTO, 2007).

No ano seguinte – 1962 – a PETROBRÁS realizou perfurações em outras frentes no estado, a fim de confirmar a existência de óleo em quantidade comercializável e capaz de assegurar o desenvolvimento cobiçado. “São Cristóvão, Itaporanga, Divina Pastora, Santo Amaro das Brotas e ainda as ilhas são-franciscanas de Carapitinga e Arambipe” (PETROBRÁS, 2009), foram os locais selecionados para a efetivação dos novos testes, embora não houvesse a confirmação necessária.

Apenas no ano seguinte a PETROBRÁS obteve os resultados satisfatórios para as pesquisas que já vinha realizando a quase uma década no estado de Sergipe. Em 1963 foi descoberto o maior campo *onshore* de petróleo do Brasil.

Em 15 de agosto, no intervalo 748-759 metros durante o primeiro teste de formação do poço CP-1-SE, os indícios se intensificaram, tendo sido recuperados 95 metros de coluna de óleo e 19 metros de óleo e lama. À profundidade de 850 metros, já era possível afirmar: aquele intervalo da formação geológica Muribeca encontrava-se saturado de óleo. Estava descoberto o petróleo em Sergipe (PETROBRÁS, 2009, 78).

Apesar de todo otimismo, após a confirmação da descoberta do campo *onshore* em Carmópolis, o Brasil estava muito distante de atingir a autossuficiência na produção de petróleo. Com o aceleração do crescimento econômico a demanda por combustíveis líquidos crescia exponencialmente, o que poderia colocar em cheque o projeto desenvolvimentista que estava em curso. Diante desse cenário, surgiram críticas à viabilidade econômica da PETROBRÁS, o que acarretou em uma realização de uma série de estudos mineralógicos e uma corrida para descoberta de novas reservas.

Segundo Araújo (2008), o Brasil era considerado como um importante mercado consumidor dos combustíveis líquidos, explorado no mercado externo pelas grandes corporações do Petróleo, logo, existia uma pressão pelo capital internacional tanto para que essa dependência continuasse, como também para que a exploração do petróleo nacional não fosse realizada pelo monopólio estatal.

Mas, contrapondo-se a essa perspectiva e em vias de aprofundamento das relações capitalista de produção no país, o Estado esteve presente na condução do desenvolvimento. Em 1966 a Petrobrás realizou um redirecionamento na sua política exploratória. Diante da ausência de novos campos de exploração nas bacias

terrestres, a empresa decidiu debruçar-se sobre um novo desafio: a exploração da plataforma continental brasileira (PETROBRÁS, 2009).

Lançava-se um novo desafio, assim como fora em Carmópolis, Sergipe também estava na vanguarda da condução da exploração na plataforma continental. Os desafios eram basicamente os mesmos, sem o desenvolvimento tecnológico suficiente para realizar a nova empreitada, assim como a ausência de mão de obra especializada, a aliança Estado-capital concretizou-se na parceria entre o Estado Brasileiro, reificado na Petrobrás, e o capital estrangeiro reificado nas empresas de exploração europeias e americanas, a fim de materializar a exploração da plataforma continental.

Em águas rasas, o poço Sergipe Submarino 1A, o 1-SES-1A, confirmou o que os estudos geológicos já indicavam. Naquela quarta-feira, 1 de setembro de 1968, finalmente o fato novo, tão ansiosamente aguardado pela Petrobrás, emergiu do fundo do mar de Sergipe. Pela primeira vez no Brasil, o petróleo era localizado na plataforma continental. Em arenitos turbidíticos do membro Calumbi da formação Piaçabuçu, estava descoberto o primeiro campo petrolífero da plataforma brasileira, o campo Guaricema (PETROBRÁS, 2009), p. 114).

O Estado assumiu a função de condutor do desenvolvimento capitalista em Sergipe, inserindo e aprofundando relações de produção cuja matriz é a valorização do valor. Rompeu-se, dessa forma, o poderio das oligarquias agrárias, que até então dispusera do controle econômico e do aparelho estatal regional, para inserir o estado no circuito da economia nacional e global. Integração regional era a palavra de ordem utilizada pela aliança Estado-Capital, para exploração do trabalho e ampliação do circuito de relações capitalistas.

Mesmo diante da inexperiência da Petrobrás em exploração do tipo *offshore* - na plataforma continental - assim como a incerteza com relação a viabilidade econômica do campo de Guaricema, a opção seguida pelo Estado foi a exploração (PETROBRÁS, 2009). Tal decisão estava respaldava-se no papel representado pelo Estado, naquele momento histórico, para a efetivação do projeto desenvolvimentista. O Estado deveria ser o condutor do projeto, para tal deveria criar as condições para romper as incipientes condições de desenvolvimento do capital. Nas entrelinhas, era a fórmula do desenvolvimento apregoada pela escola da Cepal que estava sendo seguida de forma categórica pelo Estado Brasileiro.

Ainda distante de atingir a autossuficiência na produção de petróleo, o Estado conduziu a realização de novos estudos na plataforma continental em Sergipe, culminando assim com a descoberta dos campos de Caioba e Camorim em 1971, cuja exploração foi iniciada dois anos depois. Consolidava-se, assim, a exploração na plataforma continental, tendo Sergipe como *locus* inicial e depois difundindo-se a técnica pelos outros campos de exploração no país.

Após as descobertas minerais em Sergipe, como o petróleo, potássio, gás natural, sal-gema, a PETROBRÁS transferiu sua sede de operações do Nordeste de Maceió para Aracaju (NASCIMENTO, 1994; FRANÇA, 1997). A grande disponibilidade de minerais exploráveis em Sergipe, se comparado com Alagoas, constituiu-se como fator de peso para essa operação na década de 1970.

A partir dos anos de 1990, as ações neoliberais foram sentidas de forma mais intensas. Seguindo as diretrizes do Banco Mundial e com a instabilidade financeira decorrente da crise estrutural do capital, o capital passou a atuar na liberação dos últimos espaços para a autoexpansão e acumulação do capital, atuando principalmente na redução dos serviços oferecidos pelo Estado, promulgando desta forma mais liberdade para o capital, através da redução do intervencionismo estatal. Nesse sentido, o Estado passa a reafirmar sua funcionalidade ao capital ajustando a legislação aos imperativos do capital financeiro, permitindo desta maneira as mudanças para adiar a eminência dos defeitos estruturais do capital. Dentre as mudanças destaca-se a permissão da exploração mineral pela iniciativa privada resultando na quebra do monopólio pela PETROBRAS em 1997, privatização de estatais, bem como a legitimação da terceirização.

Na década de 2000, com a ascensão de um governo de caráter neodesenvolvimentista, a Petrobrás retomou o fôlego nas operações na plataforma continental em Sergipe, iniciado dessa vez os estudos para exploração em águas ultraprofundas. Com a descoberta do campo de Piranema na costa sergipana, em 2007 iniciava-se a primeira exploração de um campo em águas ultraprofundas fora do eixo Campos-Espírito Santos e o primeiro no Nordeste.

O campo de Piranema, conforme o plano de desenvolvimento aprovado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP em 2007, abrange uma área de 263,6 km² da sub-bacia, em águas profundas e ultraprofundas, com lâmina d'água

variando entre 200 e 2000 metros de profundidade. O volume in situ é estimado em 13.738 milhões de metros cúbicos de petróleo, ou 86 milhões de barris, e 4.858 bilhões de metros cúbicos de gás natural (PETROBRÁS, 2009, p. 170).

As explorações em águas ultraprofundas passaram a ser uma marca nas investidas da PETROBRAS no estado. Em 2007 foi descoberto o campo de Piranema, o qual passou a ser um marco na exploração nordestina pela qualidade do óleo leve em águas ultraprofundas. Em 2012 foi realizada a descoberta de mais cinco novos poços de petróleo em águas ultraprofundas, após três anos começaram a ser realizadas perfurações na área descoberta o que resultou na descoberta dos novos poços de Muriu e Poço Verde.

Atualmente a subbacia de Sergipe possui 21 campos de exploração de petróleo localizados na plataforma continental (campo *offshore*) e no continente (campo *onshore*), ver Quadro 5. Tal dimensionamento resulta das pesquisas e ações da PETROBRÁS no estado que se intensificou a partir da segunda metade do século XX. O quadro a seguir apresenta os principais campos de exploração da bacia Sergipe e sua referida área de exploração:

QUADRO 5 – SERGIPE: CAMPOS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, 2017.

NOME DO CAMPO	LOCALIZAÇÃO
<i>Aguilhada</i>	Terra
<i>Angelim</i>	Terra
<i>Aruari</i>	Terra
<i>Brejo Grande</i>	Terra
<i>Caioba</i>	Mar
<i>Camorim</i>	Mar
<i>Carapitanga</i>	Terra
<i>Carmópolis</i>	Terra
<i>Castanhal</i>	Terra

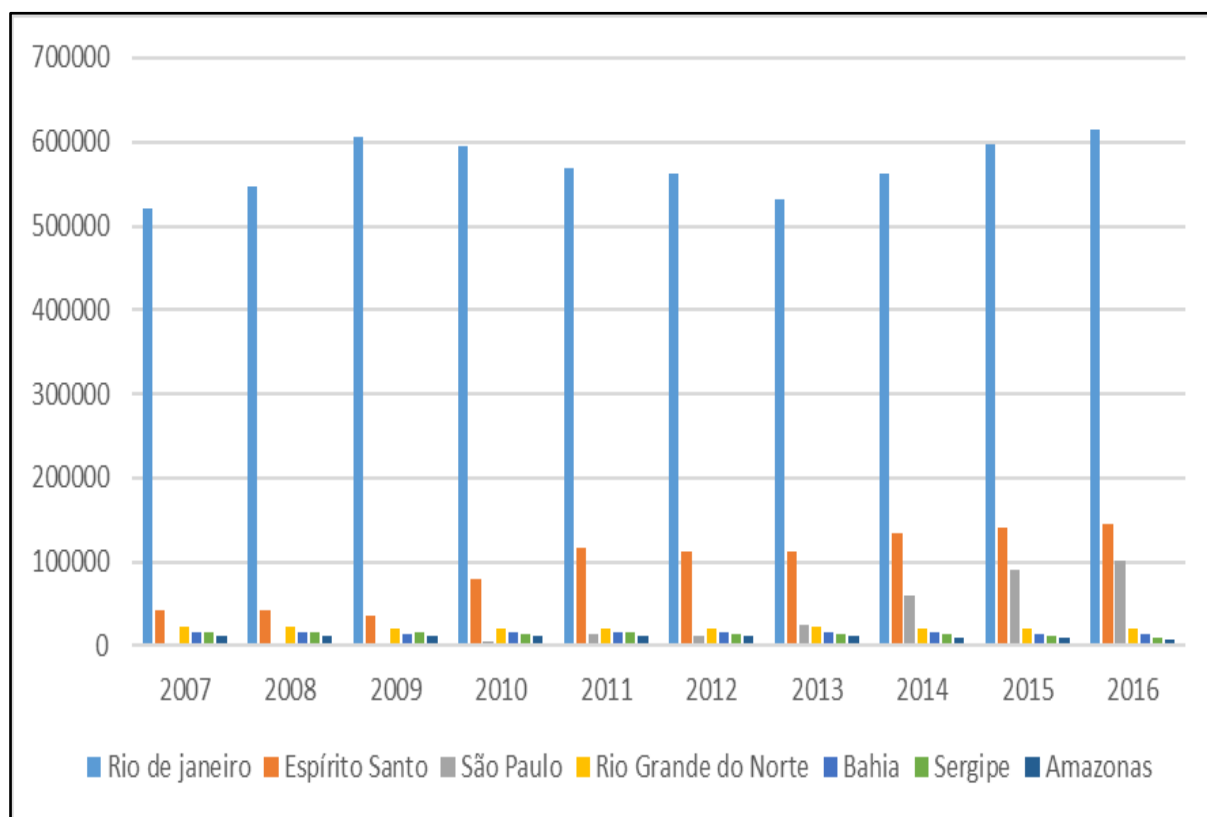
<i>Cidade de Aracaju</i>	Terra
<i>Foz do vaza-barris</i>	Terra
<i>Guaricema</i>	Mar
<i>Mato Grosso</i>	Terra
<i>PA-1BRSA129DES_SEAL_T_420</i>	Mar
<i>Piranema</i>	Mar
<i>Rabo branco</i>	Mar
<i>Riachuelo</i>	Terra
<i>Siririzinho</i>	Terra
<i>Tartaruga</i>	Mar
<i>Tatuí</i>	Mar
<i>Tigre</i>	Mar

Fonte: Anuário Estatístico da PETROBRÁS, 2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo.

A importância da subbacia Sergipana revela-se desde a descoberta do campo de Carmópolis, quando possibilitou a descoberta de petróleo no subsolo brasileiro, em um momento crítico para as políticas homogeneizantes do capital, pois assegurou a certeza do abastecimento de uma fração do consumo interno de combustível líquido ao mesmo tempo em que diminuiu a dependência do país em relação aos trustes nacionais e reafirmou o modelo de desenvolvimento sob a égide de um Estado fortalecido reificado na empresa estatal PETROBRÁS. A partir daquele período, as pesquisas em busca das reservas de hidrocarbonetos em Sergipe foram intensificadas contribuindo assim para que o estado figurasse entre os principais produtores do país como demonstra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 6 - BRASIL: PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE PETRÓLEO, 2007-2016.

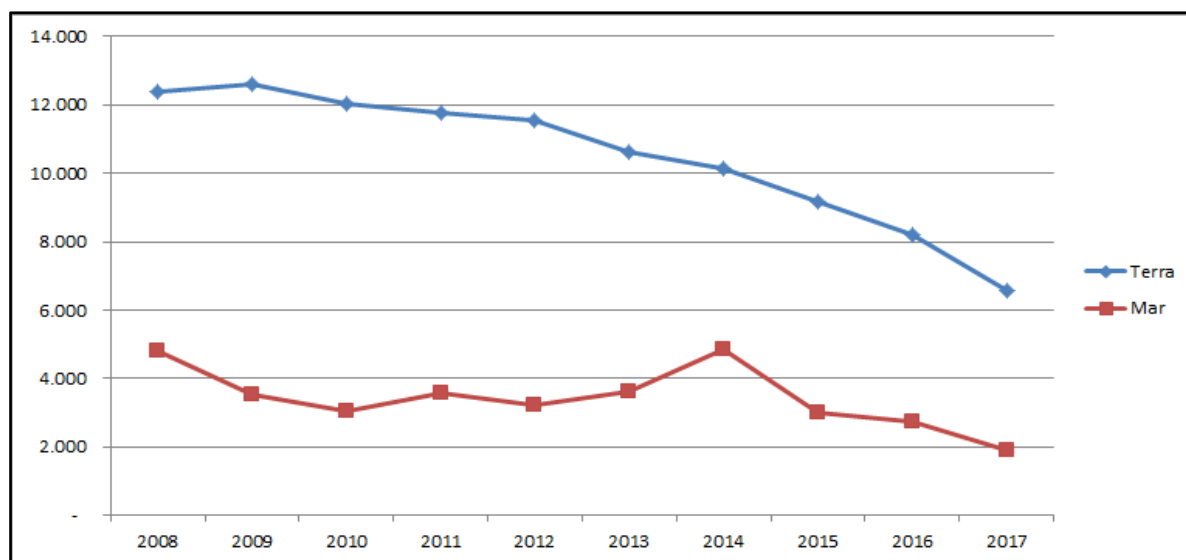


Fonte: Agência Nacional de Petróleo.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo.

A partir da análise dos dados do Gráfico 6, constata-se que no período em questão o estado do Rio de Janeiro figurou-se como o maior produtor de petróleo, apresentando no ano de 2006 uma produção anual em torno de 614,7 milhões de barris de petróleo. No mesmo ano, aparecem em ordem decrescente o Espírito Santo (144,1 milhões), São Paulo (102,6 milhões), Rio Grande do Norte (20,4 milhões), Bahia (13,2 milhões), Sergipe (10,9 milhões) e Amazonas (8,5 milhões).

Os dados do gráfico representam a realidade da produção de petróleo a partir do momento em que entrou em operação a exploração do pré-sal, esse fato contribuiu para a ascensão do estado de São Paulo, enquanto produtor de petróleo, resultando na queda de uma posição para o estado de Sergipe, saindo assim da quinta para sexta posição no *ranking* dos estados produtores de petróleo. Observe o Gráfico seguinte:

GRÁFICO 7 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE **PETRÓLEO**, MAR E TERRA, 2007-2017.

Fonte: Agência Nacional de Petróleo.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo.

Com base no Gráfico 7 infere-se que o maior percentual da produção de hidrocarbonetos em Sergipe é do tipo *onshore* – continente – apesar da redução em termos proporcional com a produção *offshore*. Constata-se ainda que a produção de petróleo apresentou queda no período analisado, o que está relacionado com política de desinvestimentos da PETROBRÁS em Sergipe, principalmente ao reduzir custos operacionais e revitalização dos poços.

Além disso, a redução da produção de hidrocarbonetos em Sergipe vai de encontro ao portfólio assumido nos Plano de Negócios e Gestão da PETROBRÁS desde 2009, que visa a redução nos recursos da empresa para com os campos de exploração de pequeno porte e concentração na exploração dos campos de grande porte. Para isso tem se atribuído um discurso de endividamento da empresa estatal e redução da sua lucratividade para forjar um consenso social e conseguir a permeabilidade do capital privado na empresa estatal, assim como a privatização dos recursos minerais indispensáveis a reprodução humana nos moldes de civilização atual.

Nesse sentido, a reformulação que perpassou o Estado a partir do ano de 2016 conjuga-se com os interesses global do capital. O Estado brasileiro ao romper com o modelo neodesenvolvimentista, assumiu uma frente neoliberal mais atuante, com o objetivo de intensificar as concessões e privatização das empresas estatais permitindo, dessa forma, fôlego a reprodução sociometabólica do capital diante da crise estrutural.

Embora o discurso neoliberal estivesse assentado no discurso da minimização do poder do Estado sobre o mercado, o contexto histórico demonstrou que as relações capitalistas não podem desenvolver-se sem a ação efetiva da governabilidade para assegurar os direitos de propriedade, e no caso específico em favor principalmente da fração financeira do capital (CONCEIÇÃO, 2013, p. 89)

Em Sergipe essas prerrogativas estão concatenadas com a concessão de campos de exploração de petróleo na plataforma continental e no continente. O Estado tem atuado na cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo através de licitação pública dos campos marítimos de Caioba, Camorim, Dourado, Tatu e Guaricema, que foi um marco na produção *offshore* no país. A cessão estende-se também aos campos *onshore* de Aruari, Angelim, Aguilhada, Atalaia Sul, Brejo Grande, Ilha Pequena, Castanhal, Mato Grosso, Siririzinho e Riachuelo que possuem uma reserva estimada em 104 milhões de barris de petróleo (JORNAL DO DIA¹², 2017).

O Estado, assim, torna-se ausente na promoção do desenvolvimento, reduzindo suas esferas de atuação e delegando a iniciativa privada a função de promover o desenvolvimento. O Estado nesse momento rompe com os preceitos das ideias cepalinas para atender as “novas” necessidades do capital. O capitalismo já está consolidado enquanto modo de produção no país, dessa forma, o objetivo atual torna-se conceder todos os meios para a intensificação dessas relações, é dessa forma que o Estado mostra a sua presença e garante que a exploração mineral seja cada vez mais destinada a iniciativa privada.

¹² Notícia publicada no site do Jornal do Dia em 24/09/2017. Disponível em: < http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=26792>. Acesso em: 20/01/2018.

4. A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DA MINERAÇÃO

Conforme expõe Harvey (2013), o processo de circulação do capital implica em inversões de capital fixo, com o objetivo de conceder fluidez à circulação espacial do capital, demanda uma configuração do espaço. Com base nesse exposto, o presente capítulo busca apresentar reflexões sobre a circulação-mobilidade do capital e sua correlação com a ação do Estado na configuração espacial para viabilização desse processo, a partir da mineração. Ao focalizarmos a análise no Baixo Cotinguiba, consideramos que nesse espaço o Estado atuou de forma mais incisiva na configuração espacial para o capital.

4.1 A DIALÉTICA CIRCULAÇÃO- MOBILIDADE DO CAPITAL

Independentemente da escala espacial que assuma a circulação do capital - seja a nível local, regional, nacional, ou mundial - Marx (1985) afirma que esse processo ocorre em três estágios. O primeiro estágio corresponde ao momento em que o capitalista aparece no mercado como comprador de mercadorias e trabalho, dessa forma, seu capital sofre uma metamorfose, passando da forma capital monetário (D) para a forma mercadoria (M), corporificada na aquisição, apropriação e controle dos meios de produção e da força de trabalho. No segundo estágio há uma irrupção no processo de circulação, pois nessa fase o capital concentra suas forças no processo produtivo (P). As mercadorias adquiridas no estágio anterior - matérias primas, matérias auxiliares, força de trabalho - metamorfoseiam-se em capital constante e capital variável, sendo consumidas de forma produtiva e resultando em um produto-mercadoria com mais valor do que os elementos constituintes da produção - (M'). O terceiro estágio corresponde ao momento da retomada do processo de circulação, o capitalista retorna ao mercado, mas agora com a função de vendedor, pois necessita realizar a conversão do seu capital da forma produto-mercadoria (M') para a forma dinheiro (D'). Como durante a fase

produtiva foi acrescido mais valor ao produto, através do processo de trabalho¹³, o capital-monetário ao final do processo é quantitativamente¹⁴ maior que o capital-monetário adiantado (MARX, 1985). Essa é a base da reprodução social do capital, a vitalidade do sistema depende, de forma indubitável, da continuidade do processo de circulação e sua ampliação, uma vez que não há capital se não houver circulação, nem a sua perpetuidade é possível caso a expansão da sua esfera de produção e circulação sejam interrompidas.

O sistema societal do capital possui como tendência fulcral a acumulação sustentada na exploração do trabalho (MÉSZÁROS, 2005). Sob a insígnia do capital, a sociedade é movida por um eterno movimento de apropriação do mais-valor garantida pela produção do trabalho abstrato, assim, não se produz de acordo com o suprimento das necessidades humanas, mas conforme as determinações que emanam do capital e engendram sua contínua autoexpansão sociometabólica. Com efeito, a tendência à contínua expansão do vórtice do capital, implica em capturar novos mercados, novos nichos de mercados, outrossim, ampliar a esfera da circulação do capital.

Analisando as determinações que emanam do processo de circulação do capital, sob a forma de mercadoria e sua inevitável necessidade de metamorfosear-se à forma dinheiro, Marx e Engels (2005), no Manifesto do Partido Comunista, já discorriam sobre os efeitos desse processo como a tendência ininterrupta de expansão da esfera de circulação do capital a nível mundial. Conforme os autores:

¹³ Conforme explica Marx (2013), o segredo da valorização do produto-mercadoria está na força de trabalho. Compreende-se que ao realizar trabalho sob o capital constante, o produto obtido desse processo conserva em sua totalidade o valor das matérias-primas e matérias auxiliares que entram no processo de produção, acrescenta de forma fracionada o valor transferido do capital fixo utilizado, como também, é acrescentando no produto-mercadoria o valor da força de trabalho que efetiva a ação, mediante o seu duplo aspecto: tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. Marx (2013) designa esse processo como uma metempsicose, que consiste na transferência do valor dos meios de produção para o novo produto, mais o trabalho que é acrescido pelo trabalhador, resultando em novo valor de uso.

¹⁴ Segundo Marx (1985), o processo de transfiguração do capital-mercadoria em capital-monetário carrega consigo uma irracionalidade, na medida em que irrompe a possibilidade de visualização do movimento concreto da produção - o consumo produtivo das mercadorias adquiridas no primeiro momento do processo de circulação do capital mediante a exploração e apropriação do trabalho alheio. No processo de circulação do capital, a forma dinheiro é marcada por uma irracionalidade, pois irrompe com a possibilidade de identificação do lastro produtivo do capital, o único capaz de explicar o milagre da transformação do *quantum* de capital-monetário quantitativamente menor no início do processo de valorização que gera um *quantum* maior o final (MARX, 1985).

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculo em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas - indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. (MARX e ENGELS, 2005, p. 43).

Ao estabelecer a consecutiva ampliação da escala de produção, como elemento central da base de reprodução social, evoca-se contínua expansão da escala de circulação do capital, assim como a mobilidade do capital, uma vez que, as condições objetivas de uma unidade produtiva, ou de um limite territorial, não são capazes de assegurar o voraz desejo do capital pelo lucro.

Fundamentado na abundância da produção, o capital possui como necessidade romper, de forma irremediável, com as amarras da autossuficiência que caracterizava as formas de controle sociais anteriores, tais como as sociedades comunistas primitivas, as sociedades escravocratas antigas. Estas formas de controle sociometabólica caracterizavam-se por uma substancial restrição territorial e social no que concerne a circulação de mercadorias, predominando a forma de uso do valor sob a troca (MÉSZÁROS, 2005). Nessa direção, as barreiras de controle social impostas pelas sociedades comunais, escravocratas e feudais foram sendo suplantadas pelo capital, assim como toda ordem social que as sustentavam, permitindo dessa maneira gestar as condições de amadurecimento do capital, o qual gradativamente foi ampliando a sua escala de circulação. Mais tarde foi preciso transpor os limites do Estado-Nação e da Europa, culminando com a forma societal do capital global.

A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. De início, o capital tem a tendência de submeter cada momento da própria produção à troca, e de abolir a produção de valores de uso imediatos que não entram na troca, i.e., justamente a tendência de pôr a produção baseada no capital no lugar dos modos de produção baseada no capital no lugar de modos de produção anteriores, do seu ponto de vista naturais e espontâneos. O comércio

não aparece mais aqui como uma função operando entre as produções autônomas para a troca do seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da própria produção (MARX, 2011, p. 332).

A circulação conforma-se como aspecto substancial da mobilidade e reprodução do capital, uma vez que, o capital sustenta-se na incessante e insaciável autovalorização. Por esse motivo, o capital não pode se restringir aos limites do “microcosmos¹⁵” econômico, possui a necessidade imanente de adentrar na esfera da circulação e valorizar-se mediante a apropriação do sobretrabalho, rompendo com os limites das unidades produtivas individuais e com os limites espaciais. Conforme evidencia Marx (2005, p. 180) “todo valor-capital está em circulação contínua, e, nesse sentido, todo capital é capital circulante”. Nessa direção, só há capital se houver circulação.

O processo de circulação do capital é concomitantemente mobilidade do capital na medida em há movimento espacial, configura-se, então, como circulação-mobilidade. Desse modo, circulação é mobilidade, assim como mobilidade é circulação. Sob esse aspecto, observa-se uma sincronia entre esses processos, imanentes à natureza do capital, que evoluem o seu desenvolvimento na dimensão diacrônica. Não se trata aqui de uma questão tautológica, uma vez que circulação e mobilidade são de fato processos distintos para o capital, mas trata-se de reconhecer o aspecto dialético do processo de circulação-mobilidade.

Segundo Harvey (2013), a mobilidade do capital caracteriza-se de forma tríplice, de modo que é determinada de acordo com a forma que assume o capital em seu processo de autovalorização: capital mercadoria, capital monetário e capital variável (HARVEY, 2013). Utilizaremos essa classificação de Harvey (2013), para explicarmos como o movimento da circulação-mobilidade se configura no movimento do real.

O capital, circunscrito sob a forma de mercadoria, possui como necessidade o deslocamento espacial do local de produção até o local de consumo para transmutar-se em dinheiro. Circulação e mobilidade coexistem nesse processo. A circulação do capital ocorre com a substancialização na mercadoria do valor que

¹⁵ Expressão utilizada por Mészáros (2005) para referir-se às unidades produtivas capitalistas individuais.

existia apenas de forma ideal consolidada, assim, a autovalorização do capital; enquanto que a mobilidade espacial do capital tipifica-se no movimento espacial que figura esse processo. É, portanto, circulação-mobilidade do capital.

Na circunstância de capital monetário, a efetivação de investimentos produtivos com o capital monetário - mediante o uso de transações bancárias em qualquer parte do planeta, por exemplo - dá o tom das nuances da circulação-mobilidade do capital. O capital sincronicamente realiza o processo de circulação, ao conceder o uso produtivo do dinheiro e inserindo-o na esfera da circulação, como também a mobilidade do capital, mesmo que de forma virtual.

O terceiro aspecto da circulação-mobilidade do capital relaciona-se com o capital variável. No sistema capitalista, a força de trabalho é mercadoria “livre”, sob a circunstância em que essa força de trabalho pode ser apropriada pelo capitalista, configura-se como capital variável na esfera da valorização do capital, torna-se refém aos ditames do capital, deslocando-se em direção aos espaços da produção sob as determinações da mobilidade do capital para substancializar a valorização do valor. É, desse modo, circulação e mobilidade ao mesmo tempo.

O processo de circulação-mobilidade do capital, no entanto, é marcado por suas contradições. Ao consolidar o trabalho abstrato como base da reprodução social, o capital engendra a circulação-mobilidade como um novo empreendimento social global, rompe com as amarras das formas de controle social da produção e assume a incontrollabilidade como marca da sua base reprodutiva. Segundo Mészáros (2005), essa voracidade acumulativa que move o capital à expansão é marcada por contradições que estão reificadas em defeitos estruturais, os quais põem em risco a própria sustentabilidade do sistema do capital societal global. Como forma de atenuar esses defeitos o capital centraliza sua razão de existência na ampliação da esfera da circulação, empenhando-se em atenuar os efeitos da crise que comprometem a própria viabilidade do sistema e adiando a sua eclosão.

Segundo Mészáros (2005) a forma de controle sociometabólica do capital está sustentada em defeitos estruturais reificados na disjunção entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação. Estes defeitos emergem da própria sociabilidade reificante do capital ao romper com a forma de controle social da autossuficiência. Nesse sentido, o autor supracitado considera que esses defeitos

põem em risco a própria vitalidade do sistema, sendo necessário reparos temporários por parte do Estado. Como tais defeitos não podem ser abonados sem uma transformação sociometabólica do capital total, dessa forma, os imperativos do Estado atuam apenas de forma paliativa, corrigindo-os temporariamente e permitindo fôlego ao capital para promover a continuidade da circulação como empreendimento global mediante a apropriação do mais-trabalho (MÉSZÁROS, 2005).

Se o capital atua como a mais eficiente força totalizadora na extração do trabalho para autovalorizar-se (MÉSZÁROS, 2005), imprescindível a esse processo é a ação do Estado. Como estrutura de comando político do capital, o Estado atua mediante a consecução das legitimações político-jurídicas que legitimam as ações do capital no empreendimento global da circulação. O Estado justifica sua ação ao capital na correção dos defeitos estruturais, viabilizando a suplantação dos atritos da circulação e possibilitando a ininterrupta valorização do valor.

O Estado torna-se um manipulador da criação de consenso para a crença ideológica da produção de riquezas (lucro), como condição natural subsumida pelo trabalho, este definido no princípio estruturante do caráter da universalidade. A natureza consensual dos opostos estabelecidos em um “tipo ideal” universal modernizante falseia as desiguais posições na divisão social e territorial do trabalho e atenua os conflitos (CONCEIÇÃO, 2016, p. 43).

Ao legitimar a propriedade privada garantindo a sua transmissão integral às futuras gerações, regular os contratos de trabalho, consentindo a exploração do homem pelo homem subsumida na ideologia da liberdade contratual, o Estado cria as condições objetivas e subjetivas que garantem a valorização e circulação-mobilidade do capital. As formas como o Estado cria esses mecanismos podem variar de acordo com o contexto histórico, em alguns momentos sustentando-se na elaboração de um consenso social através da ideologia dominante de forma pacífica, em outros se utilizando da força militar.

4.2 AS RODOVIAS COMO FORMAS ESPACIAIS DO PROCESSO DE CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL

No sistema de controle sociometabólico do capital o tempo é um fator de preocupação incessante, na medida em que se expande o tempo de rotação¹⁶ do capital, contrai-se a possibilidade de (re)investimento do capital em curto prazo, conseqüentemente amplia-se a espera pela quantia individualizada de sobretrabalho que o capitalista pode se apropriar (MARX, 1985). Em outras palavras, para os microcosmos econômicos do capital o tempo caracteriza-se como obstáculo à valorização do capital.

Os meios de transporte desempenham papel fundamental para a ampliação ou redução do tempo de rotação do capital, uma vez que, desempenham funcionalidade elementar no tempo de giro¹⁷ do capital, contribuindo, desse modo, para a redução ou ampliação da imobilidade ou mobilidade de parte do capital adiantado. Nessa direção, as condições objetivas dos meios de transporte, assim como seus diferentes modais, constituem-se importantes fatores para a circulação-mobilidade do capital, consistindo-se como contínuas fontes de investimento por parte do capital.

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes, quando os custos de transporte diminuem, e dado que, por outro lado, os próprios meios de transporte e comunicação só podem representar esferas de valorização do trabalho acionado pelo capital, e à medida que tem lugar um intercâmbio massivo – pelo qual é repostado mais do que o trabalho necessário –, a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, em consequência, é criada por ele (MARX, 2011, p. 432).

¹⁶ Segundo Marx (1985) o tempo de rotação corresponde relação aditiva entre o tempo de produção e o tempo de circulação do capital.

¹⁷ Conforme Marx (1985), o tempo de giro corresponde ao tempo que o capital circulante necessita para transmutar-se da forma produto-mercadoria, já acrescido do mais valor produzido pelo trabalho, para a forma dinheiro.

As rodovias, enquanto vias de circulação em alta velocidade, desempenham finalidade imprescindível no processo de circulação do capital, em razão de proporcionarem que as mercadorias - estejam elas na condição de matérias primas, ou produto-mercadoria - alcancem o seu destino de produção/consumo, independentemente da natureza produtiva/improdutiva desse consumo. As rodovias configuram-se, dessa maneira, como formas espaciais do capital fixo engendradas para viabilização e efetivação da circulação-mobilidade do capital.

Durante muito tempo, o Baixo Cotinguiba, área de tradicional economia açucareira, constituiu-se como uma região com exígua interligação rodoviária com as demais regiões do estado e do país. Conforme expõe Cardoso (2011), historicamente, a região do Baixo Cotinguiba teve as vias fluviais, apesar do seu aspecto limitado, como principal via para o escoamento do açúcar produzido sob trabalho escravo. As estradas de terras e a precariedade dos portos fluviais tolhiam o escoamento da produção.

A partir da primeira metade do século XX, o Estado começou a atuar de forma mais incisiva, embora ainda restrita, na estruturação do território sergipano para efetivação da circulação-mobilidade do capital. Como fruto das ações do Estado, o modal ferroviário teve o seu auge no processo de circulação-mobilidade no estado, desempenhando funcionalidade primordial no transporte de cargas e passageiros. No Baixo Cotinguiba, enquanto região que historicamente caracterizava-se como produtora de cana-de-açúcar, foi observada a inserção do modal ferroviário para aprofundar sua integração ao circuito da economia capitalista.

Dentro das diversas linhas que a famosa máquina fazia, a Linha Norte era uma das mais movimentadas, pois seguia o caminho do Cotinguiba, região de grande comércio devido a riqueza do açúcar no século XIX. Em seu destino estavam: Aracaju, Cotinguiba, Laranjeiras, Riachuelo, Maruim, Rosário do Catete, Carmópolis, Japaratuba, o Engenho Murta e Capela (BEZERRA, 2017, p. 24).

Tinha também o trem para ir para Aracaju, para ir para Japaratuba, Capela. A estrada era por General Maynard. (Moradora de Carmópolis, 76 anos).

E tinha também o trem, a linha de ferrovia. Nós tínhamos dois horários de trem aqui: 7hs da manhã, 6hrs da manhã e o outro 8hrs para Aracaju. 6hrs, 4hrs da tarde saia de lá, um que vinha de Aracaju para Capela e tinha um horário que saia de Aracaju à Propriá. Então o meio de transporte que a gente tinha era esse, era a linha férrea

que era os trens e hoje está sucateado também (Morador de Carmópolis, 78 anos).

O modal ferroviário, apesar da sua limitação ao território litorâneo do estado, era importante ferramenta na circulação-mobilidade do capital no período das grandes descobertas minerais. Desse modo, embora existisse uma precariedade no que concerne ao modal rodoviário, quando da descoberta minerais no Baixo Cotinguiba, havia uma modesta rede ferroviária que foi utilizada inicialmente pela indústria extrativa-mineral. O modal ferroviário foi a opção utilizada para o transporte das primeiras cargas de petróleo até à refinaria em Salvador, quando da inauguração do campo de Carmópolis (PETROBRÁS, 2009).

Contudo, o limite do modal ferroviário na capacidade de escoamento, correlacionado com as transformações do capital societal total que coincidia com inversões de capital da indústria automobilística estrangeira que estava em vias de implantação no país, resultou em alterações no padrão da circulação-mobilidade do capital no país e no Baixo Cotinguiba. À medida que novas relações de produção foram sendo inseridas no Baixo Cotinguiba, com a chegada da indústria extrativa-mineral e as determinações provenientes do desenvolvimento do setor automobilístico estrangeiro no país, o modal ferroviário foi sendo paulatinamente substituído pelo modal rodoviário.

De forma geral, no Brasil o desenvolvimento do modal ferroviário encontra respaldo no próprio desenvolvimento do capitalismo societal total e seu viés imperialista. Durante a fase em que a Inglaterra manteve-se como principal potência econômica mundial, a malha ferroviária brasileira obteve subsídios para ser desenvolvida mediante inversões de capitais ingleses, por sua vez, o capital inglês beneficiava-se duplamente, primeiro com a valorização dos seus capitais, decorrente do empréstimo de capitais e segundo por criar um sistema de escoamento que potencializava a circulação das matérias-primas através do modal ferroviário até o porto marítimo, sendo posteriormente destinadas ao mercado inglês e garantindo o abastecimento da indústria inglesa. No entanto, à medida que os EUA assumiram a posição de potência capitalista mundial, o modal rodoviário passou a dominar a captura dos investimentos públicos em detrimento do modal ferroviário. Certamente essa escolha resultou do interesse do capital americano em criar demanda efetiva para o consumo da sua indústria automobilística em ascensão (BORGES, 2011).

Conforme relata trabalhadores da Petrobrás e moradores do Baixo Cotinguiba, na época da descoberta do maior campo de petróleo *onshore* do Brasil - Carmópolis, o acesso ao Baixo Cotinguiba e a comunicação da região com a capital Aracaju era muito difícil, dificultando, desse modo, a produção e exploração de petróleo.

Não tinha a BR, era DER e hoje até tem essa estrada, mas é uma estrada assim isolada. Continua porque ela é estadual, mas a federal que não tinha antigamente e hoje se chama BR-101, né? Tinha o DER que era estrada de chão. Demorava muito para chegar até Aracaju, quando era de trem levava em torno de duas horas e quando era de carro uma hora e meia por aí assim. Era uma mão de obra danada para chegar até Aracaju, porque nessa época, hoje nós não temos ideia, mas antigamente no inverno a estrada de chão era cheia de atoleiro, então se vinha um carro pesado atolava. Aí nós ficávamos enquanto não tirasse aquele carro dali nós ficávamos e daqui até Aracaju era só estrada de terra, um lameiro danado. Por isso que levava esse tempo todo para chegar até Aracaju.

A Petrobrás ajudou muito na abertura das estradas aqui. Na época quando trabalhava, daqui até maruim, por exemplo, essas estradas por aqui tanto em Carmópolis foi beneficiado. A gente está com essa pista aqui em Carmópolis tudo de asfalto, vem da Petrobrás. E essa região por aqui toda melhorou bastante. Antigamente, ela cuidava das estradas daqui para Japarutuba era um pulo, hoje está sucateada. Ela fazia manutenção das estradas em troca porque ela transitava os carros dela também, em virtude disso, ela passou a preservar a estrada que não pertencia a ela, mas como utilizava com os carros pesados que ela tinha e era os carros dela que estragava as estradas, ela ia e para preservar os carros dela procurou ajudar também. (Trabalhador aposentado da Petrobrás, 78 anos).

Antigamente a estrada era de barro, era pra gente chegar até lá [Aracaju], era mais de duas horas. Meu marido trabalhava na usina Oiteirinhos, aí teve um acidente com ele e se internou em Maruim, aqui não tinha hospital. Eu pegava o carro, tinha que ir pra cá [rodovia que liga Carmópolis à Aracaju via General Maynard], pegava o carro, se chamava marinete, antigamente não pegava topic, nem ônibus. Para Maruim era ruim de ir, pra Rosário, pra todo canto, porque era por aqui, tudo de barro, tinha muito animal no caminho, às vezes a ponte enchia para passar era uma dificuldade. Agora fizeram essa pista para cá [BR-101], tem muitos anos (Moradora de Carmópolis, 76 anos).

Carmópolis não tinha quase nada, o almoxarifado maior ficava em Maceió. Além disso, havia a dificuldade, em termos de estrada, para chegarem os veículos especializados na perfilagem de poços, para fazer o canhoneio de poços. Então, muitas vezes isso causava paralisação nas sondas. Essa era a maior dificuldade, fazer as coisas chegarem no devido tempo (PETROBRÁS, 2009, p. 88).

No livro **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, Engels (2010), relaciona as condições subumanas da classe trabalhadora, naquele contexto histórico, com o desenvolvimento do capitalismo inglês, enfatizando a imprescindível necessidade de manter a classe trabalhadora naquelas condições com o propósito de garantir elevadas taxas de lucro. O referido autor, contextualiza o aprofundamento do capitalismo na Inglaterra com as transformações socioespaciais designadas pelo capital, relatando, amiúde, as inversões em capitais fixo - formas espaciais de produção/valorização do capital - para viabilizar a redução no tempo de giro do capital.

O conjunto do Império Britânico - particularmente a Inglaterra, que há sessenta anos tinha péssimas estradas, tão ruins quanto as da Alemanha e da França - está hoje coberta por uma excelente rede de estradas, obras da indústria privada, como quase tudo na Inglaterra, porque o Estado pouco ou nada fez nesse domínio (ENGELS, 2010, p. 57).

Embora, seja importante considerar as particularidades e/ou singularidades do movimento real do capital em espaços e contextos históricos distintos, é possível encontrar uma correlação no avanço do capital entre a situação da Inglaterra, no período destacado por Engels em sua análise, com a realidade do Baixo Cotinguiba na época da descoberta do petróleo em quantidade rentável sob o ponto de vista capitalista.

Na particularidade de cada momento histórico, ambas as regiões podem assim ser consideradas como áreas de desenvolvimento incipiente do capital. À medida que o capitalismo vai penetrando nesses espaços, equalizando as relações sociais de produção, difundindo o trabalho abstrato como parâmetro das trocas econômicas, aumenta a necessidade de criar formas espaciais para a circulação e valorização do capital. Essas formas espaciais são na verdade parte do capital imobilizadas (fixo), cujo desembolso pode ser realizado ou pelo capital privado -situação da Inglaterra naquele contexto -; ou pelo Estado, situação verificada no contexto do Baixo Cotinguiba.

Além dos fatores citados anteriormente, reverbera-se que a exploração mineral possui uma dinâmica própria, distinta das atividades econômicas até então desenvolvidas no Baixo Cotinguiba. O modal ferroviário apresentava inflexibilidade em seu transcurso, enquanto que o desenvolvimento do modal rodoviário permitiu

maior flexibilidade nas operações econômicas, maior fluidez na circulação-mobilidade do capital. Os sais potássicos, petróleo e seus derivados, o gás natural, quando constituídos em si e para si enquanto produto-mercadoria, diferentemente do açúcar que possuía como demanda efetiva o mercado externo, firmavam-se no mercado interno como principal destino de consumo, nutrindo, desse modo, a justificativa de necessidade da integração territorial para circulação-mobilidade do capital.

Com base na pesquisa de campo, observou-se que é rara a existência de fontes históricas que evidenciam a estrutura rodoviária de Sergipe até a década de 1970, período que coincide com a implantação da indústria extrativa-mineral no estado. Conforme informações da pesquisa de campo em órgãos públicos como o Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe- DER/SE, Departamento Nacional de Infraestruturas de Transporte- DNIT/SE e a Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo de Sergipe - SEPLAG/SE, não foram encontrados mapas rodoviários de Sergipe anterior a esse período histórico. Chama atenção a ausência dessas informações no DER-SE que possui atuação no estado desde a década de 1930.

A figura a seguir ilustra mapa rodoviário de Sergipe na década de 1970

A análise do mapa revela que, de forma geral, o estado de Sergipe possuía uma tímida estrutura rodoviária, sendo pouco acentuada a integração interestadual mediante rodovias pavimentadas. Dessa forma, as rodovias estaduais atuavam de forma complementar às rodovias federais na circulação de mercadorias e pessoas. A década de 1970 marca, dessa forma, um aparelhamento mais estruturado do Estado em corroboração da ordem de reprodução do capital. Datam desse período a construção e implementação das rodovias federais que perpassam o território sergipano, BR-101, sentido Norte-Sul, assim como a BR-235, sentido Leste-Oeste.

As políticas de integração do território brasileiro influíram para o desenvolvimento de uma malha rodoviária federal em Sergipe. O Estado assumiu, dessa forma, a responsabilidade em criar os canais de integração territorial no país, cuja força motriz era a circulação-mobilidade do capital.

Marx (2011) destaca que o direcionamento na construção das estradas, em uma sociedade, está diretamente relacionado com o seu uso como necessidade de produção e o nível de desenvolvimento das relações capitalistas. Em sociedades, cujo o nível de desenvolvimento técnico é esquelético e a concentração de capitais ainda não alcançou patamares elevados, a construção de estradas debuta como uma necessidade da comunidade, sendo imprescindível a atuação coletiva dos indivíduos para efetivação do projeto sob forte controle do Estado, pois de forma individualizada não há trabalho excedente suficiente para garantia desse feito. Com um maior desenvolvimento social, acompanhado do desenvolvimento da técnica, o quantum de trabalho vivo para a construção de estradas reduz-se diante da ampla utilização do aparato técnico, nesse caso específico surge uma classe específica de trabalhadores para a construção de estradas, a qual é utilizada pelo Estado através de uma remuneração quitada com os impostos. Por fim, quando a concentração de capitais já se encontra em um nível superior e as relações de troca já encontram-se amplamente difundidas na sociedade, torna-se possível que uma parcela do capital individual assuma essa atividade como “pressuposto da acumulação do capital em sua mão, para assumir um trabalho com dimensão de rotação e valorização muito lento” (MARX, 2011, p. 437). Nesse caso, o capital é dependente de um quantum de riqueza concentrada e passível de transformação em capital, como também necessita que o volume de movimentações em uma estrada permita a sua valorização como estrada.

A reificação da circulação-mobilidade dependia naquele contexto, da construção de rodovias, ferrovias, portos, dutovias. Como esse processo exige um dispêndio, sobremodo, extenso de capitais e que não era possível de ser assumido pela classe capitalista, pois o *quantum* de capitais concentrados individualmente ainda era insuficiente - o Estado foi o responsável em assumir essa atribuição. Além disso, como tratava-se de ação estatal para aprofundamento das relações capitalistas no Baixo Cotinguiba, mediante a inserção de atuação do capital estatal, em sua maioria - apenas as indústrias de cimento figuravam-se como capital privado, não obstante a sua implementação tenha ocorrido mediante incentivos fiscais estatal -, cabia ao Estado a responsabilidade em empreender rodovias, conservando-as em condições ideais para a fluidez do capital. Estava posto o aprofundamento das relações de produção capitalistas em uma área de capitalismo esquelético, evidentemente o Estado precisava compactuar com a produção e circulação-mobilidade do capital.

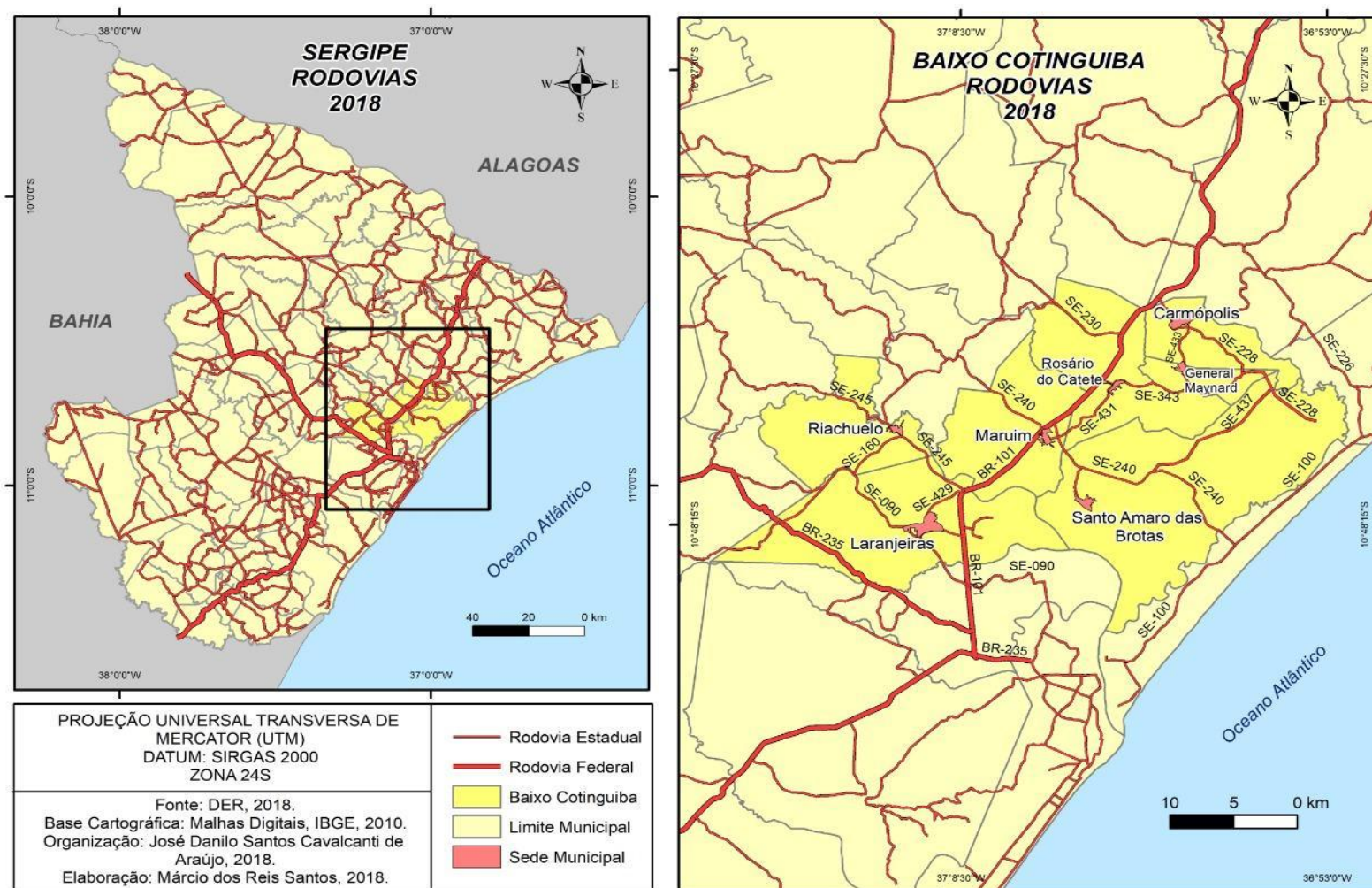
Todas as condições gerais da produção, tais como estradas, canais etc; seja as que facilitam a circulação ou as que a tornam possível, sejam igualmente as que aumentam a força produtiva [...], tais condições, para serem levadas a cabo pelo capital, em lugar do governo, que representa a comunidade enquanto tal, supõem um elevado desenvolvimento da produção fundada no capital. A desvinculação das “obras públicas” do Estado e sua passagem ao domínio dos trabalhadores executado pelo próprio capital indica o grau em que se constitui a comunidade real na forma do capital (MARX, 2011, p. 438).

Situação semelhante encontrava-se o Baixo Cotinguiba. Das rodovias que atualmente interceptavam a região, apenas a BR-101, a BR-235 e a SE-208 já se encontravam pavimentadas na década de 1974. As rodovias estaduais representadas no mapa, naquele período, caracterizavam-se por sua exiguidade infraestrutural. Com base nas informações do mapa analisado, as SE-206, SE-210, SE-412, SE-220 foram classificadas como rodovias implantadas, que segundo a classificação do DNIT (2007), correspondem às rodovias construídas de acordo com as normas rodoviárias do projeto, todavia não possuem pavimentação asfáltica, sendo constituídas por revestimento primário para permitirem o tráfego durante todo o ano.

Essa situação é constatada nos mapas rodoviários elaborados pela SUDENE durante a década de 1970. Nesses mapas, das rodovias que perpassam a microrregião do Baixo Cotinguiba a BR-101, a BR-235 e a SE-208 são as únicas que se destacam enquanto rodovias pavimentadas e em condições de eficiência para a fluidez. As rodovias SE-206, SE-204, SE--426, SE-430, SE-432 são classificadas como revestidas de material solto, ou leve, com duas ou mais vias. Assim, a integração do Baixo Cotinguiba às demais regiões do país foi atendida primeiro em relação à integração com as demais regiões sergipanas. Reitera-se que, apesar da precariedade das vias estaduais, as condições para circulação já estavam efetivadas com o mercado nacional e sendo gestadas em nível regional. Conforme explicita Constantino (2014, p. 1415), “o território para servir adequadamente às necessidades do capital, precisa estar integrado por uma rede de fluxos que possibilite fluidez para o capital circular”.

O Estado substancializa como principal facilitador da fluidez do capital nos espaços, para isso atua desenvolvendo uma rede rodoviária capaz de subsidiar a circulação das mercadorias, reduzindo dessa maneira os obstáculos a circulação-mobilidade do capital. Observe a figura seguinte.

FIGURA 4 - SERGIPE/BAIXO COTINGUIBA: RODOVIAS, 2018.



Fonte: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe- DER/SE
Elaboração: Márcio dos Reis Santos, 2018.

A atual condição rodoviária do estado e do Baixo Cotinguiba, demonstra situação favorável a circulação-mobilidade do capital. Consta-se, desse modo, a BR-101, principal rodovia federal que intercepta o estado e permite comunicação com outras regiões do país, localizada praticamente às margens dos grandes empreendimentos minerais da região. A BR-235, principal rodovia que corta o estado no sentido Leste-Oeste, também possui distância ínfima em relação aos empreendimentos minerais, sobretudo, por encontrar-se nos limites do município de Laranjeiras.

Com relação as rodovias estaduais, observa-se uma evolução na condição infraestrutural quando comparada ao período anteriormente analisado. Destacam-se as rodovias estaduais asfálticas que interceptam a região: SE-090, SE-100, SE-226, SE-230, SE-240, SE-245, SE-343, SE-429, SE-431, SE-433. Observa-se, ainda, as rodovias estaduais não asfaltadas: SE-228 e a SE-437, não identificadas na análise anterior, apesar das carências em infraestrutura, tais rodovias também contribuem para o escoamento da produção, sobretudo, dos poços de petróleo que se encontram dispersos pela região. Situação específica desempenham as vias construídas e mantidas pela PETROBRÁS, cuja utilização é de preponderante importância para as operações¹⁸ da empresa no território.

Como resultado das ações do Estado, enquanto estrutura de comando político do capital, observa-se que na atualidade o Baixo Cotinguiba, área de maior expressividade da indústria extrativo-mineral em Sergipe, encontra-se totalmente integrada às demais regiões sergipanas, além de possuir canais rodoviários que possibilitam a integração com outras regiões do país. Essa condição é expressa, pelas unidades econômicas individuais do capital, como condição indispensável para as operações econômicas, como pode ser observado no Estudo de Impacto Ambiental da unidade de produção de cimento do grupo Apodi, que está em fase de implementação no município de Santo Amaro das Brotas:

No Estado de Sergipe, certamente por conta de suas pequenas proporções e importantes atividades econômicas, tornou-se possível

¹⁸ Segundo Mendes (2008) essas rodovias são designadas como estradas de serviço devido à sua ampla e indispensável utilização no processo de exploração-produção de petróleo e gás natural efetivado pela Petrobrás no Baixo Cotinguiba. Além disso, destaca-se sua funcionalidade de valor de uso para a população local.

o desenvolvimento de uma malha viária muito bem distribuída. O estado conta hoje com a interligação por rodovias asfaltadas entre todas as suas sub-regiões (TERRA VIVA, 2015, p.17).

Representada como vantagem locacional para o capital, a estrutura da malha viária é apresentada pelo discurso hegemônico do capital sob a aparência de uma combinação entre os atributos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas, contudo, é preciso destacar que a essência dessa condição é o trabalho humano. Subjugado aos ditames do capital e do Estado o trabalho é a essência da produção da riqueza concreta e da riqueza abstrata, embora nessa última o trabalhador não se reconheça como produtor, sobretudo, devido ao estranhamento determinado pela alienação capitalista.

No modo de produção capitalista há uma disjunção entre produção e circulação, dessa forma, as mercadorias precisam realizar o deslocamento físico do seu local de produção até o local de consumo (MÉSZÁROS,2005). Nessa direção, evidencia-se que o capital busca racionalizar sua localização para que o capital fixo, imobilizado, possa estabelecer conexão com o mercado consumidor. Essa situação é evidenciada na localização dos empreendimentos da indústria extrativa-mineral do Baixo Cotinguiba, cuja fixação ocorre substantivamente próxima às rodovias, com o objetivo de atenuar os atritos que inviabilizam a circulação-mobilidade do capital, resultando em contração do tempo de giro e de rotação do capital. Assim, observa-se que a fábrica de cimento Cimesa- grupo Votorantim, localizada às margens da SE-090, rodovia estadual que interliga os municípios de Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro via BR-101; a nova unidade de produção de cimento do grupo Apodi tem sua ligação com a rodovia estadual SE-240, a qual, por sua vez, se conecta com a SE-100 Norte que dá acesso ao Porto de Sergipe e a BR-101 que possui extensão nacional no sentido Norte-Sul; a fábrica de fertilizantes nitrogenados da PETROBRÁS - FAFEN/SE, localizada às margens da SE-245 e a menos de 1 km do entroncamento desta via com a BR-101; o complexo Mina-usina Taquari Vassouras, que extrai e beneficia o potássio, tem sua localização às margens da SE-230, e a menos de 5 km do entroncamento desta via com a BR-101. Caso particular é a exploração de petróleo, que por caracterizar-se de forma pulverizada no território resultou em ações da PETROBRÁS para a implementação de vias especiais com o objetivo de permitir maior mobilidade do fluxo dos produtos-mercadoria, além de utilizar-se das estradas vicinais.

O modal rodoviário é utilizado amplamente pelas indústrias do cimento para a circulação-mobilidade de seus produtos-mercadorias no mercado interestadual e interregional, como também pela indústria de fertilizantes potássicos - *The Mosaic Company* - que supre a demanda estadual e parte da demanda nacional. Integra esse quadro o transporte da uréia através do modal rodoviário pela indústria de fertilizante nitrogenado FAFEN-Petrobrás. Ratifica-se, dessa maneira, a relevância do Estado na implantação do modal rodoviário para valorização do capital atuante na indústria extrativa-mineral.

O potássio pronto ele é entregue a quem compra por caminhão. Tem aqui, para Goiás e outros estados de fora também que não recordo. Aqui no estado mesmo tem as misturadoras de fertilizantes que compram também (SINDIMINA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento de Minérios dos Estados de **Sergipe**, Alagoas, Pernambuco e Piauí).

O cimento depende, vai para o Brasil inteiro praticamente. A produção de cimento em Sergipe é tão grande que não tem como desovar no estado, se consumir aqui é em torno de 40%, 45%, a maioria tudo é exportado para outros estados. Bahia, Alagoas, Pernambuco e vai cimento até pra Brasília, depende da demanda de cimento que precisar. Surgiu uma obra grande no Norte e vai cimento, a usina de Belo Monte, foi cimento pra lá de Sergipe. Onde surgir uma obra de grande porte e que estado não atenda, os outros estados mandam pra lá. Sergipe já foi o primeiro do Nordeste, hoje deve ser o terceiro por atender a demanda desses outros estados. O transporte utilizado atual é o rodoviário, já foi o ferroviário, mas quando o país privatizou as ferrovias e vendeu, hoje é 100% rodoviário (SINDICAGESE - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento, Cal e Gesso do Estado de Sergipe).

Enquanto o capital permanece sob a forma produto-mercadoria, o processo produtivo não pode ser iniciado novamente, a menos que se recorra ao sistema de crédito como empréstimo para adiantamento de capital (MARX, 1985). Nessa direção, uma das ações do Estado para dirimir esse empecilho a circulação do capital, consiste na produção de formas espaciais - capital fixo - como as rodovias para garantia da redução do tempo de giro. É a estrutura de comando político do capital, que além de criar as rodovias, atua na manutenção constantemente velando sua ação sob o discurso do princípio da universalidade.

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a

uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder (MARX, 1995, p. 8-9).

O Estado, desse modo, não pode ser a representação ideal dos homens, os quais abdicaram de suas liberdades individuais para conviver em sociedade (HOBBS, 2014), contudo carrega em sua essência a idealização do projeto de uma classe social, a classe burguesa. Assim, o Estado hermético forja um consenso social entre os homens para arrecadação de impostos em prol da universalidade, quando em sua materialidade utiliza-se desses recursos para a construção e manutenção de rodovias cujo objetivo principal é acelerar o ciclo do capital reduzindo o tempo de giro dos produtos-mercadorias.

4.3 A INVISIBILIDADE VISÍVEL DO SISTEMA DUTOVIÁRIO NA CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL

No Baixo Cotinguiba as rodovias representam o meio imediato para a circulação-mobilidade dos produtos-mercadorias da indústria extrativa-mineral, como foi observado na relação entre a localização dos empreendimentos minerais e a disponibilidade da malha rodoviária. No entanto, na indústria extrativo-mineral há produtos-mercadorias que devido à sua constituição possibilita e/ou necessita a utilização de outros modais que em si potencializam a valorização do produto-mercadoria. Enquadram-se nessa situação o gás natural, a amônia e o petróleo e alguns dos seus derivados, transportados através dos gasodutos e dos oleodutos, respectivamente.

Com efeito, as dutovias tem seu uso especificamente para a fluidez de materiais gasosos, ou fluídos. Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, as dutovias são classificadas de acordo com o material transportado. Desse modo, os oleodutos são utilizados para o transporte de petróleo e seus derivados, os gasodutos tem sua utilização para o transporte de gás natural, enquanto que os minerodutos são utilizados para o deslocamento sob a forma fluída de minerais como sal-gema, minério de ferro, por exemplo.

No Brasil, a utilização do sistema dutoviário para transporte de mercadorias corresponde a apenas 5% do total (COELHO, 2009). Esse modal possui como diferencial o fato de a sua implantação ser subterrânea, reaparecendo em superfície apenas em áreas próximas às estações de bombeamento e/ou em obstáculos naturais/artificiais considerados intransponíveis, como rios, lagos, pontes.

As dutovias são consideradas uma das formas de transporte de mercadorias mais rentáveis do ponto de vista do capital, transportando grandes quantidades de produtos a baixo custo. A grande durabilidade dos dutos aliada ao baixo custo operacional, em virtude do reduzido emprego da força de trabalho para reparos, quando comparada ao modal rodoviário, por exemplo, além da ininterrupção no fluxo das mercadorias, são aspectos que ratificam o caráter rentável desse modal. Desse modo, pode-se afirmar que a sua invisibilidade, para a sociedade, visto que quase em sua totalidade os dutos sergipanos encontram-se de forma subterrâneas, torna-se de forma concomitante em visibilidade para o processo de valorização do capital.

Esta modalidade de transporte vem se revelando como uma das formas mais econômicas de se transportar grandes volumes, principalmente de óleo, gás natural e derivados, especialmente quando comparados com os modais rodoviário e ferroviário (COELHO, 2009, p.23).

Os gasodutos e oleodutos inserem-se no processo de produção e valorização do valor, enquanto capital fixo. Segundo Marx (2004), originalmente todo capital é capital circulante, contudo, o capital fixo possui a especificidade no modo de transferência fracionado do valor ao produto. Não é a mobilidade, ou imobilidade que atribui o caráter de capital fixo, ou capital circulante, mas o processo como o valor é transferido ao produto-mercadoria.

O que dá a uma parte do valor-capital despendido em meios de produção o caráter de capital fixo é apenas a maneira peculiar como circula o correspondente valor. Essa maneira específica de circulação corresponde ao modo especial como o meio de trabalho transfere seu valor ao produto, ou como se comporta como elemento que forma valor no processo de produção. Esse modo, por sua vez, tem sua origem na natureza particular da função dos meios de trabalho no processo de trabalho (MARX, 2004, p. 181).

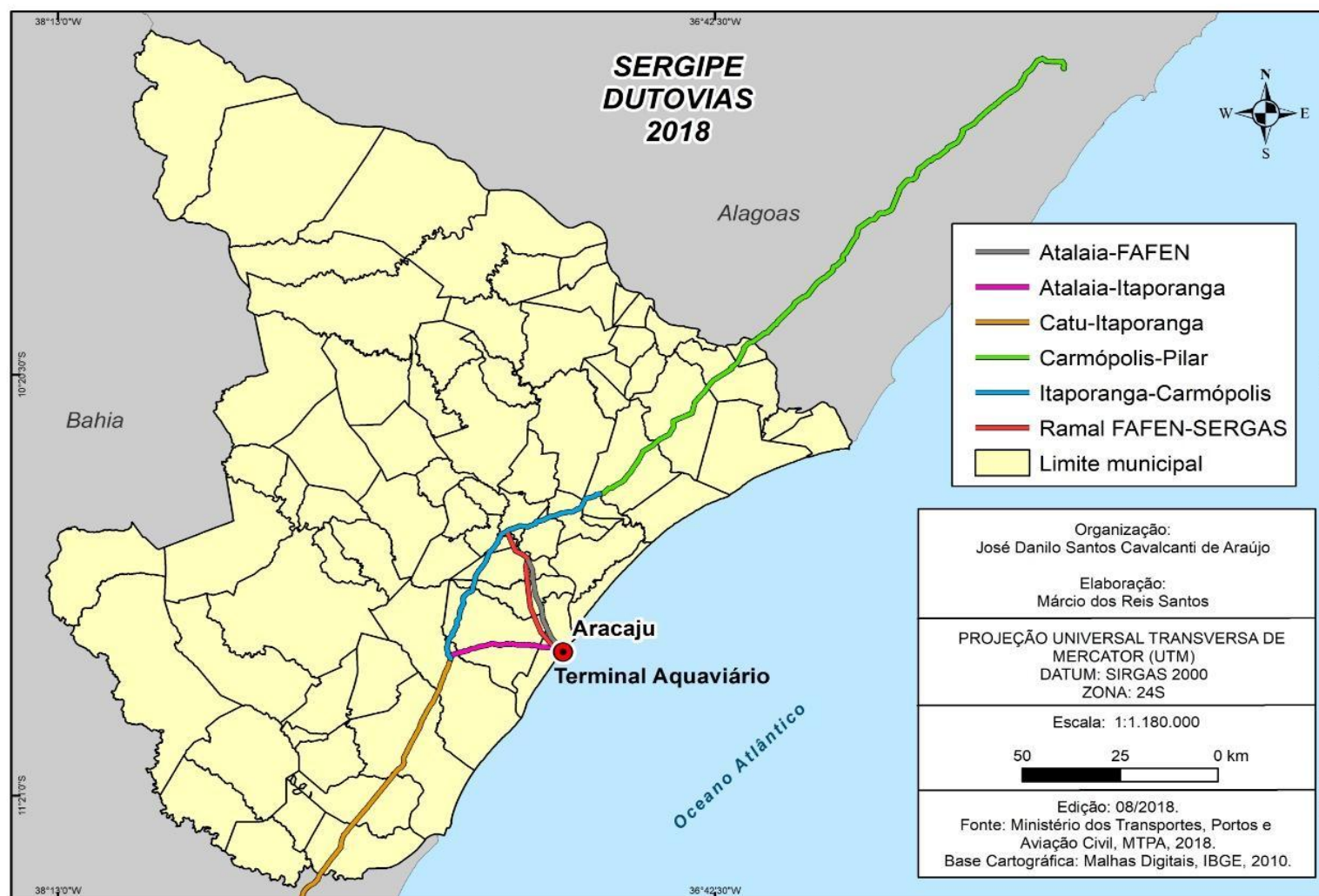
No Baixo Cotinguiba e em Sergipe, o sistema dutoviário está restrito ao uso dos gasodutos e oleodutos. No contexto da mineração do Baixo Cotinguiba, o modal dutoviário surgiu para atender as determinações do processo de circulação-

mobilidade do capital, sendo utilizados para permitir o escoamento de um quantitativo maior de gás natural, amônia e petróleo e derivados, evitando-se, desse modo, os atritos e limites ocasionados pela utilização do modal rodoviário e ferroviário, ao mesmo tempo em que transferem valor de forma paulatina aos produtos-mercadorias minerais. Agrega-se à essas condições a ausência da constante realização de carregamento e descarregamento de transportes adequados para esse tipo de produto-mercadoria, o que possibilita otimizar o tempo e permitindo que o capital se transmute da forma mercadoria para a forma dinheiro em menor intervalo de tempo.

Os oleodutos têm como objetivo interligar regiões produtoras de petróleo com refinarias, terminais e bases de distribuição. Como em Sergipe não há refinaria de petróleo, os oleodutos conectam irremediavelmente às regiões produtoras do estado a terminais marítimos e/ou bases de distribuição que posteriormente destinam esse produto às refinarias localizadas em outros estados.

Observe a figura seguinte:

FIGURA 5 - SERGIPE: DUTOVIAS, 2018.



Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA, 2018.

Elaboração: Márcio dos Reis Santos, 2018.

Nessa direção, destacam a existência de dois oleodutos presentes no estado: o oleoduto Carmópolis-Atalaia e o oleoduto Continente-Tecarmo (PETROBRÁS, 2018). Ambos os oleodutos foram construídos nos primeiros anos de operações da PETROBRÁS em Sergipe, como necessidade de criar um modal mais efetivo para o transporte do petróleo em virtude dos limites da Antiga Viação Férrea Leste Brasileira e o Porto de Sergipe que na época se localizava em Aracaju na barra do Rio Sergipe, dificultando, desse modo, o atracamento dos navios petroleiros devido à profundidade do porto.

O oleoduto que tem origem em Carmópolis e vai até ao Tecarmo - Terminal de Operação Atalaia possui aproximadamente 60 km de extensão, sua construção ocorreu ainda no período de instalação da PETROBRÁS em Sergipe. Data do mesmo período de construção o oleoduto submarino com extensão de aproximadamente 7,5 km que tem origem no continente- Tecarmo - e transporta petróleo até os navios petroleiros por uma boia de âncora.

Com uma extensão de aproximadamente cinquenta quilômetros, o oleoduto Carmópolis-Aracaju tem um diâmetro de 18 polegadas e seu aço foi comprado no Japão. Tem a capacidade de escoar vinte mil barris de petróleo por hora. Partindo da estação inicial de Bom Sucesso, ele atravessa os municípios sergipanos de Rosário do Catete, Maruim, Socorro e, finalmente, Aracaju, onde despejará o óleo no parque de armazenamento do Robalo. Inicialmente, poderá transportar o oleoduto setenta mil barris diários de óleo (ARAUJO, 2008, p. 145-146).

Os gasodutos presentes no estado podem ser agrupados em dois grupos. O primeiro refere-se aos gasodutos circunscritos aos limites estaduais, enquanto que no segundo grupo concentram-se os gasodutos que irrompem com os limites territoriais sergipanos, alcançando o mercado territorial de outros estados do país.

Dentre os gasodutos que extrapolam os limites estaduais, pode-se subdividi-los em dois grupos, os com direção ao estado da Bahia e o que se direciona para Alagoas. Fazendo conexão com o estado de Alagoas existe o gasoduto Carmópolis-Pilar (Figura 6) que foi inaugurado em 2007 e possui 176,7 km de extensão. Interligando-se com o estado da Bahia destacam-se dois gasodutos, o primeiro é o Atalaia-Catu cuja inauguração ocorreu em 1974 e possuem 230 km de extensão, o segundo é o Catu-Carmópolis (Figura 7), cuja extensão é de 265 km, sua

inauguração data de 2007 para o trecho entre Itaporanga-Carmópolis e 2008 para o trecho Carmópolis-Catu.

Fonte: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe- DER/SE.

Restrito aos limites estaduais há três gasodutos: o mais antigo é o Atalaia-Fafen que possui 29 km de extensão, tendo sua inauguração ocorrida em 1980 como imperativo da unidade de produção de fertilizantes nitrogenados localizada em Laranjeiras, o gasoduto Atalaia-Itaporanga teve sua inauguração em 2007 e possui 29 km de extensão, enquanto que o gasoduto Fafen-Sergás (ramal), possui uma extensão de 22,7 e foi inaugurado em 2009, sendo portanto, o mais novo gasoduto do estado.

Nas diferentes temporalidades que permeiam a implantação, expansão e manutenção do sistema dutoviário em Sergipe, o capital estatal aparece como principal responsável nessa atuação. A ampliação da rede dutoviária no estado durante o período 2000-2010, assim como no período da década de 1970, foi resultado da ação do capital estatal mediante uma política de investimento na estatal do petróleo - PETROBRÁS. Porém, cada período histórico guarda as suas particularidades. No primeiro momento as ações do estado buscavam consolidar as relações capitalistas no país e na região, enquanto que no segundo momento as relações capitalistas já se encontram amplamente desenvolvidas, com a PETROBRÁS consolidada enquanto multinacional do setor petrolífero - inclusive com uma empresa estatal própria para atuação no setor de transportes e logística do petróleo, a Transepto.

As políticas de ampliação do sistema dutoviário em Sergipe inserem-se na amplitude das políticas de investimentos adotadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores no período 2007-2010 em um contexto de crise. O Plano de Negócios e Gestão da Petrobrás 2006-2010 destinava para o período investimentos de aproximadamente US\$ 4,5 bilhões em gasodutos em todo país (PETROBRÁS, 2006). Tais ações buscavam atenuar as nuances da crise estrutural do capital, mediante inversões do capital estatal em obras de infraestrutura, subsidiando desse modo o consumo através da manutenção dos níveis de emprego.

Desse modo, as ações do Estado voltaram-se para ampliação do setor petrolífero no Brasil mediante investimentos na infraestrutura e sondagens para descoberta de novos campos de petróleo, o que resultou na descoberta do pré-sal na plataforma continental dos estados do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, elevando a posição do Brasil entre os países com maiores reservas de petróleo de forma substancial. Em Sergipe, as políticas do governo

neodesenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores, culminaram com a descoberta do campo de Piranema na plataforma continental, contribuindo para alavancar a produção de petróleo e gás natural no estado. Ademais, cabe ressaltar que os campos de exploração da plataforma continental possuem como característica uma maior produção de gás natural que os campos de exploração terrestre, desse modo, constata-se que tal situação aliada ao aumento da exploração mineral verificada no período, implicaram em aumento da produção de gás natural e consequentemente justificando a necessidade de ampliação do modal dutoviário no estado e sua interligação com outros estados.

Na universalidade que permeia a circulação capitalista - a redução do tempo de giro das mercadorias - os gasodutos, juntamente com os oleodutos, possuem uma particularidade com relação às rodovias. Enquanto estas últimas possuem a desvantagem de compartilhar o canal de circulação com mercadorias de diferentes naturezas - inclusive produtos que em si não se constituem enquanto mercadorias e a circulação de pessoas -, o sistema dutoviário possui como vantagem um canal de escoamento exclusivo para esta finalidade. Certamente essa característica possibilita a redução de atritos durante o deslocamento do produto-mercadoria até o local de consumo, garantindo ao capitalista maior fluidez nesse processo e consequentemente transmutar o produto da forma mercadoria para a forma dinheiro em menor tempo útil. “Por meio da circulação, o produto se transforma, isto é, a mercadoria se converte em dinheiro” (MARX, 2004, 184).

A implementação do modal rodoviário e do modal dutoviário guardam uma particularidade, no que concerne ao papel do Estado. Diferentemente de um Estado que segundo Rousseau reifica-se como representante da vontade geral (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011), o que se constata através da leitura do real é um Estado compactuado com os interesses do capital. O Estado, nesse caso, é o perpetuador da reprodução do capital, difundindo a ideologia do capital permanente universal¹⁹

¹⁹ Mészáros (2005) desenvolve a ideia do capital permanente universal, evidenciando que a forma de pensar dos filósofos burgueses, como Kant e Hegel, não conseguia transcender a organização da sociedade burguesa e vislumbrar outro tipo de sociedade, contribuindo dessa forma para ratificar a ideologia do capital enquanto processo natural permanente, logo sem finitude, e universal na medida em que não seria possível outra forma de organização social que não estivesse fundamentada nas leis capitalistas de produção.

ao mesmo tempo em que difunde a opção do assalariamento na/para (a) classe trabalhadora, em outras palavras, a igualização do capital.

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realente], na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei (MARX, 2007, p. 75).

O Estado só pode ser compreensível a partir da sua base material, da sociedade que o sustenta (MARX, 2007). Nessa direção, o Estado que emerge para a produção e manutenção das rodovias, oleodutos e gasodutos é um Estado que está sobreposto a uma sociedade imersas em contradições de classes, uma sociedade dissociada entre os detentores dos meios de produção e aqueles que comercializam a sua força de trabalho mediante um valor que tem a função social apenas de permitir a sua permanência nessas condições limitantes de reprodução social. Logo, o Estado que atua aqui é o Estado capitalista, cuja força motriz é a acumulação de capital e como a circulação-mobilidade são processos imanente a acumulação, o Estado precisa assumir todos os encargos sociais que impossibilitem maior fluidez para o capital.

Da mesma forma que as rodovias, a construção e manutenção dos dutos que tem por função a circulação-mobilidade do produto-mercadoria derivados de petróleo e derivados do gás natural, ocorrem mediante a construção de um consenso social da vontade geral. O Estado apresenta essa forma natural como resultado de uma necessidade geral, logo, consegue persuadir a sociedade civil e forjar a vontade geral sob o invólucro de um desenvolvimento gerado por essas formas espaciais da circulação do capital. O interesse individual torna-se interesse coletivo e a classe trabalhadora sob o canto alienante do Estado, em parte também fortalecido pela mídia burguesa, internaliza essa necessidade como própria. Todo esse processo torna-se possível não porque Estado e a mídia atuam de forma conjunta, mas porque o Estado é também burguês. O Estado não é uma estrutura neutra acima da

sociedade, mas um Estado capturado pela classe burguesa e que é produto dos interesses irreconciliáveis²⁰ que emergem da sociedade.

4.4 A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU E DO TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA NO CONTEXTO DA CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL

Por muito tempo, perdurou a ausência de um fixo espacial eficiente para circulação dos produtos-mercadorias no território sergipano, comprometendo, dessa forma, a reprodução do capital nesse espaço. Corrobora essa afirmação, a transferência da capital estadual para Aracaju, em 1855, como tentativa de parte da elite açucareira em romper com o relativo isolamento geográfico da antiga capital, São Cristóvão. A nova capital, localizada no litoral, permitiria maior fluidez para a reprodução do capital reificado na mercadoria-açúcar, consequentemente em abreviar o tempo de rotação do capital.

O porto localizado em Aracaju atendia aos anseios da economia açucareira, contudo, com a descoberta das reservas de petróleo, gás natural e sais potássicos, tornou-se passível de incerteza a viabilidade do terminal portuário para suprir as novas necessidades de circulação-mobilidade do capital. Diante dessa situação, o capital estatal, reificado nas ações da Petrobrás, atuou mediante inversões em capital fixo para construção de infraestruturas que garantissem a circulação-mobilidade do capital. Segundo informações da PETROBRÁS (2009), de imediato foi concebida como estratégia a realização de dragagem no rio Sergipe, a fim de, permitir que os navios petroleiros adentrassem ao Terminal Portuário de Aracaju para serem abastecidos com o petróleo do Baixo Cotinguiba. Entretanto, essa opção não logrou êxito duradouro.

²⁰ Engels (1981, p. 185) afirma que o “Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; nem a ‘realização da ideia moral’ ou a ‘imagem e a realidade da razão’, como queria Hegel”. Para o referido autor, o Estado é um poder que emerge da própria sociedade fragmentada em interesses de classe e que põem em risco a própria manutenção da sociedade. Dessa forma, o Estado para forjar um consenso social coloca-se como neutro e acima da sociedade para apaziguar tais conflitos.

Com o objetivo de estruturar o território para a fluidez na circulação-mobilidade do capital, o Estado e a Petrobrás orientaram suas ações para a construção do Terminal Aquaviário de Aracaju - Tecarmo. Na década de 1970, a construção de um terminal de uso privativo da PETROBRÁS, em conjunto com a instalação de uma estação de abastecimento de petróleo e gás natural em Aracaju, nas proximidades do atual bairro Atalaia, foi compreendida como estratégia satisfatória para a circulação-mobilidade do capital-mercadoria petróleo.

Segundo informações da PETROBRÁS (2009) o petróleo explorado no Baixo Cotinguiba é transportado através do oleoduto Carmópolis-Atalaia, sendo armazenado na estação de abastecimento da Atalaia e posteriormente transportado até os navios petroleiros através do oleoduto submarino Continente-Tecarmo, utilizando como fixo espacial o Terminal Aquaviário de Aracaju.

O desenvolvimento de pontos de troca, torna-se uma necessidade irremediável à medida que se expande a esfera da circulação do capital (MARX, 2011). Nesse sentido, constata-se que a construção de um porto privativo da PETROBRÁS pelo capital estatal, está diretamente relacionado com o desenvolvimento das relações capitalistas que estavam em vias de aprofundamento no estado naquele momento. Havia muita incerteza com relação à exploração do petróleo no país, certamente o capital privado não poderia assumir essa atividade em virtude dos riscos eminentes que a envolvia, o que justificava a atribuição do Estado nesse processo.

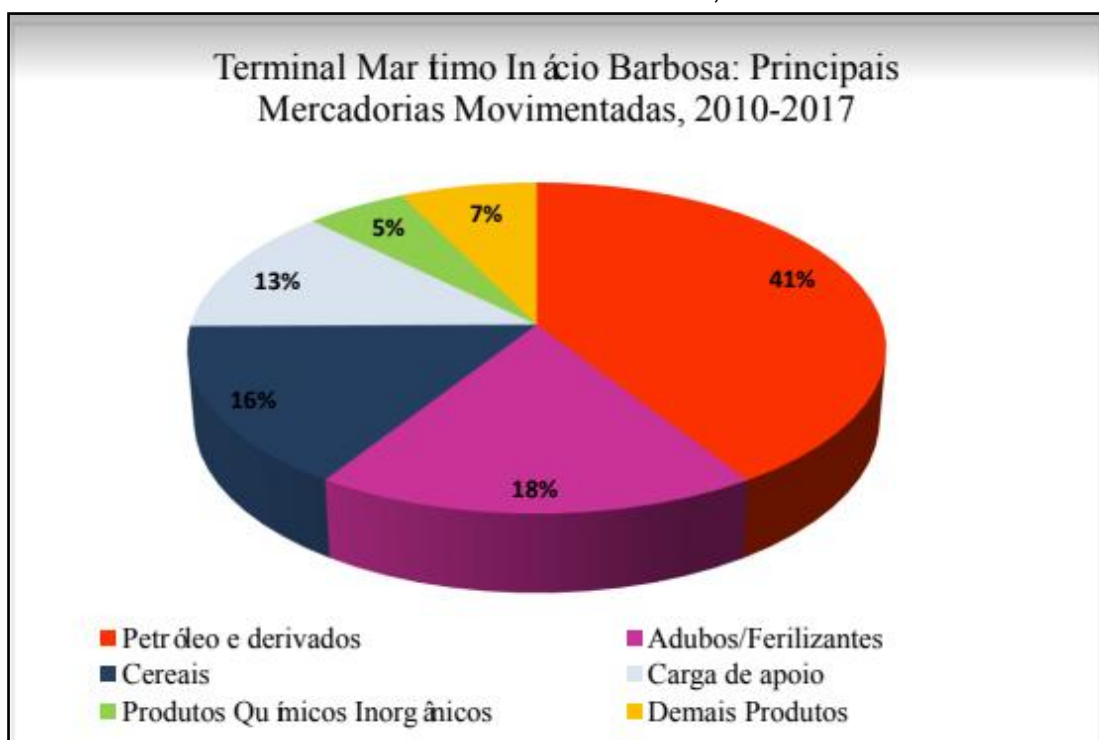
Com a criação do Tecarmo resolvia-se, embora temporariamente, os entraves da circulação do petróleo. Com o gradativo aumento da produção de petróleo e gás natural no estado, a instalação de uma unidade da PETROBRÁS para produção de fertilizantes nitrogenados - amônia e ureia - no Baixo Cotinguiba, somada à obsolescência do Terminal Portuário de Aracaju as ações do Estado orientaram-se para o planejamento e efetivação de um terminal portuário moderno. A indústria extrativa-mineral estatal constituiu-se como impulso para inversões estatais em capital fixo para potencialização da fluidez do capital circulante reificado no montante de produtos-mercadorias que começavam a serem produzidas no estado.

[...] o governo do estado de Sergipe vai procurar implementar medidas para a circulação de um porto a fim de atender as necessidades impostas pelo capitalismo que expandia no estado sergipano, ou melhor, no país. A construção do porto constituía uma

estratégia para o escoamento da produção de ureia que na época seria produzida pela NITROFÉRTIL situada no município de Laranjeiras e para atender ao projeto de exploração do potássio e sal-gema produzidos, na época, pela PETROMISA (Petrobrás mineração), no município de Rosário do Catete. No âmbito da economia do estado de Sergipe com a construção do terminal marítimo além de facilitar o escoamento da produção industrial tornaria viável à ampliação das unidades industriais já instaladas (ROCHA, 2007, p. 47).

A indústria extrativa mineral, que se desenvolveu em conjunto com a exploração das reservas minerais sergipanas, foi a principal indutora na consolidação do projeto de construção de um terminal marítimo em Sergipe. Havia a necessidade de suprir uma demanda energética nacional, por conseguinte, esses recursos energéticos enquanto produto-mercadoria traz em si e para si a necessidade de alcançarem o consumo em um intervalo de tempo cada vez mais exíguo, permitindo, desse modo, a contração do tempo de giro do capital e a expansão da esfera de produção do capital. Observemos os principais grupos de mercadorias movimentadas no Terminal Marítimo Inácio Barbosa:

GRÁFICO 8 - TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: PRINCIPAIS PRODUTOS-MERCADORIAS MOVIMENTADOS, 2010-2018.



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Entre as principais cargas movimentadas destacam-se: os combustíveis fósseis e derivados de petróleo com aproximadamente 41%, os adubos e fertilizantes com 18%, os cereais com 16%, as cargas de apoio para operacionalização das atividades da Petrobrás na plataforma continental sergipana com 13%, os produtos químicos inorgânicos com 5% e as demais mercadorias que englobam sementes oleaginosas, enxofre, material de ferro fundido, máquinas entre outros com um total de 7%. Apesar desse dado não fazer distinção entre embarques e desembarques das cargas, percebe-se que o setor mineral é o principal responsável pelas atividades desempenhadas no TMIB com 59% do total das cargas movimentadas no período 2010-2017, justificando desse modo a necessidade do porto para a indústria extrativa-mineral.

A indústria extrativa-mineral, que começa a se consolidar no Baixo Cotinguiba a partir da segunda metade do século XX, tem o seu discurso de viabilidade sustentado na antinomia entre a proposta de um desenvolvimento local respaldado na exploração das riquezas minerais do estado, mas cujo consumo do produto-mercadoria atenderia majoritariamente um mercado extrarregional que justificava esse consumo para a concretização do seu desenvolvimento. A antinomia do discurso desenvolvimentista na indústria extrativa-mineral, não era um transtorno à produção do capitalismo no Baixo Cotinguiba e no país, pois a natureza contraditória do discurso era exigência do próprio capital em igualizar as relações de produção mediante a diferenciação territorial do trabalho. Nas entrelinhas desse processo, estava atribuído ao Estado a produção de formas espaciais que garantissem a circulação-mobilidade do capital de forma exponencial.

Na perspectiva desenvolvimentista da época firmas como a PETROBRÁS, começaram, a procurar formas de agir sobre o território brasileiro a fim de colocar rapidamente sua produção em pontos mais distantes: num espaço de tempo menor e a um custo também reduzido. É neste contexto que em novembro de 1985, nasceu a parceria entre a PETROBRÁS e o Governo do Estado de Sergipe, visando a construção do Terminal Marítimo. Para o acompanhamento da construção do porto e, posteriormente, administrá-lo, o Governo do Estado criou a Sergiportos. O Estado cuidou da parte legal, solicitando à União a concessão para a construção e exploração do terminal que, na época, pela legislação existente, foi caracterizado como porto público (ROCHA, 2007, p. 50).

Ainda no debate sobre as ações do Estado o escoamento da produção mineral no Estado, Pereira (2016) afirma o seguinte:

O Estado buscou junto à União providenciar a legalização para a concessão, construção e exploração do terminal. Aproveitando a oportunidade da Lei dos Portos (Lei n. 8.630/93), o poder público permitiu que a empresa Vale do Rio Doce passasse a operar terminais marítimos, e a partir de 26 de outubro de 1994, passou a assumir o controle operacional do terminal. A partir de novembro do mesmo ano iniciaram-se as operações da Vale do Rio Doce no Terminal Marítimo Inácio Barbosa, localizado em Barra dos Coqueiros/SE (PEREIRA, 2016, p.30).

O Estado, ao assumir a condução de um empreendimento que era a expressão de capital fixo reificado para a integração de mercados, deixa transparecer a sua real natureza no processo de reprodução social. No contexto da construção do Terminal Marítimo Inácio Barbosa e do Terminal Aquaviário de Aracaju, o Estado reclama para si postura interventora ao romper com a doutrina do “*laissez-faire*” e assumir a responsabilidade econômica na produção e desenvolvimento de obras públicas, cuja função seria induzir o desenvolvimento e o investimento produtivo. Conforme evidencia Montaño e Duriguetto (2011), nos princípios keynesianos esses fatos em conjunto tornar-se-iam capaz de criar uma demanda efetiva que alavancaria o consumo e retroalimentaria o capital produtivo, além da sua potencialidade em gerar um efeito multiplicador capaz de dinamizar a economia capitalista.

O Estado desenvolvimentista-Keynesiano é o Estado a serviço do capital, desse modo, possui como invólucro as múltiplas determinações que englobam o processo de reprodução do capital e como tal, mostra a sua intransigência ao legitimar os processos de exploração do trabalho, a apropriação do sobretrabalho alheio e do mais valor absoluto e/ou relativo.

A sua própria maneira – totalizadora –, o Estado expõe a mesma divisão do trabalho/hierárquico estrutural das unidades reprodutivas econômicas. Assim ele é literalmente vital para manter sob controle (ainda que incapaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos socioeconômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente (MÉSZÁROS, 2005, p. 122).

O Estado, todavia, não cristaliza a sua estrutura como eterna, permanecendo invariavelmente com as mesmas atribuições. Conforme destaca Marx (2007) na

Ideologia Alemã, o desenvolvimento do Estado encontra-se de forma determinada e determinante com o desenvolvimento da sociedade. Desse modo, Estado e sociedade possuem uma relação dialética, de forma que as transformações da sociedade implicam em readequação das ossaturas do Estado para atender às exigências sociais impostas, enquanto que o Estado atua sobre a sociedade organizando-a de acordo com as determinações que emanam da classe do capital.

Nesse sentido, o invólucro desenvolvimentista-keynesiano utilizado pelo Estado, no contexto da construção do porto, não poderia enrijecer-se de forma emoldurável. À medida que as nuances da crise estrutural do capital irrompem de forma arguciosa, o capital passou a atuar para liberação de novos espaços, setores, linhas de produção e o Estado precisou transvestir-se com as tessituras de uma nova ideologia que possibilitasse a concretização das determinações metabólicas do capital. Consolida-se no cenário político-econômico a doutrina neoliberal assentida nas ideias de Friedrich August Von Hayek e atribuída de prestígio entre a classe burguesa, pois coadunavam-se com seus interesses. Segundo Montañó e Duriguetto (2011, p.65) o neoliberalismo tem sua atuação no combate ao intervencionismo estatal e desregulação do mercado, visto que “a livre concorrência do mercado, [é] tida como o único e real mecanismo de organização e regulação social capaz de preservar a liberdade individual”.

No final da década de 1990, com base nos princípios neoliberais o Estado realizou uma descentralização de suas atividades, resultando assim, na transferência de atribuições da União para os estados e municípios, o que garantiu maior flexibilidade para o modelo de concessões à iniciativa privada. Sob as imposições neoliberais, o Terminal Marítimo Inácio Barbosa-TMIB converteu-se de porto público para porto privativo, o Estado extinguiu a empresa estatal Sergiportos resultando na demissão do funcionalismo público responsável pela administração do porto na época, e transferiu a supervisão para a empresa Vale do Rio Doce, que também foi privatizada naquele contexto.

Atualmente o controle administrativo do TMIB é realizado pela VLI, empresa de capital privado criada pela Vale apenas com a finalidade de operações logísticas. Essa ação da Vale não é uma singularidade na sua forma de atuação, visto que a mesma estratégia de atuação é utilizada em outras regiões do país e do mundo,

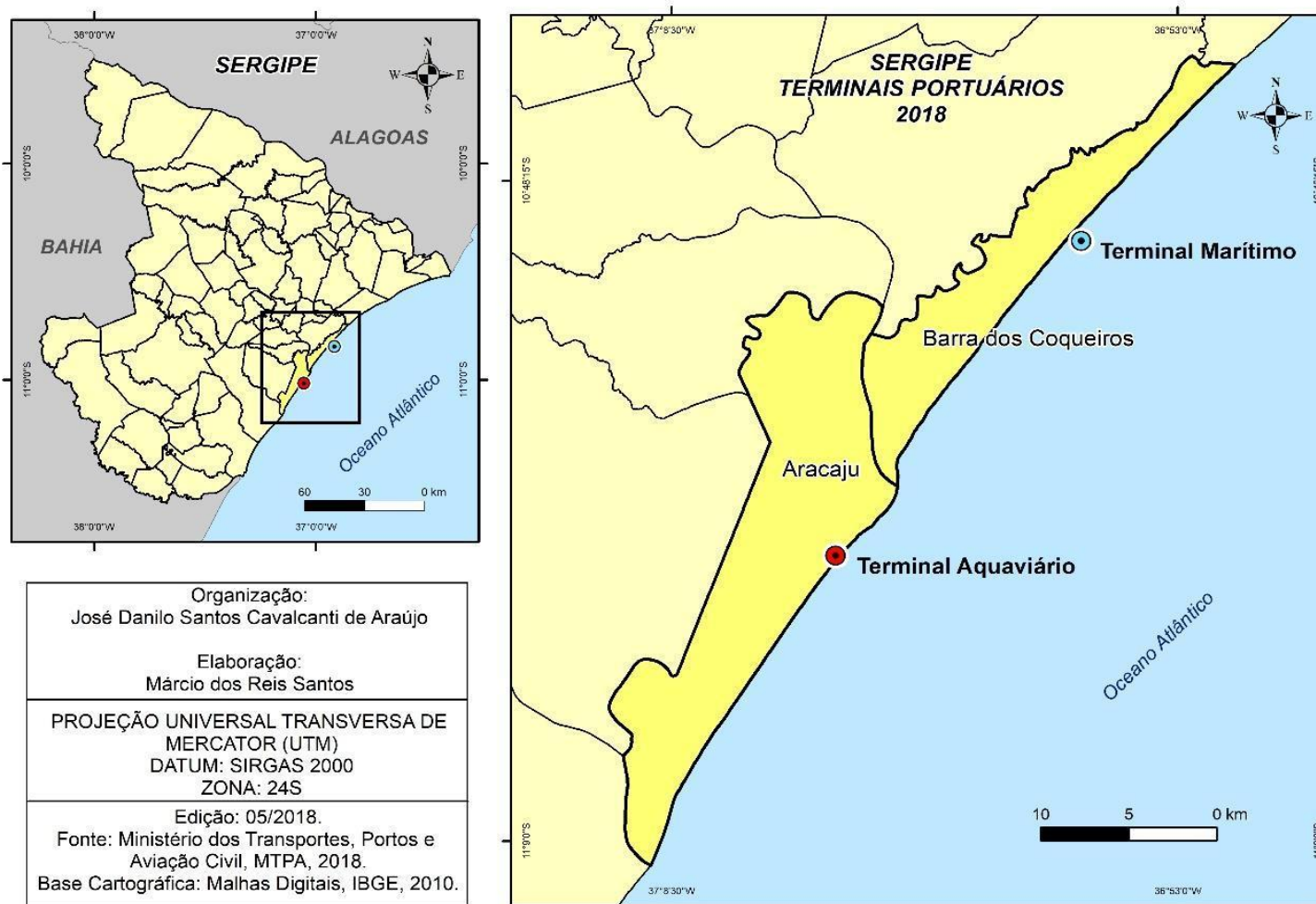
como o Porto de Ponta da Madeira²¹ no Maranhão, o Porto de Tubarão no Espírito Santo, o Porto de *Sohar* no Omã, o Porto de *Tnajung Mangkasa* na Indonésia e o Porto de *San Nicolas* na Argentina. Nessa lógica, a mobilidade intersetorial do capital, reificada no controle administrativo dos portos, substancializa a estratégia de reduzir os custos da circulação das suas *commodities* minerais e ao mesmo tempo uma forma de expandir a esfera de apropriação do mais valor mediante a exploração e cobrança de tarifas para a utilização do terminal portuário por outros capitalistas.

A medida que se consolida o trabalho abstrato como fundante das relações sociais, o controle dos pontos de troca, como os terminais portuários, torna-se estratégico para a reprodução do capital. Para o capital monopolista esse domínio possui duplo ganho. Primeiro por permitir a redução dos custos próprios de circulação, segundo por permitir, a fração do capital que o controla os pontos de troca, lucrar sobre a necessidade que outros capitalistas possuem de realizar a inserção de suas mercadorias na esfera da circulação. Conforme destaca Marx (2013), a mercadoria não pode deslocar-se por vontade própria, no sistema do capital é necessário que o seu possuidor realize o deslocamento inserindo-a na esfera da circulação.

A história do Terminal Marítimo Inácio Barbosa-TMIB está entrelaçada com a própria história do desenvolvimento do capitalismo no Estado. Desse modo, no momento em que foi útil ao capital, no processo de desenvolvimento capitalista, o Estado assumiu a responsabilidade na construção e manutenção do porto, assim como no setor extrativo-mineral com a implementação de empreendimentos minerais. Com o acirramento das contradições internas do capital que irrompem sob a forma da crise estrutural, a doutrina neoliberal torna-se fundamente da estruturação do Estado, o Porto de Sergipe, assim como os empreendimentos minerais, passou a ser vislumbrado como oportunidade para a mobilidade do capital com vistas de atenuar os efeitos da crise e reverter a tendência de queda da taxa de lucro. A figura a seguir mostra a localização geográfica do TMIB e do TAA:

²¹ Segundo informação da Vale, os dois maiores portos do país em cargas movimentadas encontram-se sob a sua administração, são eles: O Porto de Ponta da Madeira no Maranhão e o Porto de Tubarão no Espírito Santo. Fonte: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/porto-vale-sao-luis-maior-Brasil.aspx>>

FIGURA 8 - SERGIPE: TERMINAIS PORTUÁRIOS, 2018.



Fonte: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, MTPA, 2018.

Elaboração: Márcio Reis dos Santos, 2018.

O Estado criou uma estrutura eficiente à reprodução do capital. A construção de uma rede viária integrada permite, assim, que os produtos-mercadoria da indústria extrativa mineral, como também de outros ramos industriais e econômicos, obtenham um escoamento mais rápido em direção aos centros de consumo, destarte, a redução do tempo de giro do capital. Conforme afirma Marx (1985) no modo de produção capitalista o tempo de giro do capital próximo a zero é impossível, pois significa o consumo imediato após a produção da mercadoria, todavia o capital trava uma luta eterna para tornar o seu tempo de giro o mais próximo possível de zero.

Todos os empreendimentos minerais do Baixo Cotinguiba possuem acessibilidade para integração espacial, o que possibilita maior fluidez para a circulação das mercadorias. Todos os projetos localizam-se às margens de rodovias, ora já construídas, ou que foram construídas pelo Estado para permitir a redução dos atritos que emperram a circulação-mobilidade do capital. Essas rodovias possuem a importância de conectar os empreendimentos minerais ao Porto de Sergipe, permitindo, segundo Marx (1985) e Marx (2011), que o estoque de produto-mercadorias seja reduzido em correlação ao aumento relativo do estoque da mercadoria-dinheiro.

É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas de troca – de meios de comunicação e transporte – devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente – a anulação do espaço pelo tempo. Dado que o produto imediato só pode ser valorizado em massa, em mercados distantes, quando os custos de transporte diminuem, e dado que, por outro lado, os próprios meios de transporte e comunicação só podem representar esferas de valorização do trabalho acionado pelo capital, e à medida que tem lugar um intercâmbio massivo – pelo qual é repostado mais do que o trabalho necessário -, a produção de meios de transporte e comunicação baratos é condição para a produção fundada no capital e, em consequência, é criada por ele (MARX, 2013, 432).

A integração espacial entre os modais rodoviário e portuário não é uma causalidade resultante da atividade extrativa mineral. O desenvolvimento dessa integração é resultante das sociodeterminações do capital em desenvolvimento com as ações do Estado. Comunga-se, desse modo, com a observação de Harvey (2005), sobre a localização racional das atividades para dirimir os custos da movimentação dos produtos-mercadorias. O capital a fim de reduzir os seus custos

de circulação tende a reunir a produção em determinados pontos do espaço, integrando-as entre si e com outras áreas através do desenvolvimento de uma malha viária eficiente. O Quadro 6 demonstra a distância relativa dos principais empreendimentos minerais em relação ao Porto de Sergipe e suas principais vias de integração.

QUADRO 6 - BAIXO COTINGUIBA: EMPREENDIMENTOS MINERAIS E CIRCULAÇÃO-MOBILIDADE DO CAPITAL

EMPREENDIMENTO	LOCALIZAÇÃO	TRAJETO ATÉ O PORTO	DISTÂNCIA
FAFEN/PETROBRÁS	Laranjeiras	SE-245/BR-101/SE-240	35,5 Km
		BR-101/BR-235/SE-100	45,7 Km
Taquari-Vassouras The Mosaic Company	Rosário do Catete	SE-230/BR-101/SE-240	36,9 Km
Cimesa/Votorantim	Laranjeiras	SE-160/BR-101/SE-240	41,5 Km
		SE-160/SE-100	42,1 Km
		SE-160/BR-101/BR-235/SE-100	41,5 Km
Fábrica de Cimento Apodi ²²	Santo Amaro das Brotas	SE-240/SE100	24 km
Unidade de Operações da PETROBRÁS ²³	Carmópolis	BR-101/SE-240	44 km

Fonte: Google Earth, 2018. **Organização:** José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018..

²² Embora ainda em fase de implantação optamos por incluir esse empreendimento visto que já a mobilidade do capital na área de exploração.

²³ Como a produção de petróleo é dispersa pelo território, optamos por considerar a unidade de operação da Petrobrás em Carmópolis como marco para essa referência.

Para efetivação do processo de integração espacial entre os modais, o papel do Estado não é menor que nas situações anteriormente mencionadas. Conforme afirmam Harvey (2005) e Harvey (2013), o custo de circulação representa dispêndio para o capital, desse modo, o Estado assume a responsabilidade com o propósito de manter conservados os lucros da classe capitalista. Se o Estado foi/é o principal responsável em construir as estruturas do capital fixo que viabilizam a produção mediante circulação do capital, sua atuação, enquanto estrutura de comando do capital, também possui relevância ao racionalizar a configuração espacial do território, integrando os diferentes modais para potencializar a concentração de capitais.

Considerando-se a ausência de crises, que por sua natureza endêmica ao modo societal do capital, podem emperrar as engrenagens do processo de circulação do capital, a integração da rede rodoviária ao terminal marítimo sob os ditames do capital possui um efeito duplo²⁴. O primeiro é a redução do tempo de giro e de rotação do capital, permitindo dessa forma que o capital retorne ao capitalista sob a forma dinheiro. O Segundo, decorrente do primeiro, reverbera-se em maior acumulação de capitais. Com a expansão do *quantum* de capital para ser investido, o capitalista pode alavancar a esfera produtiva através de inversões de um adiantamento maior em capital produtivo, resultando assim na reprodução expandida do capital.

Não é nossa intenção, afirmar que a construção de uma estrutura adequada à circulação do capital tenha elevado a produção mineral em Sergipe, todavia, podemos afirmar que sem o desenvolvimento dessa rede de circulação de mercadorias de forma eficiente, os empreendimentos minerais aqui instalados teriam sucumbido frente à sua ineficiência competitiva.

²⁴ Reflexões a partir de Marx (1985).

4.4.1 O sistema portuário em Sergipe e a circulação dos produtos-mercadorias minerais em tempos de crise

Com a crise estrutural do capital que irrompeu em meados da década de 1970, o capital busca reorganizar suas formas e mecanismos de expropriação a fim de garantir a continuidade do processo de acumulação, na tentativa de adiamento do dia do juízo final (MÉSZÁROS, 2011). As estratégias de expropriação do sobretrabalho que o capital adota nesse contexto de crise são variadas, perceptíveis mediante a análise da circulação do capital.

Como nos los enseña toda nuestra experiencia histórica, el sistema del capital, aun su fase histórica marcada solamente por las crisis coyunturales recurrentes, em contraste com su grave crisis estructural em nuestro tempo, se caracteriza por el cortoplacismo a ultranza, que cubre apenas unos pocos años em su ciclo de reproducción usual, y em modo alguno muchos miles de años como la requerida prevision confiable (MÉSZÁROS, 2009, p. 54-55).

O capital é dialeticamente pressuposto e produto do processo de circulação. Torna-se pressuposto na medida em que é indispensável para dar impulso ao processo de produção de mercadorias através da apropriação do trabalho de outrem. Sendo produto, pois a conversão do produto-mercadoria a forma dinheiro resulta em capital acrescido de mais valor (MARX, 1985). Desse modo, a esfera de circulação do capital busca ser ampliada em todo processo de retroalimentação desse ciclo.

No contexto de crise estrutural, o capital busca ampliar o controle dos pontos de troca, como os portos, aeroportos, rodovias, por exemplo, os quais tornam-se imprescindíveis para atenuar os efeitos de crise do capital mediante ampliação da esfera da circulação. É nesse contexto que as estruturas espaciais de capital fixo engendradas pelo Estado no território sergipano para circulação-mobilidade do capital tornam-se interceptadas por investidas do capital privado na busca de atenuar os efeitos de crise do capital sobreacumulado.

No Terminal Aquaviário de Aracaju a circulação das mercadoria-petróleo também evidencia sinais de crise. Nos últimos anos tem se observado redução no quantitativo de petróleo movimento no terminal como pode ser observado na tabela seguinte:

TABELA 1 - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU: MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA, 2010-2018.

Ano	Quantidade (t)
2010	3.110.925
2011	3.207.015
2012	2.744.668
2013	2.523.119
2014	2.142.325
2015	1.516.786
2016	1.442.223
2017	972.422
2018*	234.261

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2018.

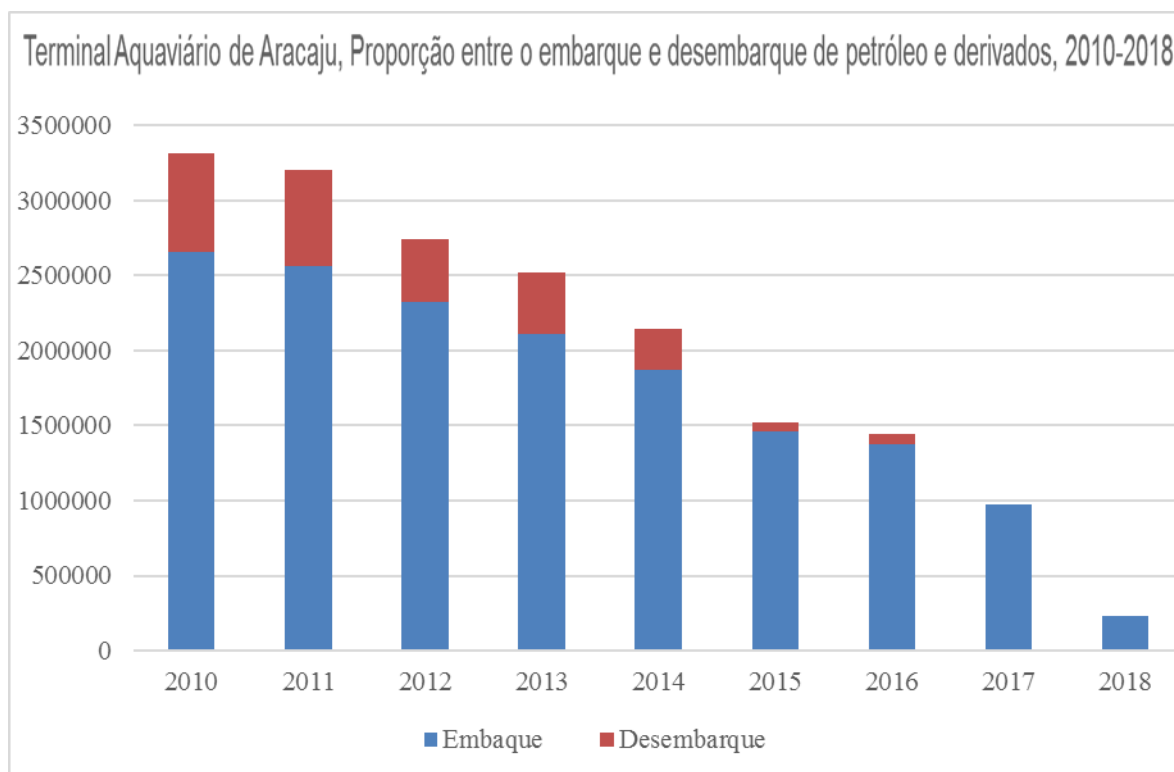
Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

*Movimentação referente aos três primeiros meses do ano

Conforme os dados da Tabela 1, até o ano de 2011 observa-se um aumento quantitativo no total das cargas movimentadas no Terminal Aquaviário de Aracaju, sendo neste ano (2011) registrado o maior volume de cargas com 3.207.015 toneladas. A partir de 2012 tem início uma queda paulatina no volume das cargas movimentadas no porto. As maiores reduções foram registradas em 2015 e em 2017. Em 2015 a contração foi de aproximadamente 625 mil toneladas em comparação com o ano de 2014, enquanto que em 2017 a diminuição foi de aproximadamente 469 mil toneladas em comparação com o ano de 2016. Estabelecendo uma relação comparativa entre o pico registrado em 2011, com a movimentação do ano passado, a menor até agora registrada, observa-se uma redução em torno de 2.200.000 toneladas. No ano de 2018, para os três primeiros meses do ano foi registrado o *quantum* de 234.261 toneladas, uma redução de

aproximadamente 10 mil toneladas no comparativo com o mesmo período do ano anterior, que teve o registro de 244.272 toneladas

GRÁFICO 9 - TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU: PROPORÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE PETRÓLEO E DERIVADOS (T) EMBARCADOS E DESEMBARCADOS, 2010-2018.



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

*2018: Movimentação referente aos três primeiros meses do ano.

Os dados do Gráfico 9 funcionam em complementariedade às informações relatadas na tabela anterior. De forma geral, observa-se que no período 2010-2015 há uma gradativa redução no quantitativo de petróleo e derivados embarcados, desembarcados e na carga total. Como o terminal constitui-se efetivamente como terminal de embarque, desde a sua origem, observa-se que o quantitativo de embarque é absolutamente maior que o quantitativo de desembarque. No período analisado, observou-se que a carga embarcada se constituiu majoritariamente de combustíveis fósseis e derivados, que variou de 2.653.494 toneladas para 234.261 toneladas, uma redução de aproximadamente 2.419.233 toneladas em números absolutos. Com relação aos desembarques de combustíveis fósseis e derivados,

observou-se uma redução em números absolutos de 657.431 toneladas em 2010 para 67.656 toneladas em 2015. Os anos de 2017 e 2018 (até o momento) não registraram desembarque de combustíveis fósseis, sendo a redução real proporcional de 100% no período analisado.

No tocante ao destino das navegações realizadas no/pelo Terminal Aquaviário de Aracaju, observa-se sua natureza como navegações de cabotagem, tendo em vista que possuem como destino portos localizados na costa brasileira, significativamente com estados que possuem refinaria de petróleo como pode ser observado na tabela seguinte:

TABELA 2: TERMINAL AQUAVIÁRIO DE ARACAJU: SÉRIE HISTÓRICA DAS NAVEGAÇÕES DE CABOTAGEM DE PETRÓLEO E DERIVADOS, 2010-2018.

ANO	ORIGEM DO PETRÓLEO E DERIVADOS DESEMBARCADOS NO TAA	DESTINO DO PETRÓLEO E DERIVADOS EMBARCADO NO TAA
2010	Alagoas 378.706 t Espírito Santo 168.583 t Ceará 53.955 t Amazonas 19.915 t Rio Grande do Norte 19.498 t Paraná 16.773 t	Bahia 2.805.220 t Rio Grande do Norte 26.159 t
2011	Alagoas 267.908 t Espírito Santo 267.680 t Ceará 63.609 t	Bahia 1330.770
2012	Alagoas 294.940 t Ceará 88.880 t Amazonas 17.026 t Bahia 12.082 t Espírito Santo 11.276 t	Bahia 2.334.059 t Espírito Santo 998 t
2013	Alagoas 231.496 t Ceará 128.408 t Espírito Santo 49.368 t	Bahia 1.632.686 t Rio Grande do Norte 20.099 t
2014	Espírito Santo 155.747 t Não identificado 66.618 t Ceará 25.724 t Alagoas 21.412 t	Bahia 1.990.717 t Amazonas 215.281 t
2015	Espírito Santo 41.770 t Ceará 5.084 t Alagoas 4.954 t	Bahia 920.119 t Amazonas 74.376
2016	Alagoas 52.381 t Não identificado 15.275 t	Bahia 201.491 Amazonas 175.147 Rio Grande do Norte 11.579 t
2017	Sem Registros	Bahia 243.796 t Amazonas 100.571 t
2018	Sem Registros	Bahia 29.098 t Amazonas 14.433 t

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2018. *Dados referentes aos dois primeiros meses do ano. **Organização:** José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Com base nas informações da Tabela 2, constata-se que os combustíveis fósseis e derivados que desembarcaram no Terminal Aquaviário de Aracaju - no período 2010-2016 – são provenientes do Espírito Santo, Ceará, Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraná, Bahia. Destaca-se que os estados de origem, exceto Alagoas, possuem refinarias de petróleo, o que indica a possibilidade do desembarque de material refinado. Na especificidade de Alagoas, destaca-se a navegação entrepostos, sendo o produto-mercadoria posteriormente embarcado para outro destino. Para os anos de 2017 e 2018 (até o momento) não foram registrados desembarques o que denota redução das operações da Petrobrás também em outros estados.

As navegações de cabotagem, que possuem como ponto de embarque o Terminal Aquaviário de Aracaju, caracterizam-se pelo transporte de granel líquido devido a carga ser constituída de petróleo e derivados. No período em análise, os principais destinos para do petróleo extraído em Sergipe foram os estados da Bahia, Amazonas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, destacando-se a Bahia como principal destino. Estes estados possuem refinarias de petróleo, desse modo, infere-se que a escolha dos locais de destino possui como finalidade o refinamento do petróleo para comercialização.

Mesmo com a quebra do monopólio da Petrobrás em 1997, a estatal manteve-se como principal empresa no refinamento de petróleo no país. Nessa situação, observa-se que o petróleo explorado em Sergipe se constitui enquanto matéria prima para a indústria de refinaria da PETROBRÁS em outros estados, sendo nesses locais transformados em produto-mercadoria para adentrarem novamente no processo de circulação sob a forma de combustíveis que podem ser diretamente consumidas, ou metamorfosearem-se em novas matérias primas para outros ramos industriais, por fim assumindo a forma dinheiro através da troca. Caso o petróleo explorado em Sergipe fosse comercializado com outra empresa para realizar o refinamento, o tempo de rotação, do capital inicialmente adiantado, encerrava-se nesse instante para a empresa responsável pela exploração - PETROBRÁS. Todavia, conforme adverte Marx (1985), um produto pode desempenhar a função de produto-mercadoria para um capitalista e encerrar seu processo de valorização

nesse ciclo, mas inserir-se em outro ciclo como matéria prima, participando de um novo processo de circulação do capital.

O Terminal Aquaviário de Aracaju configura-se como o principal porto de embarque, do petróleo explorado no estado, sendo transportado até o terminal através de oleodutos. A redução acentuada de cargas de petróleo movimentadas, no período analisado, evidenciada nas três figuras, é fruto das ações do Estado, que passou a atuar mediante desinvestimentos nos campos de exploração e produção de petróleo em Sergipe. Essa estratégia corrobora-se com a subserviência do Estado aos interesses burgueses, que advém das investidas das transnacionais do petróleo.

Em Sergipe, assim como em todas as áreas que tem predominância de campos terrestres, a situação não está boa porque o governo resolveu fazer desinvestimentos, e isso significa parar diversas atividades, sucateando o que precisa fazer manutenção com o propósito de desativar, demitir e entregar ao setor privado. Ou seja, entregar as atividades e as unidades ao setor privado fazendo assim a privatização da Petrobrás. Esse é o objetivo do governo (SINDIPETRO-ARACAJU).

Desse modo, o Estado mostra-se aliado aos interesses do capital ao forjar a aparência de ineficiência da estatal, mediante o desmonte de sua operacionalidade, ocasionando assim, o comprometimento da sua viabilidade econômica e a difusão na sociedade de um discurso de crise para aceitação dos imperativos da privatização. Conforme evidencia Harvey (2008), com a crise da década de 1970, que possui natureza crônica, a ideologia neoliberalista tornou-se hegemônica no sistema do capital, difundindo a necessidade de redução do Estado para garantia das liberdades individuais. Essa ação resultou na privatização de empresas estatais no mundo todo. Ademais, a privatização da PETROBRÁS é mascarada pela garantia das liberdades individuais. A redução do quantitativo de petróleo movimentado no TAA é resultado de desinvestimentos estatais no setor de petróleo a fim de permitir a entrada do capital privado sobreacumulado e atenuar os efeitos da crise estrutural.

Observemos agora a Tabela 3, que demonstra a movimentação de cargas no Terminal Marítimo Inácio Barbosa:

TABELA 3: TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA, 2010-2018.

Ano	Quantidade (t)
2010	920.460
2011	896.035
2012	1.837.524
2013	1.033.652
2014	990.036
2015	915.312
2016	639.323
2017	456.943
2018*	179.192*

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

*Movimentação referente aos três primeiros meses do ano.

Conforme os dados expostos na Tabela 3, verifica-se uma oscilação no volume da carga movimentada no período 2010-2013. Nesse sentido, o ano de 2011 apresenta uma redução, com relação ao ano de 2010, ocorrendo nova expansão do total de cargas movimentadas em 2012, sendo registrada nova queda em 2013 e permanecendo a tendência acentuada de queda no quantitativo das cargas movimentadas no porto até o ano de 2017. Verifica-se o maior volume de cargas movimentadas para o ano de 2012, com aproximadamente 1.837.524 toneladas e o menor quantitativo foi registrado no ano de 2017, com 456.943 toneladas. A comparação entre o ano de maior volume registrado e o ano de menor volume registrado indica redução de aproximadamente 1.380.000. Em 2018, os três primeiros meses do ano registraram uma movimentação em torno de 179.192 toneladas, um aumento de aproximadamente 56.000 toneladas em comparação ao mesmo período do ano de 2017 que registrou 122.774.

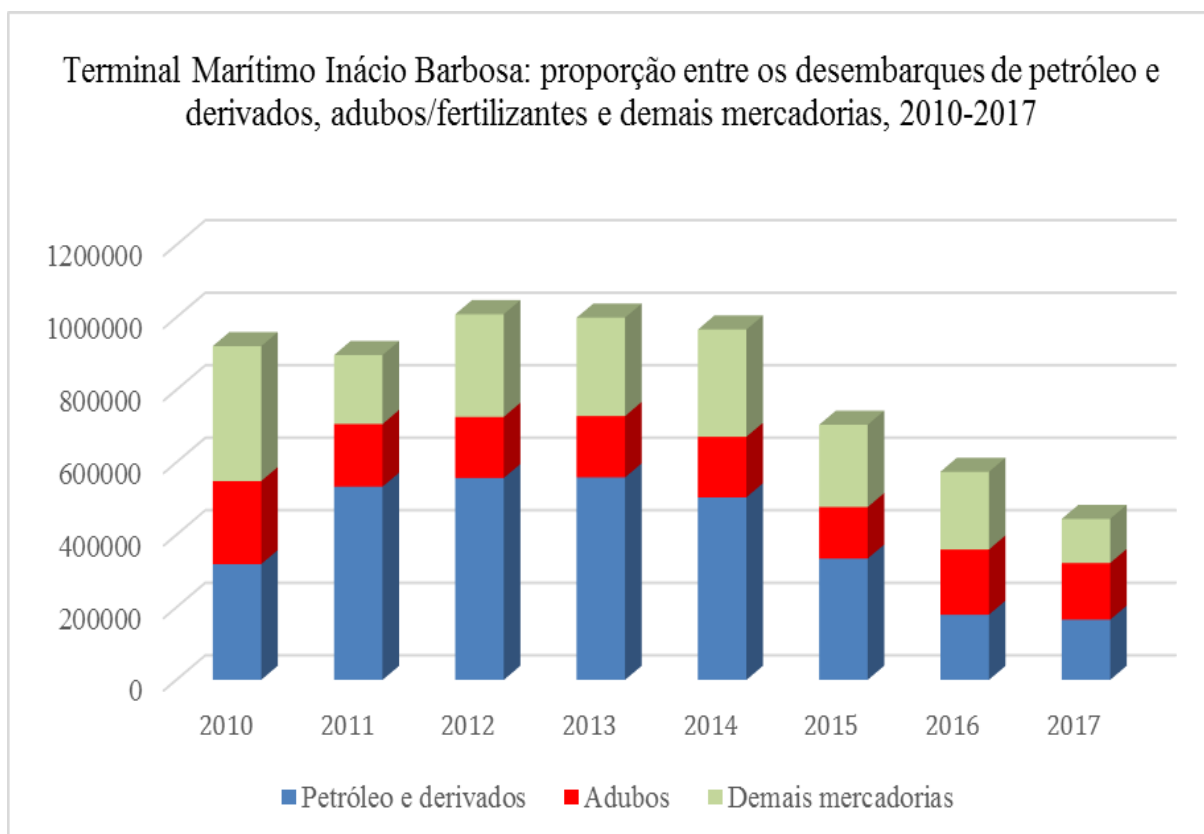
A tendência de queda é contrária ao movimento de expansão sociometabólica do capital, pois conforme afirma Marx (2013):

Por essa razão, uma condição da produção baseada no capital é a produção de um círculo sempre ampliado da circulação, seja o círculo diretamente ampliado, ou sejam criados nele mais pontos como pontos de produção. Se a circulação aparecia de início como magnitude dada, aqui ela aparece como magnitude movida e expandida pela própria produção. Em seguida, ela própria já aparece como um momento da produção (MARX, 2013, p. 332).

Como no capitalismo a demanda efetiva deve sempre se comportar de forma crescente, a redução na movimentação do quantitativo da carga operada no porto é considerada sinal de crise. Nesse sentido, com a mundialização do capital as crises não se restringem a um limite espacial, sendo seus efeitos sentidos em nível global. A crise estrutural que irrompe de forma incisiva a partir da década de 1970, com momentos de fôlego para a circulação do capital, está assim relacionada com a redução no quantitativo de cargas movimentadas nos portos.

O Terminal Marítimo Inácio Barbosa caracteriza-se por ser um porto com maior quantitativo de mercadorias desembarcadas que em comparação aos embarques. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviário –ANTAQ, no período 2010-2017 o percentual de embarques foi de 15% frente aos 85% dos desembarques. O petróleo e seus derivados, assim como os adubos/fertilizantes constituem-se enquanto mercadorias de desembarques no terminal, sendo que no período registrado não houve embarque de petróleo e derivados e foi registrado apenas um embarque de 5436 toneladas de adubos/fertilizante em 2016 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO ANTAQ, 2010-2017). Desse modo, os desembarques constituem-se como foco da nossa análise, observemos, agora, o gráfico seguinte:

GRÁFICO 10: TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: PROPORÇÃO ENTRE OS DESEMBARQUES DE PETRÓLEO E DERIVADOS, ADUBOS/FERTILIZANTES E DEMAIS MERCADORIAS, 2010-2017.



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2011-2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

No acumulado foram desembarcadas aproximadamente 3.143.000 toneladas de petróleo e derivados, no terminal marítimo Inácio Barbosa, o que corresponde a aproximadamente 48% dos desembarques registrados no período. Os desembarques de adubos e fertilizantes representaram aproximadamente 1.385.000 toneladas, o equivalente a 21% do total. As demais mercadorias corresponderam a um total de aproximadamente 1.976.000 toneladas, representando 31% da carga desembarcada no período.

Com base nas informações no Gráfico 10, observa-se que no período 2011-2013 houve significativo aumento no número de desembarques totais, apoiado principalmente na expansão do quantitativo do desembarque de petróleo e derivados, como também em menor proporção pelo grupo das demais mercadorias,

o desembarque de adubo/fertilizantes apresentou-se pouco variável nesse ínterim. Esse aumento gradual foi garantido pelo aumento do consumo interno incentivado durante o governo do PT como paliativo para dirimir os efeitos da crise mundial do capital, que passou a atuar de forma mais incisiva a partir de 2008.

A partir de 2014 constata-se contração na esfera de circulação do capital reificada na tendência de redução no quantitativo dos desembarques, com redução substancial principalmente dos desembarques de petróleo e derivados, como também do grupo das demais mercadorias. A fórmula adotada pelo governo do Partido dos Trabalhadores mostrou seus limites a partir desse momento.

Os desembarques de petróleo e adubos/fertilizantes possuem como base as navegações de longo curso, o que demonstra a internacionalização das *commodities* minerais incluído processo de mundialização do capital, como também uma contradição que surge entre o fato do Brasil ser um dos maiores exportadores de *commodities* minerais no mundo, ao mesmo tempo em que depende da importação de *commodities* minerais externas. A tabela a seguir demonstra a origem do petróleo que desembarcou no terminal marítimo Inácio Barbosa através das navegações de longo curso.

TABELA 4: TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: SÉRIE HISTÓRICA DOS DESEMBARQUES DE PETRÓLEO E DERIVADOS, 2010-2018.

ANO	TONELADAS (t)	ORIGEM
2010	319.180 t	América do Norte 319.180 t
2011	523.988 t	América do Norte 523.988 t
2012	557.011 t	América do Norte 497.646 t América do Sul 46.440 t Europa 12.925 t
2013	558.800 t	América do Norte 412.249 t América do Sul 146.551 t
2014	503.554 t	América do Norte 355.502 t América do Sul 148.052 t
2015	334.501 t	América do Norte 206.721 t América do Sul 127.780 t
2016	179.735 t	América do Norte 179.428 t América do Sul 307 t
2017	166.247 t	América do Norte 130.316 t América do Sul 35.931 t

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Com base nos dados da Tabela 4, observa-se que foram desembarcadas aproximadamente 3.143.000 toneladas de petróleo e derivados no Terminal Marítimo Inácio Barbosa. Destas 2.625.000 toneladas saíram da América do Norte o equivalente a pouco mais de 83%, 505.000 toneladas da América do Sul, 16% em termos proporcionais e aproximadamente 12.925 da Europa, menos de 1% do total.

Esses dados apontam para uma redução das importações de coque de petróleo, mas ao invés de indicar que há progressiva autossuficiência na produção

de petróleo, resulta do desaquecimento da economia brasileira nos últimos anos diante do cenário de crise estrutural do capital. Diante dos efeitos da crise estrutural, o setor de petróleo que até então permanecia sob a primazia do Estado tem sido alvo de investidas das transnacionais do setor à guisa de privatização e concessões.

Segundo informações da Federação Nacional dos Petroleiros (2018), a política de desinvestimento atinge principalmente a atividade de refino com a tentativa de privatizar 60% das refinarias Landulpho Alves – principal destino do petróleo explorado em Sergipe -, Abreu e Lima, Alberto Pasqualine e Getúlio Vargas, que juntas possuem capacidade de processamento de 846 mil barris de petróleo. O pacote inclui ainda toda infraestrutura logística com 12 terminais marítimos associados.

Enquanto o Estado é reduzido nas operações do petróleo, a entrada do capital nacional é garantida por meio de uma aliança entre a burguesia nacional e a burguesia internacional. Conforme demonstra Moraes (2017) o Brasil tem elevado sua exportação em óleo cru e sua importação em combustíveis.

O fato é: a Petrobrás está perdendo – de maneira seguida e forte – o mercado doméstico de combustíveis. A importação de gasolina pelas tradings que atuam no Brasil passou de 240 mil litros em fevereiro, para 419 milhões de litros, que, segundo consultorias do setor, deve se manter agora em maio.

No comércio diesel a variação é ainda maior. As importações saíram de 564 milhões de litros em fevereiro, para 811 milhões em abril, com previsão de chegar a 1 bilhão de litros, agora em maio.

[...] Com esta importação de combustíveis (petróleo refinado), o fator de utilização das refinarias que esteve há pouco tempo em torno de 95%, já caiu para 77% e deve chegar, em breve, a menos de 75% (MORAES, 2017, s/p).

O capital internacional já tem demonstrado seu interesse em capturar esses nichos de acumulação do mais valor. Segundo Moraes (2017), a *Shell* multinacional de origem estadunidense já ampliou suas atuações no Brasil com a compra da *BMG* que detinha o direito de exploração de diversos campos do litoral brasileiro. Como não há saciedade para a insaciável avidez do lucro, o capital atua também na liberação das atividades de refinamento, pois completa a cadeia de produção e garante a extração máxima do lucro.

TABELA 5 - TERMINAL MARÍTIMO INÁCIO BARBOSA: SÉRIE HISTÓRICA DOS DESEMBARQUES DE ADUBOS/FERTILIZANTES, 2010-2018.

ANO	TONELADAS (t)	ORIGEM
2010	56.642 t	América do Norte 56.642 t África 28.352 t
2011	172.988 t	América do Norte 69.042 t Ásia 38.174 t
2012	168.355 t	América do Norte 99.037 t Europa 41.106 t África 27.942 t
2013	168.988 t	América do Norte 62.306 t Europa 51.086 t África 25.237 t América do Sul 19.318 t Ásia 11.040 t
2014	166.946 t	África 64.884 t América do Norte 45.761 t Europa 39.877 t Ásia 10.940 t
2015	142.054 t	África 72.724 t América do Norte 48.304 t Europa 21.025 t
2016	185.231 t	América do Norte 81.875 t África 52.103 t Europa 40.941 t Ásia 307 t
2017	156.122 t	África 84.274 t América do Norte 33.324 t Europa 32.939 t Ásia 5.586 t

Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário, 2010-2017.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Os adubos e fertilizantes também possuem destaque no quantitativo de desembarque das mercadorias no TMIB, com aproximadamente 1.385.000 toneladas no período 2010-2017. Tais produtos-mercadorias minerais possuem como origem a África, Europa, Ásia e América do Norte. Como a produção da mina-usina Taquari-Vassouras, juntamente com as unidades FAFENs/PETROBRÁS é insuficiente para atender a demanda nacional, o capital internacional garante a sua lucratividade no suprimento da demanda brasileira de fertilizantes.

Em Sergipe, conforme informação obtida na pesquisa de campo, as indústrias misturadoras de fertilizantes localizadas no Baixo Cotinguiba - Heringer, Fertinor, Adubos Sudoeste, Rifértil - utilizam-se do seu capital produtivo para comprar adubos em outros países, utilizando-os como matérias primas em novo processo de valorização do trabalho. Garantem a sua lucratividade no abastecimento de adubos devido à vampirização²⁵ do capital no campo resultante no aprofundamento do agronegócio como modelo de desenvolvimento.

Em Sergipe, conforme pesquisa realizada por Conceição (2013), a cana-de-açúcar, a citricultura, o arroz e mais recentemente o milho tem se constituído como principais culturas do agronegócio no campo, na medida em que expropria a população camponesa.

Antes de constituir saída para a pequena propriedade camponesa, o agronegócio tem provocado a expropriação do camponês da terra tornando-o móvel, enquanto força de trabalho que será absorvida no próprio agronegócio local, ou na procura de trabalho no setor industrial, sujeitos a condição de trabalho precarizado ou escravo. Expulsos da terra se tornam errantes para ampliação e consolidação do controle sociometabólico do capital (CONCEIÇÃO, 2013, p. 85).

O agronegócio, sustentando-se na expropriação do trabalho camponês e da renda da terra tem garantido o crescimento contínuo da taxa de lucro no campo, garantindo assim a manutenção temporária do setor de adubos na sobrevivência aos efeitos da crise.

²⁵ Termo utilizado por Marx (2011).

5. A DIALÉTICA DA MOBILIDADE DO CAPITAL - MOBILIDADE DO TRABALHO NA MINERAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A avidez do lucro é a marca do sistema autoexpansionista de controle sociometabólico do capital. A acumulação de trabalho excedente, em escala sempre crescente, constituiu pressuposto e produto do sistema de controle social atual, que busca submeter tudo aos seus parâmetros estruturais empenhando-se na sua perpetuação histórica (MÉSZAROS, 2005; MESZÁROS, 2011). Expandir e acumular são mais que verbos no sistema do capital, são os princípios ontológicos que orientam seu modo de ser operacional.

Alegando a inexistência de limites acumulativos, as personificações do capital atuam no sentido de ampliação constante da margem de lucro. Segundo Mészáros (2011), por um longo tempo a marcha de acumulação manteve-se em ascensão, eventualmente incidindo em crises cíclicas, o que tornava possível a omissão dos defeitos estruturais do capital como limites acumulativos. Entretanto, o atual processo de (re)produção do capital coincide com a emergência de uma crise estrutural que emana da própria estrutura societal do capital na ativação dos limites últimos absolutos do capital.

Apesar das grandes derrotas do passado, a questão decisiva é o fato de que o final da ascendência histórica do capital em nossa época – seu domínio agora se estende aos bolsões mais distantes e anteriormente isolados do planeta – ativou-se os limites absolutos deste sistema de controle sociometabólico. Com o relacionamento do modo de reprodução social do capital à causalidade e ao tempo [...], a margem de deslocamento das contradições do sistema torna-se cada vez mais estreita e suas pretensões ao inquestionável status de causa sui, visivelmente absurdas. Isso ocorre, porém, a despeito do poder destrutivo, outrora inimaginável, que ora se encontra à disposição de suas personificações, poder este capaz de atingir a humanidade inteira. Essa que parece ser a sua tendência, com certeza, não será seletiva no sentido de destruir somente o seu antagonista histórico, mas inclusive o seu sistema de controle (MÉSZÁROS, 2005, p. 219).

A ativação dos limites absolutos do capital configura-se como impossibilidade possível. É impossibilidade na condição de incapacidade do capital para transcender seus próprios limites, devido a sua forma de ser, ao mesmo tempo em que constitui possibilidade de uma nova sociabilidade, um novo modo de controle sociometabólico. Todavia, Mészáros (2005), ressalva que ao contrário da aceitação

dos limites imperativos do capital e transcendência imediata a uma nova sociabilidade, o capital tende a resistir tornando-se mais imperativo e menos permissivo a mudanças em sua forma *sui generis*.

A ativação dos limites últimos absolutos do capital indica restrição ao processo de (re)produção, contudo não implica em incapacidade de acumulação. Sob o fardo do tempo histórico atual, o capital demonstra incapacidade de autoexpandir-se globalmente, uma vez que esse limite já foi atingido, mas não comprime os níveis de exploração da natureza, a expropriação das populações tradicionais, a criação de novas necessidades e novas linhas de investimento, a subsunção do trabalho, tende a intensificar esses processos como demonstração da impossibilidade de autorreformular-se e tentativa de perpetuação da sua lógica de controle societal (MÉSZÁROS, 2005; MESZÁROS, 2009; MESZÁROS, 2011).

Diante de toda crise o capital busca reorganizar sua base de reprodução social a fim de perpetuar a sua lógica reprodutiva (DUTRA JUNIOR, 2010). Nesse sentido, a crise estrutural do capital, sinalizada na ativação dos limites últimos absolutos, demanda reestruturação objetiva e subjetiva da sua base de reprodução social para possibilitar ao capital os mecanismos que garantam continuidade da sua (re)produção mediante a apropriação do trabalho excedente.

No contexto da reorganização, objetiva e subjetiva, da base de reprodução social do capital, o neoliberalismo ascende como política econômica global. Harvey (2008a) alega que apesar do neoliberalismo ter sido gestado ainda na década de 1930 - com as ideias de Friedman, Hayek e Popper -, sua efetivação e consolidação como política econômica hegemônica tornou-se possível somente a partir da década de 1970²⁶ como solução para os entraves da acumulação capitalista que se instaurava naquele momento.

O período ascensão e consolidação do neoliberalismo, enquanto política econômica hegemônica, coincide com a ativação dos limites últimos absolutos do capital, a crise estrutural. Na insustentabilidade da crise, a política neoliberal vai atuar com um discurso de garantia das liberdades individuais enquanto fundamento

²⁶ O marco da ascensão do Neoliberalismo como política econômica hegemônica personifica-se com a chegada ao poder de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos EUA (HARVEY, 2008a; HARVEY, 2008b).

organizacional de reprodução social, permitindo atenuar os efeitos que emperram a acumulação e contribuindo para a mobilidade e circulação do capital, como também para a mobilidade do trabalho.

A ortodoxia neoliberal é definida por Harvey (2008a), como uma política de ampliação da dominação de classe, configura-se como método utilizado pela burguesia para manter-se no *status* de classe economicamente e politicamente dominante. Para isso, a liberdade individual é focalizada como basilar para obtenção do equilíbrio social-econômico, sendo necessário minimizar a interferência da esfera estatal.

O Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado tem portanto de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades (HARVEY, 2008a, p.75).

A ortodoxia neoliberal atua não apenas na determinação da política econômica, redefine o Estado em crise²⁷, redefine a classe trabalhadora, redefine a consciência²⁸ dos sujeitos. Para o Estado define-se mínima interferência, restrição dos serviços públicos, transmutação em sua atuação para agente regulador econômico, contrapondo-se ao Estado indutor. Para o trabalho determina-se jornadas flexíveis, segmentação da classe trabalhadora, obliteração da concepção de classe social, intensificação da exploração e precarização. Para o capital, acumulação flexível, terceirização, livre mobilidade, intensificação dos fluxos de investimentos, maior acumulação.

²⁷ Segundo Mészáros (2005) o marco transitório do clímax da ascensão do capital para a fase de decessão corresponde a igual crise do Estado em todas as suas formas, Estado de bem-estar social, Estado Keynesiano, Estado soviético, Estado fordista.

²⁸ Em palestra na conferência de abertura do XIX Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 2018 na cidade de João Pessoa, Arlete Moyses Rodrigues demonstrou como o Neoliberalismo atua na consciência dos sujeitos, desenraizando-os da concepção de classe social e revestindo-os da ideologia de indivíduos livres.

A mobilidade do capital e a mobilidade do trabalho, enquanto “processos simultâneos inseridos numa totalidade histórica” (ALMEIDA; ALVES, 2016, p. 2), intensificam-se com a ativação dos limites absolutos do capital. O vaivém do capital impulsionado pela volatilização da taxa de lucro, segue-a de forma assídua como garantia da sua (re)produção ampliada.

No embasamento do padrão existente de desenvolvimento desigual esta lógica e a tendência do capital em direção àquilo que chamaremos de movimento “em vaivém” do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma “superfície de lucro” produzida pelo próprio capital em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise (SMITH, 1988, p. 212).

Na dialética da igualização-diferenciação, a mobilidade espacial materializa-se no movimento do capital que se aproveita da diferenciação geográfica entre os espaços para auferir o superlucro, concomitantemente igualizando as relações de produção capitalistas nos espaços sob a difusão das relações de circulação e valorização do capital (SMITH, 1988).

A mobilidade espacial do capital atua de forma interestelar, mobilizando-se entre as escalas que oferecem maior possibilidade do superlucro. Concomitantemente, o capital atua imprimindo marcas diferenciadas nessas escalas, prevalecendo a diferenciação na escala urbana e a igualizando nas escalas nacional e mundial, essa última resulta por assumir a conotação de mercado mundial sob o capital expandido (SMITH, 1988).

Além do vaivém espacial, a mobilidade do capital efetiva-se entre setores econômicos ou ramos produtivos (uma indústria alimentícia que transfere parte do seu capital produtivo para o setor automobilístico, por exemplo) e na forma capital monetário, produtivo, financeiro, comercial (uma empresa que transfere parte do seu capital produtivo para a esfera financeira sob a forma de compra de ações, por exemplo) (PERPETUA, 2013). A volatilização do capital intensifica-se com a ativação dos limites absolutos do capital, destarte, a mobilidade do capital e do trabalho.

A mobilidade do capital é sempre mobilidade de frações do capital, denominadas de microcosmos econômicos por Mészáros (2005), logo, não

representa a mobilidade do capital social total. Mesmo em tempos de crise e com a volatilização do capital, a mobilidade do capital ocorre de forma fracionada, reinserindo o capital em novas esferas da circulação para valorizá-lo. Conforme evidenciado no capítulo anterior a circulação do capital é por natureza mobilidade do capital.

A mobilidade do capital condiciona-se pela dialética valorização-desvalorização. Segundo Marx (2011), o capital apenas valoriza-se mediante a sua desvalorização, ao inserir-se na esfera da circulação o capital desvaloriza-se pois representa um valor ideal, mesmo sob a forma produto-mercadoria, que só torna-se real com a finalização do ciclo do capital materializado no consumo. Desse modo, o capital ao mobilizar-se - espacialmente, setorialmente, ou na transmutação da sua forma - desvaloriza-se e valoriza-se, apenas, quando o capital mobilizado cumpre a sua função na captura do lucro.

Como a existência do capital está condicionada a realização do processo de trabalho, sendo capital trabalho acumulado (MARX, 2013), a mobilidade do capital é dialeticamente mobilidade do trabalho. Na contingência da ativação dos limites absolutos do capital e intensificação da mobilidade do capital, o trabalho subsumido por esse processo também torna-se cada vez mais móvel, volátil.

O padrão da acumulação flexível, expressão da acumulação capitalista em tempos neoliberais, atua tanto para a garantia da mobilidade do capital na busca da autovalorização, como para a mobilidade do trabalho subsumido pelo capital e vulnerável às armadilhadas tramadas pelas personificações do capital para captura do lucro. A busca do superlucro é ao mesmo tempo superexploração do trabalho, é um par dialético, um não subsiste sem o outro.

5.1 MOBILIDADE DO CAPITAL NA MINERAÇÃO: A PRIVATIZAÇÃO E TECEIRIZAÇÃO COMO ESPECTRO DOS LIMITES ÚLTIMOS ABSOLUTOS DO CAPITAL

A Lei 9.478 de 6 de agosto de 1997, conhecida como **Lei do Petróleo**, representa um marco no avanço da política neoliberal para liberação dos limites absolutos do capital na mineração, com essa legislação foi revogada a Lei 2004 de 1953²⁹, instaurando a quebra do monopólio da Petrobrás nas atividades de pesquisa, exploração, refino e distribuição de petróleo e gás natural, a institucionalização do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE (órgão de assessoria presidencial responsável pela proposição de políticas para o setor petrolífero), além da institucionalização da Agência Nacional do Petróleo – ANP, que ficou atribuída da regulamentação das atividades de pesquisa, exploração, lavra, produção, refino e distribuição de petróleo e derivados (BRASIL, 1997).

Segundo Pereira (2010) o Neoliberalismo foi estabelecido pelo Banco Mundial, durante a década de 1980, como Política Econômica e estratégia que possibilitava seguimento a acumulação capitalista sob alegação desenvolvimentista (PEREIRA, 2010). Nessa confluência, a legislação do petróleo instaurada no Brasil durante a década de 1990 respaldava-se nas determinações do capital internacional, orquestrada pelo FMI e o Banco Mundial para liberação dos espaços/setores/atividades que garantissem a continuidade da reprodução do capital sobreacumulado.

A **Lei do Petróleo-1997** impôs à PETROBRÁS o repasse de todas as informações referentes à pesquisa, descobertas, produção, distribuição e refino das atividades petrolíferas à ANP, agência que passou a organizar as rodadas de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural no país.

As empresas que vieram trabalhar na área de terceirização elas já tinham informação da ANP. Quando Fernando Henrique, no seu primeiro governo criou a ANP - Agência Nacional do Petróleo, ele já quebrou com a intenção de fazer com que a ANP entrasse na Petrobrás e pegasse todas as informações. Nenhum setor na Petrobrás poderia fazer nenhuma pesquisa que não tivesse a ANP

²⁹ A Lei 2004 de 1953, instituída sob o governo de Getúlio Vargas, possuía como atribuição criar a PETROBRÁS, designando ao Estado o monopólio das atividades de pesquisa, exploração do petróleo e gás natural.

em sua cola. E todo dado de pesquisa, fosse de exploração, de produção, de refino, distribuição e venda, todas as atividades de todos esses setores da Petrobrás tem alguém na ANP buscando informações. Foram essas informações que foram passadas para que as empresas multinacionais, quando foram abertos os leilões elas já soubessem de tudo, elas já soubessem onde iriam atuar, elas já soubessem quais eram os melhores campos. Assim como sabem hoje, quais são as melhores refinarias, quais são as melhores unidades, quais são os melhores campos terrestres. Todas essas informações, desde o governo Fernando Henrique, passando pelo governos do PT a ANP continuou subsidiando as empresas privadas que vieram aqui adquirir petróleo e comprar unidades (SINDIPETRO, 2018).

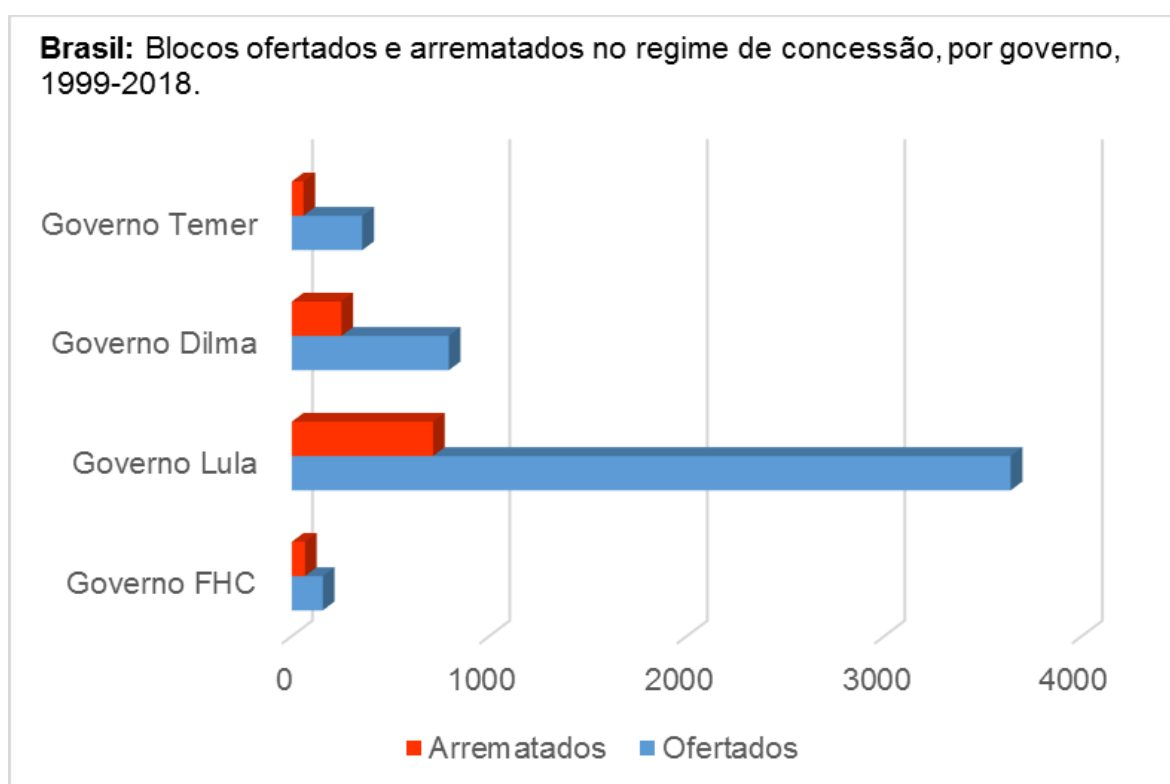
O comando político do capital, reificado na ossatura estatal, atuou para garantia da mobilidade setorial e espacial do capital, cuja ação materializava-se na entrada do capital privado nacional e internacional na atividade de petróleo. O aparato técnico-científico e as informações produzidas na PETROBRÁS, com base em dinheiro público arrecadado pela coação do Estado, tornaram-se disponíveis aos interesses particulares, individuais, sob a insígnia da liberdade de capitais, eficiência produtiva energética e modernização do país e das atividades de petróleo. O método que passou a ser utilizado foram as parcerias público-privadas substanciadas no Regime de Concessão via Licitação.

O Regime de Concessão, também denominado de Royalty & Tax System na literatura estrangeira, outorga às empresas petrolíferas o direito de realizar as atividades de E&P em uma estipulada área ofertada ou licitada pelo Estado, por um tempo definido, sob o seu próprio risco. E, em caso de sucesso na exploração, a empresa adquire a propriedade do óleo extraído, bastando apenas compensar o Estado com os devidos pagamentos (MELLO, 2013, p. 13).

Através do método de privatização por concessão, o Estado garante as condições para a (re)produção do capital, ao conceder áreas para exploração e produção, nos campos que já foi comprovada a existência de hidrocarbonetos e gás natural. O Estado atua minimizando os riscos de inviabilidade para o capital, além de isentá-lo dos investimentos volumosos realizados anteriormente pela PETROBRÁS durante a fase de investigação. A concessão inclui toda a infraestrutura criada pelo Estado para circulação dos produtos-mercadorias (citadas anteriormente no capítulo 3), como também todos os estudos mineralógicos realizados pela PETROBRÁS com dados estratigráficos em 2D e 3D, permitindo inferir as localizações dos anticlinais de forma mais precisa e dirimindo os riscos na atividade.

As rodadas de licitação para concessão de blocos exploratórios à iniciativa privada tiveram início em 1999, ainda sob o governo de Fernando Henrique Cardoso – PSDB, e continuaram, durante os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva - PT (2003-2006 e 2007-2010), o governo de Dilma Rousseff –PT (2011-2014 e 2015-2016) e foram aprofundadas após o golpe que culminou com Michel Temer -PMDB no poder executivo nacional (2016-até o presente). O gráfico seguinte mostra a distribuição da oferta de blocos e concessão nos diferentes governos:

GRÁFICO 11 - BRASIL: BLOCOS OFERTADOS E ARREMATADOS POR REGIME DE CONCESSÃO, 1999-2018.



Fonte: Agência Nacional do Petróleo - Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios, 1999-2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

A maior oferta de blocos E&P ocorreu durante os governos de Lula da Silva-PT, com aproximadamente 3.640 blocos colocados à disposição para concessão, deste total 715 foram arrematados pela PETROBRÁS e pelo capital privado nacional e internacional. Lula da Silva-PT representa o governo com maior período de

duração de um executivo, nessa análise, sendo também o que realizou mais rodadas de licitações, 6 no total.

O Governo de Dilma Rousseff-PT - que juntamente com o Governo Lula-PT recebeu a denominação de neodesenvolvimentistas - aparece com o segundo maior quantitativo de blocos E&P colocados à disposição para concessão e blocos arrematados, 795 e 251, respectivamente. Corresponde ao governo com a segunda maior duração nessa análise, sendo responsável pela realização de 3 rodadas de licitação.

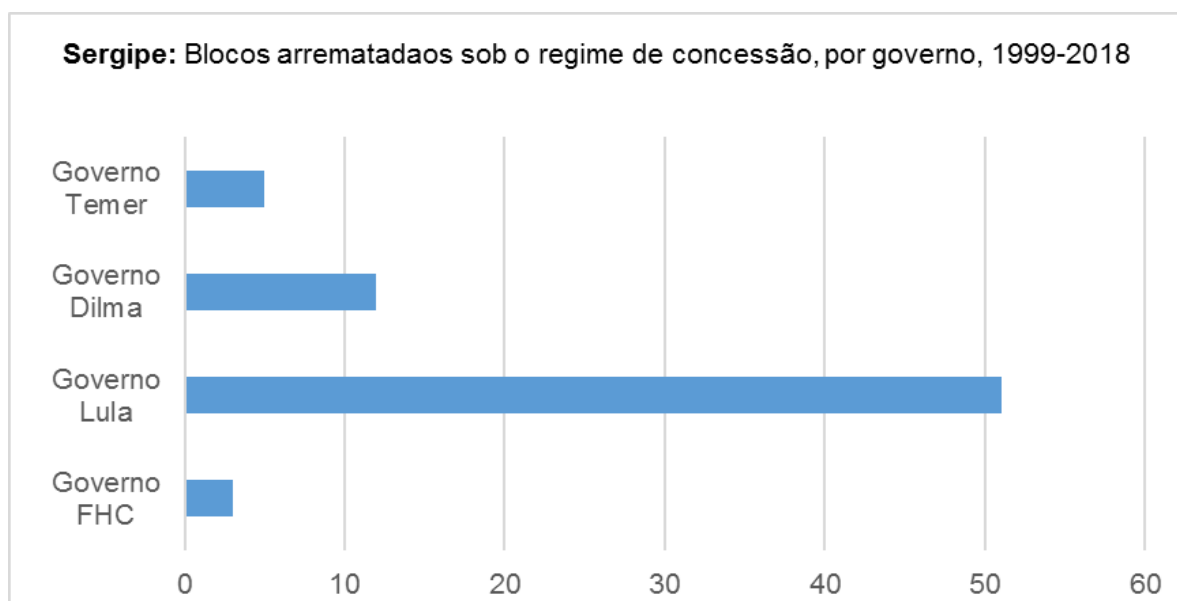
O Governo ilegítimo de Michel Temer-PMDB, com menos de dois anos de execução, já realizou duas rodas de licitações com um quantitativo de 357 blocos à disposição para concessão, tendo sido 59 blocos arrematados. Essa situação demonstra intensificação do caráter predatório do capital sob as áreas de hidrocarbonetos, ao mesmo tempo em que deixa transparecer às motivações que culminaram com o 31 de Agosto³⁰ de Michel Temer.

O Governo de FHC-PSDB aparece como o que menos disponibilizou blocos à disposição, 157 no total, sendo 67 blocos arrematados. Configurando-se como o governo de menor duração após a instauração das rodadas de licitação, sendo responsável pela realização de 4 rodadas em apenas 3 anos de governo.

A sub-bacia Sergipe está em exploração desde a descoberta do campo de Carmópolis, ainda em 1963, efetivamente participou de 9 rodadas de licitação, das 15 realizadas para concessão de blocos à exploração e produção. Foram arrematados aproximadamente 72 blocos, localizados em campos terrestres, em campos marítimos de águas rasas e campos marítimos de águas profundas. A figura seguinte demonstra a distribuição, por governo, dos blocos arrematados na sub-bacia.

³⁰ Em 31 de Agosto de 2016 o senado aprovou o processo de impeachment de Dilma Rousseff, legitimando o golpe jurídico-parlamentar-midiático e permitindo a Michel Temer assumir o executivo federal.

GRÁFICO 12 – SERGIPE: **BLOCOS ARREMATADOS** SOB O REGIME DE CONCESSÃO, 1999-2018.



Fonte: Agência Nacional do Petróleo: Rodadas de Licitações de Blocos Exploratórios, 1999-2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Sergipe seguiu a tendência nacional, com o maior quantitativo de concessões realizadas durante o Governo Lula da Silva-PT, seguido pelos governos Dilma Rousseff-PT, Michel Temer-PMDB e Fernando Henrique Cardoso-PSDB. Porém a concessão dos campos localizados na sub-bacia Sergipe guarda especificidades que tornam-se compreensíveis mediante uma análise qualitativa dessas privatizações.

Para além do quantitativo, há particularidades qualitativas em cada governo - sobretudo, no contexto histórico-político - que precisam ser consideradas e analisadas de acordo com o conjunto das relações de produção, permitindo desvelar a essência e aparência que o movimento do capital assume de forma expressa nas rodadas de licitação.

O governo FHC, apesar de deter o menor número de blocos dispostos à concessão e arrematados, politicamente caracteriza-se pelo aprofundamento do neoliberalismo no país mediante a privatização de estatais como as do setor de comunicação, eletricidade, além da Companhia Vale do Rio Doce. Representa o

vértice neoliberal nas atividades petrolíferas no país, sendo responsável por engendrar o aparato legal da privatização, via concessão.

A mobilidade espacial do capital transnacional dos países de capital avançado e a mobilidade espacial/setorial das empresas de capital privado nacional é a marca das privatizações, via concessão, assumidas durante o Governo FHC. Com base na análise das rodadas de licitações realizadas no período, constata-se que a PETROBRÁS configurava-se como praticamente a única nacional nos embates licitatórios com as transnacionais de origem estrangeiras, cabendo menor participação a Queiroz Galvão e a Odebrecht, como também a Starfish Oil & Gás S.A.

O governo FHC contribuiu para a liberação de ativos sobreacumulados de grandes corporações do petróleo como a *Enterprise Products* – EUA, *BHP Billiton* - Anglo-australiana, *AGIP* - Itália, *Hess Company* - EUA, *Rainier Petroleum* – EUA, *Chevron* – EUA, *Shell* - Países Baixos, *Ocean Petroleum* - EUA, *Pan Canadian* – Canadá.

Na Sub-bacia Sergipe, durante o Governo FHC foram arrematados 4 blocos, 3 localizavam-se nos campos marítimos e um no campo terrestre. A mobilidade espacial do capital internacional e nacional expressou-se nas ações da *Hess Corporation* dos EUA, a *Portex Oil and Gás (Holding) Corporation* de Portugal e o oligopólio Odebrecht de origem brasileira. Destaca-se as parcerias público-privadas, na atuação da PETROBRÁS, como receituário neoliberal para garantia da mobilidade do capital.

O Estado social-liberal foi o invólucro utilizado nesse período. Conforme estipulava Bresser-Pereira (1998), a América Latina precisava de um Estado financiador, ao invés de um Estado produtor. O mercado se autorregularia pelas suas próprias leis e a atuação do Estado seria complementar ao mercado, não devendo substituí-lo.

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder executivo, observa-se uma (re)organização na estratégia de privatização. Essa redefinição estava compactuada com as determinações do capital a nível global, uma vez que, conforme evidencia Pereira (2010) a partir da segunda metade da década de 1990,

o Banco Mundial precisou redefinir os parâmetros estruturais da sua política econômica em virtude da intensificação da pobreza e aprofundamento das tensões sociais que apontavam par os limites regulatórios econômicos neoliberais.

Buscando contornar os efeitos da ativação dos limites últimos absolutos do capital, os governos do PT em convergência com a política econômica do Banco Mundial assume o invólucro neodesenvolvimentista. Sob o discurso de combinação equilibrada entre a Política Desenvolvimentista e a Política Neoliberal, os governos petistas buscam o hibridismo equilíbrio fiscal - Estado regulador - políticas públicas paliativas.

Acima de suas diferenças e idiossincrasias de ordem teórica e prática os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo compartilham um denominador comum: procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo - a cumplicidade com o rentismo - e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo - o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo - compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo - comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 679)

Nessa direção, o governo de Lula da Silva-PT busca redefinir as rodadas de licitação inserindo áreas de bacias maduras e áreas de acumulação marginal, sob alegação de incentivo ao empreendedorismo mediante a participação das pequenas e médias empresas no setor. Em conformidade com a reformulação da política de licitação, o Governo Lula da Silva-PT cooperou para a mobilidade do capital corporativo que continuou apoderando-se dos blocos localizados em áreas de elevado potencial produtivo, enquanto que a mobilidade espacial do capital privado de médio e pequeno porte, sobretudo nacional, restringiu sua atuação aos blocos localizados em bacias maduras, sem grandes interesses das corporações nacionais e internacionais. Conforme demonstra Mészáros (2005), o Estado é essencial para apaziguamento e/ou contenção da conflitualidade inerente a competitividade das frações do capital.

Seguindo as diretrizes da política nacional de licitações, durante o governo Lula-PT, observou-se diversificação do quadro corporativo na sub-bacia Sergipe.

Foram arrematados 51 blocos em campos sergipanos, sendo 8 em campos marítimos que viabilizaram a mobilidade do capital estatal - PETROBRÁS - , assim como a mobilidade espacial do capital internacional materializada na atuação da canadense *Encana Corporation*. Nos campos terrestres foram arrematados 43 blocos, nessa especificidade o Estado garantiu a modalidade do capital de diversas magnitudes, corporações internacionais, empresas nacionais de médio e pequeno porte nacionais, além da atuação da PETROBRÁS mediante ação individual e/ou com parceria público-privada.

Ainda durante o governo Lula da Silva-PT, a sub-bacia Sergipe participou da concessão de blocos exploratórios na 1ª rodada de acumulação marginais. Foram ofertadas e arrematadas os seguintes campos marginais: Cidade de Aracaju, Alagamar, Foz do Vaza Barris, Tigre, Carapitanga, Cidade de Pirambu. Essas áreas configuram-se como áreas explorados pela PETROBRÁS e devolvidos à ANP, mas conforme o discurso monofônico possuem indícios de acumulações marginais de hidrocarbonetos em quantidade não comerciais para o nível de operações da PETROBRÁS, contudo, de interesse para pequenas e médias empresas.

Os campos marginais Cidade de Pirambu, Alagamar, Tigre e Carapitanga encontram-se inseridos na zona de amortecimento da ReBio de Santa Isabel, no setor SSEAL-T4. Por se tratarem de projetos onde não deverá ocorrer trabalhos de sísmica e perfuração, uma vez que os campos vão aproveitar toda a infraestrutura já existente, é consenso entre o MME/ANP e o MMA/IBAMA a inclusão desses campos na rodada, ressaltando-se que a viabilidade de atividades de E&P no entorno da referida ReBio deverá ser avaliada no processo de licenciamento ambiental, o qual deverá seguir nível de exigência extremo, devendo também atender ao que vier a dispor o futuro plano de manejo da unidade, o qual se encontra com processo licitatório em andamento (VAZA BARRIS RESUMO DA 7ª RODADA, AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, 2005, p. 1).

A concessão de campos de acumulação marginais configura-se como estratégia para garantir a mobilidade do capital mediante a ausência do Estado nessas áreas. A contradição emerge-se através da concessão de áreas próximas à reserva ambiental, cuja operacionalidade pertinente seria por uma empresa que contém a experiência necessária, a PETROBRÁS, o reverso das empresas inexperientes. O Estado atua na dialética ausência-presença, anunciando-se ausente na operacionalidade da exploração, mas tornando-se presente na

concessão da infraestrutura existente, construída a partir de dinheiro público, mas manipulada para fins capitalistas individuais.

O Governo Dilma Rousseff-PT buscou aliar-se aos princípios neodesenvolvimentistas já adotados anteriormente. O neodesenvolvimentismo figurava-se como fórmula adequada ao apaziguamento dos conflitos sociais e contenção das desigualdades em consonância com a atenuação dos efeitos da ativação dos limites últimos absolutos do capital. No entanto, a adoção de uma política de maior controle na emissão de ativos da PETROBRÁS, como também a redução no quantitativo de licitações para concessão de blocos de E&P, 3 rodadas em seis anos, o Governo Dilma Rousseff revelava-se insatisfatório diante da tendência de queda da taxa de lucro em tempos de crise.

Nos seus últimos anos de governo (2015-2016), Dilma Rousseff-PT buscou contrabalancear a tendência de crise do capital, aliando-se de forma mais arguciosa aos interesses do capital. Em 2015 foi disponibilizado em uma única rodada de licitação 266 blocos à disposição para concessão, tendo iniciado também a privatização do pré-sal com as rodadas de licitação sob o modelo de partilha.

O Contrato de Partilha de Produção é assinado entre uma empresa petrolífera ou um consórcio de empresas e o Estado hospedeiro, seja diretamente ou através da Empresa Estatal de Petróleo. Neste tipo de contrato, o Estado é dono do petróleo produzido - ao contrário do contrato de Concessão onde a propriedade é somente das empresas concessionárias. Dessa forma, o Estado entra com a área a ser explorada enquanto que o consórcio conduz as atividades de exploração e produção a seu próprio risco e custo (MELLO, 2013, p. 21).

O Regime de Partilha, em sua aparência figura-se como maior controle do Estado, mas em sua essência materializa-se em apropriação do petróleo explorado pela empresa e/ou consórcio vencedor em proporções equivalentes aos custos operacionais. Uma vez apropriado, as empresas transnacionais tendem a enviar o óleo em estado bruto para seu país de origem para refino, gerando dependência do mercado interno quanto às importações e as determinações do preço de mercado, além de redefinir as bases da divisão internacional do trabalho. Considera-se ainda que esse modelo seja adotado nas áreas em que estão localizadas, quantitativamente e qualitativamente, as melhores reservas de hidrocarbonetos.

No Governo Dilma Rousseff-PT , sob o Regime de Partilha, foi realizado o leilão do bloco de Libra, a maior reserva de petróleo do Brasil. O campo de Libra foi vendido à um consórcio formado pela PETROBRÁS, a holandesa *Shell*, a francesa *Total S.A*, e as chinesas *China Petroleum & Chemical Corporation* e *China Nacional Offshore Oil Corporation*. Nessa direção, o modelo de partilha embora justificado na época da sua instauração como não-privatização³¹, na via das máscaras configura-se como estratégia utilizada que permite a mobilidade espacial do capital nacional e/ou internacional. Ademais contribui para a intensificação da posição periférica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho.

Como resultado da diminuição das rodadas de licitação, constatou-se redução no quantitativo de blocos arrematados na sub-bacia Sergipe durante o Governo de Dilma Rousseff-PT. Foram arrematados 10 blocos, distribuídos da seguinte forma: 8 em campos terrestres com atuação majoritária da PETROBRÁS em 5 blocos, e em 3 blocos consorciada com a Nova Petróleo. Os 2 blocos marítimos foram arrematados pela Queiroz Galvão. Apesar da redução, constata-se a subserviência do Estado ao capital na medida em que não extinguiu a política privatista neoliberal, mas a remodelou e deu continuidade, contribuindo para a mobilidade espacial do capital.

O modelo de privatização por Regime de Partilha confluiu para o aprofundamento da concessão de blocos e mobilidade do capital, sobretudo internacional, nas atividades de E&P do pré-sal. Com a consolidação do Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático, em 2016, intensificou-se a mobilidade do capital reificado nos oligopólios do petróleo. A obrigação de atuação mínima de 30% pela Petrobrás nos campos do pré-sal, que por si só já era um absurdo, dissolveu-se e os 15% destinados à educação tornou-se quimera.

A prática dos governos petistas demonstrou que o neodesenvolvimentismo constitui-se enquanto falsa alternativa³² ao neoliberalismo. Segundo Sampaio Junior (2012) considera-se o neodesenvolvimentismo como uma versão *light* de

³¹ Fonte: Portal da Confederação Nacional dos Trabalhadores Financeiros. Disponível em: <<http://contrafcut.org.br/noticias/dilma-afirma-que-leilao-do-pre-sal-de-libra-nao-e-privatizacao-f86d>>. Acesso em: 07/06/2018.

³² Carcanholo (2015), aprofunda essa ideia demonstrando que o neodesenvolvimentismo buscava se diferenciar do neoliberalismo sob a alegação da transformação da forma de apropriação da lógica financeira para a lógica produtiva, o inverso teria sido a falha do neoliberalismo. No entanto, essa ação não se efetivou na prática.

ajustamento da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro que emanam da macroeconomia. O antagonismo do pilar estruturante do neodesenvolvimentismo - a conciliação de uma política social igualitária, defesa da soberania nacional com a austeridade fiscal e disciplina monetária - demonstrou o caráter insustentável dessa política.

O Governo golpista materializa a intensificação do neoliberalismo enquanto política econômica do capital em tempos de crise, resultando no rompimento com a política neodesenvolvimentista dos governos petistas. Na via das máscaras, o golpe apenas reacendeu o neoliberalismo como política econômica dominante, uma vez que mesmo durante os governos petistas seu receituário se fazia presente, conforme evidenciou Bresser-Pereira (2010, p. 24) "a ortodoxia não está morta, mas é ainda atuante na política macroeconômica da América Latina".

Em menos de dois anos, o governo Temer realizou duas rodadas de licitação de blocos exploratórios, colocando 357 blocos à disposição da privatização. Além disso, sancionou a lei de retirada da parcela mínima da Petrobrás no pré-sal, e realizou duas rodadas de concessão de partilha do pré-sal, com mais duas agendadas para ocorrerem ainda no ano de 2018. Observa-se uma pressa incomensurável na entrega das reservas de petróleo brasileiras ao capital estrangeiro na tentativa de adiar o dia do julgamento final da crise estrutural do capital.

Seguindo a tendência de intensificação da mobilidade do capital em tempos de crise, em Sergipe, o Governo Michel Temer-PMDB concedeu 5 blocos durante as duas rodadas de licitações realizadas. Apenas 1 bloco localiza-se em campo terrestre e foi arrematado pela brasileira Greeconsult; os 4 blocos marítimos foram arrematados pelo consórcio da Queiroz Galvão com as americanas *Exxon Mobil* e *Murphy Exploration*, em área próxima as maiores descobertas realizadas recentemente pela PETROBRÁS em Sergipe.

A taxa de lucro é o sismógrafo que indica a magnitude do vaivém do capital. Fluindo entre as dimensões escalares urbano-nacional-mundial, o capital tende a materializar-se em um espaço, e desmaterializar-se em outro, guiando-se pela taxa de lucro para consolidação da acumulação capitalista. A mobilidade do capital atua

como processo para garantia da continuidade da acumulação, quando a taxa de lucro tende a baixar (SMITH, 1988).

Em tempos de crise, a irracionalidade acumulativa do capital não é interrompida, mantém-se traduzida pela racionalidade do lucro. Nessa direção, observa-se que a taxa de lucro é o magnetismo que atrai o capital para a exploração mineral em Sergipe, é a possibilidade de compensar a redução dos lucros que direciona o capital sobreacumulado nos países de capital avançado, como também o capital nacional, a inserir-se na exploração de petróleo e gás natural e implorar pela redução estatal na atividade.

O quadro a seguir mostra as empresas que arremataram blocos de exploração localizados no território sergipano durante as rodadas de licitações da ANP:

QUADRO 7 - EMPRESAS QUE ARREMATARAM BLOCOS NA SUB-BACIA SERGIPE, 1999-2018, PAÍS DE ORIGEM

EMPRESA	PAÍS DE ORIGEM
PETROBRÁS	Brasil
<i>Hess Corporation</i>	EUA
Odebrecht	Brasil
<i>UPR</i>	Brasil
<i>Partex Oil and Gás Corporation</i>	Portugal
<i>Encana Corporation</i>	Canadá
ABRI Petróleo LTDA	Brasil
Phoenix Empreendimentos	Brasil
Tarmar Terminais Aero-rodo-marítimos	Brasil
Silver Marlin Exploração e Produção	Brasil
Aurizônia Petróleo LTDA	Brasil
Starfish Oil e Gás	Brasil
ENGEPET	Brasil
<i>Brazalta Resourcer</i>	Canadá
Koch Petróleo do Brasil	Brasil
<i>Petróleo de Portugal</i>	Portugal
W Washington	Brasil
Novo Petróleo	Brasil
Queiroz Galvão	Brasil
<i>Exxon Mobil</i>	EUA
<i>Murphy Exploration</i>	EUA
Greenconsult	Brasil

Fonte: Rodadas de Licitação - Agência Nacional do Petróleo, 1999-2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

A concessão de blocos de exploração e produção na sub-bacia Sergipe atua na cadência da mobilidade espacial e setorial do capital de diversas nacionalidades, como também de microcosmos do capital de diferentes magnitudes. A concessão atua na garantia de liberação para os ativos absolutos do capital, visto que a concessão às diferentes frações do capital é garantida pela despossessão da estatal, implicando em desmonte, enfraquecimento do capital estatal e fortalecimento do capital privado. A origem das empresas que arremataram blocos de concessão em Sergipe é na seguinte proporção: 68% brasileiras, 12% estadunidenses, 9% canadenses e 9% portuguesas.

O vaivém do capital substanciado pelas empresas de médio e pequeno porte, sobretudo nacionais, - ABRI Petróleo LTDA, Phoenix Empreendimentos, Tarmar Terminais Aero-rodo-marítimos, ENGEPE, Aurizônia Petróleo LTDA - tem sua atuação diretamente ligadas aos campos terrestres, cujos interesses das corporações é menor. Esse processo tem sua legitimação na estrutura do Estado, enquanto instrumento político a serviço do capital, na medida em que determina

A parte terrestre da Bacia Sergipe-Alagoas é classificada como madura, ou seja, já foi densamente explorada e oferece oportunidades para as empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural”³³ (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, 2005b, n.p.).

A mobilidade do capital em direção aos campos terrestres em Sergipe expressa na atuação das corporações PETROBRÁS, Petróleo de Portugal e a canadense *Brazalta Rouser*, demonstram a contradição do discurso estatal e leva ao questionamento: Como áreas já densamente exploradas podem estar vinculadas aos interesses das corporações? Essa situação torna nítido o interesse do Estado em liberar os espaços para a livre mobilidade do capital, na medida em que incute socialmente o discurso do esgotamento das reservas de hidrocarbonetos e gás natural em campos terrestres.

³³**Fonte:** Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/14-rodada-de-licitacao-de-blocos/resultados/bacia-sergipe-alagoas>. Acesso: 06/60/2018.

A análise do diferencial entre os bônus de assinatura demonstrado pela PETROBRÁS e as demais personificações do capital, durante as rodadas de licitação, influi para desvelar a natureza contraditória do discurso do Estado na atribuição da concessão e privatização como mecanismo de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, além de desmascarar a falácia dos relatórios da ANP que apontam para o esgotamento das reservas terrestres.

O bônus de assinatura, refere-se ao pagamento que o licitante oferta ao vendedor da concessão (no caso à ANP), pela concessão obtida. Na 7ª rodada de Licitação (2005), a PETROBRÁS arrematou o bloco SEAL-T-341 por R\$1.800.000,00, enquanto que a ARBI Petróleo LTDA arrematou o bloco vizinho SEAL-T-340 por R\$11.000,00. Na mesma rodada a PETROBRÁS arrematou o bloco SEAL-T-357 por R\$ 900.000,00 enquanto a empresa Silver Marlin arrematou o bloco vizinho SEAL-T-358 por R\$155.000,00. Observando os bônus oferecidos na mesma rodada constata-se que enquanto os valores ofertados pela PETROBRÁS giram em torno de R\$1.000.000,00, empresas como a ARBI Petróleo LTDA, W Washington, ENGEPT, Aurizônia ofereceram valor entre R\$11.000,00 e R\$55.000,00.

Em 2005, na disputa pelo Bloco SEAL-T-371, a PETROBRÁS ofereceu bônus de R\$1.250.000,00 contra R\$245.201,00 ofertado pela corporação canadense *Brazalta Resourcer*. Estaria todo petróleo concentrado apenas nos blocos comprados pela PETROBRÁS? A estatal, que explora petróleo na área há mais de 50 anos, está fazendo um mau negócio? As empresas privadas encontraram a fórmula do Rei Midas?

A outra face da mobilidade do capital nos campos terrestres, em Sergipe, expressa-se por meio das parcerias público-privadas. Nesse caso, destacam-se os seguintes consórcios Petrobrás-Petrogal que arrematou 4 blocos na 7ª Rodada de Licitação (SEAL-T-412, SEAL-T-419, SEAL-T-429, SEAL-T-456), Petrobrás-Starfish Oil e Gás que arrematou quatro blocos na 7ª Rodada de Licitações (SEAL-T-355, SEAL-T-455, SEAL-T-461, SEAL-T-462), Petrobrás-Nova petróleo que arrematou 3 blocos na 12ª Rodada de licitações (SEAL-T-345, SEAL-T-346, SEAL-T-360). Nessa especificidade o Estado não se exime da atividade de exploração e produção e atua de forma conjunta aliando a PETROBRÁS aos ditames do mercado, sob o princípio da eficiência e distanciando-se de um propósito social.

O Estado, através de uma política de desinvestimentos, na PETROBRÁS, tem atuado de forma a garantir a máxima mobilidade de capital privado. O território sergipano é formado por campos de explorações terrestres e marítimos, no entanto o discurso dos dirigentes da Petrobrás é da máxima eficiência produtiva e lucrativa a fim de garantir os lucros dos investidores em tempo hábil, o que demanda maiores investimentos nos campos marítimos, sobretudo após a descoberta do pré-sal, onde estão localizadas as maiores reservas do país.

O processo de desinvestimento na PETROBRÁS tem se aprofundado, com o objetivo de amortecer a produção até matar os campos terrestres, torna-los inviáveis e assim justificar sua venda ao capital internacional. É o que está acontecendo com o campo de Carmópolis-SE de 2015 para cá. Isso vem se aprofundando com a redução e o fechamento de vários postos de trabalho, assim desempregando mais de 4 mil trabalhadores terceirizados (SINDIPETRO, 2018).

É preciso ter clareza que essas atividades não são recentes. No cotidiano a imagem que o discurso aparente deixa transparecer, é que o governo instaurado com o golpe de 2016 construiu todo esse cenário em menos de dois anos de mandato. Em um tom cabalístico, imputam-se todas as mazelas ao governo Temer em comparação com o governo FHC e acabam por isentar os governos petistas. No entanto, tanto o regime de privatização por concessão e a política de desinvestimentos foram posturas adotadas por todos os governos desde que se estabeleceu a quebra do monopólio em 1997, permanecendo até o momento.

Com efeito, as grandes empresas concentram suas ações na aquisição dos blocos localizados na porção marítima, mas a justificativa aqui é o grau de investimento ser maior, como também o potencial de exploração e produção de petróleo. A ANP considera que a plataforma continental sergipana possui elevado potencial produtivo de óleo e gás em virtude das novas descobertas realizadas. Essa é a área de maior disputa pelos oligopólios do petróleo, com destaque para as nacionais como a PETROBRÁS – que embora tenha a sua atuação diminuída, permanece em atividade, mas com uma política empresarial cada vez mais alinhada aos interesses de mercado – a Odebrecht³⁴ – oligopólio que controla empresas de

³⁴ A Odebrecht é hoje um oligopólio que controla diferentes empresas entre elas: Ativos que atua na produção e comercialização de biocombustíveis; Braskem que é a maior produtora de usinas termoplásticas das Américas e está presente em mais de 70 países; Ocyan que atua na manutenção, produção e perfuração offshore; Odebrecht Latinvest que atua em

diferentes ramos, e que costumeiramente estampa os jornais³⁵ devido ao envolvimento de seus executivos em esquemas de corrupção – além da Queiroz Galvão³⁶ – conglomerado industrial que atua em atividades como a exploração e produção de petróleo e gás, siderurgia, agronegócio transportes e atividades bancárias, sendo também conhecida pelos esquemas de corrupção em obras públicas.

São nos campos marítimos que também se encontram os blocos concedidos as corporações internacionais do Petróleo. A *Hess Corporation* foi a primeira empresa a arrematar blocos de concessão em Sergipe (BM-SEAL-4, BM-SEAL-5), ainda na 2ª Rodada de Licitações. Na 4ª Rodada a mobilidade do capital substanciou-se com a portuguesa *Portex Oil and Gás (Holding) Corporation* que ampliou sua atuação através da aquisição do BM-SEAL-9. Na 6ª Rodada de licitações a mobilidade do capital internacional substancializa-se com as ações da canadense *Encana Corporation* que garantiu sua participação na E&P de petróleo e gás natural através da aquisição dos blocos SEAL-M-349, SEAL-M-426, SEAL-M-497, SEAL-M-569. Nas 14ª e 15ª Rodadas de Licitações a mobilidade do capital efetivou-se com a aquisição dos blocos SEAL-M-501, SEAL-M-503, SEAL-M-430, SEAL-M-573 pelo consórcio entre as americanas *Exxon Mobile* e *Murphy Corporation*, com a brasileira Queiroz Galvão.

Após obterem êxito durante os leilões das rodadas de licitação as empresas necessitam de uma aprovação pela ANP para serem credenciadas como aptas às atividades de E&P, considera-se primordialmente fatores ligados a condição financeira das empresas. As empresas podem desistir da empreitada após o leilão, caso considerem não vantajoso. Somente, após assinar o contrato é que a empresa angaria de forma concreta o direito de concessão. Durante a concessão às empresas podem repassar seu direito à outrem, como também podem desistir da

logística e infraestrutura; Odebrecht engenharia e construção que atua em 16 países; Odebrecht TrasnPort com atuação em projetos de infraestruturas; Or que atua em empreendimentos residenciais, comerciais e empresariais; Odebrecht corretora de seguros e a Odebrecht Previdência.

³⁵ Fonte: Portal Abril. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/jamais-uma-maquina-de-corrupcao-como-esta-havia-sido-descoberta/>>. Acesso em: 06/06/2018.

³⁶ Fonte: Portal Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4695851/ex-dirigentes-da-queiroz-galvao-sao-indiciados-por-corrupcao-e-desvios>>. Acesso em 06/06/2018.

proposta a qualquer momento. A tabela 6 seguinte traz dados sobre as atuais empresas que possuem áreas de concessão para atividades de E&P de petróleo e gás em Sergipe.

TABELA 6 - SUB-BACIA SERGIPE: EMPRESAS QUE ATUAM NA E&P DE BLOCOS DE CONCESSÃO, 2018

Empresas	Atuação	Blocos Presentes	País de Origem
Petróleo Brasileiro S. A.	Terra/Mar	17	Brasil
Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A	Mar	4	Brasil
ONGC Campos Ltda.	Mar	1	Índia
Partex Brasil Ltda	Mar	1	Portugal
IBV Brasil Petróleo Ltda.	Mar	4	Países Baixos
ExxonMobil Exploração Brasil Ltda	Mar	2	EUA
Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda.	Mar	2	EUA
Nova Petróleo S.A. - Exploração e Produção	Terra	3	Brasil

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Conforme dados da ANP (2018), embora tenham sido arrematados quase 80 blocos de concessão no estado de Sergipe durante todas as rodas de licitação de blocos exploratórios e licitação de blocos de acumulação marginal, atualmente existem aproximadamente 21 blocos sob o regime de concessão no estado de Sergipe. Esses blocos encontram-se sob o poder de 8 empresas. A única estatal-

transnacional - PETROBRÁS, a nacional de capital privado Nova Petróleo S. A, a transnacional de origem brasileira Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e, cinco corporações transnacionais: a holandesa *IBV Brasil Petróleo Ltda*, as estadunidenses *Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda* e *ExxonMobil Exploração Brasil Ltda*, a portuguesa *Partex Brasil Ltda* e a indiana *ONGC Campos Ltda*.

Na distribuição dos blocos, a Petrobrás opera em 17 blocos, sendo 8 de forma individual e 9 através de consórcios: 3 com a Nova Petróleo S.A, 1 com a *Partex Brasil LTDA*, 1 com a *ONGC Campos LTDA* e 4 com a *IBV Brasil Petróleo Ltda*. Os quatro blocos restantes são administrados da seguinte forma: 2 blocos estão sob a égide da Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A e os outros dois estão sob a operação do consórcio *ExxonMobil Exploração Brasil Ltda*, *Murphy Brazil Exploração e Produção de Petróleo e Gás Ltda* e Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

Embora a PETROBRÁS opere o maior número de blocos, sua ação individual está em apenas 28% dos blocos concedidos (8), os outros 72% (13) possuem participação com o capital privado, sendo que 19% dos blocos há presença apenas de capital privado. O capital na sua avidez pelos espaços da mineração vai conquistando espaços fundamentais para a sua reprodução e atenuar, de forma temporária, os efeitos da crise estrutural.

A mobilidade do capital - seja no aspecto espacial, ou setorial - atua não apenas na transferência da atividade de exploração e produção da esfera estatal para a esfera privada. O Capital ao inserir-se nos espaços da mineração altera as relações de produção de forma substancial, o assalariamento que já é a regra de exploração da classe trabalhadora transforma-se na medida em que a (re)produção do capital não é efetivada pelo trabalhador assalariado pelo Estado, mas pelo trabalhador assalariado pelo capital, resultando em modificações nos níveis salariais anteriormente praticados, nos direitos trabalhistas, na intensidade da jornada de trabalho, no ritmo da produção.

Na mobilidade do capital estatal observa-se a difusão do assalariamento como opção de reprodução da classe trabalhadora. O Estado reforça a ideologia burguesa de naturalização do assalariamento e das relações mercantis. Cabe ao trabalhador a

subordinação ao capital mediante ao Estado, cada vez menos pela garantia da condição de funcionário estatal e cada vez mais na situação de assalariado por uma empresa terceirizada, cujo níveis salariais são menores e a intensificação dos níveis de exploração sob a ameaça de não integrar o exército de reserva flutuante, ou retornar a condição de exército de reserva latente.

Com a mobilidade do capital mediante a estratégia das parcerias público-privadas, observa-se uma situação complexa no par dialético exploração capital estatal - exploração capital privado. Nessa situação, os dois grupos de trabalhadores podem pertencer à empresas terceirizadas, sendo nivelados por baixo na condição de exploração. Como também pode ocorrer o padrão funcionário estatal/funcionário privado, este último podendo ser terceirizado ou não, que constantemente guardam diferenças em níveis de exploração e gera fraturas na classe trabalhadora.

5. 1. 1 A mobilidade espacial/setorial do capital no setor de fertilizantes: privatização e redefinição da forma-capital

A emergência da ativação dos limites absolutos do capital e a intensificação da pauta neoliberal como medida para coordenar os efeitos corrobora para a mobilidade do capital, que também substancia-se na produção de fertilizantes. Essa atividade, que possui como cerne produtivo a exploração de gás natural e potássio, tem sido capturada pelo movimento do capital de diferentes maneiras nas especificidades da PETROBRÁS e *The Mosaic Company*.

Com o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, cuja determinação fulcral é a (re)produção ampliada do capital em tempos de crise, redimensiona-se o esfacelamento da PETROBRÁS mediante intensificação das políticas de privatização e desinvestimento em áreas de atuação da estatal. No bojo dessa ruptura está a privatização das empresas produtoras de fertilizantes conhecidas como FAFENs. São três fábricas em operação nos estados: Bahia, Sergipe e Paraná. Além de uma unidade em construção em Mato Grosso do Sul, que se encontra paralisada devido a ausência de investimentos.

Em março de 2018 a PETROBRÁS anunciou, através de comunicado oficial, a hibernação das unidades de Sergipe e da Bahia:

A decisão de hibernar essas unidades está alinhada ao posicionamento estratégico da companhia de sair integralmente das atividades de produção de fertilizantes, conforme seu Plano de Negócio e Gestão 2018-2022. Além disso, em 2017, a Fafen-SE e Fafen-BA apresentaram resultados negativos de cerca de R\$ 600 milhões e R\$ 200 milhões, respectivamente, e o cenário de longo prazo continua indicando resultados negativos (PETROBRÁS, 2018b).

Sempre que é necessário ao capital privatizar as estatais, o discurso neoliberal sintoniza-se na frequência do mercado e inserir o prejuízo como desarmonia. A construção do discurso do déficit rentável foi utilizando na Companhia Vale do Rio Doce como estratégia para a incorporação pelo capital privado (ZONTRA, 2016). Na cadência do neoliberalismo, não há possibilidade de plano de recuperação econômica sem privatização, a única saída é a concessão ao capital privado. A incongruência em tudo isso é que a PETROBRÁS, sob o *status* de empresa estatal, conseguiu tornar-se a 14ª maior petrolífera do mundo e a Companhia Vale do Rio Doce era a principal empresa estratégica do país no setor mineral.

Após a anunciada de privatização das FAFENs, em pouco tempo surgiram propostas de transnacionais para aquisição das unidades. A empresa russa ACRON ofertou proposta para aquisição da unidade do Mato Grosso do Sul - que está com as obras paralisadas após 80% da construção realizada -, a empresa norueguesa Yara demonstrou interesse em adquirir a unidade de Araucária no Paraná, a mesma que já tinha sido privatizada no governo FHC e reestatizada durante o Governo Dilma-PT (FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS, 2018)³⁷. A contradição está na inviabilidade econômica estatal ser viabilidade econômica para o capital transnacional.

Como empresas sem perspectiva de lucros podem ser alvo de interesse imediato?

³⁷ Disponível em: < <http://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/22366-ao-abrir-mao-do-setor-de-fertilizantes-parente-coloca-brasil-na-contramao-do-mundo>>. Acesso em: 07/08/2018.

No Caso específico da FAFEN-SERGIPE, a ideia de prejuízo é amplamente questionável. Segundo o SINDIPETRO AL/SE³⁸ mesmo que houvesse prejuízo são duas as razões para essa situação, ambas decorrentes da ação do Estado.

A [primeira...] justificativa está no aumento do preço do gás, principal matéria-prima para a produção de amônia e ureia. Boa parte desse gás é descartado pela PETROBRÁS devido ao excedente de produção. Ou seja, poderia ser fornecido à FAFEN a custo zero. Porém, entre 2014 e 2017, o gás fornecido pela Petrobrás a sua própria fábrica, sofreu um aumento de 120% (INFORMATIVO SINDIPETRO AL/SE, 2018, p. 02).

O Estado forja, desse modo, o próprio prejuízo a fim de garantir materialidade em seus desígnios de entregar a produção de fertilizantes nitrogenados à iniciativa privada. A segunda justificativa para o possível prejuízo da FAFEN/SE está nos desinvestimentos por parte do Estado. Desde 2014, ainda no governo do PT, observa-se redução nos investimentos próprios na PETROBRÁS. O Plano de Negócios e Gestão – PNG 2013-2014 previa investimentos em torno de US\$ 236,7 bilhões, valor superior ao PNG 2014-2018 que previa inversões em torno de US\$ 220,6 bilhões e o PNG 2015-2019 com previsões de US\$ 98,4. Essa tendência foi mantida após o golpe, sendo os valores de US\$ 74,5 bilhões no PNG 2017-2021 e US\$ 74,1 bilhões para o PNG 2018-2022 (PETROBRÁS, 2013; PETROBRÁS, 2014; PETROBRÁS, 2015; PETROBRÁS, 2017; PETROBRÁS, 2018).

Desse modo, infere-se que o histórico de redução dos investimentos da PETROBRÁS a partir de 2015 colabora com o desmonte da estatal e enfraquecimento competitivo das suas subsidiárias. Não fosse a ausência de investimentos poder-se-ia aumentar a produção de sulfato de amônia com a ampliação da planta da FAFEN-Sergipe, cujo projeto encontra-se idealizado e paralisado desde 2014, sob a alegação de falta de recursos. A ação de hibernação, com fins de privatização que irrompe agora em 2018 está justificada em um histórico de desinvestimentos providencial.

O governo não quer parar a FAFEN, ele quer privatizar, daí ele usa outros termos, como eles disseram que vão hibernar. Ou seja, seja hibernar, seja parar, ou privatizar todos somos contra porque nós achamos que a Fafen, ela precisa é ser duplicada. Porque a Fafen

³⁸ Sindicato Unificado dos Trabalhadores Petroleiros, Petroquímicos, Químicos e Plásticos nos Estados de Alagoas e Sergipe.

sendo duplicada, aí sim nós podemos começar a fazer uma coisa que o governo já deveria ter feito há muito tempo, que é potencializar a Petrobrás para tornar o Brasil independente de ureia de outros países, ou seja, nós temos condições de sermos autossuficiente na produção de fertilizantes nitrogenados, e porque não? O governo do PT começou a fazer um movimento de duplicação dessas fábricas de fertilizantes nitrogenados, inclusive com a construção de duas delas e com a promessa de duplicação, tanto da daqui de Sergipe, como da de lá da Bahia. Infelizmente, esse processo foi paralisado, não houve continuidade e agora o governo do golpe está querendo desmontar todo esse processo. Ou seja, o Brasil tem tecnologia, tem pessoas qualificadas, tem matéria prima e necessidade de duplicação dessa construção de mais fábricas de fertilizantes nitrogenados e a gente não só está fazendo isso porque o governo anterior, o governo do PT, que vinha com uma perspectiva de duplicação, vinha duplicando e parou e agora o governo de Michel Temer, que a gente chama de governo do golpe, ele resolveu desfazer tudo, dismantelar e desmontar o sistema Petrobras para entregar, não só entregar o setor de fertilizantes como também entregar o sistema de petróleo e gás (SINDIPETRO, 2018).

O Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 é categórico ao definir as atividades de E&P como primordiais para o decurso nas ações da PETROBRÁS e dos investimentos nos próximos anos. Dos US\$ 74,1 bilhões destinados a inversões, 81% será destinado às atividades de exploração e produção, 18% às atividades de refino e gás, e apenas 1% às demais atividades (PETROBRÁS, 2018). Desse modo, o PNG depura com o objetivo de:

Otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP, produção de fertilizantes e das participações em petroquímica, preservando competência tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento (PETROBRÁS, 2018a, p. 43).

O PNG 2018-2022 reafirma os interesses do capital nas atividades desempenhadas pela PETROBRÁS. Sob a ideologia neoliberal a trama está firmada para a garantia da máxima retirada do Estado e a máxima mobilidade de capital privado, consolidando assim, a máxima extração do sobretrabalho. Toda essa ação está justificada nos princípios da eficiência econômica, das liberdades individuais e da propriedade privada. Tal como a partilha da África, foi dada a largada para a partilha da Petrobrás!

Certamente parte dessa partilha não caberá à classe trabalhadora. Segundo informações do Sindipetro AL/SE (2018) com o fechamento da unidade em Laranjeiras-Sergipe coloca-se em risco o futuro de 720 trabalhadores. Caso ocorra o

fechamento da unidade, a possibilidade é de demissão dos funcionários terceirizados que representam o quantum de 470 trabalhadores. Enquanto que para os 250 trabalhadores da PETROBRÁS a perspectiva é de adesão ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária, que segundo o PNG 2017-2021 tem com previsão 9.670 desligamentos no período. Outra oportunidade que pode decorrer para os funcionários concursados da PETROBRÁS é a transferências para outras unidades operacionais da empresa, mas nesse caso as vagas são limitadas e costumam não atender a todos.

A privatização da FAFEN-Sergipe é colocada em evidência no mesmo momento em que a exploração de potássio é marcada por nova mobilidade espacial do capital. A atividade encontrava-se sob a responsabilidade da Vale Fertilizantes desde a extinção da Petromisa em 1991, sendo incorporado pelo capital privado no bojo da privatização, mas a partir de meados do ano de 2017 iniciou-se a transferência da exploração e produção no complexo mina-usina Taquari-Vassouras para a empresa estadunidense *The Mosaic Company*, subsidiária da corporação Cargill, uma das empresas maiores produtoras de alimentos no mundo.

A captura da produção de fertilizantes potássicos em Sergipe, pela *The Mosaic Company* reifica-se como mobilidade espacial e setorial do capital. Configura-se como mobilidade espacial na medida em que mobiliza o capital sobreacumulado nos Estados Unidos para a (re)produção no Brasil; é setorial ao resultar em reorientação estratégia do capital investido no setor de alimentos para ser aplicado no setor de fertilizantes, da indústria alimentícia para a indústria extrativo-mineral. A existência da própria *The Mosaic Company* é a materialidade da mobilidade setorial como estratégica da corporação Cargill para concentrar e centralizar capitais e inverter a tendência depreciativa do lucro.

Desde as suas minas de fosfato na Flórida (EUA) aos campos de soja na China, a Mosaic mantém presença global. Sua rede de produção e distribuição está nos principais mercados do mundo. A empresa atua em toda a cadeia produtiva, incluindo mineração, produção e comercialização. Com sede em Minnesota (EUA), a Mosaic possui operações na Austrália, Brasil, Canadá, China,

Estados Unidos, Índia e Paraguai, além de joint ventures no Peru e Arábia Saudita (THE MOSAIC COMPANY³⁹, 2018, n.p.).

Ao ampliar sua capacidade produtiva na produção de fertilizantes o capital personificado nas ações da empresa *The Mosaic Company*, busca ampliar a sua esfera de circulação e controle. Aprofundar a concentração e centralização de capitais, em tempos de crise, torna-se estratégia significativa para fazer frente às diversas frações competitivas do capital, ao mesmo tempo em que subjugam a produção de alimentos e a produção de fertilizantes à lógica sociometabólica do capital ampliado à escala mundial.

Na dinâmica da mobilidade do capital, o mesmo movimento que indica entrada de capitais resulta também em saída de capitais. A mobilidade espacial do capital via *The Mosaic Company* é também a mobilidade espacial do capital reificado na Vale Fertilizantes, na medida em que essa última busca redirecionar suas ações atraída pelo imã da taxa de lucro em direção aos espaços/setores de maior rentabilidade. A mobilidade espacial do capital é um processo duplo de entrada e saída, chegada e partida, fim e começo.

Como parte da estratégia de simplificar seu portfólio de ativos, a Vale pretende encerrar as operações na área de fertilizantes em 2018. Em janeiro foi concluída a venda da Vale Fertilizantes para a The Mosaic Company ("Mosaic"), empresa da qual passamos a ter participação acionária. Por meio da parceria com a Mosaic, a Vale fortalece sua exposição ao mercado mundial de fertilizantes, particularmente nas grandes regiões agrícolas de alto crescimento da América do Norte e do Brasil.

Também celebramos um acordo de compra de cotas com a Yara International ASA para a venda de sua subsidiária Vale Cubatão Fertilizantes Ltda. A subsidiária ainda detém e opera ativos nitrogenados e fosfatados em Cubatão, no Brasil, mas a conclusão da transação está prevista para o segundo semestre de 2018 (VALE FERTILIZANTES⁴⁰, 2018).

A Vale Fertilizantes, enquanto empresa subsidiária, está cadenciada pelo ritmo que a acumulação assume na Vale S.A, segunda maior mineradora do mundo. A ação da Vale no setor de fertilizantes é o exemplo nítido que a mobilidade do

³⁹ Fonte: Portal Online Mosaic Fertilizantes. Disponível em: <http://www.mosaicco.com.br/Who_We_Are/presen%C3%A7a_e_oper%C3%A7%C3%B5es.htm>. Acesso em 01/06/2018.

⁴⁰ Portal Online Vale Fertilizantes S. A. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/fertilizers/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 01/01/2018.

capital assume de forma condicionada ao ritmo da acumulação capitalista. Embora a atividade de produção de fertilizantes esteja presente em grande parte da história da empresa, não constitui-se como seu foco operativo, tendo sido ampliada durante o *boom* das *commodities* minerais no começo da década de 2010 resultando na aquisição da Fosfertil e fundação da Vale Fertilizantes. Nesse sentido, o acirramento das contradições e antagonismos do capital que depreciam a taxa de lucro implicou em reorganização da sua base de reprodução, resultando na remodelação das estratégias da multinacional Vale S.A. mediante o enxugamento em setores de menor lucratividade, destarte a cessão da Vale Fertilizantes.

Em uma multinacional, o vaivém do capital tende a acompanhar a linha de maior lucratividade da empresa. Na Vale S.A. o capital antes investido em fertilizantes passa a ser investido em mineral metálico mediante a transferência para aquisição de minas em outros países. Maior produtora de minério de ferro e níquel do mundo, a mobilidade do capital resulta em desinvestimento no setor de fertilizantes e investimento no setor de mineral metálico.

Considera-se ainda como aspecto da mobilidade do capital na Vale S.A., a redefinição quanto a forma-capital. Ao transferir a atividade produtiva ao capital da *Mosaic Company* e concomitantemente mutar-se da esfera produtiva para a esfera acionária, a Vale deixa de atuar sob a forma de capital produtivo para atuar sob a forma de capital financeiro, especulativo. O capital busca a sua forma mais rentável, mobilizando-se e modificando-se de acordo com o caráter da maior lucratividade.

5.1.2 A mobilidade do capital nas fissuras da gestão: a terceirização como estratégia para contornar os limites absolutos do capital

A acumulação flexível, obtém impulso diante do contexto da necessidade de reformulação da (re)produção do capital, para solucionar os efeitos da ativação dos limites absolutos do capital. David Harvey (2008), considera que a acumulação flexível representa o ajuste do capital aos efeitos da crise que se instaura na década de 1970, contrapondo-se à rigidez do regime de acumulação fordista. Os ideólogos

do capital passaram a atuar no sentido da flexibilidade, da necessidade de romper o enrijecimento fordista e garantir ao capital maior plasticidade, versatilidade para retomar o impulso da (re)produção do capital.

A terceirização é enfatizada por autores como Harvey (2008), Antunes (2005; 2006), Alves (2010), Druck & Franco (2009), como estratégia para reacomodação dos níveis de acumulação capitalista que apresentou forte declínio, sobretudo, com a instauração da crise que emerge na década de 1970. Quanto à natureza dessa crise não há consenso entre os autores, David Harvey (2008a) tem focado na designação “crise crônica”, enquanto Antunes (2005; 2006) e Alves (2010) são enfáticos ao basear-se no conceito de “Crise estrutural” definido pelo filósofo húngaro István Mészáros, cuja explicação encontra-se nas suas obras *Para Além do Capital* (2005), *A crise estrutural do capital* (2011), *A montanha que devemos escalar* (2015). Dissidências conceituais à parte, o que pode-se inferir é que todos os autores enquadram a terceirização na moldura da metamorfose do regime de acumulação capitalista resultante da crise da década de 1970.

Trata-se assim de um novo momento, seja no campo histórico mais geral, de um novo padrão de desenvolvimento do capitalismo, seja no âmbito das novas práticas de organização e gestão do trabalho, no interior das quais encontra-se a terceirização como uma das principais. Parte-se, portanto, de uma consideração central: a flexibilização do trabalho é um fenômeno novo, dadas a dimensão, a amplitude e a qualidade adquiridas num quadro de mundialização, de reestruturação produtiva e de implementação de políticas neoliberais (DRUCK; FRANCO, 2009, p. 226).

A terceirização reverbera-se como pauta da racionalização produtiva, sendo internalizada como novas práticas de organização e gestão do trabalho. Segundo Alves (2010), essas práticas de controle e regulação do trabalho resulta para o trabalhador a convivência com a contradição da racionalização que comanda todo o processo produtivo a fim de obter ganhos produtivos e redução de custo vis à vis com a irracionalidade do capital que comanda a reprodução social.

As personificações do capital justificam o caráter apologético de suas ações à terceirização com o discurso da focalização, concentração na atividade nuclear e delegar as atividades auxiliares a terceiros, cuja especialização resultaria em aumento de produtividade e redução de custos (DRUCK; FRANCO, 2009). Tal redefinição estratégica implica na mobilidade do capital em diversas instâncias. Para

a empresa que terceiriza há mobilidade setorial do seu capital, resultando na saída da esfera da circulação referente aos setores auxiliares para concentração desses capitais na esfera da circulação e valorização especificamente da atividade nuclear. Por sua vez, as empresas terceirizadas são compelidas pela mobilidade espacial do capital, na medida em que redireciona espacialmente seu capital, inserindo na esfera da circulação/valorização em outro espaço absoluto.

Na mineração, a terceirização é evidente enquanto estratégica para acumulação flexível do capital. As empresas *The Mosaic Company*, PETROBRÁS, Votorantim utilizam-se de contratos com empresas terceirizadas englobando diversas atividades da cadeia produtiva. As tabelas abaixo refletem uma amostra das parcerias entre capitais detectadas nas empresas pesquisadas durante pesquisa de campo.

QUADRO 8 - EMPRESAS TERCEIRIZADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS ÀS EMPRESAS PESQUISADAS, 2018.

MOSAIC COMPANY	PETROBRÁS	VOTORANTIM
Manserv Logística	Braserv Serviço	Ambitec
Multserv	G&E Manutenção Limitada	Flana
Miner Service Engenharia	BTS Ambiental	Enatec
S.A Engenharia e Manutenção	E Q S Engenharia	
Alfa Manutenção	Galloti	
Espiral Andaimes	Norteng	
Franco Vigilância	Saraiva	
Comau do Brasil		
		Unimonte

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Nas empresas privadas observa-se que o movimento de terceirização atua a fim de dar continuidade a (re)produção do capital na captura das atividades auxiliares e já insere-se nas atividades fins, na medida em que permite o trabalhador terceirizado desenvolver atividade nuclear, mascarada com uma atribuição distinta

no contrato de trabalho. A nova legislação da terceirização atua apenas no sentido da legitimação do que já ocorre, além de possibilitar aprofundar esse processo.

Na PETROBRÁS, a terceirização figura-se como internalização da política de mercado hegemônica, o neoliberalismo. Em tempos de crise a difusão da ideologia de máxima liberdade do capital busca se estabelecer como solução para lubrificar as engrenagens da acumulação ressequidas pelos antagonismos e contradições estruturais da forma de controle sociometabólica do capital.

O avanço da terceirização na PETROBRÁS representa dupla estratégia para o capital, o mesmo processo é funcional a lógica privatista que opera por dentro da estatal mantendo a aparência de empresa pública, como também possibilita a mobilidade do capital na sua inserção nos interstícios da estatal. "Desde os governos de FHC, passando por Lula, Dilma e agora Temer, a terceirização das atividades laborativas operacionais na cadeia produtiva de petróleo tem sido uma forma de privatizar a empresa por dentro" (SINDIPETRO, 2018).

Na atualidade o avanço do capital sob a ideologia neoliberal atua na captura das estações de campo terrestres da Petrobrás através da terceirização. Novamente a lucratividade torna-se o vetor do discurso com o objetivo de alienação e convencimento social. Tratando-se de uma sociedade estabelecida no modo da produção capitalista os argumentos precisam ser pautados na lógica do capital a fim de estabelecer conformação social. As estações de operação tornam-se alvo de captura assim como foi a Unidade de Processo de Gás Natural de Carmópolis, que se encontra sob concessão da empresa estadunidense *Exterran*. Ao total são 21 estações, cuja distribuição pode ser observada na tabela seguinte:

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ESTAÇÕES DE ACORDO COM OS CAMPOS TERRESTRES, 2018.

CAMPO	QUANTIDADE DE ESTAÇÕES
<i>Carmópolis</i>	11
<i>Siririzinho</i>	4
<i>Riachuelo</i>	3
<i>Ilha Pequena</i>	1
<i>Robalo</i>	1
<i>Brejo Grande</i>	1

Fonte: Sindipetro SE/AL, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Nos campos terrestres o petróleo explorado nos poços é encaminhado através de linhas de produção para as estações de coleta e tratamento, sendo posteriormente enviado para as estações de armazenamento, para finalmente através de oleodutos serem enviados para o Tecarmo-Aracaju e destinado as refinarias. Com a terceirização das estações de coleta, tratamento e armazenagem, o objetivo é entregar todas as etapas da cadeia produtiva do petróleo ao capital privado.

Hoje a situação das estações já compromete o efetivo, porque tem operador sozinho que opera duas estações, mas ainda tem motorista, tem pessoal da manutenção. Enfim, tem uma equipe mínima, que já é questionável do ponto de vista da segurança da operação. O Sindipetro vem questionando isso já tem algum tempo com a terceirização essa condição vai piorar. Onde hoje tem cinco operadores que trabalham em uma estação dessas, além do pessoal da manutenção, com uma terceirizada assumindo, com certeza ela vai contratar um efetivo bem menor (SINDIPETRO, 2018).

O desmonte começa com a precarização do serviço para que assim seja demonstrada inviabilidade econômico, porém sem revelar a causa real. Indica-se o sintoma, mas sem investigação do quadro operacional que ocasionou a situação. A PETROBRÁS já atua com esse intuito há um tempo, aqui os planos de

desinvestimentos também surtem efeito, como pode ser constatado em nossa pesquisa de campo.

5.2 A MOBILIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA MINERAÇÃO EM SERGIPE

Os deslocamentos de pessoas e mercadorias é um fenômeno histórico na produção humana (PERPERTUA, 2013). No entanto, sob a forma de controle sociometabólico do capital o movimento espacial, de pessoas e mercadorias, é redirecionado nos pressupostos da circulação do capital, atingindo magnitude e natureza distinta dos períodos históricos anteriores à ordem do capital. Conforme evidencia Smith (1988), o capital herda de uma forma e a reproduz transformando-a.

No plano da abstração teórica, os deslocamentos dos trabalhadores foram concebidos, pelos economistas clássicos e neoclássicos, como objetivação da liberdade individual no ato de suas aspirações (GAUDEMAR, 1977). O livre arbítrio cristão parecia encontrar paralelo no campo econômico, não fosse a contraposição da concepção marxiana, que trouxe o movimento contraditório do modo de produção capitalista como causa e condição dessa mobilidade. A concepção crítico-dialética permitiu aguçar os elementos desse debate, contrapondo-se a uma visão de naturalização.

Marx (2013), assinala que para a existência do capital não era necessário apenas capital investido em meios de produção e trabalho, como também a disponibilidade de força de trabalho em condições de assujeitamento às dimensões metabólicas do capital, ou seja, convertida em mercadoria, passível de ser comercializada enquanto valor de troca. A gênese e origem para essa circunstância é o processo da acumulação primitiva, que mediante a expropriação das terras comunais tornou o trabalhador despossuído de qualquer outra mercadoria que não a sua força de trabalho. Soma-se à expropriação camponesa, a legislação sanguinária que forçava o disciplinamento da força de trabalho: eis a origem da mobilidade do trabalho enquanto mercadoria na/para (re)produção do capital.

O processo de acumulação primitiva, sobremodo, é o pilar da “liberdade” dos indivíduos que os torna móveis de acordo com os imperativos do capital. Gaudemar (1977), afirma que a produção da liberdade é uma produção social que emanam das contradições capital-trabalho, conseguinte, não deve ser abstraída como uma filosofia da natureza. A liberdade do trabalho, assume, sobremaneira, dupla determinação no sistema societal do capital, visto que, a força de trabalho é uma mercadoria disposta pelo trabalhador que possui a liberdade de comercializá-la de acordo com sua aspiração, em contrapartida, enquanto despossuído, expropriado, o trabalhador não dispõe de outra mercadoria para comercializar no sistema das mercadorias que não seja a sua força de trabalho.

Gaudemar (1977), considera que a força de trabalho possui dupla particularidade no sistema de produção das mercadorias. Sua característica singular refere-se a sua capacidade única de produzir mais valor superior ao seu valor de troca – como afirma Marx⁴¹ é o trabalho que produz capital – além disso, configura-se como a única mercadoria capaz de se deslocar em direção ao seu local de venda.

A mobilidade do trabalho constitui-se como base para o firmamento da mineração como atividade econômica. Em Sergipe, a indústria extrativo-mineral possui como marca os deslocamentos espaciais diários de trabalhadores de diversos municípios do estado, em direção aos espaços da mineração.

Essa situação não é uma singularidade sergipana, a mobilidade do trabalho – seja ela pendular, sazonal, ou permanente – constitui-se enquanto movimento real nas áreas de mineração sob o sistema de controle sociometabólico do capital, sendo evidência nas pesquisas realizadas por Palheta (2004), Paganoto (2008), Zontra (2016) e Cruz (2017).

⁴¹ Marx (1985); Marx (2013).

FIGURA 9 – ROSÁRIO DO CATETE: MOBILIDADE DO TRABALHO THE MOSAIC COMPANY, 2018

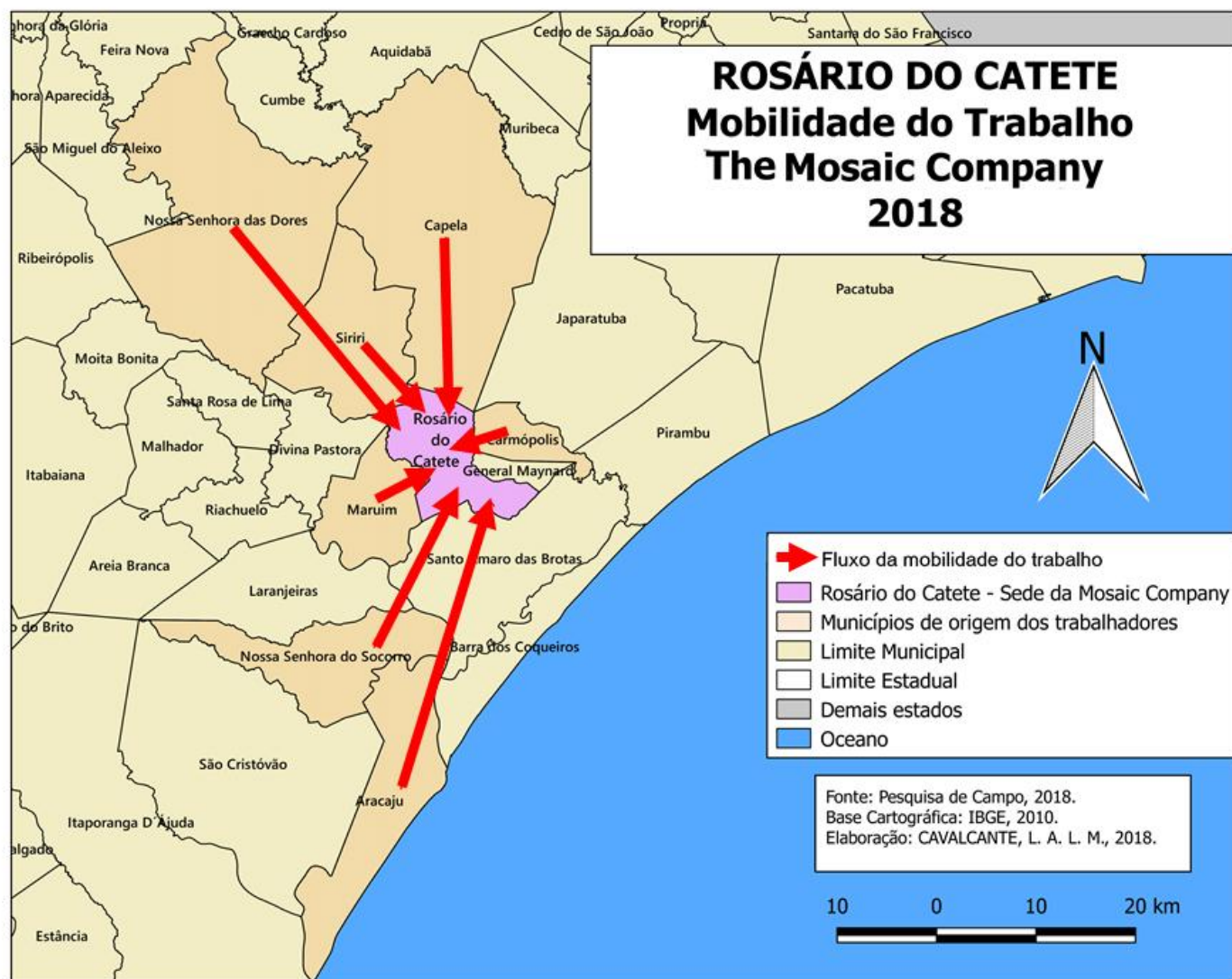


FIGURA 10 – CARMÓPOLIS: MOBILIDADE DO TRABALHO PETROBRÁS, 2018.

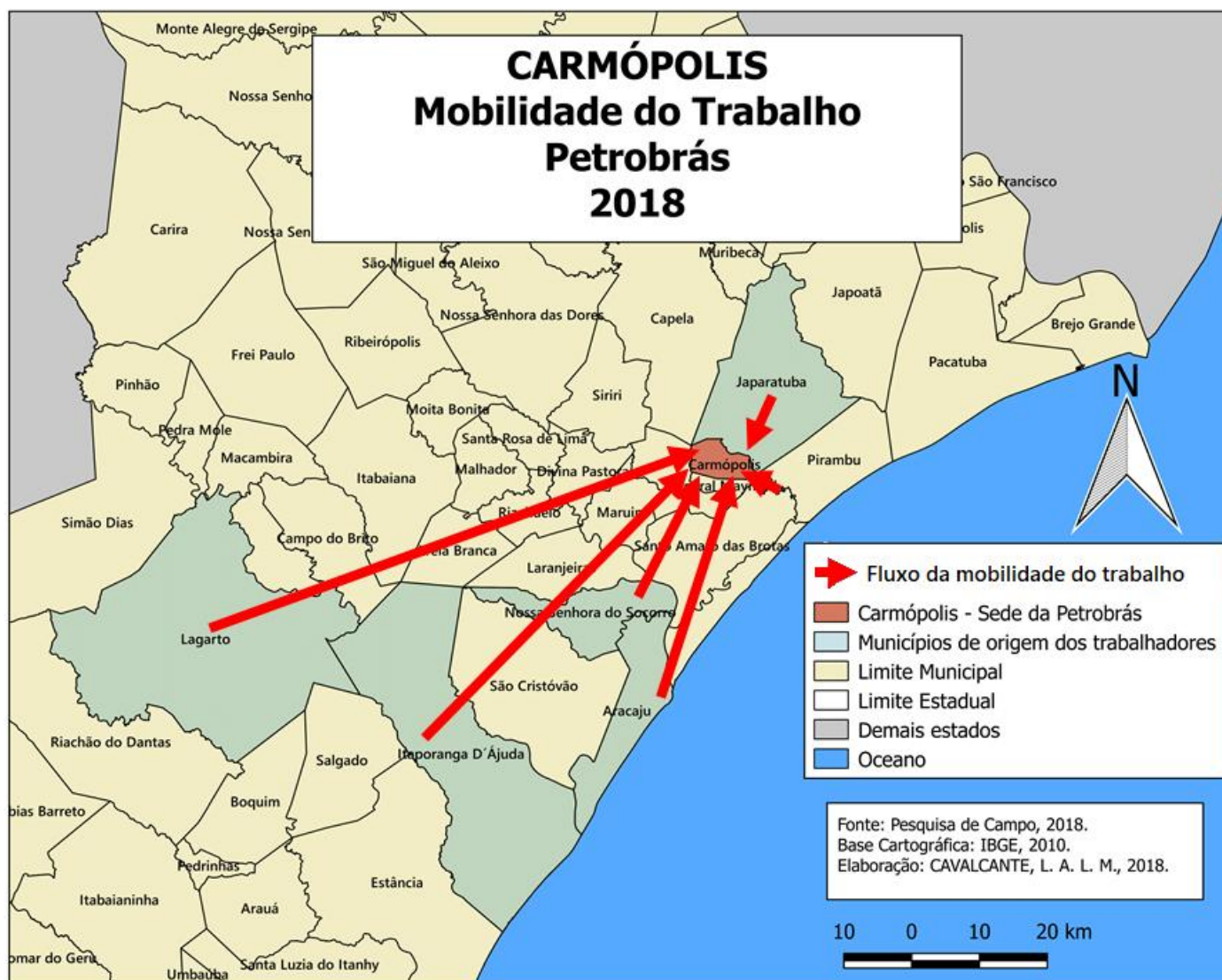
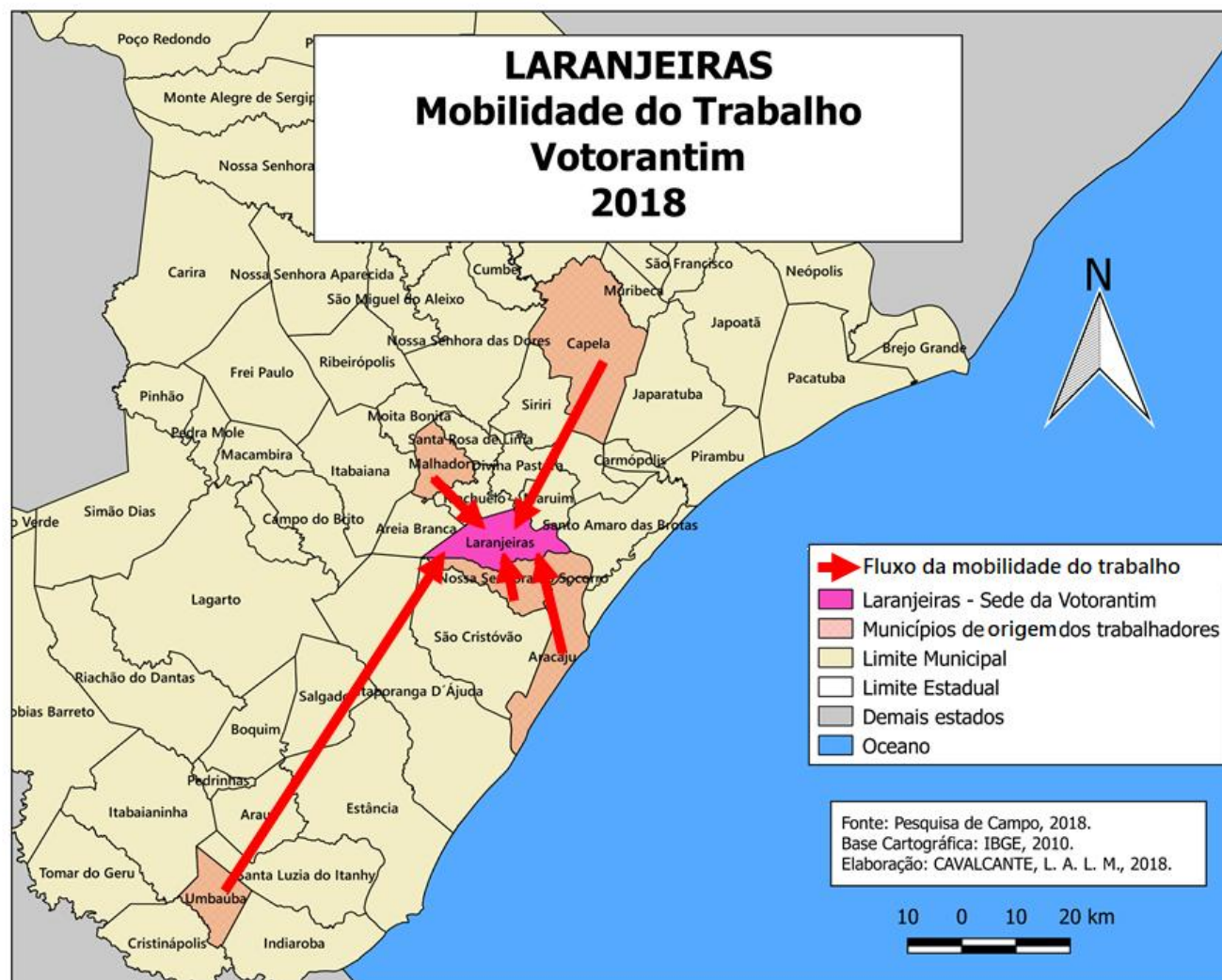


FIGURA 11 – LARANJEIRAS: MOBILIDADE DO TRABALHO VOTORANTIM, 2018.



A mobilidade do trabalho na mineração materializa-se com o deslocamento pendular de trabalhadores de diversas regiões do estado – Região Metropolitana de Aracaju, Centro-Sul Sergipano, Sul Sergipano, Agreste de Itabaiana, Médio Sertão Sergipano e do Vale do Cotinguiba – em direção aos espaços da mineração, sobretudo, o Baixo Cotinguiba onde estão localizados os grandes empreendimentos da indústria extrativo-mineral em Sergipe.

A mobilidade do trabalho é essencial para a (re)produção do capital, tornando-se cada vez mais volátil com a intensificação e agudização dos acirramentos da contradição capital-trabalho reificados na determinação de crise estrutural do capital e intensa mobilidade do capital. “Em busca de emprego e de um salário para sobreviver, o trabalhador é obrigado a acompanhar o capital para onde quer que ele flua” (HARVEY, 2013, p. 486).

A imposição mundial da “mão livre” do sistema produtor de mercadorias, com seu modelo civilizatório guiado pelas luzes do esclarecimento, resultou num processo de mobilização generalizada de todas as populações dos cinco continentes. Possuir a potencialidade e o direito de oferecer sua força de trabalho no mercado, em qualquer canto de seu país ou do mundo (obviamente, sem direito garantido à sua venda), é característica do indivíduo moderno, subordinado à “coerção silenciosa das relações econômicas” (HEIDMANN, 2004, p. 28).

No padrão da acumulação flexível o trabalho deixa de ser fixo para tornar-se cada vez mais móvel. O processo de financeirização e mundialização da economia torna o trabalho subsumido, ao tempo cada vez mais curto do ciclo do capital, tornando-o exterior ao processo produtivo mediante a tecnologização da economia, “um alienígena” (CONCEIÇÃO, 2007).

Com base em pesquisa de campo, observou-se uma variedade de estratégia para a mobilidade do trabalho na mineração, cuja determinação principal fundamenta-se no nível de exploração e precarização a que estão submetidos. De forma genérica, pode-se dividir as estratégias de acordo com dois grupos de análises: os trabalhadores contratados diretamente pela empresa – cotidianamente denominados próprios – e os trabalhadores terceirizados. Baseamos nossa classificação na nomenclatura utilizada por Antunes & Franco (2015)

Em tempos de acumulação flexível do capital, o deslocamento dos trabalhadores contratados diretamente pela empresa é realizado por empresas terceirizadas contratadas pela empresa principal. Esse grupo de trabalhadores possui maior segurança no auxílio-transporte, além disso, o custo do transporte é transferido de forma indireta do trabalhador, não sendo deduzido da forma-salário, mas da mais-valia a ser apropriada pela classe capitalista – no caso da PETROBRÁS pelo Estado. Nessa direção, a PETROBRÁS possui contrato com a **Prime Plus Terceirização de Frota** para realização do transporte dos trabalhadores, *The Mosaic Company* tem contrato firmado com a **Central Bahia** para realização do transporte dos trabalhadores do Complexo Mina-Usina Taquari-Vassouras, enquanto que na Votorantim o contrato é constituído com a terceirizada **Vitória Transporte**.

Os trabalhadores contratados diretamente pela empresa contam ainda com a possibilidade de realizar o transporte através de veículos particulares, no caso de residência em localidade não atendida pelo itinerário do transporte da empresa. Nessa especificidade, permanece a forma de expropriação dos custos de transporte de forma indireta. Esse esquema na transferência dos custos resulta em contribuição para o falseamento da realidade, uma vez que forja a aparência de benesses do capital ao trabalhador.

Para os trabalhadores terceirizados, a mobilidade em direção à humilhação primária⁴² possui situação mais complexa. Com relação aos custos de transporte a realidade costuma diferir de acordo com o nível técnico da função desempenhada pelo trabalhador, embora não seja a regra. Para as funções de maior escassez de mão de obra no mercado os custos do transporte, geralmente, são deduzidos de forma indireta, não sob a forma-salário, mas sob a forma da mais-valia produzida pelo trabalhador e a ser apropriada pelo capitalista, enquanto que os trabalhadores cuja especificidade técnica é mais abundante no mercado apenas uma pequena parte é assumida pela classe capitalista, sendo a maior parte do custo deduzido diretamente da forma-salário. Essa forma de dedução do custo-transporte resulta na

⁴² Expressão utilizada por Heidmann (2004) para conceituar a subsunção do trabalho ao capital mediante o assalariamento. Segundo o autor a marca da atual mobilidade do trabalho é a humilhação secundária que resultante do desemprego estrutural do capital não possibilita garantia das condições de trabalho via assalariamento para a classe trabalhadora.

demonstração do nível de intensidade da exploração dos trabalhadores, sendo maior no caso dos terceirizados e servindo para segmentar a classe trabalhadora.

A realização do transporte dos trabalhadores terceirizados efetiva-se de forma multifacetada. Conforme pesquisa de campo, constatou-se que uma miríade de trabalhadores, cujo custo-transporte é compartilhado entre a empresa e o trabalhador, a mobilidade é realizada por meio de transporte público, a exemplo da Cooperativa de Transportes de Sergipe – COOPERTALSE. Complexifica essa situação, o grupo de trabalhadores que também possuem o custo-transporte compartilhado e os trabalhadores em que os custos são deduzidos de forma direta, mas cujo transporte é realizado por empresa contratada pela terceirizada para desempenhar a função, situação que faz alusão ao processo de quarteirização definido por Druck e Franco (2009).

Druck & Franco (2008,p. 85), consideram que no processo de terceirização há diversas modalidades, desse modo, a quarteirização define-se como uma modalidade específica de terceirização. Sob o discurso da focalização nas atividades fins, as empresas terceirizadas também contratam serviços de outras empresas, ocorrendo o efeito em cascata da subcontratação, a quarteirização.

No que se refere à mobilidade dos trabalhadores terceirizados, soma-se as situações anteriores, a realidade dos trabalhadores que residem em localidades não atendidas pelos itinerários do transporte público e das empresas quarteirizadas, responsável pela função do transporte, nessa situação os trabalhadores em condições de maior rendimento nominal utilizam veículo particular, enquanto que os trabalhadores mais precarizados utilizam-se de diversas estratégias definidas, desde a utilização de veículo particular mais econômicos e acessíveis – como as motocicletas - até a utilização da sorte para barganha de uma viagem gratuita.

Cabe um adendo ao custo-transporte aqui discutido. A garantia do custo-transporte realizado de forma indireta, para o grupo da classe trabalhadora que mantém o seu nível salarial, está na efetivação do custo-transporte de forma direta da classe trabalhadora mais precarizada e cujo rendimento nominal é prejudicado. Desse modo, a classe capitalista – ou o Estado no caso da PETROBRÁS – ao assumir o custo-transporte de uma parcela da classe trabalhadora não significa redução do mais-valor apropriado, mas o contrário, uma vez que supre esses custos

com o corte de custo-transporte de uma parcela da classe de trabalhadora que se torna mais precarizada e passa a assumir os custos. De forma concomitante há potencialização da mais-valia apropriada visto que há diminuição dos custos para a classe do capital privado e/ou estatal.

As diferentes formas de circulação-mobilidade da força de trabalho atuam de forma funcional a lógica do capital, na medida em que possibilitam trabalho para o processo de valorização do capital. Logo, independentemente do percurso, da forma de transporte utilizada, ou da transferência direta ou indireta do custo-transporte todos os trabalhadores confluem para o mesmo fim, a proletarização, mediante a subsunção formal e real ao capital na produção do lucro.

A mobilidade do trabalho, reificada no deslocamento diário de trabalhadores de diversas regiões do estado e de outros estados, em direção aos espaços da mineração atua contribuindo para contrabalancear a tendência de alta da taxa salarial, na medida em que contribui para o aumento da superpopulação relativa flutuante e garantindo a disponibilidade de força de trabalho ao capital. Parafraseando Harvey (2013), o capital possui como necessidade circunscrever a força de trabalho a um limite espacial com o objetivo de fazê-la permanecer nessa condição.

A mobilidade do trabalho na mineração não corresponde apenas a mobilidade de uma classe trabalhadora qualificada, polivalente e que ocupa os cargos com maiores níveis salariais. A pesquisa de campo demonstra que a mobilidade do trabalho materializa-se com trabalhadores de diversas especialidades na divisão técnica do trabalho e diferentes níveis de precarização. O quadro seguinte demonstra uma amostra da diversidade funcional da classe trabalhadora no processo produtivo da mineração.

QUADRO 9 - FUNÇÃO DESEMPENHADA PELOS TRABALHADORES DA MINERAÇÃO ENTREVISTADOS, POR EMPRESA, 2018.

Trabalhadores Da Petrobrás	Trabalhadores Da The Mosaic Company	Trabalhadores Da Votorantim
Técnico de Fluido de Perfuração	Mecânico	Carpinteiro
Pintor	Vigilante	Carregador
Inspetor Dimensional	Ajudante de Caldeiraria	Auxiliar de Serviços Gerais
Jardineiro	Serviços Gerais	Mecânico
Auxiliar de Serviços Gerais	Encarregado de Limpeza	Operador de Logística
Auxiliar de Carpintaria	Carpinteiro	Operador
Pintor	Auxiliar de Pintura	Empilhador
Auxiliar de Carreta	Soldador	Técnico de Segurança
Auxiliar de Motorista	Técnico de Segurança	Técnico de Controle de Qualidade
Jardineiro Operador	Operador Nível 1	Operador de Produção
Inspetor de Equipamentos	Operador Nível 2	Motorista
Técnico de Edificações	Operador de Máquina	Encarregado de eletro
Motorista	Operador Mecânico de Mina Subterrânea	
Encarregado de Sonda	Operador de equipamentos	
	Técnico de Refrigeração	
	Analista	
	Supervisor	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

A mineração, em Sergipe, agrupa um contingente numeroso de trabalhadores em um mesmo espaço, os quais submetidos a uma divisão social e técnica do trabalho desempenham funções variadas no processo produtivo. Esta complexidade envolve desde trabalhadores diretamente envolvidos no processo de produção, e que por isso desempenham funções produtivas - como os operadores que exploram potássio na mina subterrânea da empresa *The Mosaic Company* e os inspetores de sondas da PETROBRÁS -, além dos trabalhadores mais efetivamente direcionados a atividades improdutivas como os seguranças, auxiliares de serviços gerais, motoristas e jardineiros, por exemplo.

Apesar da diferenciação técnica que envolve a atividade funcional desses trabalhadores, todos possuem a mesma especificidade na divisão social do trabalho, pertencem a classe que está despossuída dos meios de produção e possuem como necessidade vital a venda da sua força de trabalho para garantirem a sua (re)produção social enquanto classe trabalhadora. Conforme evidencia Gaudemar (1977), o capital atua, sobretudo, na mobilidade horizontal do trabalho, proletarizando-os. Nessa direção, por mais que a grandiosidade dos empreendimentos minerais aparentemente pareçam ser a causa para a complexificação dessa classe, ontologicamente essa diferenciação e complexidade respalda-se no desenvolvimento histórico das relações de produção, cujo trabalho assume papel elementar.

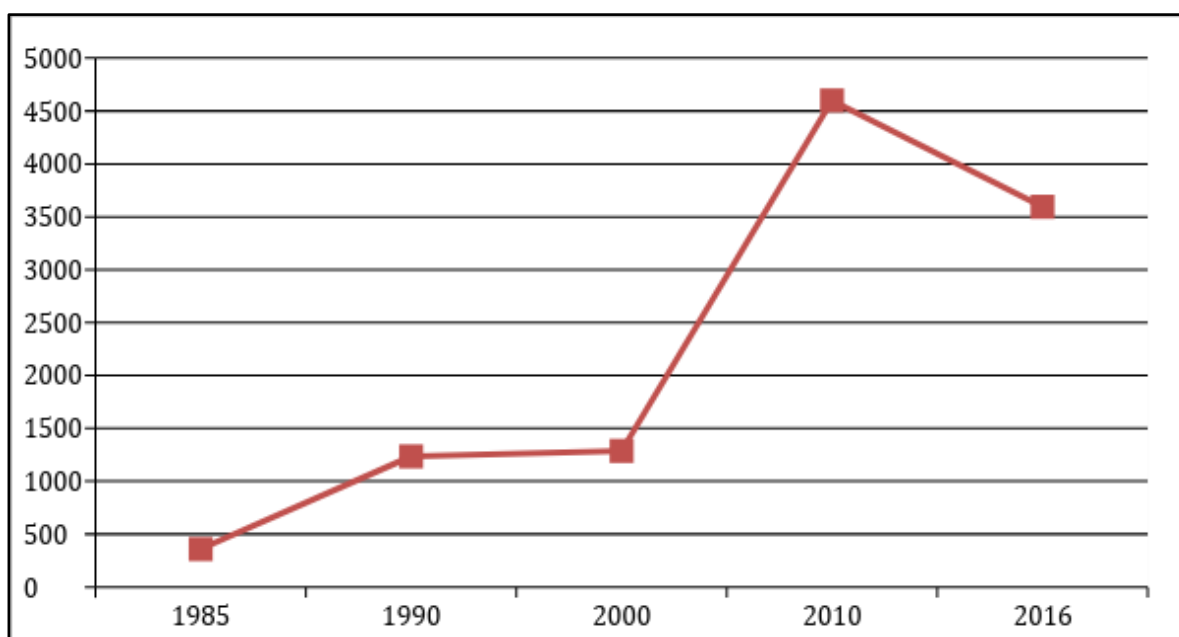
5.2.1 A Face Precarizada da Mobilidade do Trabalho em Tempos de Acumulação Flexível

Na atualidade, a crise estrutural do capital, que demanda organização da sua base de reprodução social, possui implicações diretas nas relações de controle do trabalho. A reestruturação produtiva que emana da continuidade-descontínua do fordismo-taylorismo-toyotismo resultou na complexificação da classe trabalhadora em sua totalidade, conjuntura que se distingue da situação da classe trabalhadora no período inicial de desenvolvimento do capitalismo, quando o trabalho industrial constituía o cerne da classe trabalhadora. Conforme explicita Antunes (2005) o

regime de acumulação atual corrobora com o aprofundamento das relações capitalista a nível global e a sua inserção nas diversas esferas da organização social, tornando o trabalho multifacetado, flexível, eivado, terceirizado e precarizado.

Na mineração em Sergipe, observa-se diversas tendências como segmento do atual regime de acumulação do capital, dentre eles sublinha-se a redução do quantitativo de trabalhadores empregados (conforme pode ser observado na figura seguinte). Em tempos de crise estrutural, a contração do quantum de força de trabalho no movimento produtivo significa estratégia para diminuição de custos, permitindo, desse modo, contrabalancear a tendência de queda da taxa de lucro, além de contornar temporariamente os efeitos deletérios da ativação dos limites últimos absolutos do capital.

GRÁFICO 13 - SERGIPE: TRABALHADORES EMPREGADOS NA INDÚSTRIA EXTRATIVA-MINERAL, 1985-2016.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS, 2018.

Organização: Márcio dos Santos Reis, 2018.

A redução no quantitativo da força de trabalho empregada na indústria extrativa-mineral em Sergipe atinge principalmente os trabalhadores terceirizados e relaciona-se com as estratégias do capital no contexto de crise estrutural. Na PETROBRÁS, a contração do quantum de trabalho permanente está relacionada fundamentalmente com as investidas neoliberais de privatização da empresa, forjando uma situação de crise com o objetivo primário de comprovar insuficiência rentável da estatal e, engendrar o consentimento social da privatização, a fim de contrabalancear as contas públicas, uma vez que o domínio estatal resulta em prejuízos financeiros à população. No processo de acumulação flexível, a redução do quantitativo de trabalhadores torna-se essencial para garantia da elevação da taxa de lucros, mediante a estratégia da empresa enxuta e aliciamento da estatal à política de mercado. Conforme demonstra Zontra (2016) esse é o protocolo adotado no processo de privatização das estatais, sendo evidente no caso da Companhia Vale do Rio Doce.

A gênese desse processo é o caráter rentista e mercantil que a empresa assumiu após a liberalização de ativos comercializados nas bolsas de valores, permitindo a paulatina mobilidade do capital financeiro e internalizando gradativamente uma política de mercado. Essa política financeira intensificou-se, demasiadamente, a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, com o objetivo de garantir o lucro excedente dos seus acionistas - que agrega bancos transnacionais com sede na Europa e nos EUA.

Materializando a financeirização da PETROBRÁS, os Planos de Negócios e Gestão de 2016 e 2017 trazem como metas a redução dos custos operacionais dispondo como opção à classe trabalhadora a adesão ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária (PETROBRÁS, 2016; PETROBRÁS, 2018).

Na exploração do potássio, a redução dos postos de trabalho tem se efetivado de forma mais intensa a partir da mobilidade do capital reificada na captura do complexo Taquari-Vassouras pela *The Mosaic Company*. Seguindo o receituário da reestruturação produtiva a redução de custos é posta pelo discurso empresarial como necessidade de tornar a empresa mais enxuta, mas para a classe trabalhadora assume o significado de demissão. A *Mosaic* assumiu o controle do complexo mina-usina em janeiro de 2018 e realizou a demissão de

aproximadamente 100 funcionários, apenas nesse ano (2018), como o propósito de cortar custos e aumentar a rentabilidade da empresa.

A demissão houve para os funcionários normal. A empresa chamou o sindicato para fazer o acordo, o acordo era dando dois salários a mais na demissão, seis meses de assistência médica e nós não concordamos. Nós queríamos outras maneiras, outras formas, sem demissão, nós não queríamos acordo com isso, mas eles demitiram assim mesmo. A justificativa que eles deram foi de enxugar a empresa, baixar custos. Isso está diretamente ligado aos custos de produção, que eles dizem, a gente não tem acesso a isso, isso é uma coisa que é fechado. Por exemplo, eles informaram da última vez que o custo de produção estava em US\$ 160 a tonelada, eles pegaram com US\$ 180 e estava em US\$ 160, conseguiram baixar o custo. Eu disse é as emissões também ajudaram para isso, baixaram o custo (SINDIMINA, 2018).

Na indústria do cimento, o contexto de crise também se materializa em demissão para a classe trabalhadora. Prevalecendo os imperativos do capital, reduzir o quantitativo de trabalho torna-se estratégica essencial com o objetivo de conter a queda da taxa de lucro.

Essa crise vem diminuindo. Desde 2009, 2008, na primeira crise. Naquela crise internacional de 2009-2008, onde o governo Lula falou que era marolinha, lembra? E foi se agravando, se agravando e começou a pipocar agora em 2015, final de 2014 para cá foi se agravando ainda mais depois da copa. Quem estava aguentando um pouco nosso setor era a construção civil com o “Minha Casa Minha Vida”, as obras da copa e as olimpíadas, quando tudo isso passou aí todo mundo foi para zero. (SINDICAGESE, 2018).

O caso mais emblemático das demissões na indústria do cimento é o da Fábrica Nassau. Como resultado da crise do capital, a empresa tem fechado diversas filiais no país, entre elas a unidade de Sergipe resultando na demissão de mais de 300 funcionários sem direito ao recebimento de qualquer direito trabalhista. Na análise de Marx (2013), força de trabalho flutuante, são prontamente contratados em tempos de expansão do capital e rapidamente dispensados em tempos de crise, entregues à própria sorte e aos ditames do capital

As demissões na indústria extrativo-mineral atuam como estratégia para afastar a tendência de queda da taxa de lucro em tempos de crise. Há, nesse processo, uma alteração na composição orgânica do capital sem qualquer alteração de inovação tecnológica, visto que os padrões tecnológicos permanecem os mesmos, mas a redução do trabalho vivo em contrapartida ao aumento do trabalho morto é garantida pela redução da força de trabalho empregada. A redução do quantum de

trabalho no setor extrativo-mineral em Sergipe, são a expressão do processo de liofilização conforme evidenciado Antunes (2005) permitem a ampliação do trabalho morto com redução do trabalho vivo, garantindo a exploração da dimensão subjetiva do trabalho e pela intensificação de forma generalizada da precarização e terceirização do trabalho.

Na atividade extrativo-mineral em Sergipe, a terceirização se circunscreve como marca real da reestruturação produtiva demandada da necessidade de reorganização da reprodução do capital em tempos de crise estrutural. Assumida pelo discurso empresarial como nova forma de gestão, flexibilização produtiva, focalização nas atividades fins, parcerias entre empresas, a terceirização assume caráter contundente de controle, coerção, coação e dominação da classe trabalhadora, na medida em que a precariza e desestabiliza as estruturas de luta política.

Todas as empresas pesquisadas - PETROBRÁS, *The Mosaic Company*, Votorantim - utilizam-se da estratégia da terceirização como forma de organização e gestão do trabalho, criando em seu interior uma senda na classe trabalhista que se traduz na segmentação entre trabalhadores terceirizados e trabalhadores contratados diretamente pela empresa.

O processo de terceirização, que tomou impulso a partir da era neoliberal no Brasil, assumiu uma dimensão nova e radical, causou impacto disruptivo sobre o mundo do trabalho. Ao constituir uma rede de subcontratação complexa, o capital tende a criar uma polarização na classe operária, constituindo, por um lado, uma “elite” de novos operários polivalentes (e mais qualificados), inseridos no novo estranhamento capitalista, convivendo no interior de uma cadeia produtiva, com uma classe operária com estatutos salariais precários e segmentados (ALVES, 2010, p.265-266).

Nesse sentido, a disjunção que se estabelece na classe trabalhadora tem mais que um objetivo econômico, é também um objetivo político na medida em que segmenta, pulveriza os trabalhadores de acordo com os níveis salariais, as empresas que trabalham, a legislação trabalhista que regula seu trabalho e o sindicato que os representa (ALVES, 2009; ALVES, 2010; ANTUNES, 2006). Em tempos de crise, o capital, redefine e amplia suas estratégias de coerção e coação da classe trabalhadora na medida em que a subjuga aos seus determinantes de lucros extenuantes, precarizando-a.

Nas empresas privadas, *Mosaic* e Votorantim, a diferenciação da classe trabalhadora é essencialmente diferenciação entre dominação por capitais privados distintos, enquanto que na Petrobrás a diferenciação da classe trabalhadora por meio do processo de terceirização diferencia-se entre a dominação pelo capital privado e a dominação pelo capital estatal.

Nos labirintos da exploração capitalista, os trabalhadores terceirizados carregam consigo a esperança da mobilidade vertical do trabalho, definida por Gaudemar (1977), como o movimento do trabalhador na sua posição hierárquica na fábrica. Nas empresas privadas - *Mosaic* e Votorantim - os terceirizados almejam a ascensão ao *status* de funcionários contratados diretamente, com mais direitos trabalhistas e nível salarial mais elevado. Enquanto que na PETROBRÁS, os trabalhadores terceirizados anseiam tornar-se funcionário público, com carreira de trabalho estável e mais direitos trabalhistas.

Aos trabalhadores contratados diretamente pelas empresas *Mosaic* e Votorantim cabe a convivência com o fantasma da terceirização que tende a intensificar-se, sobretudo, devido a emergência da nova legislação trabalhista que permite a terceirização de atividades fins. Na PETROBRÁS a ameaça aos trabalhadores contratados diretamente revela-se como espectro da privatização em tempos de neoliberalismo e acumulação flexível.

A visão do imediato é o que domina a concepção dos trabalhadores impedindo-os de compreender que apesar de segmentados entre terceirizados e contratados diretamente, todos inserem-se na classe que segundo Marx (2013) configura-se como segredo da produção do valor. O estranhamento do seu produto impede-os de enxergarem a subsunção formal e real desses sujeitos diante do capital, contribuindo para a segmentação da classe.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que de forma geral, os trabalhadores terceirizados vivenciam tratamento diferenciado entre eles e os trabalhadores contratados diretamente, seja na PETROBRÁS, na Votorantim, ou na *Mosaic*. O terceirizado carrega o estigma da posição periférica, maior subordinação e insegurança quanto ao futuro. Alienados pela ideologia da terceirização, os terceirizados, em sua maioria, defendem a terceirização das atividades, internalizam o discurso hegemônico e acreditam que é uma forma de gerar mais empregos.

Porque é melhor, gera mais empregos que a PETROBRÁS. (Trabalhador Terceirizado da Petrobrás, 22 anos).

Porque dá mais emprego, não da forma que está na lei. Sem a terceirização não existiria a PETROBRÁS (Trabalhador Terceirizado da PETROBRÁS, 59 anos).

Porque sem ela não estava trabalhando. (Trabalhador terceirizado da *The Mosaic Company*, 36 anos).

Gera emprego para o pessoal (Trabalhador terceirizado da Votorantim, 35 anos).

A ideologia determina papel elementar para o entendimento do caráter apologético dos terceirizados aos interesses burgueses, evidenciado na fala dos sujeitos. Marx (2007) pontua que a ideologia tem sua base nas relações sociais, desse modo, a medida que as relações sociais de produção baseiam categoricamente em formas monetárias, a ideologia da classe burguesa atua de forma hegemônica no controle social, universalizando os interesses burgueses, naturalizando processos histórico-sociais e invertendo o real.

A ideologia expressa na fala dos trabalhadores terceirizados naturalização da exploração pelo capital. Na medida em que reconhecem o capital como gerador de empregos terceirizados, se desconhecem enquanto sujeitos que realizam trabalho e produzem a riqueza na sua dimensão concreta, desrealizam-se da condição humana. A ideologia cumpre o seu papel de inversão do real e de naturalização dos processos sociais. (MARX, 2007).

Em outra condição de exploração, os trabalhadores contratados diretamente pela empresa divergem no que se referem ao apoio/recusa da terceirização. As divergências desses posicionamentos possuem relação íntima com a posição que desempenham nas relações sociais de produção, bem como a natureza dessas relações na consonância do desenvolvimento das relações capitalistas.

Atividades não fins tem que ser terceirizada e a empresa tem que se concentrar apenas na sua finalidade (Trabalhador contratados diretamente pela Votorantim, 37 anos).

A favor, pois não adequado para determinados serviços (Trabalhador contratados diretamente pela *The Mosaic Company*, 44 anos).

Na pesquisa de campo, constata-se que dos trabalhadores contratados diretamente que se mostram a favor da terceirização todos trabalham em empresas privadas, Votorantim e *The Mosaic Company*. Observou-se, ainda, que

trabalhadores contratados diretamente pela empresa contrários foram encontrados nas duas empresas privadas pesquisadas - *The Mosaic Company* e Votorantim - como também na estatal Petrobrás.

Prevalece os empresários somente (Trabalhador contratados diretamente pela Votorantim, 36 anos).

Desloca para fazer funções que não são específicas (Trabalhador contratados diretamente pela Votorantim, 37 anos).

Dependendo de como é colocada prejudica alguns segmentos do trabalho (Trabalhador contratados diretamente pela Petrobrás, 57 anos).

A favor da privatização, mas não é a favor da terceirização. (Trabalhador contratados diretamente pela *The Mosaic Company*, 34 anos).

Tudo primarizado. Não vejo diferença. O que a gente faz eles fazem. (Trabalhador contratados diretamente pela *The Mosaic Company*, 45 anos).

Mesmo serviço por um valor menor (Trabalhador contratados diretamente pela *The Mosaic Company*, 31 anos).

No caráter laudatório do discurso de trabalhadores contratados diretamente pela Votorantim a terceirização traz consigo o histórico de trabalho em uma empresa privada, onde os interesses mercantis historicamente hegemônicos determinam as relações em todos os sentidos. Verifica-se que o discurso dos trabalhadores da *The Mosaic Company* que aflui para essa direção são trabalhadores que sob a coação do desemprego passam a defender os interesses burgueses como seus, resultando daí o apoio inclusive a privatização.

Por outro lado, a recusa à terceirização que aparece no discurso dos trabalhadores contratados diretamente pela Votorantim, *Mosaic* e PETROBRÁS demonstram relativa consciência aos ditames do capital. Na estatal, mesmo com a intensificação dos ataques do capital, o histórico de luta política ainda atua na consciência do trabalhador contratados diretamente pela empresa. A precarização do trabalho do trabalhador terceirizado demonstra para os trabalhadores contratados diretamente o lado perverso da exploração capitalista, consequentemente a experiência com os terceirizados desenvolvendo as mesmas atividades que esses trabalhadores, mas por remuneração inferior, desperta a consciência para o risco de serem atingidos pelas mesmas investidas do capital. A negação da terceirização configura-se, desse modo, como ato de resistência.

Nessa medida, a terceirização é uma atividade das principais formas ou dimensões da flexibilização do trabalho, pois ela consegue reunir e sintetizar o grau de liberdade de que o capital dispõe para gerir e, desta forma, dominar a força de trabalho. Liberdade que é verificável através da flexibilização dos contratos e, principalmente da transferência de responsabilidade de gestão e de custos trabalhistas para um “terceiro”. Uma prática de gestão que encontra respaldo em vários aspectos e instrumentos que limitam a regulação do mercado de trabalho, a exemplo das mudanças na legislação trabalhista, cuja flexibilização ocorre no sentido de fortalecer a liberdade de ação empresarial, principalmente no que tange às perdas de direitos dos trabalhadores (DRUCK; FRANCO, 2009, p. 228).

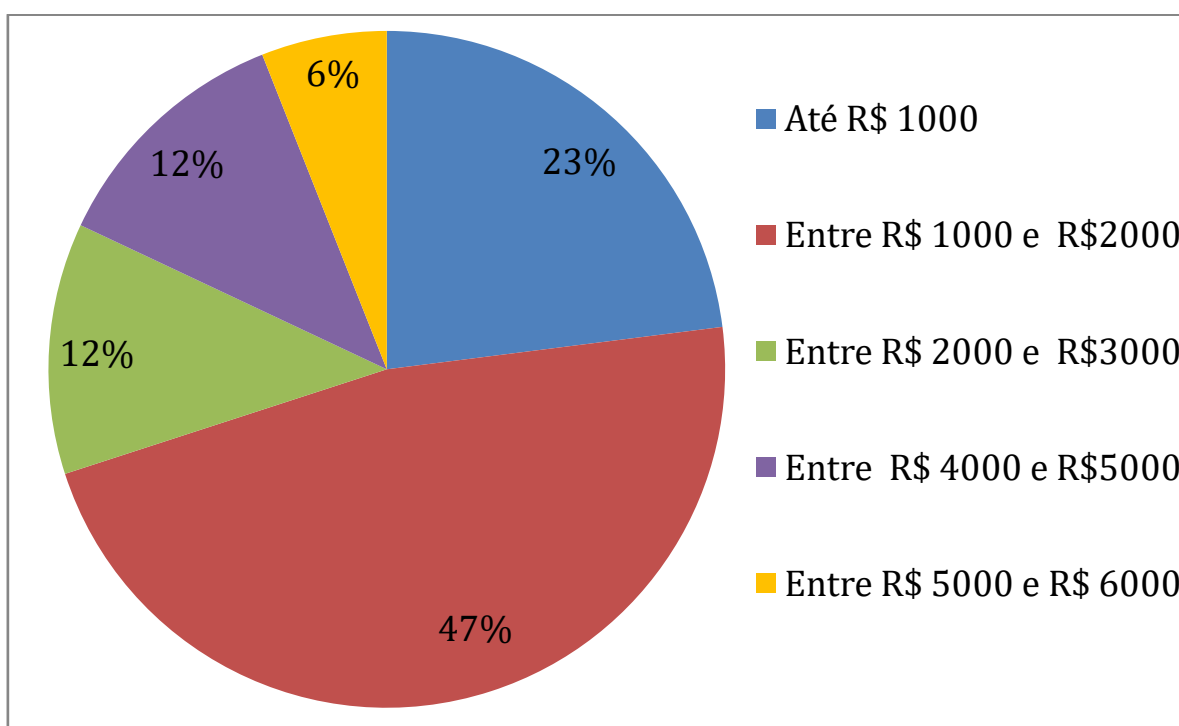
Na luta contra o capital, os trabalhadores contratados diretamente pela empresa convivem com a contradição de não se reconhecerem enquanto sujeitos da mesma classe social dos terceirizados e a recusa à terceirização como forma de resistência aos ataques do capital para precarizá-los e lançá-los no jugo da intensiva exploração e arrocho dos níveis salariais. Conforme evidencia Alves (2010) e Antunes (2006), essa situação permite ver a terceirização não apenas como estratégia econômica de controle do trabalho, mas revela também o seu aspecto político para dominação capitalista.

No processo de acumulação flexível na mineração em Sergipe essa situação é visível também nas diferenças dos níveis salariais da classe trabalhadora. Marx (1988), afirma que o salário representa o valor previamente definido para que a força de trabalho desempenhe trabalho no processo de (re)produção do capital, constitua-se como valor que o capitalista paga para comprar a mercadoria força de trabalho no sistema das mercadorias e não o valor que o trabalho produz, uma vez que, parte excedente deste valor é apropriado pelo capitalista. Dessa forma, o salário permite a (re)produção da classe trabalhadora enquanto força de trabalho, sendo que nesse processo o trabalhador apenas é pago após atuar valorizando o capital.

O capital que foi alienado em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores. Dentro dos limites absolutamente necessário, portanto, o consumo individual da classe trabalhadora é a reconversão dos meios de subsistência, alienados pelo capital em troca da força de trabalho, em nova força de trabalho a ser explorada pelo capital. Tal consumo é produção e reprodução do meio de produção mais indispensável ao capitalista: o próprio trabalho (MARX, 2013, p. 647).

Considerando o salário, como valor necessário a (re)produção da classe capitalista, observa-se a tendência da acumulação flexível na determinação dos salários e segmentação da classe trabalhadora na mineração. Na pesquisa de campo, constatou-se que os maiores rendimentos nominais concentram-se nos trabalhadores contratados diretamente pela empresa, enquanto os trabalhadores terceirizados representam a parcela mais precarizada, mais explorada e com os menores rendimentos mensais.

GRÁFICO 14 - TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO, PETROBRÁS, 2018.



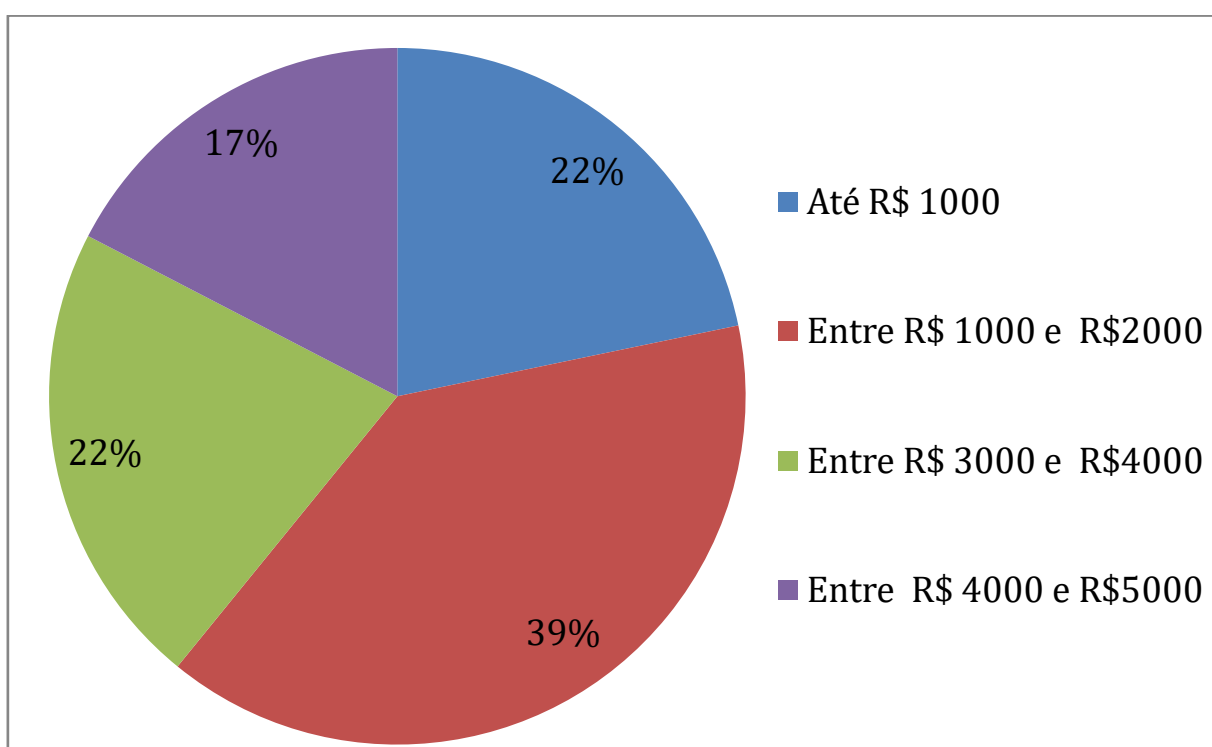
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Os dados demonstram que cerca de 70% dos trabalhadores entrevistados da PETROBRÁS possuem rendimento nominal médio de até R\$ 2000. Todos os trabalhadores que se inseriram nessa classificação eram trabalhadores terceirizados. Sendo os extratos de valores mais elevados marcado pela predominância de trabalhadores contratados diretamente pela empresa, a exceção

a essa regra são os trabalhadores que desempenham as funções de sondagem, inspetor dimensional, inspetor de equipamentos e técnico em edificações, cujos rendimentos mensais tornam-se mais elevados em razão da funcionalidade técnica do trabalho que desempenham e a disponibilidade no mercado também ser mais escassa.

GRÁFICO 15 - TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO, THE MOSAIC COMPANY, 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

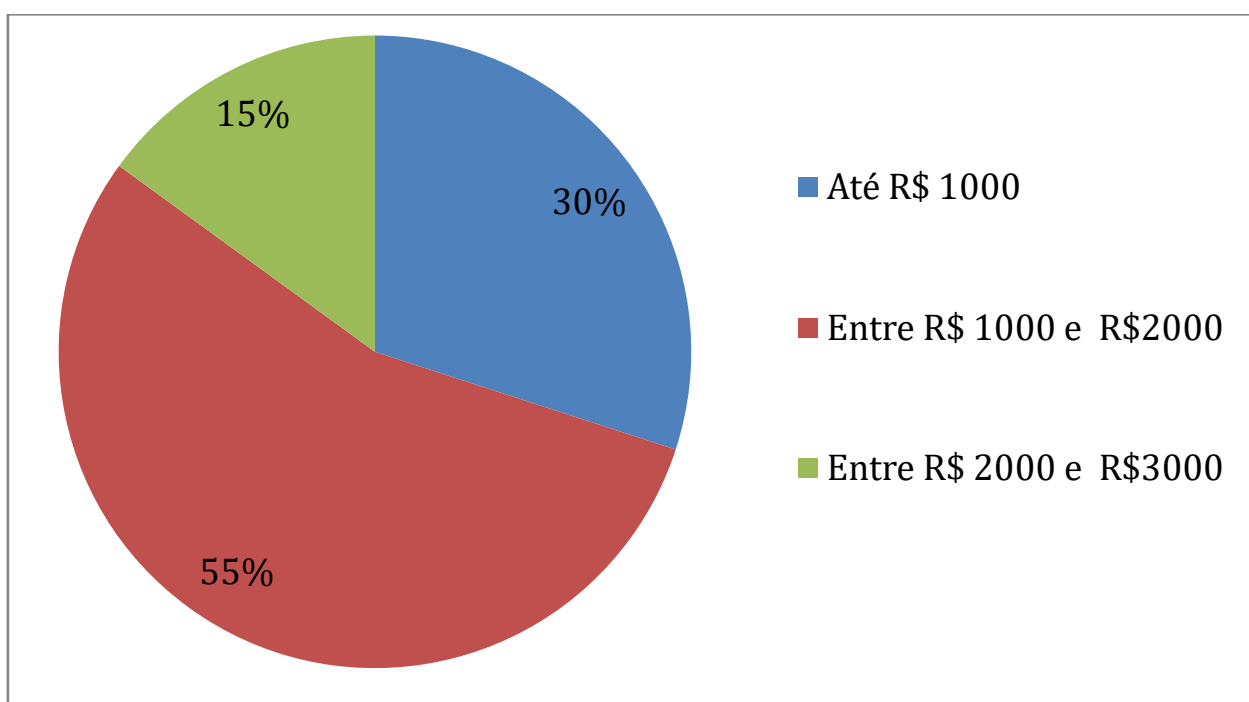
Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Na empresa *The Mosaic Company*, a amostra de trabalhadores entrevistados revelou que 61% possuem rendimento nominal médio de até R\$ 2000, seguindo o padrão de exploração capitalista via terceirização, esses trabalhadores também são em sua maioria trabalhadores terceirizados, apenas um trabalhador contratado diretamente pela empresa afirmou possui rendimento de R\$ 2000 mensal. Os trabalhadores terceirizados, que afirmaram possuir rendimentos maiores que essa

faixa, são aqueles que desempenham funções de maior complexidade, ou com maior nível de instrução técnica - mecânico e supervisor.

Os trabalhadores contratados diretamente pela empresa representam a parcela com os maiores rendimentos nominais, são trabalhadores que trabalham na empresa desde o período anterior a privatização e que por isso ainda guardam como especificidade salários relativamente mais elevados que as empresas de capital privado do segmento, como a Votorantim. Esses trabalhadores apesar das perdas salariais que sofreram durante a fase de transição ao sistema privatizado⁴³, guardam certa condição mais favorável.

GRÁFICO 16 - TRABALHADORES: RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO, VOTORANTIM, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Os trabalhadores da Votorantim, foram os que apresentaram os menores rendimentos nominais no geral, com limite de até R\$ 3000. É também a empresas

⁴³ Coelho (2015), possui relevante estudo que demonstra como o processo de privatização resultou no achatamento salariais dos trabalhadores da antiga Companhia Vale do Rio Doce.

com o maior percentual de trabalhadores que se enquadra na categoria de rendimento nominal médio de até R\$ 1000, em sua maioria aproximadamente 1 salário mínimo. São trabalhadores terceirizados, cuja situação evidencia o esgarçamento do trabalho resultante da acumulação flexível.

A Votorantim possui a particularidade de apresentar a menor diferença salarial entre os trabalhadores terceirizados e os contratados diretamente pela empresa, visto que, a categoria de rendimentos entre R\$ 1000 e R\$ 2000 é marcada pela presença em proporções de quase equidade entre os dois grupos de trabalhadores. Além disso, a diferença entre o maior salário registrado e o menor possui proporção inferior que as empresas anteriores, essa condição não representa igualdade social, mas o nivelamento por baixo das condições de exploração em tempos de acumulação flexível. Conforme demonstra Alves (2010) com a descontinuidade contínua do taylorismo-fordismo para o toyotismo as diferenças entre as classes central e periférica dos trabalhadores tende a desaparecer e o que tende a permanecer é a insegurança e intensificação da exploração do trabalho.

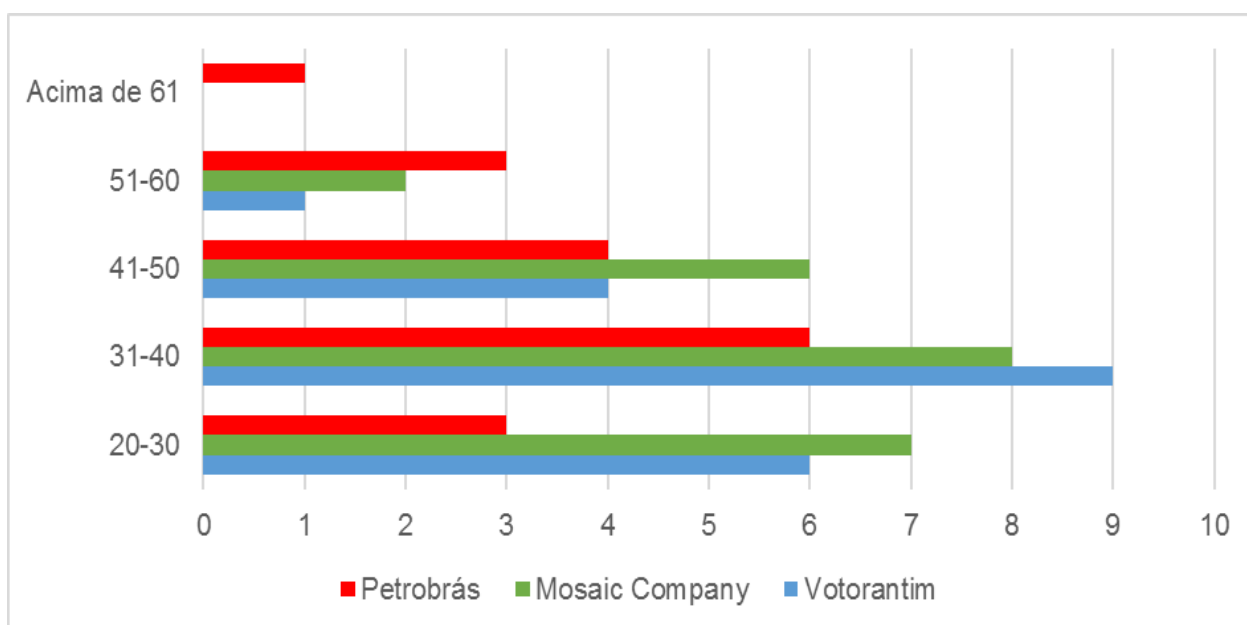
A parte que refluí de forma contínua para o trabalhador, sob a forma de salário, é a parte que integra o todo por ele produzido e necessária ao seu consumo individual, ou seja, a sua reprodução enquanto força de trabalho. Marx (2013), demonstra que a compra de mercadorias, mediante o valor do salário, representa ao mesmo tempo consumo individual para o trabalhador, uma vez que possibilita suprir suas necessidades materiais, e consumo produtivo para o capitalista, pois ao garantir a reprodução e manutenção da vida do trabalhador na condição de trabalhador cria o mecanismo para retroalimentação do ciclo do capital. Sob esse processo, as diferenças de níveis salariais, assim como a segmentação da classe trabalhadora entre terceirizados e contratados diretamente pela empresa desaparece e, insurge a função social do salário, permitir a continuidade do trabalhador na circunstância de vendedor da sua força de trabalho.

A mineração é uma atividade que tem no trabalho masculino e jovem a sua sustentação. Durante a pesquisa de campo, mediante observação direta, constatou-se essa situação, que repercutiu de igual modo na amostra das entrevistas com a participação de apenas uma mulher por empresa analisada, três no total. Na divisão sexual do trabalho, as mulheres desenvolvem atividades que não necessitam do

emprego de força física exorbitante, ou de menor periculosidade, desempenhando atividades de limpeza e de escritório. A preferência do capital, reificado na classe capitalista, pelo trabalho masculino e jovem justifica-se por fatores biológicos, maior força física, que repercutem em maior produtividade pelo uso da força física e intensificação do ritmo de trabalho.

No livro I do *Capital*, Marx (2013) demonstra que o trabalho na indústria moderna baseia-se nos indivíduos jovem e masculino devido à força física, o que permite potencializar a extração do mais-valor absoluto, sem necessariamente elevar o *quantum* de trabalho empregado. Nesse sentido, o trabalho masculino e jovem constitui essencialmente a massa do proletariado flutuante.

GRÁFICO 17 - TRABALHADORES: DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA, POR EMPRESA, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

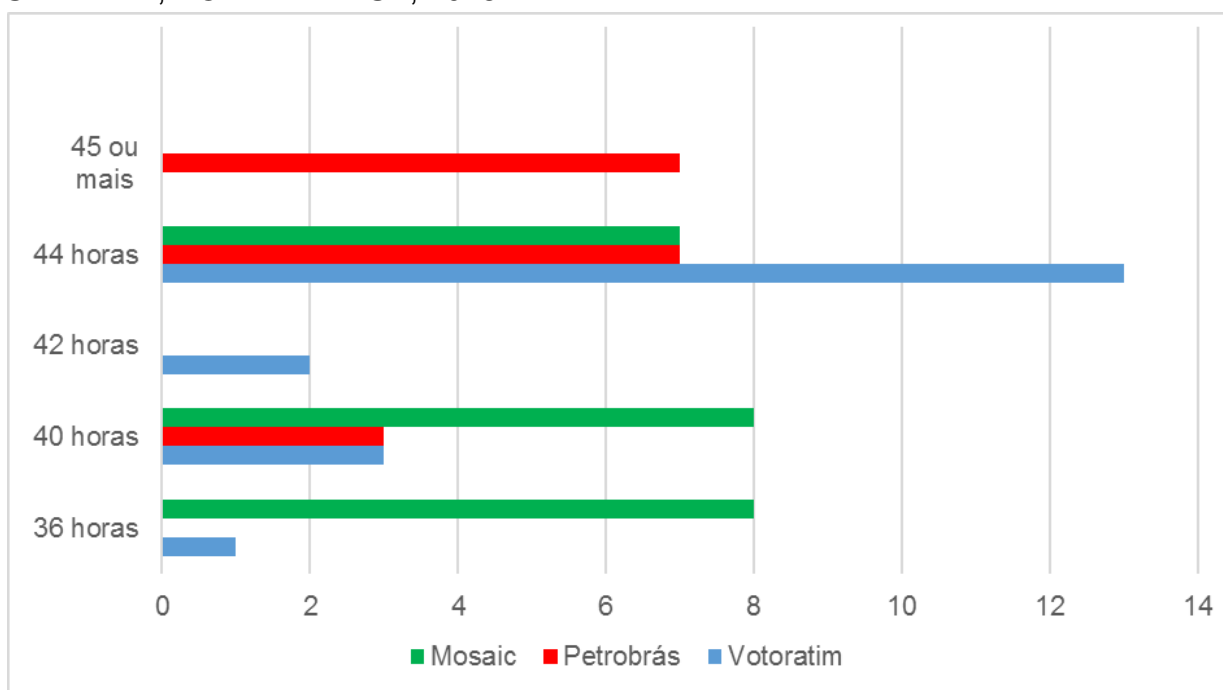
Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Com base no gráfico 17, comprova-se o maior contingente de trabalhadores na faixa-etária 20-40 anos. Na Votorantim, observa-se que a medida que a faixa etária supera esse grupo, a redução é significativa, assim como na *Mosaic Company*. A divisão mais equilibrada na Petrobrás alia-se a progressão de carreira que essa

empresa proporciona a classe trabalhadora, devido as lutas políticas historicamente travadas, como também ao processo de terceirização que implica no remanejamento, sobretudo, dos trabalhadores contratados diretamente para o desenvolvimento de atividades de gestão. Essa situação também assemelha-se com a realidade na *The Mosaic Company* devido ao seu passado como empresa estatal.

A duração da jornada de trabalho também desempenha função ímpar na (re)produção do capital. Com o prolongamento da jornada de trabalho, amplia-se a potencialidade de extração do mais-valor absoluto, permitindo ao capitalista maior lucratividade sem aumento do quantitativo de trabalhadores. Por sua vez, a intensificação da jornada de trabalho potencializa a extração do mais-valor relativo conservando-se o quantum de trabalho empregado, sem ampliação da jornada de trabalho (MARX, 2011). Nessa direção, o controle da jornada de trabalho desempenha papel central na produção e extração do mais-valor para garantia da exploração capitalista e contrabalancear os efeitos de crise.

GRÁFICO 18 - TRABALHADORES: DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEMANAL, POR EMPRESA, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Analisando o gráfico 18 percebe-se que as jornadas de trabalho acima de 40 horas/semanais possuem funcionalidade elementar na (re)produção do capital na atividade de mineração. A Votorantim destaca-se como a empresa com maior quantitativo de trabalhadores com carga horária regular de 44 horas/semanal, o máximo permitido pela legislação atual. Nessa empresa, esse dado expressa a realidade tanto para os trabalhadores terceirizado, quanto para os trabalhadores contratados diretamente.

A *Mosaic Company* apresenta uma situação que do ponto de vista quantitativo apresenta-se como favorável, um contingente considerável de trabalhadores com carga horário semanal de 36 horas. O que está escamoteado no quantitativo é revelado pelo qualitativo. Na subsunção do trabalho ao capital, são trabalhadores que desempenham função na mina subterrânea com uma jornada diária de 6 horas durante 6 dias da semana. Na jornada diária trabalham 45 minutos e pausam 15 mim devido às condições de elevada periculosidade à saúde humana que são submetidos na mina subterrânea, a pausa nesse caso não representa dádiva do capital, mas necessidade à sobrevivência desses trabalhadores.

Porque lá a gente está em um ambiente que 70%, às vezes, até mais é sal. O potássio está junto com o sal. O sal ele afeta a sua saúde na hipertensão. Casos de pessoas que saem de lá e depois... É claro que você está muito novo, você entra com 21, você trabalha 15 anos em uma frente, você se aposenta com 36, você se aposenta, você está novo, mas daí a pouco você começa a sentir o reflexo. Primeiro você trabalha a 700 metros, 500, 600, 700 metros abaixo da superfície, não vou dizer ao nível do mar porque é difícil até pra gente, lá pode ser uma outra situação. Você trabalha revezando de turno, 3 dias você está em um horário, 2 dias você está num outro, 2 dias você está num outro, teu corpo até acostumar.... São vários fatores que pra gente influencia (Trabalhador contratado diretamente pela empresa *THE MOSAIC COMPANY*).

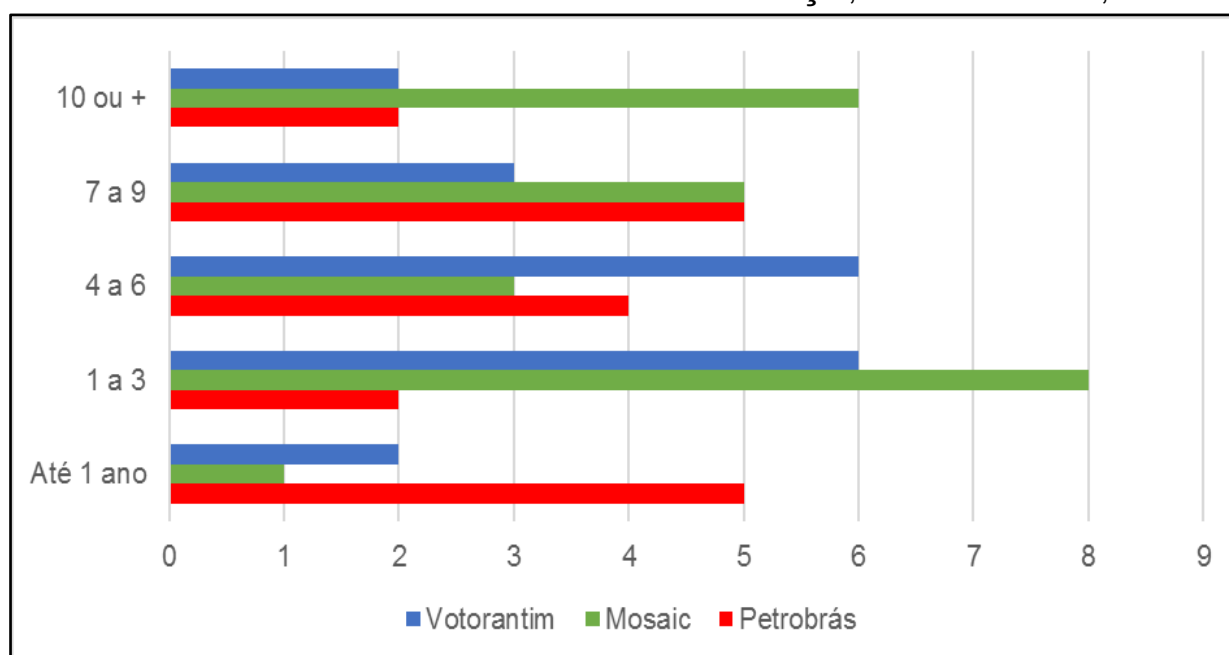
A situação de periculosidade do trabalhador subsuperfície da mineração resulta em condições diferenciadas de aposentadoria, todavia não suprime o caráter exploratório do capital. São “trabalhadores próprios” que recebem salário nominal em torno de R\$ 4000 reais, mas que convivem com uma jornada de trabalho flexível, com constante troca de turnos e condições de trabalho com risco eminente, tornando questionável o parâmetro salarial como mecanismo para classificá-los como “trabalhadores em posição benéfica” diante dos terceirizado. Comparar níveis

de exploração com base em rendimento nominal apresenta-se limitado quando se compara a periculosidade que intercepta a jornada desses trabalhadores.

Com funcionamento 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, a jornada flexível dos trabalhadores subterrâneos, assim como a elevada carga horária dos trabalhadores da *Mosaic* - com jornadas de 40 e 44 horas/semanais (nesse último caso majoritariamente terceirizados) - torna-se essencial para garantia da produção capitalista. Conforme evidencia Marx (2013), o prolongamento das jornadas de trabalho permite ao capital obter o aumento da mais-valor sem necessidade de aumentar o volume do capital constante.

Na PETROBRÁS, também foi registrado índices elevados da jornada de trabalho. Os trabalhadores terceirizado representam o elo mais fraco dessa realidade, com jornadas de trabalho no limite da legislação, 44 horas/semana, além dos casos em que esse limite é superado com a realização de horas extras. É sintomático os efeitos da acumulação flexível não apenas com a precarização dos trabalho e a ampliação da terceirização, mas também com a ampla difusão do regime de jornada flexível no esquema 12 horas de trabalho durante 4 dias e folga 2. Controlados pelo ritmo do relógio o trabalho torna-se apenas carcaça do tempo (MESZAROS, 2009).

Em tempos de crises estrutural, cujo ataque do capital materializa-se no regime da acumulação flexível, durante a pesquisa buscou-se analisar as diversas dimensões do esgarçamento do trabalho pelo caráter predatório do capital através da identificação do tempo de trabalho de cada trabalhador na empresa atual. A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins “ (HARVEY, 2008b, p. 144).

GRÁFICO 19 - TRABALHADORES: **TEMPO DE SERVIÇO**, POR EMPRESA, 2018.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

Com relação a rotatividade dos trabalhadores, de forma geral os terceirizados possuem o menor tempo de serviço em todas as empresas analisadas. Na Petrobrás, essa situação possui uma particularidade, devido à ausência de realização recente de concursos, como forma de garantir a continua terceirização das atividade e privatização, ocorre uma rotatividade de contratos com algumas terceirizadas, com o encerramento das prestação de serviços da empresa terceirizada ocorre a finalização dos contratos de trabalho.

Na PETROBRÁS, a relação de contrato com as terceirizadas configura-se como caso emblemático. Tornou-se rotineiro, a alegação de falência pela empresa terceirizadas como estratégia para fugir dos encargos trabalhistas. São empresas que encerram suas atividade com um CNPJ e reiniciam a atividade com CNPJ diferente, desse modo, são reinseridas na disputa por licitações para prestação de serviços à PETROBRÁS, enquanto eximem-se da responsabilidade com a classe trabalhadora, dispensando-a sem a garantia dos já limitados direitos trabalhistas. Respalda essa explicação o caso da empresa MCE Engenharia que em 2016 encerrou suas atividades e demitiu aproximadamente 190 funcionário no polo

Atalaia-Tecarmo, sem qualquer direito trabalhista. A escravidão assume novos contornos em tempos de crise.

A rotatividade dos trabalhadores aflui para indicar níveis elevados de exploração, sendo nesse caso realidade evidente principalmente para os trabalhadores terceirizados. Com base nas informações da figura anterior, corrobora-se elevado índice de trabalhadores com menos de 3 anos de atividade na PETROBRÁS, *Mosaic Company* e na Votorantim. Esses trabalhadores inserem-se no grupo dos trabalhadores periféricos que são contratados em regime integral, mas que devido as suas habilidades de trabalho serem encontradas facilmente no mercado possuem alta rotatividade (HARVEY, 2008b).

Com base na pesquisa de campo, pode-se concluir que os trabalhadores com maior tempo de serviço configuram-se em sua maioria como contratados diretamente pela empresa. São trabalhadores que segundo Harvey (2008b), são contratados em condição permanente, possuem maior segurança de trabalho em comparação com os trabalhadores periféricos, além das perspectivas de promoção e direitos trabalhistas. Foge a regra alguns trabalhadores terceirizados que desempenham atividades mais complexa, por isso, mais escassa no mercado.

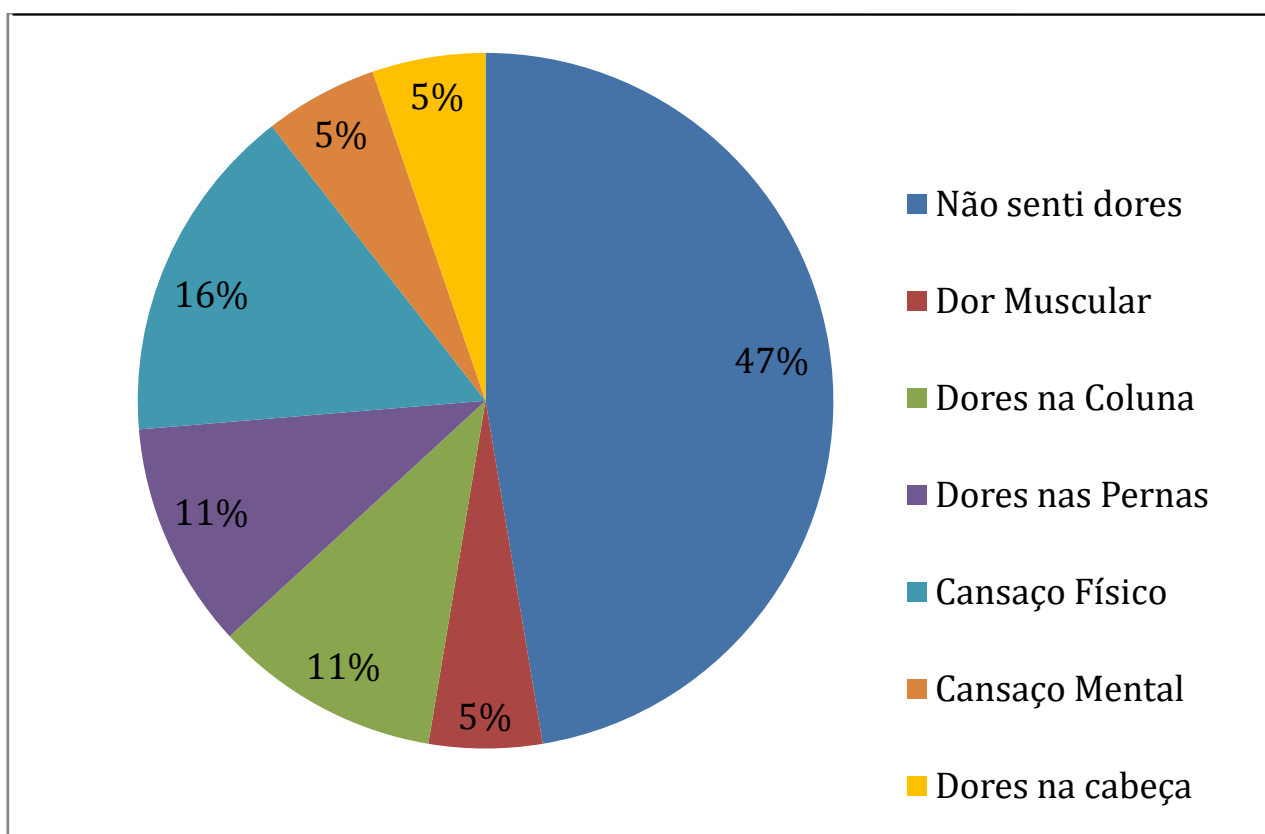
No processo de produção e valorização do capital, o trabalhador concentra todas as suas forças no processo produtivo, sob a subsunção do lucro torna-se matéria-prima consumida pelo capital esvaindo-se sua vitalidade, sua saúde. O desgaste humano é condição *sine qua non* à (re)produção do capital, assim como a alienação, fetichização e estranhamento do trabalho.

A degradação do trabalho, enquanto processo imanente à lógica reprodutiva do capital, foi explicitada de forma categórica por Engels (2010). Ao discorrer sobre a situação da classe trabalhadora mineira, o referido autor enfatiza os acidentes de trabalhos, as condições insalubres de trabalho, as extensas jornadas de trabalho, as doenças desencadeadas pela atividade laborativa, destarte, o subdesenvolvimento fisiológico e encurtamento da longevidade do trabalho.

Em Sergipe, o esgarçamento do trabalho também reflete em desgaste das condições físicas e mentais do trabalhador. Submetidos à jornadas de trabalho intensificadas e/ou prolongadas, além das jornadas flexíveis que desconsideram a

reprodução da força de trabalho em ambiente externo, encerra-se como resultado o aviltamento da saúde do trabalhador, como pode ser evidenciado nos gráficos seguintes.

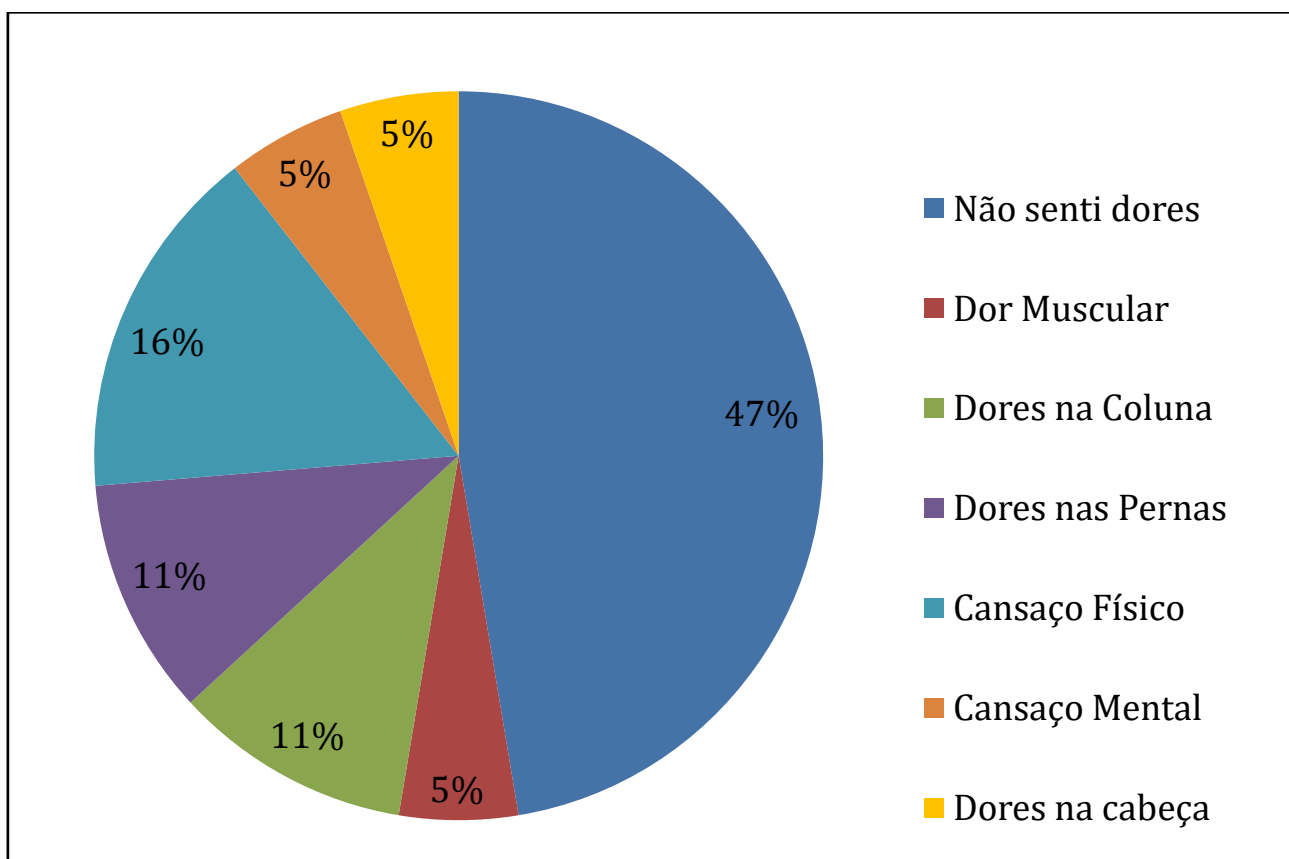
GRÁFICO 20 - TRABALHADORES: **PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DO TRABALHO**, PETROBRÁS, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

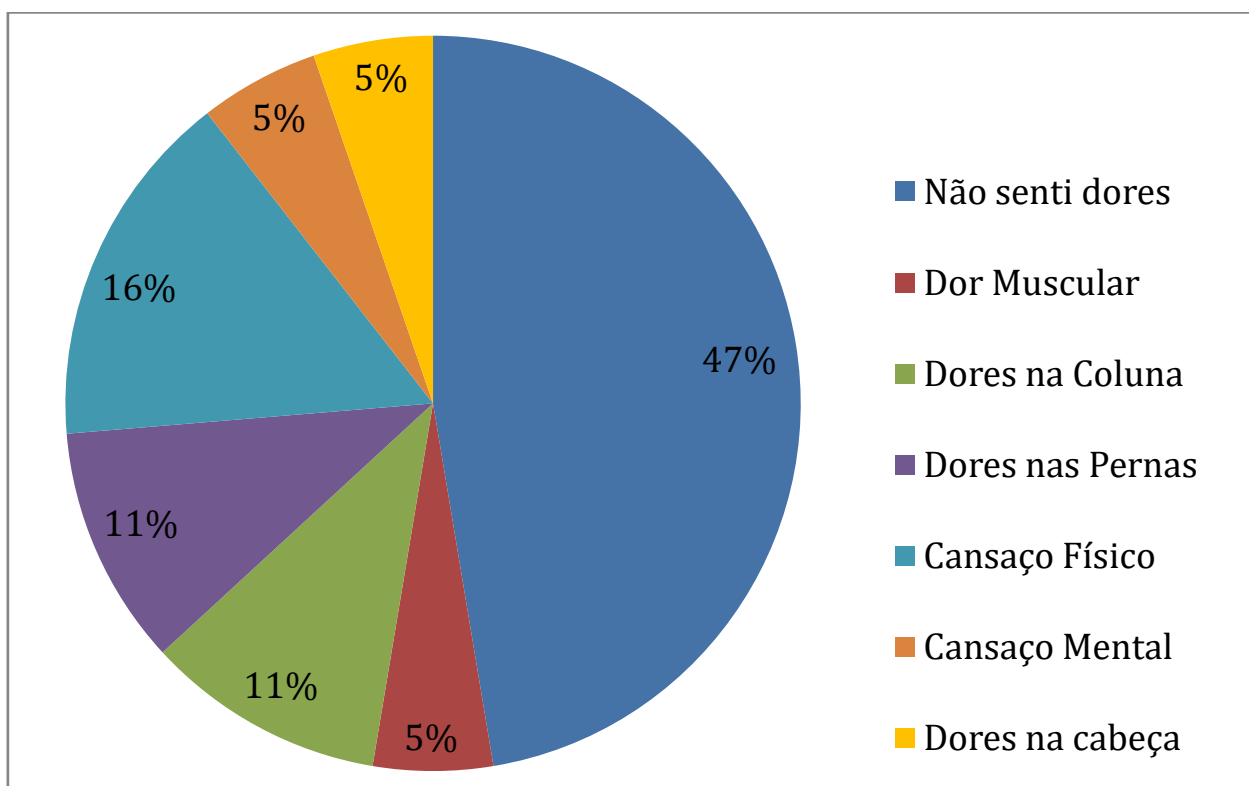
GRÁFICO 21 - TRABALHADORES: **PROBLEMAS DE SAÚDE** EM FUNÇÃO DO TRABALHO, THE MOSAIC COMPANY, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018

GRÁFICO 22 - TRABALHADORES: **PROBLEMAS DE SAÚDE EM FUNÇÃO DO TRABALHO**, VOTORANTIM, 2018.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

A degradação sistêmica do trabalho é marca da exploração capitalista sob os moldes da flexibilização e terceirização (THOMAZ JUNIOR, 2017). Conquanto, essa dimensão da exploração capitalista, amiúde, não seja compreendida de forma nítida pelo trabalhador. Submetidos às determinações sociometabólica do capital retratam o cansaço e as dores de forma naturalizada. Subsumidos de forma real pelo capital, na maioria dos casos não conseguem associar o desgaste físico à jornada de trabalho exaustiva.

Em situação contrária, encontram-se os trabalhadores contratados diretamente pela empresa *The Mosaic Company* responsáveis pela exploração do potássio na jazida subterrânea. Operadores de máquinas especializadas para a dimensão espacial da mina, associam-se às condições insalubres e a degradação do trabalho como, principais marcas que carregam consigo são: as dores na coluna e os discos de hérnia. São trabalhadores que atestam a afirmativa de Marx (2013), de que o capital é um desperdício de forças e carne humana.

Os terceirizados dessa empresa, enquanto elo mais fraco das perversidades do capital, são os que mais relatam os sintomas do desgaste físico e mental. A degradação sistêmica do trabalho atua de forma paulatina, silenciosa, apresentando uma superposição entre: cansaço físico, cansaço mental, dores nas pernas, dores nos braços, dores na coluna.

A intensidade, amplitude e nocividade dos processos de trabalho afinadas ao padrão de acumulação imposto e à mercantilização da força de trabalho nos permitem colocar em questão que as lesões, os adoecimentos e as cicatrizes não se restringem somente às marcas físicas, mas também chegam à alma do trabalhador, quer pelos sintomas da exclusão, do descarte, como pela inabilitação para continuar vendendo força de trabalho ou, ainda, em função dos males que se circunscrevem ao âmbito da loucura do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2017, p. 7).

É necessário contrapor-se à lógica simplista que busca definir as doenças ocupacionais como decorrentes dos acidentes de trabalho, para inseri-las como nexos dos processos ocupacionais do trabalhador os riscos de exposição no processo (im)produtivo, a precarização das condições de (re)produção do capital (THOMAS JUNIOR, 2017).

A situação das dores conflui para outra realidade do trabalho na mineração: os acidentes. No regime da acumulação flexível a precaução com os acidentes representam custos, como a regra preponderante é a fábrica enxuta, o cuidado com os riscos de trabalho torna-se supérfluo, o trabalho torna-se supérfluo. A máxima mantém-se na garantia inexorável do lucro, mesmo que como dispêndio resulte em sangue humano.

Nos nosso arquivos aqui, porque geralmente eu só posso falar pra você os registros que a gente tem afirmativo, nós temos. Eu acho que esse ano nós temos recebido poucas comunicações de acidentes, mas isso não significa que os acidentes não estão acontecendo. Existem duas situações aqui, uma coisa é quando eu registro e outra coisa é quando eu omito o registro. O que está acontecendo, que a gente está analisando, ao registrar o acidente você cai nas estatísticas, desvaloriza, tem multa por conta da questão da relação do trabalho. Então, as empresas junto com a Petrobrás estão utilizando uma metodologia, ou seja, não registra porque a empresa vai ser prejudicada nas estatísticas. O que a gente tem percebido é que muitos acidentes, porque os acidentes às vezes eles, eles são de primeiro grau. Tem acidente de primeiro, segundo e terceiro grau. Acidentes de primeiro grau geralmente não são registrados porque quando você chega numa reunião de CIPA - Comissão de Interpretação de Acidente, a gente começa a ver os números de acidentes que acontecem muitas vezes não chegam ao

conhecimento do sindicato, a gente sabe através de outros mecanismos. Então, os acidentes continuam acontecendo mas a gente como estrutura de sindicato fica sabendo por outros meios que estão acontecendo e ainda a gente faz uma análise que poderá acontecer. O problema é que às vezes somos informados e às vezes a gente faz o papel do médico legista, do IML, a gente só vai quando é pra pegar pra botar, porque enquanto tiver um jeitinho de colocar no hospital não informam. Quando o negócio é grave, não tem mais jeito como ocultar, aí revela, mas enquanto a Petrobrás tiver interesse em não informar seus acidentes, ela vai fazer. Isso é ruim porque com a omissão dos acidentes vai acontecendo a morte, como aconteceu há 2 meses com um trabalhador na Bahia. Vai acontecendo os pequenos riscos que vão sendo omitidos e não vão sendo tomadas as medidas até que morre um. A não correção dos pequenos desvios vai se deparar na fatalidade já. E quando acontece você vai observar que até aquele caminho teve vários desvios que deveriam ter sido corrigidos, mas preferiu-se manter o silêncio e deixar o negócio acontecer, omissão total. O processo de terceirização ele proporciona muito isso, porque a maioria dos empregadores, eles não estão preocupados com a segurança do trabalhador algum, ele quer que o trabalhador produza pra gerar lucro pra ele na pior condição que tiver e isso vai encadear nos riscos de acidente (SINDIPETRO, 2018).

Relato de acidentes fatais tem muito tempo que houve o último, acidente com perda de membros, hoje tem um tempo que não tem. Há de menor gravidade, mas são bem menores (SINDIMINA, 2018).

Há ocorrência, principalmente onde tem terceirização. Com os terceirizados a frequência de acidentes é muito maior já são pessoas mais precarizadas, a exigência é maior, a carga horária é maior e aí há maior incidência de acidentes. O que ocorre é que às vezes se encobre esses acidentes Quando não é necessário afastamento eles escondem, manda a pessoa ficar em casa uns 5 dias, 6 dias eles se recuperam e volta a trabalhar, nisso não faz a CAT. Acidente que passa mais de 16 dias que é o prazo para afastar pelo INSS não tem como esconder porque o sindicato vai lá e tem uma atuação maior porque o sindicato sabe e vai em cima deles pra fazer a CAT, mas acidentes de pequenas proporções tem como esconder. O cara vai no médico, o médico passa uma remédio, fica lá 3, 4 dias e aí não tem nem como a gente saber (SINDICAGESE, 2018).

A contradição do movimento metabólico do capital é a essência dos acidentes de trabalho. A acumulação flexível, colocada de modo uníssona pelo discurso burguês como solução à crise, contraditoriamente atua na intensificação da crise na medida em que intensifica as contradições e antagonismos que interpelam o processo (re)produtivo do capital. Nessa direção, a redução de custos - defendida de forma inflada nos moldes da flexibilidade - configura-se como antítese da redução dos acidentes de trabalho.

A superfluidade, que assume o trabalho sob a forma precarizada, torna-se evidente nos índices de acidente e nas entrevistas realizadas. Na Petrobrás o maior índice de acidentes está nas atividades de sondagem devido ao risco que essa atividade desempenha acompanhado, da falta de treinamento adequado dos terceirizados.

Com base na pesquisa de campo, constatou-se que em todas as empresas pesquisadas - *Mosaic*, Votorantim e Petrobrás - o treinamento incipiente, ou até mesmo ausente, confluir para os trabalhadores terceirizados tornarem-se alvos dessas estatísticas de acidentes e até de morte como pode ser observado nos quadros seguintes. A desengordurização da empresa, da fábrica enxuta, a racionalização da produção aclamada pela acumulação flexível traduz-se como precarização e risco para o trabalhador.

QUADRO 10 - RELATOS DE ÓBITOS NAS OPERAÇÕES PETROBRÁS EM SERGIPE

2000	Ciro Silveira Santos – Operador da Estação Coletora de Jericó (SE) – 08/02/2000.
2000	Otaviano Rezende Aragão – Motorista da empresa ETT no campo de E&P em Riachuelo (SE) – 21/09/2000.
2001	Antônio Sérgio Santos Teles, 40 anos - Motorista da empresa J.G. Conservação e Mão de Obra Ltda., Faleceu durante um acidente quando realizava o transporte de uma sonda de produção terrestre, no campo de E&P de Sergipe – 08/03/2001.
2006	Cleber Pereira Silva, 25 anos de idade - Trabalhador terceirizado que faleceu ao realizar serviços de manutenção no Poço SZ-298. O acidente ocorreu devido a uma reversão na haste da Bomba Centrífuga (BCP)`, no campo de Carmópolis (Siririzinho) - 10/07/2006.
2008	Gleison Oliveira Santos, Plataformista. Faleceu devido a um acidente na SPT-58, em Carmópolis/SE, conforme CAT – 200.416.190-6/01 - Em 28/09/08.
2008	Manoel Cardoso – Trabalhador ativo de Carmópolis. Faleceu por morte súbita em julho 2008.
2008	O trabalhador José Severino dos Santos, da DS Presidente. Faleceu no Banheiro no complexo de Atalaia em julho de 2008.
2008	José Geraldo Pereira de Oliveira Filho – Engenheiro de equipamento pleno. Faleceu após ser atingido por descarga elétrica de 18 mil volts em acidente na Fafen/SE - 15. jun.2008.
2011	José Almir dos Santos, de 49 anos - Técnico de operação. Faleceu devido acidente de trabalho na Fafen-SE, janeiro de 2011.
2011	José Ricardo Rosa – Trabalhador terceirizado, morte prematura em acidente no campo de Carmópolis - 15/09/2011.
2012	Givaldo Carlos da Silva, 49 anos – Motorista. Faleceu em acidente na Estação Coletora de Petróleo Bom Sucesso, no Campo de Carmópolis, da Petrobras – setembro de 2012.
2017	Amaury Souza, 51 anos – Funcionário terceirizado. Faleceu ao ser demitido no leito do hospital

Fonte: Sindipetro AL/SE, Frente Nacional dos Petroleiros.

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

QUADRO 11 - RELATOS DE ÓBITOS NA INDÚSTRIA DO CIMENTO EM SERGIPE

2012	Um caldeireiro recebeu uma descarga elétrica de aproximadamente 40 mil volts enquanto fazia a manutenção de um eletrofiltro em uma empresa de Nossa Senhora do Socorro
2012	Um trabalhador de 21 anos instalava um refletor na área de ampliação da empresa quando recebeu uma descarga elétrica.

Fonte: SINDICAGESE, 2018

Organização: José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo, 2018.

A irracionalidade destrutiva do capital é o resultado do trabalho desumanizante, desrealizador e que subtraí a condição de existência do trabalhador. Subsumido enquanto mercadoria no sistema das mercadorias, passível de ser comercializável enquanto valor de troca, o trabalho que ao mesmo tempo representa condição essencial à produção do capital é descartado de forma supérflua ou superexplorado ao flutuar para baixo a taxa de lucro (ANTUNES, 2009).

Os acidentes, destarte as mortes de trabalhadores dão visibilidade as amarram que prendem de forma invisível o trabalho ao capital. Revelam o dispêndio de força e vida humana na produção alienante do capital que suga não apenas as suas forças, mas os nervos, o seu sangue, a sua própria vida. Deixam transparecer a escravidão do assalariamento sedimentada ideologicamente no livre contrato entre indivíduos. Conforme demonstra Marx (2013, p.648) “O escravo romano, estava preso por grilhões a seu proprietário; o assalariado o está por fios invisíveis. Sua aparência de independência é mantida pela mudança constante dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato”.

A destrutividade sistêmica do trabalho revela o seu caráter mais agudo, a regressão dos níveis de exploração do trabalho (THOMAS JUNIOR, 2017). Flexibilização, terceirização são as formas perversas que assume o capital no processo de decomposição do trabalho para implementar a sua composição valorativa. A continuidade da lógica metabólica do capital é a continuidade do esgarçamento do trabalho, do desgaste do trabalho humano, da sucção da vitalidade humana e vampirização do capital.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: o nosso país é bué?

“[...] porque para uns garimpos de petróleo é proibido, os angolanos não podem ter poços, só os estrangeiros, o que é evidentemente uma injustiça os donos da terra serem afastados dessas riquezas, outros no entanto diziam não, agora já há garimpo livre, não só de diamante mas de tudo, não há mais partido único, nem garimpo único, é a democracia petrolífera. E o que está no subsolo não tem dono” (PEPETELA, 2008, p. 91-92).

No romance **Contos de morte**, o escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, sob o pseudônimo Pepetela (2008), apresenta no capítulo intitulado **O Nosso país é bué**, a narrativa de uma comunidade que descobre petróleo em seus quintais. Como desfecho da estória, a polícia encerra a atividade sob alegação de tratarem-se de postos clandestinos, de modo que a origem daquele petróleo era o vazamento dos tubos de uma refinaria antiga. Resulta dessa realidade a consternação, do personagem Miúdo Lito, em saber que o seu país não era bué, palavra de origem africana cuja tradução aproxima-se da palavra “muito” no português. A obra denota aspecto crítico sobre a situação socioeconômica de Angola na contemporaneidade e, explicita como a liberalização da economia para o modelo da economia de mercado, sob a ideologia da democracia, resultou em intensificação da expropriação das riquezas naturais pelas corporações internacionais, deixando a população alijada da apropriação da riqueza produzida e reafirmando a crítica ao modelo das benesses do desenvolvimento capitalista.

No Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, há uma correlação entre a ideia de grandiosidade do país e à sua riqueza mineral. A mineração foi elencada como atividade econômica em condição automatizada de transformação do real, de redução das desigualdades sociais e das mazelas capitalistas. Essa situação encontrava respaldo nas elucubrações de diversos pensadores, tais como Monteiro Lobato (1972), que em seu romance **O Poço do Visconde** tece o discurso baseado na ideologia do desenvolvimento e do progresso, elencando o petróleo como chave da transformação social no Brasil. Posicionamento semelhante de João Pedro Tavares (1972), em seu livro **Mineração: Saída para Sergipe**, que atribui à abundância das reservas minerais como condição fulcral para

suplantar a condição de subdesenvolvimento da economia sergipana, bem como da sua população.

Para ambas as realidades, o devir histórico demonstrou situação oposta à aclamação mineral como possibilidade de transformação do real sem transformação das relações de produção, da extinção da propriedade privada e da expropriação do trabalhador dos meios de produção. O movimento histórico desvelou a natureza controversa da premissa ideológica do desenvolvimento e do progresso, mediante a exploração dos recursos minerais, destituída de transformação das relações sociais de produção e revelando a intensificação da exploração do trabalho, o acirramento das contradições sociais e a inviabilidade da concepção etapista de desenvolvimento. Deixou transparecer a subserviência do Estado ao capital e o emblema do desenvolvimento desigual e combinado.

É na ideologia desenvolvimentista e progressista que se encontra a essência para a explicativa da mineração como causa para transformação do real na medida em que universaliza uma particularidade e vela as relações e contradições sociais, conforme define Marx (1998), a inversão do real. O limite horizontal configura-se como expressão fenomênica de uma explicação de mundo em conformidade com a visão burguesa. Estando a ideologia diretamente relacionada com a base da reprodução social, ela expressa um mundo invertido pela consciência do sujeito alienado, expressa a consciência de um ser alienado de si mesmo (IASI, 2007).

À medida que buscamos explicação para as relações que se estabelecem na mineração na conformidade do movimento do capital social total, compreendemos que a exploração mineral em Sergipe está diretamente ligada a reprodução, circulação do capital. Circunscrita na totalidade das relações de produção desde a fase da invasão europeia, a mineração foi inicialmente inserida enquanto atividade originária de capital para consubstanciar o desenvolvimento das forças produtivas que culminaram na Revolução Industrial enquanto fenômeno do desenvolvimento e instauração capitalista. A disputa entre as frações dos capitais comerciais de diferentes nacionalidades corrobora-se como base indutora das expedições mineralógicas, como ação do capital para consolidar as relações de produção que estavam em vias de aprofundamento na Europa. A mobilidade da riqueza abstrata-

concreta, reificada na forma capital comercial, representa a forma assumida pelo capital no contexto histórico da colonização.

A análise firmada no tripé dialético Estado-Capital-Trabalho permite compreender o movimento real concreto de captura da mineração pelo capital nas diferentes temporalidades e de forma multiescalar. A inserção do capital internacional, com base nos pressupostos da política financeira do Banco Mundial e da ideologia desenvolvimentista da CEPAL, constituíram-se como fator indutor do direcionamento do Estado para incentivo da exploração mineral como subsídio a consolidação do processo de industrialização no país, enquanto determinação da (re)produção ampliada do capital. São estes os condicionantes históricos que influem para a efetivação dos estudos mineralógicos pelo Estado no período pós 1960, destarte, a mobilidade do capital após a descoberta das reservas minerais de potássio, petróleo, gás natural, calcário, sal-gema, barrilha, magnésio em Sergipe.

O capital possui como razão de ser-existir a acumulação de sobretrabalho em escala progressiva. Conforme afirma Marx (2013), a produção capitalista possui como limite o próprio capital. Para tanto, o capital desconsidera a imposição de qualquer obstáculo que emperre as engrenagens do processo acumulativo, tudo lhe é permitido desde a expropriação, a alienação do trabalho, a pauperização dos sujeitos produtores da riqueza, a mobilidade espacial/setorial/formal do capital, a mobilidade espacial/horizontal/vertical do trabalho até a determinação da taxa de uso decrescente.

O capital não compreende a materialidade do real a partir dos lugares, das atividades econômicas, dos sujeitos sociais, mas assenta-se na oportunidade de extração do superlucro, ou do alto lucro. O movimento de (re)produção ampliada do capital funda-se na desconsideração das rugosidades naturais da superfície terrestre como fator limitante e consideração das diferenciações naturais como possibilidade de expansão capitalista, o planeta é compreendido como superfície de lucro, as áreas e os setores de maior rentabilidade lucrativa acompanhada de maior desvalorização do sujeito do trabalho figuram-se como os polos de atração do capital. A mobilidade do capital em suas múltiplas determinações e dimensões configura-se como estratégia para contrabalancear a tendência de queda da taxa de lucro imanente ao próprio desenvolvimento do capital. A mobilidade do capital é um

processo que está circunscrito na totalidade histórica do seu sociometabolismo, intrínseca a sua própria lógica de (re)produção ampliada.

A razão de ser-existir do capital, seu processo de desenvolvimento, expressa as contradições e antagonismos irreconciliáveis em que se fundamenta esse sistema de controle sociometabólico. É a manifestação da sua própria negação. Conforme evidencia Conceição (2011, p.13), a subsunção do capital à lei do valor carrega consigo a sua própria contradição: a tendência de queda da taxa de lucro, destarte, a tendência de crise. “É a dialética da unidade dos contrários no sistema capitalista: desenvolvimento/crise”.

Na emergência da crise estrutural do capital, distinguindo das demais crises por sua natureza endêmica, é universal, de alcance global, contínua e se intensifica de forma rastejante (MÉSZÁROS, 2011). A mineração, assim como todas as atividades de (re)produção da vida, são ressignificadas pelas determinações que emanam do acirramento capital *versus* trabalho, sendo intensificada as investidas do capital na busca de conter a hemorragia do lucro. A mobilidade do capital em direção aos espaços das reservas minerais de maior rentabilidade é intensificada, assim como a fuga de capitais das áreas/setores de menor rentabilidade. A mobilidade do capital intensifica-se também sob a forma produto-mercadoria reificado nas *commodities* minerais, a busca de reduzir o tempo de rotação do capital como mecanismo de aceleração da acumulação resulta em intensificação da exploração mineral, outrossim, intensificação da circulação-mobilidade do capital na forma produto-mercadoria.

Na exploração mineral, o Estado possui vínculo visceral com o processo de circulação-mobilidade do capital, legitimando a condição dos recursos minerais enquanto mercadorias e concomitantemente engendrando a configuração espacial necessária a fluidez do capital. O Estado revela-se não como a universalidade da razão, mas como a representação da razão burguesa (MASCARO, 2015). Logo, o Estado não pode ser a opção para transcendência à uma nova sociabilidade, qualitativamente superior, pois está diretamente vinculado aos interesses de uma classe, a burguesia.

A crise estrutural do capital traz como emergência a elaboração de um capitalismo “racionalizado” por parte dos ideólogos e apologistas do capital. Busca-

se ilusoriamente imprimir uma imagem de controle racional da produção, a fim de justificar o modo de produção capitalista e negar sua irracionalidade e seus antagonismos estruturantes. Conforme demonstra Coutinho (2010, p. 68) “o novo capitalismo apresenta-se como ‘científico’, capaz de resolver as ‘irracionalidades’ que hoje reconhece inerentes à sua época anterior”.

Na confluência da crise estrutural o Estado intensifica a sua subserviência ao capital, demonstrando o seu real (des)serviço (MÉSZÁROS, 2015). Desse modo, a figura do Estado Mínimo configura-se enquanto racionalidade apologética ao capital. Segundo Campos et al. (2011), o Estado Mínimo apresenta-se duplamente como mito. O primeiro mito relaciona-se com a intencionalidade do arcabouço ideológico do próprio capital para escamotear a relação entre o Estado e a dominação burguesa. O segundo mito resulta como determinação do próprio capital, na medida em que busca responsabilizar o Estado pelas mazelas sociais e na retaguarda isentar o capital desse processo, o que implica em minimizar o papel do Estado.

A mobilidade do trabalho encontra-se subsumida pela mobilidade do capital. Sujeitado à condição de mercadoria força de trabalho, o trabalho acompanha o vaivém espacial do capital, deslocando-se entre os espaços de valorização e desvalorização do capital, para serem apropriados enquanto mercadorias vivas subsumidas pela determinação do lucro. Na subsunção real do trabalho ao capital em tempos de crise estrutural, a intensificação da mobilidade do capital é concomitantemente intensificação dos níveis de exploração capitalista. O trabalho torna-se mais precarizado, eivado, subsumido pela lógica da mercadoria, alienado e destituído de capacidade realizante do ser social, torna-se a insígnia desumanizante que subjaz o processo de reprodução da vida da classe trabalhadora sob a forma-salário, escamoteamento real do processo de exploração capitalista.

Na multiplicidade das estratégias de reprodução do capital que configura a diversidade de empresas exploradoras e empresas parceiras prestadoras de serviços, os seres produtores do valor tem a determinação da sua coloração no uniforme adotado pela empresa para o qual desempenha atividade laborativa, distinguem-se em “alaranjados”, “esverdeados”, “azulados”, “acinzentados”, para esconderem a condição de obnubilados pela exploração capitalista. A multiplicidade na mineração reflete a complexidade, segmentação e clivagem que permeia a

morfologia atual da classe trabalhadora como determinação da acumulação flexível assumida enquanto racionalidade pelo capital em tempos de crise estrutural e irracionalidade do humano.

A segmentação da classe trabalhadora converge para a divisão entre os trabalhadores contratados diretamente pela empresa e os trabalhadores terceirizados. Esses dois segmentos também não possuem homogeneidade, encontra-se igualmente subdividido, com fraturas internas na classe trabalhadora que varia de acordo com o nível de exploração, a forma de exploração, o produto do trabalho produtivo/improdutivo, a distinção entre trabalho intelectual ou manual, contribuindo para aprofundar a diferenciação da classe trabalhadora, fragmentando-a e velando a particularidade que guardam na totalidade das relações de produção, inserem-se no quadro dos despossuídos dos meios de produção. As relações de trabalho na mineração contribuem para o aumento da densidade do fardo do tempo histórico, puxando para baixo a condição da classe trabalhadora e igualizando-os ao mínimo possível da sua sobrevivência. Parafraseando Marx (2013), o ideal para o capital é a reprodução da força de trabalho nas mínimas condições possíveis a fim de não comprometer o lucro capitalista com aumento dos salários.

Na contradição da globalização como saída da crise, a liberdade e a mobilidade dos diferentes capitais nacionais colide com a figura dos diferentes Estados nacionais enquanto fator limitante. O Estado Nação, considerado condição primordial para o desenvolvimento capitalista, na atualidade revela-se também como obstáculo a continuidade progressiva do capital em sua missão histórica, pois do mesmo modo que é utilizado enquanto estrutura de comando pelas diferentes burguesias nacionais para liberalização e desregulamentação econômica a fim de permitir a mobilidade do capital, funciona também como aparato pelas mesma burguesias para protegerem seus microcosmos individuais da competitividade externa. Os Estados Nacionais que representam as parcelas da burguesia com maior concentração e centralização de capitais possuem maior poder de imposição, em contrapartida aos países de burguesia mais enfraquecida, no entanto, a contradição não se extingue, pelo contrário tende a intensificar-se na medida em que esse movimento aproxima-se dos centros do capitalismo avançado, cuja possibilidade de conflito está suprimida como mecanismo de resolução desse paradoxo (MÉSZÁROS, 2005; MÉSZÁROS, 2011).

Ao Brasil, cabe posição periférica nesse processo de divisão internacional do trabalho, que se estabelece sob a insígnia da contradição entre a globalização e a forma de ser do Estado Nação, subjugando-se às alianças entre a burguesia nacional e a burguesia internacional. É nesse movimento que se encontra a natureza da expropriação das riquezas minerais efetivadas no presente, como as rodadas de licitação dos campos de petróleo e gás natural, a privatização das subsidiárias da PETROBRÁS, a compra de empresas do setor de fertilizante pelo capital estadunidense, como no caso da *The Mosaic Company*. A posição periférica do Brasil, na divisão internacional do trabalho, revela que o nosso país não é tão bué assim.

Nos limites que contempla essa pesquisa, assim como a multiplicidade de possibilidades que se abrem com as novas relações que se instauram na mineração em Sergipe em correlação com a ativação dos limites últimos absolutos do capital, surgem diversos questionamentos. A mobilidade do capital pós-privatização instaura transformação qualitativa nas relações de produção? Em que medida a nova legislação da terceirização relaciona-se com a mobilidade do capital? Como o trabalho vai comportar-se diante dos acirramentos capital-trabalho através da nova legislação da terceirização? Qual o limite da nova legislação da terceirização, enquanto estratégia de atenuação temporária do capital? O capital vai retomar ao padrão de reprimarização quando a taxa de lucro seguir nova tendência de queda? Há uma nova geopolítica que se instaura com a apropriação do subsolo brasileiros por corporações internacionais?

Questões que se desdobram nas determinações e mediações do movimento contraditório no espaço/tempo dos limites absolutos do capital.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **1ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 1998.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **2ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 1999.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **3ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2000.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **4ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2002.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **5ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **6ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **7ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2005a.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **1ª Rodada de Acumulações Marginais**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2005b.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **8ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **9ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **10ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **11ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **12ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. **13ª Rodada de Licitação de Blocos**. Rio de Janeiro, RJ: ANP, 2015.

ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho; ALVES, Ana Elizabeth. MOBILIDADE DO CAPITAL E DA FORÇA DE TRABALHO E OS PROCESSOS TERRITORIAIS NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA. IN: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, São Luís, Maranhão, 2016.

ALVES, Giovanni. Trabalho e Estrutura de Classes no Brasil: os anos neoliberais. In: NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. **Retratos do Trabalho no Brasil**. Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2009.

ALVES, Giovanni. **O Novo (Precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Mineração no nordeste**: depoimentos e experiências. Brasília, DF: CNPq, 1987.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Salvador, BA: Progresso, 1950.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. O Trabalho, sua Nova Morfologia e a Era da Precarização Estrutural. **Revista Theomai**, nº 19, primeiro semestre, 2009

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 - 2015.

ARAÚJO, Paulo Barbosa de. **Petróleo**: porque sabotar?: história do petróleo no Brasil e em Sergipe. Aracaju, Se: J. Andrade LTDA., 2008.

ARAUJO, Guthiêrre Ferreira. **A trajetória da SUDENE, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional**. São Cristóvão, SE, 2015.

BECKER, Bertha K; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. Tomo 1. Barcelona, Espanha: Editorial Crítica, 1994.

BEZERRA, Luiz Paulo Santos. **Nos trilhos da morte**: tragédia ferroviária, debate judicial e racismo em Sergipe nos anos 40. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE 2017.

BISPO, José de Almeida. **Itabaiana, nosso lugar**: quatro séculos depois. Aracaju: Infographics, 2013.

BORGES, Barsanufu Gomides. Ferrovia e Modernidade. Dossiê Ferrovias, **Revista UFG**, ano 13, n.11, dez. 2011.

BRASIL. **LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, DF, Agosto de 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Um Novo Estado Para a América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, n°.50, março 1998, p. 91-98.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In: OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de; BASÍLIO, Flavio (Orgs.). **Macroeconomia do desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica**, Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *et al.* O Estado e seu caminho em via única para o capital. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **A Natureza Imperialista do Capital e a Falácia do Fim da Crise**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo. Manifestações sociais no Brasil sob o NeoDesenvolvimentismo. In: **XIX Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c5HSCudquxA>>. Acesso em: 12/05/2018.

CARDOSO, Amâncio. **Sergipe no tempo das ferrovias**: nota histórica, 2011. Disponível em: <<http://thiagofragata.blogspot.com.br/2011/09/sergipe-no-tempo-das-ferrovias-nota.html>>

CARVALHO, Alfredo de. Minas de ouro e prata no Brasil oriental: Explorações holandesas no século XVII. **Revista do Instituto do Ceará**: Fortaleza, vol. XX, 1906.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1976.

CASCUDO, Luiz da Camara. Geografia de Sergipe no domínio holandês. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v.9, n.16, 1915. p.1-6.

CHANU, Pierre. **História de América Latina**. Buenos Aires, Argentina: Editora Universitária de Buenos Aires, 1994.

COELHO, César Willrich. **Transporte dutoviário**: características diante do sistema viário brasileiro. Monografia (Graduação em Comércio Exterior). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. IN: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. A Questão Mineral no Brasil. Vol. 1. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. A colonização da América e a acumulação originária do capital. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul**. São Paulo, v. 1, n. 1, jul./dez. 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do Espaço da Miséria. **Revista Scientia Plena**: São Cristóvão, Vol 1, nº 6. 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista Okara**: Geografia em Debate. João Pessoa-PB, V. 1, nº 1, p. 77-100. 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO CAMPO DE SERGIPE. **Geonordeste (UFS)**, v. 02, p. 1-16, 2011a.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Prefácio. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz (org). **Trabalho e Trabalhadores**: As novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. ESTADO, CAPITAL E A FARSA DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO. **Meridiano - Revista de Geografia**, v. 01, p. 81-104, 2013.

CONCEIÇÃO, Alexandria Luz. O caráter apologético da concepção dualista - o atrasado/moderno Sertão. In: SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. **Dinâmicas da Natureza e Desigualdades Socioespaciais**: leituras para debate. Recife, PE: Editora Universidade de Pernambuco, 2016.

CONSTANTINO, Wagner. O processo de valorização do capital e o imperativo da fluidez. In: **Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia** – Alfenas 26 a 30 de maio de 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson; PAULO NETTO, José. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Maria Cecília Soares. **Território e Sindicalismo**: uma análise a partir do sindicato dos petroleiros do Norte Fluminense. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

DELVAUX, Marcelo Motta. **As Minas Imaginárias**: O maravilhoso geográfico nas representações sobre o sertão da América Portuguesa – séculos XVI a XIX. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2009.

DRUK, Graça; FRANCO, Tânia. A Terceirização no Brasil: velho e novo fenômeno. **Laboreal**, Volume 4, Número (2), 2008, p. 83-94.
Disponível em <http://laboreal.up.pt/files/articles/2008_12/pt/83-94pt.pdf>

DRUK, Graça; FRANCO, Tânia. **Terceirização**: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Retratos do Trabalho no Brasil. Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2009.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **A Geografia da acumulação - territórios do trabalho (abstrato) e da riqueza (abstrata) a espacialização da irracionalidade substantiva do capital**: a especialização da irracionalidade substantiva do capital. São Cristóvão, SE, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 3. ed. . São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 1981.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju**: estado e metropolização. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Campos de Rio Claro, 1997.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2006.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

FURTADO, Celso. **Análise do 'modelo' brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2007.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIL, Antonio C. Entrevista. In: GIL, Antônio C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 117-126.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29,1995.

GOMES, Horieste. **Reflexões Sobre Teoria e Crítica em Geografia**. Goiânia: Editora CEGRAF/UFG, 1991.

HANDELMANN, Heinrich. **Historia do Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1982.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2008a.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2008b.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária resistência e emancipação. In: **Migrações: discriminações e alternativas**. São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo, SP: Martin Claret, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Historia geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1976.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

JORNAL DO DIA. **Petrobras vai vender 10 campos terrestres em Sergipe**. Publicada em 24/09/2017 às 00:02:00. Disponível em: <http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=26792>. Acesso em: 10/07/2018.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. “**As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**”. Trad. F. L. S. Campos. Marxists Internet Archive, 2009. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>> . Acesso em 04 de junho de 2016.

LIMA, Lucas Gama. **A Dinâmica Imperialista Contemporânea: Capital sem Fronteiras e sua (IR)Racionalidade Apátrida**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

LIMA JÚNIOR, F. A. de Carvalho. Monografia histórica do município de Itabaiana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v.2, n.4, 1914. p.144-145.

LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. **Capitães Mores de Sergipe (1590 a 1820)**. Aracaju, SE: SEGRASE, 1985.

LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1996.

LOBATO, Monteiro. **O Poço do Visconde**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. **Revista Latino americana de Ciências Sociais**, Flacso, (Santiago de Chile), nº 5, junho 1973.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. V1. T1-2 O processo de circulação do Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O Processo de Circulação do Capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse/** manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica de economia política. São Paulo, SP: Boitempo, Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre El Conolialismo**. Mexico: Siglo XXI editores S. A., 1979.

MARX, Karl. Glossas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. **Revista Práxis**, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. A Crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: PAULO NETTO, José (org.). **Curso Livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a Globalização do Capitalismo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

MELLO, Felipe Marcieira. **REGIME DE CONCESSÕES VS. REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO: IMPACTOS PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO**. Monografia (Graduação em Economia). Pontifícia Universidade Católica do Rio, Rio de Janeiro, 2013.

MENDES, Gicélia. **Territórios do petróleo em Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo, SP: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas, SP: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Crise estrutural do capital**. Trad. de Francisco Raul Cornejo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **El desafío y la carga del tiempo histórico**. Tomo 1. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. Trad. de Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

MONTEIRO FILHO, José. **A quimera do mameluco sonhador: o imaginário das minas no agreste e sertão sergipano (séculos XVIII ao XIX)**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A valorização do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente**. Tese de livre docência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000b.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **O Sertão: um outro geográfico**. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MORAES, Roberto. **Brasil exporta petróleo cru e passa a importar cada vez mais combustíveis refinados**. Disponível em: <<https://fup.org.br/ultimas-noticias/item/21124-desmonte-na-petrobras-atinge-setor-de-refino>>. Acesso em: 20/04/2018.

NASCIMENTO, Johelino Magalhães do. **A indústria mineral de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Geociências). Universidade de Campinas; Campinas, 1997.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista. IN: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**, 4º ed., Paz e Terra, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica da razão dualista – ornitorrinco**, Boitempo, São Paulo, 2008

PAGANOTO, Faber. **Mobilidade e trabalho em Macaé-RJ, a "capital do petróleo"**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

PALHETA, João Márcio. **Poder, Governo e Território em Carajás**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2004.

PALHETA, João Márcio; *et al.* Geografia e mineração no Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém. V. 1, nº 1, p. 1-12, 2014.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método da teoria social**. São Paulo: Partido Comunista do Brasil, 2009.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEPETELA. **Contos de Morte**. Lisboa: Nelson de Matos, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, Ronald dos Santos. **O setor portuário de Sergipe: o caso do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), em Barra dos Coqueiros/SE**. Monografia (Graduação em Geografia Bacharelado) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho**: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. Revista Pegada, Vol. 14, No 1, 2013. Disponível em:

PETROBRÁS. **BACIA de Sergipe - Alagoas: escola de terra e mar.** Salvador, BA: D&M Photodesing, 2009.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2006-2010.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2006.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2011-2015.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2011.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2012-2016.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2012.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2013-2017.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2013.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2014-2018.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2014.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2015-2019.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2015.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2017-2021.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2017.

PETROBRÁS. **Plano de Negócio e Gestão 2018-2022.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2018a.

PETROBRÁS. **PETROBRÁS anuncia a continuidade da revisão de sua participação no setor de fertilizantes.** Rio de Janeiro, RJ: PETROBRÁS, 2018b. Disponível em: <<http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/petrobras-anuncia-continuidade-da-revisao-de-sua-participacao-no-setor-de-fertilizantes>>.

Acesso em: 20/06/2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PREBISCH, Raúl. **O Desenvolvimento econômico da América Latina e Alguns dos seus Problemas Principais.** CEPAL. 1949

REBOUÇAS, Guilherme Maria. **A influencia do II PND na economia sergipana.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, 1994.

RIBEIRO, Bruno Andrade. REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS DO HINTERLAND SERGIPANO EM PRAEFECTURA DE CIRÍÍ VEL SEREPIE DEL REY CUM ITÂPUAMA, GEORG MARCGRAF, 1647. **Revista Percurso**, v. 9, p. 87-103, 2017.

RIBEIRO, Bruno Andrade; SOBRAL, Karine dos Santos; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. Entre Serras, Montes e Rios: um olhar geográfico em fontes históricas (Manuel Aires de Casal e Saint-Adolphe). In: **ANAIS DA VII SEMANA DE**

GEOGRAFIA: CONFLITOS E ABORDAGENS GEOGRÁFICAS DE UM MUNDO EM MUDANÇA. Itabaiana, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

ROCHA, Rosângela Resende. **As políticas públicas de desenvolvimento regional no Baixo Cotinguiba.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE 2007.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. Desvelando a Essência e a Aparência do Estado na Dissimulação das Políticas Públicas para à Produção Familiar. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. (orgs). **A Natureza Imperialista do Capital e a Falácia do Fim da Crise.** São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2015.

SAMPAIO, Maria José dos Santos. **O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO VALE DO COTINGUIBA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia Bacharelado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2015.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social e Sociedade.** n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAINT - ADOLPHE, J. C. R. de Milliet. **Dicionário da província de Sergipe.** São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto (Coordenadores técnicos). **Delimitação e Regionalização do Brasil Semiárido:** Sergipe. Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, J. A. M. dos. **A implantação da FAFEN e as transformações no Espaço do bairro Pedra Branca, Laranjeiras/Sergipe, 1977 a 2006.** Monografia de Bacharelado em Geografia/UFS, 2007.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. DAS MINAS DE PRATA À VOCAÇÃO AGRÍCOLA: RASTROS SOBRE A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABAIANA, SERGIPE (SÉCULOS XVII-XIX). In: **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia,** 2014.

SETÚBAL, Paulo. **O romance da prata:** episódio histórico. 7. ed. São Paulo, SP: Nacional, 1960.

SILVA, Jéssica Ferreira Fernandes da. **Análise Crítica das Devoluções dos Blocos do Pré-sal Concedidos nas Rodadas de Licitação da ANP.** 2013 198p. Monografia (Graduação em Engenharia do Petróleo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe:** 1534 - 1920. Aracaju, Se: s. n., 1920.

SINDIPETRO AL/SE. **Boletim Informativo,** Edição de Abril de 2018c.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SOUZA, Gabriel Soares de, 1540 - 1592. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2001.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. Pesquisa de campo em Geografia. In: **Revista Geographia**, vol 7, p. 92-99, Niterói, Rio de Janeiro, 2002.

TAVARES, Paulo Roberto. **Mineração, saída para Sergipe** - (reportagem publicada em o 'O Estado de São Paulo', edição de 22, 25, 26 e 29 de outubro de 1972). Aracaju: CONDESE, 1972.

TERRA VIVA, Consultoria em Meio Ambiente e Geoecologia. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. Fábrica de Cimento Apodi, Santo Amaro, SE. **Aracaju: Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), 2015.**

THE MOSAIC COMPANY. **Operações e Presença, 2018**. Disponível em: <<http://www.mosaicco.com.br/Who We Are/presen%C3%A7a e opera%C3%A7%C3%B5es.htm>> Acesso em: 01/06/2018.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **MERCATOR**, FORTALEZA. v. 16, p. 1-20, 2017.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.p. 351-368.

VALE FERTILIZANTES. **Fertilizantes, 2018**. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/business/mining/fertilizers/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 01/06/2018.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro, RJ: Pongetti & C, 1970.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
 BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS.

Prezado (a) Senhor (a), esta pesquisa **“A mobilidade do capital como marca da acumulação capitalista na mineração em Sergipe”** está sendo desenvolvida por **José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo**, do curso de **Mestrado Acadêmico em Geografia** da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da Prof. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição. O objetivo do estudo é analisar as articulações Estado/capital/trabalho para viabilização da exploração mineral em Sergipe. Assim, solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa através de uma entrevista que contém perguntas sobre o papel do Estado na exploração mineral em Sergipe e seus rebatimentos para o trabalhador. Esclarecemos que a sua participação é voluntária e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Se alguma questão lhe causar constrangimento, o(a) senhor(a) tem o direito de não respondê-la. É importante destacar que seu anonimato será assegurado e que as suas informações são sigilosas e só serão utilizadas para fins desta pesquisa. Caso desista de participar deste estudo poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que haja nenhum tipo de penalidade. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com o(a) senhor(a) e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre a pesquisa, o pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer fase da pesquisa.

José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo
 Pesquisador Responsável - Telefone: (79) 99978-9349
 E-mail: danilogeoufs@hotmail.com

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da importância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar desta pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Assinatura do participante ou responsável legal

ROTEIRO DE ENTREVISTA - SINDIPETRO/SE-AL (SEÇÃO ARACAJU)

- 1 - Qual o panorama atual da PETROBRÁS em Sergipe?
- 2 - Qual a situação da PETROBRÁS antes e depois do golpe?
- 3 - Qual a postura do sindicato durante os governos petistas? Houve dificuldade em se posicionar de forma contrária?
- 4 - A PETROBRÁS em Sergipe dá prejuízo?
- 5 - Qual a situação da Fafen-Sergipe?
- 6 - Além da PETROBRÁS, quais empresas exploram petróleo em Sergipe?
- 7 - Qual o posicionamento do sindicato sobre a terceirização?
- 8 - Há uma migração de trabalhadores em Sergipe relacionada com a exploração de petróleo?
- 9 - Qual a intensidade dos acidentes de trabalho na Petrobrás? Há levantamento estatístico sobre essa questão?
- 10 - Como ocorre a relação entre o sindicato e os trabalhadores para mobilização da luta?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - SINDIPETRO/SE-AL (SEÇÃO CARMÓPOLIS)

- 1 - Qual a situação atual do Campo de Carmópolis?
- 2 - Quais as consequências da Política de Desinvestimento da Petrobrás no Campo de Carmópolis?
- 3 - O que já foi privatizado na exploração de petróleo e gás em Carmópolis e em Sergipe?
- 4 - Quais atividades da Petrobrás já foram terceirizadas?
- 5 - Como está o processo de terceirização das atividades das estações de operações da Petrobrás?
- 6 - Como está o processo de hibernação na FAFEN-Sergipe e quais suas consequências futuras?
- 7 - Há acidentes de trabalho? Com que frequência?
- 8 - Quais os setores com maiores índices de acidentes?
- 9 - Há alguma relação entre a terceirização e os índices de acidentes?
- 10 - Como o sindicato tem atuado diante das investidas para privatização da PETROBRÁS?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SINDIMINA (SEÇÃO ARACAJU)

- 1 - Qual a atual situação da mina-usina Taquari-Vassouras?
- 2 - É verdade que a mina está em fase esgotamento?
- 3 - Como ocorreu a transição da Vale Fertilizantes para a The Mosaic Company?
- 4 - O sindicato tinha conhecimento dessa negociação?
- 5 - Quais as perspectivas da exploração de potássio em Sergipe?
- 6 - Como está o andamento do Projeto Carnalita?
- 7 - Houve mudanças nas relações de trabalho após a aquisição do complexo mina-usina pela The Mosaic Company?
- 8 - Qual a diferença entre o trabalhador terceirizado e o trabalhador contratado de forma direta?
- 9 - Há acidentes de trabalho? Com que frequência?
- 10 - Há uma migração de trabalhadores relacionada com a exploração de potássio?
- 11 - Como ocorre a relação do sindicato com os trabalhadores da exploração de potássio?
- 12 - Como o sindicato tem atuado diante das mudanças que ocorreram na transição do controle do complexo mina-usina da Vale Fertilizantes para The Mosaic Company?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - SINDICAGESE

- 1- Qual o panorama atual da indústria do cimento em Sergipe?
- 2 - Quantas indústrias do Cimento há em Sergipe? Quais são?
- 3 - Qual o destino do cimento produzido em Sergipe? E qual o meio de transporte utilizado?
- 4 - Quantos trabalhadores há na indústria do cimento em Sergipe? Tem ocorrido redução nesse número?
- 5 - Qual o rendimento médio do trabalhador da indústria do cimento?
- 6 - Qual a diferença entre o trabalhador terceirizado e o trabalhador contratado de forma direta?
- 7 - Há acidentes de trabalho? Com que frequência?
- 8 - A fábrica da Nassau faliu? O que aconteceu com os trabalhadores?
- 9 - Como o sindicato agiu diante da demissão dos trabalhadores da Nassau?
- 10 - Há uma migração dos trabalhadores relacionada com a produção do cimento em Sergipe?
- 11 - Qual a perspectiva da indústria do cimento em Sergipe?
- 12 - Como ocorre a relação entre o sindicato e os trabalhadores para mobilização da luta?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - Moradores de Carmópolis

- 1 - Como era Carmópolis antes da descoberta do Petróleo?
- 2 - Quais eram as principais formas de renda da população local antes da chegada da PETROBRÁS?
- 3 - Qual era a situação das estradas na região antes da descoberta do petróleo?
- 4 - Como era realizado o transporte para Aracaju?
- 5 - A Petrobrás contribuiu para a melhoria das estradas/rodovias da região?
- 6 - O que mudou em Carmópolis após a chegada da PETROBRÁS?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (PETROBRÁS E THE MOSAIC COMPANY)

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____

Cidade onde mora: _____ Cidade onde trabalha: _____

Meio de Transporte utilizado para trabalhar: _____

Custeamento do Transporte: () Empresa () Empresa e Trabalhador

() Trabalhador () outro. Qual? _____

Qual empresa realiza o transporte?

Empresa em que trabalha: _____

Terceirizado () Funcionário Contratado de Forma Direta ()

Você é a favor da terceirização? () Sim () Não. Por quê?

Tempo de trabalho no emprego atual? _____

Qual a função exerce atualmente? _____

Qual a profissão exerceu no emprego anterior? _____

Quantos dias de trabalho na semana? _____

Quantas horas trabalha por dia? _____

Qual o tempo de descanso durante a jornada de trabalho? _____

Remuneração mensal:

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ou mais

Possui algum problema de saúde? () Sim () Não

Já sentiu alguma dor após a jornada de trabalho? () Sim () Não. Qual?

() Dor nas Costas () Dor nas Pernas () Dor nos Braços () Dor de Cabeça ()

Cansaço Físico () Cansaço Mental. Outros: _____

Por que trabalha na empresa atual?

Tem perspectiva de mudar de emprego?

Possui filiação a algum sindicato? () Sim.Qual?_____

()Não

Porque é (não é) filiado?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA (VOTORANTIM)

Nome: _____

Idade: _____ Sexo _____

Escolaridade _____

Cidade onde mora: _____

Meio de transporte que utiliza para trabalhar _____

Responsável pelo transporte? () Emp. () Emp e Trab () Trab () Outro. Qual _____

Empresa em que trabalha _____ Terceirizada () Tempo de trabalho _____

Você é a favor da terceirização? () Sim () Não. Por que?

Profissão atual _____ Profissão anterior _____

Quantidade de dias que trabalha na semana _____

Quantidade de horas diárias _____

Tempo de descanso _____

Remuneração mensal () 1 Salário () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10

Possui filiação sindical () sim. Qual? _____

() não. Por que? _____

Senti alguma dor após a jornada de trabalho?

() Dor nas costas () Dor nas pernas () Dor nos braços () Dor de cabeça () Cansaço

Físico () Cansaço mental Outros _____